

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

4º TRIMESTRE DE 2025

Belém – PA – 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Washington Costa de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretor de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretor de Previdência

Marcos Antônio de Souza

Diretor de Proteção Social dos Militares

Sérvio Túlio Gonçalves Estácio

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 Estrutura Patrimonial	9
2 GESTÃO ESTRATÉGICA.....	10
2.1 Avaliação da Execução Orçamentária de Programas e Ações de Governo ...	10
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	12
2.1.2 Programa Governança Pública	13
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão	21
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS	24
3.1 Quantitativos de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas	24
3.2 Receitas Previdenciária – Poder Executivo.....	25
3.2.1 Finanprev.....	25
3.2.2 Funprev	26
3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	27
3.3.1 Requerimentos da Comprev	27
3.3.2 Valores da Compensação Financeira	27
3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	29
3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	29
3.5.1 Dívidas das Prefeituras.....	29
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos	30
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO	31
3.6.1 Finanprev e Funprev	31
3.7 RECEITAS E DESPESAS	33
3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES	33
3.8.1 Finanprev.....	34
4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL - nugin.....	39
4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS	39

4.1.1 Massa de Segurados – Finanprev	39
4.1.2 Massa de Segurados – Funprev	40
4.1.3 Massa de segurados - SPSM	40
4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	40
4.3 EVOLUÇÕES DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	41
4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS.....	42
4.4.1 Hipóteses biométricas	42
As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.....	42
4.4.2 Hipóteses demográficas	42
As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a tabela abaixo.	42
4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras	43
4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO	44
4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício	44
4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL	45
5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS	47
5.1 CARTEIRA GLOBAL	47
5.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global	50
5.3 CARTEIRA FINANPREV	53
5.3.1 Evolução do Rendimento - FINANPREV	53
5.3.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Finanprev	53
5.3.3 Movimentação do Finanprev	54
5.4 CARTEIRA SPSM.....	54
5.3.1 Evolução do Rendimento do SPSM	54

5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM.....	54
5.4.3 Movimentação do SPSM	55
5.4 CARTEIRA DO FUNPREV	55
5.4.1 Evolução do Rendimento da Carteira – Funprev.....	55
5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido - Funprev	56
5.4.3 Movimentações do Funprev.....	57
5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento - Funprev.....	57
5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV	58
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV	58
5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV	65
5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	66
6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS – GAPRE.....	68
6.1 Certificações.....	68
6.2 Reuniões Ordinárias	69
6.2.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP	70
6.2.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA	71
6.2.3 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO - COINV.....	72
7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	73
7.1 GESTÃO DE PESSOAL.....	73
7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional.....	73
7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores.....	74
7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida	76
7.1.4. Avaliação Global do Exercício	79
7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	79
7.2.1 Poder Executivo.....	79

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário.....	81
7.2.3 Todos os Poderes.....	82
7.2.4 Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário.....	83
7.2.5 Igepps.....	85
7.2.6 Encargos Igepps - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família.....	91
7.2.7 Folhas de Pagamentos.....	94
7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE.....	101
7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS.....	102
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE.....	103
7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL.....	110
7.5.2 Produção de Notícias.....	110
7.5.3 Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo e alimentação das redes sociais.....	113
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS.....	113
7.6.1 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Consultivo.....	115
7.6.2 – Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Contencioso.....	119
7.6.3 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria de Execução.....	126
7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	132
7.7.1 Transformação Digital e Governança de Plataformas.....	132
7.7.2 Segurança da Informação – Modelo Zero Trust e MDR.....	132
7.7.3 Evolução de Sistemas Corporativos.....	132
7.7.4 Inteligência Artificial e Automação Avançada.....	133
7.7.5 Infraestrutura e Continuidade Operacional.....	133
7.7.6 Governança em LGPD e Privacidade.....	133
7.7.7 Consultorias e Projetos Técnicos.....	133
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	133
7.8.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma.....	134
7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte.....	136

7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Militar Especial e Auxílio Morte	137
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA e Cumprimentos judiciais	137
7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	138
7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários	138
7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte	140
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral	142
7.9.4 Abono Permanência	142
7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará	143
7.9.6 Vacâncias de Beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma.....	144
7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento	147
7.9.8 Pagamento de Retroativos	154
7.9.9 Cumprimento de Decisões Judiciais	156
7.9.10 Recuperação de Crédito	158
7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	159
7.10.1 Atendimentos Psicossociais.....	160
7.10.2 Diligências Psicossociais	160
7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas	160
7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte	161
7.10.5 Relatórios Técnicos	161
7.10.6 Educação Previdenciária	161
8 CANAIS DE ATENDIMENTO.....	167
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL.....	168
8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis.....	169
8.1.2 Núcleos Regionais.....	169
8.1.3 Núcleo Regional de Castanhal.....	170
8.1.4 Núcleo Regional de Santarém	172

8.1.5 Núcleo Regional de Marabá	174
8.2 ATENDIMENTO REMOTO	176
8.3 OUVIDORIA.....	177
CONSIDERAÇÕES.....	181
ANEXO I	182
ANEXO II	183
ANEXO III	187
ANEXO IV	191

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - Igepps/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar nº 44/2003 e alterado pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS, e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário, e pela administração e governança dos Fundos Financeiro (Finanprev), Previdenciário (Funprev) e Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais (SPSM), respectivamente.

O Igepps tem como propósito fundamental, basear sua gestão em ações sustentáveis, eficazes, atuariais e transparentes, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido e garantindo, por meio de sua atuação, a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Desse modo, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários, bem como o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

O Relatório de Governança Corporativa (RGC) é uma ferramenta de gestão valiosa, pois viabiliza que todos os personagens envolvidos no processo organizacional (stakeholders), acompanhem as práticas e políticas de gestão utilizadas, fortalecendo assim a confiança e o compromisso com ética e responsabilidade, fornecendo dados qualitativos mais eficientes para o processo de tomada de decisão.

Na oportunidade, ressaltamos que se trata de um instrumento formal de políticas de gestão e controle organizacional em geral, baseada em três pilares, sendo eles Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo Igepps ao longo do período que compreende o quarto trimestre (outubro a dezembro) de 2025, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a Gestão Pública Eficiente e Presente, o fortalecimento da instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

As informações e dados aqui apresentados foram fornecidos pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que fazem parte do organograma institucional, respeitando as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabe ao Núcleo de Planejamento – Nuplan/Igepps consolidar toda a base de elementos informativos coletados, realizar ajustes, formatar e selecionar, entre o material coletado, os tópicos que evidenciem de maneira clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 Estrutura Patrimonial

O Igepps administra os recursos de dois regimes de previdência: o de repartição simples (Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará– Finanprev), de capitalização, (Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev), além do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

O Fundo Financeiro (Finanprev) possui natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar nº 112/2016 alterou a data de segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do 4º trimestre de 2025, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 93.849.834,18 (noventa e três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos.).

O Fundo Previdenciário (Funprev) é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar nº 112/2016. O Funprev encerrou o 4º trimestre de 2025, com Patrimônio Líquido elevado para R\$ 4.643.337.397,24 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, inatividade, incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar. O patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 24.110.444,69 (Vinte e quatro milhões, cento e dez mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 Avaliação da Execução Orçamentária de Programas e Ações de Governo

O Igepps está contemplado em três programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos; Governança Pública; e Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

No quarto trimestre de 2025, foi finalizado o processo de revisão do PPA 2024-2027, biênio 2026-2027, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado (Seplad), conforme Art.165 da Constituição Federal de 1988 e Art. 204 da Constituição do Estado do Pará.

O Núcleo de Planejamento (Nuplan), participou das consolidações das informações, bem como alimentação no SigPlan das metas físicas e posteriormente das metas financeiras consolidando o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026, em consonância com os objetivos estratégicos do Instituto.

Quadro 1 — Programas e ações do PPA 2024-2027 – 3º trimestre de 2025

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Ao analisar a execução orçamentária e financeira dos Programas no período outubro a dezembro de 2025, o valor total gasto foi de R\$ 299.440.349,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e quarenta e nove), representando 99% da dotação real.

Tabela 1 — Execução orçamentária/financeira – por programa – 4º trimestre de 2025

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa acumulada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	156.000	-	-	-	-
Governança Pública	35.750.000	14.684.868	14.569.585	28.528.314	99
Manutenção da Gestão	264.094.000	288.104.016	284.870.763	427.851.892	99
Total	300.000.000	302.788.883	299.440.349	455.538.876	99

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No Programa Governança Pública, foi utilizado o valor de R\$ 14.569.585,00 (oitocentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta reais), representando 99,2% da dotação real no programa no 4º trimestre de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 149% do orçamento inicial previsto.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 284.870.763 (duzentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil, setecentos e sessenta e três), representando 98,9% da dotação real no programa no 4º trimestre de 2025, viabilizando a gestão administrativa do Instituto. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 150% do orçamento inicial previsto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, o Igepps realizou o destaque orçamentário e financeiro para a Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD) no valor de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (OD C) representou o maior valor de gastos no 4º trimestre de 2025, seguido pelo grupo de Pessoal e Investimentos. Destaca-se que a fonte utilizada é a taxa de administração do RPPS (802), exceto para os pagamentos de processos de auxílio-funeral custeados pela fonte do Tesouro Estadual, sendo demonstrada na linha “ODC – Tesouro Estadual”, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2—Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa– 4º trimestre de 2025

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa					
Grupo	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Realizada	Despesa acumulada	(%)
ODC	221.900.000	265.850.904	263.927.387	482.032.19	99,3
Investimentos	30.000.000	12.451.554	12.389.655	12.389.655	99,5
Pessoal	50.000.000	24.486.425	23.123.307	23.123.307	94,4
ODC Tesouro Estadual	1.900.000	-	-	-	-
Total	303.800.000	302.788.883	299.440.349	299.440.349	98,9

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Nota: 1-ODC tesouro estadual refere-se ao orçamento para processos de auxílio funeral, que por sua vez são provisionados para execução da despesa orçamentária e financeira na UG 840250 – Encargos Igepps.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

No 4º trimestre de 2025, o Instituto esteve presente em três Estações Cidadania na Região Guajará: duas no município de Belém — Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Pátio Belém — e uma no município de Ananindeua, no Shopping Metrópole Ananindeua.

Os serviços ofertados são: abono de permanência, aposentadoria, atualização cadastral, auxílio-funeral, certidão negativa, comunicação de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), declaração de recebimento de benefício previdenciário, emissão de contracheque, inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isenção de imposto de renda, liberação de crédito, pensão por morte, pensão alimentícia, portaria, reativação de benefício, reforma, reserva, restituição de contribuição previdenciária, retificação de DIRF, reversão ao serviço ativo, revisão de aposentadoria, revisão de pensão, revisão de reserva ou reforma, vantagens pecuniárias, emissão de cédula C, entre outros. Portanto, na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira do objetivo.

Tabela 3 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania				
	Produto: Pessoa Atendida				
	Execução Física (Un)				
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)
Guajará	Belém	3.640	525	3.112	85,5
	Ananindeua	1.040	777	3.875	37
Total		4.680	1.302	6.987	149,3

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No período de outubro a dezembro de 2025, foram realizados 1.302 (Um mil, trezentos e dois) atendimentos nas estações cidadania, alcançando já neste trimestre 149,3% da meta prevista para 2025. Desse total, 525 (quinhentos e vinte e dois) correspondem às estações cidadania localizadas no município de Belém (shoppings Pátio Belém e Grão Pará) e 777

(setecentos e setenta e sete) em Ananindeua, no shopping Metrópole. Os serviços mais demandados foram: emissão de contracheque, portaria e entre outros.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do Igepps se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, o qual resultou no destaque orçamentário e financeiro R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao 4º QDQQ - Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais.

Dentro desta ação, o Igepps contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante às metas 10.2 e 10.3. O Instituto, ao ofertar serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo aos seus segurados, beneficiários e sociedade em geral, mais acessibilidade aos serviços, garantindo igualdade.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade; e IV – gestão pública presente. Nesse sentido, o Igepps alinhou ações no programa temático Governança Pública, com o objetivo de contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública, este Instituto possui cinco ações: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõem, bem como as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2025.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Servidores Públicos

Neste objetivo o Igepps realiza a capacitação de agentes públicos, cujo resultado é um servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite capacitar seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 4 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025

Ação: Capacitação de Agentes Públicos									
Produto: Servidor Capacitado									
Execução Física (Un)					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Acumulada	(%) Acumulado
250	7	168	67	3.500.000	1.832.351	1.786.451	97	1.786.451	97

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No período de outubro a dezembro de 2025, foram capacitados 7 (sete) servidores, totalizando 168 (cento e sessenta e oito) capacitações acumuladas no ano, o que representa 67% da meta programada, conforme demonstrado na tabela acima. A execução orçamentária e financeira totalizou um gasto de R\$ 1.786.451,17 (um milhão, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos), representando 97% do total previsto para a ação em 2025, conforme mostrado na tabela acima. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 97% do orçamento inicial previsto.

Destacam-se, no período supracitado, as seguintes capacitações XIX Congresso do IBDP; Gestão Jurídica de Empresas Estatais; IA Aplicada aos Negócios; 2º Seminário de Inteligência Artificial na Gestão Pública; Gestão Avançada de Pessoas e Organizações – Módulo 2; Python Completo Presencial – Módulo II; Certificação em Inteligência Artificial para Advogados; Assessoria, Procuradoria Jurídica e Atuação na Lei nº 14.133; Gestão Patrimonial Efetiva; SPED, REINF e E-social e o Curso de E-social para Autarquias Estaduais com Foco no Regime Próprio de Previdência.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado se refere ao indicado no Manual de Monitoramento do Sigplan, que registra a quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente, mesmo que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em referência.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.

Nesse objetivo, o Igepps também atua na ação de construção de imóveis públicos estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação, o instituto busca realizar reformas e manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No 4º trimestre de 2025, na sede do Igepps (Região Guajará), foram realizadas diversas intervenções técnicas para garantir o pleno funcionamento das instalações prediais, incluindo: manutenção corretiva nos sistemas de abastecimento de água potável e de

reutilização de água, assegurando eficiência e continuidade operacional, serviços hidrossanitários, com substituição de louças, metais e acessórios, promovendo melhores condições de uso e conservação, manutenção hidráulica, com reparos em múltiplos pontos de vazamento identificados na unidade, intervenções elétricas gerais, contemplando a troca de disjuntores, tomadas e lâmpadas e manutenção elétrica no quadro de comando das bombas, garantindo segurança e funcionamento adequado do sistema.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.

Este objetivo visa ampliar a atuação do RPPS, tornando-o seguro e transparente, e fomentando boas práticas de gestão para fortalecer sua governança. Ele atua diretamente na missão e na visão institucionais e subsidia ações de educação previdenciária que consolidem a Previdência Social como política de Estado. Isso é feito por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS a educação previdenciária tem como objetivo capacitar indivíduos, abrangendo o conjunto de ações que envolvem a capacitação, qualificação, treinamento e formação específica. Estas são oferecidas aos servidores públicos do Igepps, segurados, beneficiários, gestores e conselheiros, bem como a diversos profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2025).

A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

No período de outubro a dezembro de 2025, foram capacitados 425 (quatrocentos e vinte e cinco) segurados e beneficiários na Região Guajará, no município de Belém, representando 28% da meta planejada. Dentre as ações do trimestre, destacam-se as diversas iniciativas de Educação Previdenciária promovidas pelo Igepps, abrangendo atividades voltadas à conscientização financeira, preparação para aposentadoria, valorização dos servidores e promoção do envelhecimento ativo. No período, foram realizadas semanas temáticas de educação financeira e previdenciária, palestras sobre regras de aposentadoria nos regimes próprio e geral, encontros com militares, seminários sobre envelhecimento ativo e sustentabilidade, bem como rodas de conversa destinadas a servidores aposentados, promovendo trocas de experiências e reflexões sobre qualidade de vida.

Também integrou as ações do trimestre uma cerimônia solene voltada aos servidores recém-aposentados, por meio do Projeto “Valor em Cada História”, além de atividades voltadas ao fortalecimento da autonomia financeira, como palestras que abordaram organização orçamentária, quitação de dívidas e introdução ao mundo dos investimentos. As

Rodas de Conversa: Bem Viver a Aposentadoria foram realizadas de forma continuada, reforçando o apoio aos segurados em processo de adaptação à nova fase de vida.

No conjunto dessas iniciativas, foram atendidas 425 pessoas, refletindo o compromisso do Igepps em promover orientação, acolhimento e educação previdenciária e financeira de forma ampla e integrada. A meta não foi atingida em razão dos impactos da COP30 e do regime de teletrabalho determinado pelo Decreto nº 4.348/2024. A suspensão das atividades presenciais nos órgãos estaduais entre 5 e 21 de novembro impediu o cumprimento integral do cronograma planejado.

Assim, na tabela abaixo é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 5 — Execução orçamentária/financeira – 34º trimestre de 2025

Ação: Educação Previdenciária											
Produto: Pessoa Capacitada											
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Baixo Amazonas	Santarém	30	-	-	-	2.000	2.000	-		-	-
Carajás	Marabá	30	-	-	-	2.000	2.000	-		-	-
Guajará	Belém	1.500	425	736	28	236.000	236.000	-		-	-
Guamá	Castanhal	60		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Rio Caeté	Capanema	30		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Tocantins	Abaetetuba	30		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Rio Capim	Paragominas	40		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Xingu	Altamira	40		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Total		1.760	45	311	18	250.000	250.000	0	0	0	0

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois estas foram realizadas na Região do Guajará em parceria com órgãos da Administração Pública utilizando a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado

A ação de Gestão Previdenciária do Estado tem como produto o atendimento realizado, visando garantir e ampliar o acesso aos serviços essenciais da previdência estadual. Nesse sentido, todos os atendimentos do Igepps são contabilizados nesta ação, com exceção do atendimento das estações cidadanias que são contabilizados em outro programa do PPA.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do Igepps, na Central de Atendimento (Caten), nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG de Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas), além das unidades móveis do Igepps Itinerante.

O Instituto também possui os canais de atendimentos remotos que são: Requerimento Virtual, Call center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp e webchat) e ouvidoria. Todos os atendimentos descritos acima são contabilizados na ação de gestão previdenciária.

No período outubro a dezembro de 2025, foram realizados 31.227 (trinta e um mil duzentos e vinte e sete) atendimentos. Na região Guajará, em Belém, na sede do Igepps, na Caten foram contabilizados 8.617 (oito mil seiscentos e dezessete) atendimentos e terminal hidroviário 29 (vinte e nove). Pelo atendimento remoto composto pelo *call center*, requerimento virtual e ouvidoria, a demanda de atendimentos foi de 17.370 (dezessete mil trezentos e setenta).

As agências regionais localizadas nas regiões Guamá (Castanhal), Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Rio Capim (Paragominas), Tocantins (Abaetetuba), Rio Caeté (Capanema) e Xingu (Altamira), totalizaram no trimestre 5.211 (cinco mil duzentos e onze) atendimentos. Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 637.116,72 (seiscentos e trinta e sete mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos), representando 21% do total previsto para ação no exercício de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 121% do orçamento inicial previsto.

Na tabela a seguir, é possível observar as ações, os produtos, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 6 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado											
	Produto: Atendimento Realizado											
	Municípios	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)							
		Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta realizada	Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
4º Tri				Ano 2025								
Guajará	Belém	Sede	90.000	8.617	109.054	121	3.000.000	644.600	637.117	21	644.600	21
		Terminal Hidroviário		29								
		Requerimento Virtual		755								
Araguaia		Call Center		16.585								
Guamá		Ouvidoria		30	427	-						
		Unidade Móvel	-	-								
Castanhal		Unidade Móvel	4.500	-	6.627	147						
		Agência		1.231								
Baixo Amazonas	Santarém	Unidade Móvel	2.000	-	6.733	337						
		Agência		1.400								
Carajás	Marabá	Unidade Móvel	1.500	-	2.431	162						
		Agência		483								
Rio Capim	Paragominas	Unidade Móvel	250	-	1.526	610						
		Agência		193								
Tocantins	Abaetetuba	Unidade Móvel	7.000	-	3.544	51						
		Agência		685								
Rio Caeté	Capanema	Unidade Móvel	6.000	-	5.556	93	3.000.000	644.600	637.117	21	644.600	21
		Agência		948								
Xingu	Altamira	Unidade Móvel	1.500	-	1.695	113						
		Agência										
Lago de Tucuruí		Unidade Móvel	-	-	98	-						
Tapajós		Unidade Móvel	-	-	307	-						
TOTAL			112.750	31.227	137.998	95	3.000.000	644.600	637.117	21	644.600	21

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo

No período de outubro a dezembro de 2025, foram realizadas 28 (vinte e oito) ações de publicidade, refletindo um esforço contínuo de comunicação, transparência e fortalecimento do relacionamento com o público servidor.

Ao longo desse período, o Instituto desenvolveu um conjunto expressivo de iniciativas de comunicação, capacitação e engajamento, contemplando campanhas, informativos, treinamentos, eventos e publicações institucionais. Entre essas ações, destacam-se a 3ª Semana de Educação Financeira, o Treinamento do Sistema de Ouvidoria, a Feira do Produtor, o Papo Militar, além de palestras temáticas como os referentes ao Outubro Rosa e ao Dezembro Vermelho, e a realização da 8ª Gincana Solidária de Doação de Sangue. Também foram promovidos cursos técnicos voltados ao Sped, Reinf e eSocial, bem como à Gestão Patrimonial Efetiva, somados a capacitações institucionais relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O período também foi marcado por ações comemorativas e de valorização do servidor, como as atividades alusivas ao Dia do Servidor Público, a Campanha de Iluminação Especial em referência à COP 30, a Cerimônia de Homenagem “Valor em Cada História”, além da tradicional Ação Institucional de Natal. Iniciativas orientadas ao diálogo e ao atendimento especializado também tiveram destaque, como o projeto “Tirando Dúvidas com a Ouvidoria”, as edições do Papo Previdenciário e das Rodas de Conversa sobre Aposentadoria, incluindo a edição temática “Bem Viver a Aposentadoria”.

Em alinhamento às estratégias de modernização tecnológica, o Igepps promoveu ainda o Workshop “Produtividade com Microsoft Copilot” e a Oficina Hackathon Microsoft, voltados à aplicação prática da ferramenta para solução de desafios institucionais. Complementando esse conjunto de ações, foram publicadas edições do informativo Igepps Notícias, reforçando o compromisso do Instituto com a comunicação transparente, contínua e eficiente com seu público.

Na tabela a seguir, é possível observar as ações, os produtos, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 7 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025

Ação: Publicidade das Ações de Governo								
Produto: Campanha Realizada								
Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Acumulada	(%)
20	28	90	450	2.000.000	-	-	-	-

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado por meio das seguintes ações: abastecimento de unidades móveis, concessão de auxílio alimentação, concessão de auxílio transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria da qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

De outubro a dezembro de 2025, foram abastecidos, em média, 7 (sete) veículos por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 47.101,02 (quarenta e sete mil, cento e um reais e dois centavos), representando 10% do total previsto para ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 75% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De outubro a dezembro de 2025, a ação de concessão do auxílio-alimentação, cujo produto é o servidor beneficiado, contemplou em média 145 (cento e quarenta e cinco) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 635.181,80 (seiscentos e trinta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e oitenta centavos), representando 19% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 99% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De outubro a dezembro de 2025, a ação de concessão de auxílio transporte, que também tem como produto o servidor beneficiado, contemplou em média 86 (oitenta e seis) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 19.177,18 (dezenove mil, cento e setenta e sete reais e dezoito centavos), representando 20% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 93% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela acima, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De outubro a dezembro de 2025, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 104 (cento e quatro) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 44.914.720,39 (quarenta e quatro milhões, novecentos e quatorze mil, setecentos e vinte reais e trinta e nove centavos), representando 17% do total previsto para a

ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 99% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De outubro a dezembro de 2025, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do Igepps contabilizou em média 177 (cento e setenta e sete) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 5.646.793,36 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), representando 23% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 94% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 8 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	7	54	500.000	486.871	47.101	10	366.871	75
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	260	145	56	5.000.000	3.348.298	635.182	19	3.324.298	180
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	86	86	200.000	97.657	19.177	20	90.476	93
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	100	104	98	209.494.000	259.114.764	44.914.720	17	257.496.772	99
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	320	177	55	50.800.000	25.056.425	5.646.793	23	23.595.346	94

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 Quantitativos de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Ao final do 4º trimestre de 2025, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo o poder Executivo, é de 101.024 (cento e um mil e vinte e quatro) e o quantitativo de 10.334 (dez mil trezentos e trinta e quatro) dos poderes Legislativo e Judiciário, perfazendo um total de 111.358 (cento e onze mil trezentos e cinquenta e oito), no Finanprev e Funprev.

Tabela 9 — Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 4º trimestre de 2025

Poder Executivo								
Finanprev				Funprev				
Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro	Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Ativo	50.600	50.100	51.200	Ativo	9.464	9.304	9.339	60.539
Inativo	31.899	31.885	31.883	Inativo	1	1	1	31.884
Pensionista	8.521	8.541	8.535	Pensionista	66	66	66	8.601
Total	91.020	90.526	91.618	Total	8.928	9.371	9.406	101.024
Poder Legislativo e Judiciário								
Finanprev				Funprev				
Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro	Segurado	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Ativo	5.941	5.877	5.940	Ativo	1.931	1.919	1.943	7.883
Inativo	1.556	1.674	1.671	Inativo	0	0	0	1.671
Pensionista	772	776	774	Pensionista	6	6	6	780
Total	8.269	8.327	8.385	Total	1.937	1.925	1.946	10.334

Fonte: COAF/Igepps

A tabela abaixo mostra quantitativamente, a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares. Na oportunidade, ressaltamos que a categoria militar ao final do quarto trimestre de 2025, apresenta um quantitativo de 34.150 (trinta e quatro mil e cento cinquenta) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo Igepps, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual.

Tabela 10 — Quantitativo de militares no SPSM – 4º trimestre de 2025

Militares SPSM			
Segurados	Outubro	Novembro	Dezembro
Ativo	18.520	18.628	18.874
Inativo	11.454	11.493	11.495
Pensionista	3.787	3.787	3.781
Total	33.761	33.908	34.150

Fonte: COAF/Igepps

Ressalte-se que os quantitativos são dinâmicos, variando mensalmente devido à concessão contínua de novos benefícios previdenciários, ao falecimento de ativos, inativos e pensionistas, à criação de cargos seguida da nomeação de novos servidores públicos ou militares, às exonerações, demissões e outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Com isso, o instituto assiste um total de 145.508 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e oito) segurados, entre inativos, pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

3.2 Receitas Previdenciária – Poder Executivo

O registro contábil das receitas previdenciárias é efetuado de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): Igepps (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), com conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao Banpará.

3.2.1 Finanprev

No 4º trimestre de 2025, na tabela a seguir, apresenta-se as receitas utilizadas pelo Poder Executivo do estado do Pará, as quais totalizaram o montante de R\$ 1.018.331.101,06 (um bilhão dezoito milhões trezentos e trinta e um mil cento e um reais e seis centavos), representando um aumento de 20,47% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev – 4º trimestre de 2025

Poder Executivo – Finanprev (R\$)				Repasses Financeiros (R\$)	
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Subtotal 1	Aporte Complementar (01500)*	Subtotal 1 + Subtotal 2
Out	R\$ 54.743.941,89	R\$ 100.000.000,00	R\$ 219.454.274,18	R\$ 120.566.761,21	R\$ 340.021.035,39
Nov	R\$ 77.047.253,50	R\$ 117.801.789,09	R\$ 251.108.006,87	R\$ 88.499.364,82	R\$ 339.607.371,69
Dez	R\$ 69.167.376,72	R\$ 142.551.116,33	R\$ 268.861.919,40	R\$ 69.840.774,58	R\$ 338.702.693,98
Total	R\$ 200.958.572,11	R\$ 360.352.905,42	R\$ 739.424.200,45	R\$ 278.906.900,61	R\$ 1.018.331.101,06

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/Igepps

Nota: Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

3.2.2 Funprev

A tabela a seguir demonstra que as receitas com arrecadação de contribuição do segurado e do patronal foi estável no 4º trimestre de 2025.

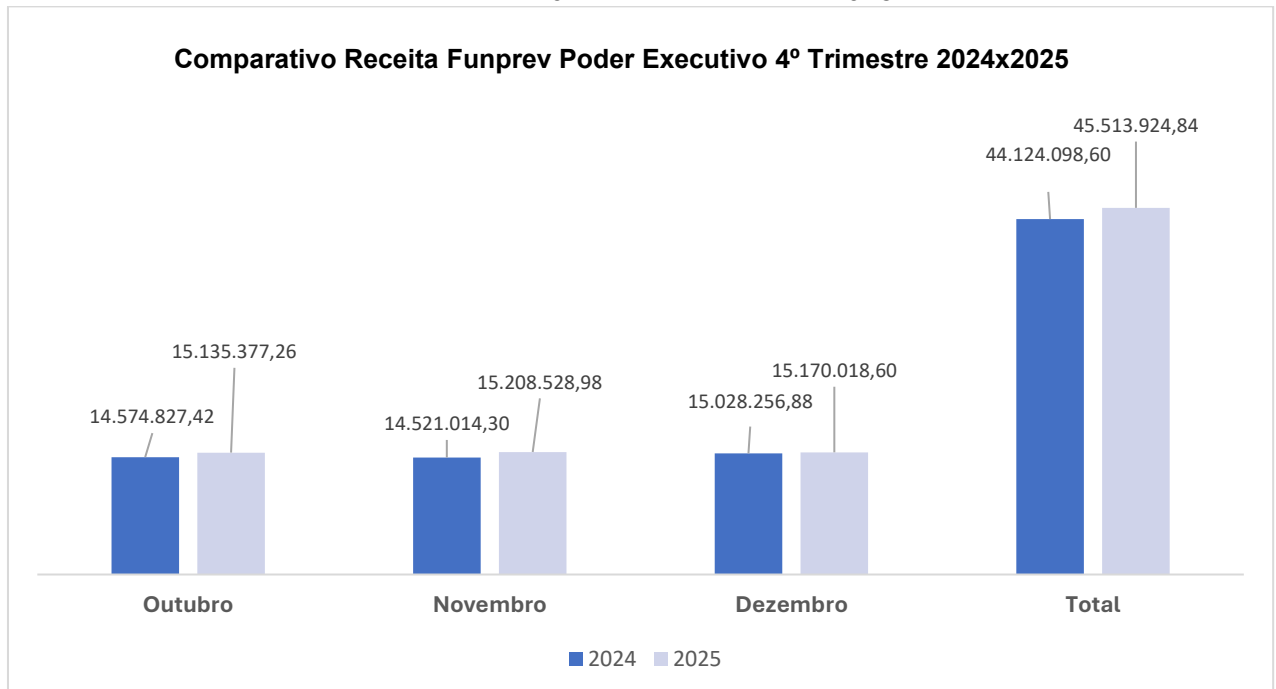
Tabela 12 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 4º trimestre de 2025

Poder Executivo – FUNPREV 2025			
Meses	Segurado	Patronal	Total
Outubro	7.567.688,63	7.567.688,63	R\$ 15.135.377,26
Novembro	7.604.264,49	7.604.264,49	R\$ 15.208.528,98
Dezembro	7.585.009,30	7.585.009,30	R\$ 15.170.018,60
Total	22.756.962,42	22.756.962,42	R\$ 45.513.924,84

Fonte: COAF/Igepps

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No quarto trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 45.513.924,84 (quarenta e cinco milhões quinhentos e treze mil novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos), representando um aumento de 3,15 % em relação às receitas utilizadas no quarto trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024.

Gráfico 1 — Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da Comprex

Na tabela abaixo, é possível saber a situação atual dos pedidos em processamento no INSS e no RPPS.

Tabela 13 — Requerimentos de COMPREV – 4º trimestre de 2025

Estado do Requerimento	2025			
	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Solicitante RPPS/Outros	Total
Criado	0	0	0	0
Em exigência	791	644	73	1.508
Alterado	0	0	0	0
Aguardando análise	4773	2727	1295	8795
Aguardando análise médico	440	0	40	480
Em análise	16	0	0	16
Em análise médico	50	0	0	50
Deferido	3	0	0	3
Indeferido	434	56	5	495
Análise suspensa	22	53	164	239
Em compensação	4181	71	3	4.255
Compensado/Cessado	2022	30	0	2.052
Aguardando compensação de aposentadoria	22	231	36	289
Rejeitado	1121	303	38	1.462
Exigência / Indeferido	40	177	0	217
Indeferido Ratificado	159	63	0	222
Criado / Rejeitado	0	0	0	0
Em conflito	106	45	19	170
Total de Requerimentos	14.180	4.400	1.673	20.253
Em Compensação + Deferido	4.184	71	3	4.258
Em Processamento	6.628	3.933	1.632	12.193

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

No período que compreende o quarto trimestre de 2025, o RPPS/PA demonstrou uma evolução na arrecadação. Contudo, apesar do mês de novembro representar o maior número de requerimentos aprovados no ano de 2025, houve bloqueio de valores em razão do vencimento da CND, tendo os valores do mês em questão liberados na competência de dezembro.

Tabela 14 — Ranking da Compensação Financeira – 4º trimestre de 2025

Posição do RPPS/PA EM 2025				
Mês	Colocação Entre todos os RPPS	Colocação Entre os Estados e DF	Valor Arrecadado	Varição em Relação ao Mês Anterior
Outubro	27 ^a	17 ^o	5.568.304,60	0,00%
Novembro	1729 ^a	26 ^o	0,00	0,00%
Dezembro	13 ^a	9 ^o	6.421.776,08	100,00%
Total			11.990.080,68	-

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

De toda forma, a atuação do RPPS/PA no quarto trimestre demonstrou consistência e solidez, resultando no posicionamento do regime entre os dez melhores RPPS estaduais no mês de dezembro de 2025 e o 13º entre todos os RPPS.

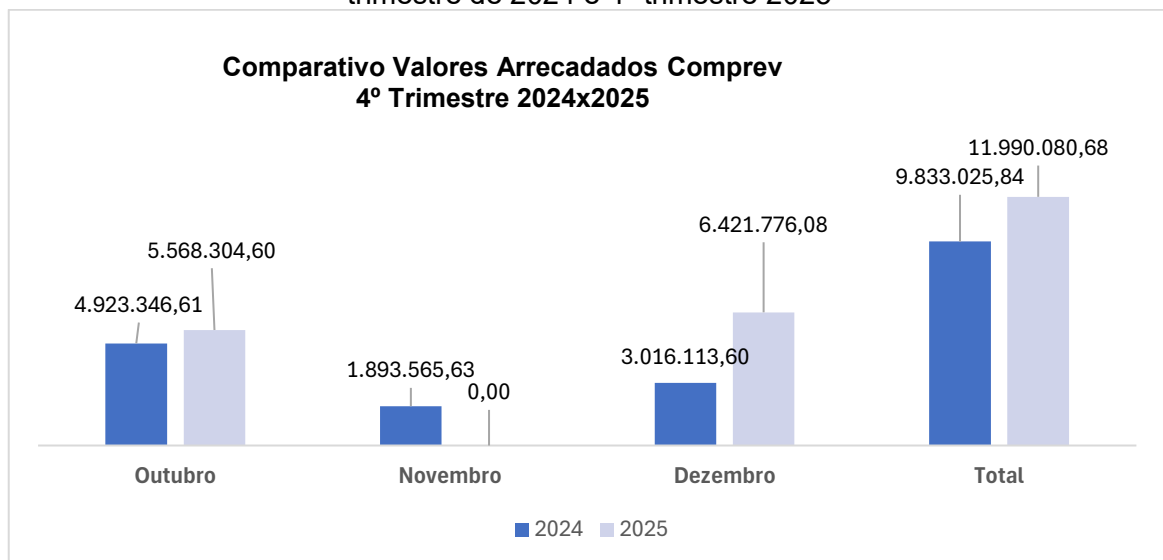
Tabela 15 — Valores Recuperados de COMPREV – 4º trimestre de 2025

Meses	2025					
	Requerimentos		Valores			Líquido Recuperado
	Aprovados	Com Prescrição	Bruto	Perdido	Devido RGPS	
Outubro	22	19	7.925.339,42	1.961.307,00	395.727,82	5.568.304,60
Novembro	43	37	8.261.396,42	801.252,48	1.722.582,77	5.737.561,17
Dezembro	3	2	2.062.745,38	31.674,73	1.346.855,74	684.214,91
Total	68	58	18.249.481,21	2.794.234,20	2.039.676,10	11.990.080,68

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

Este desempenho sublinha a manutenção dos esforços da administração na arrecadação de recursos de compensação, visando a redução do déficit previdenciário.

Gráfico 2 — Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025



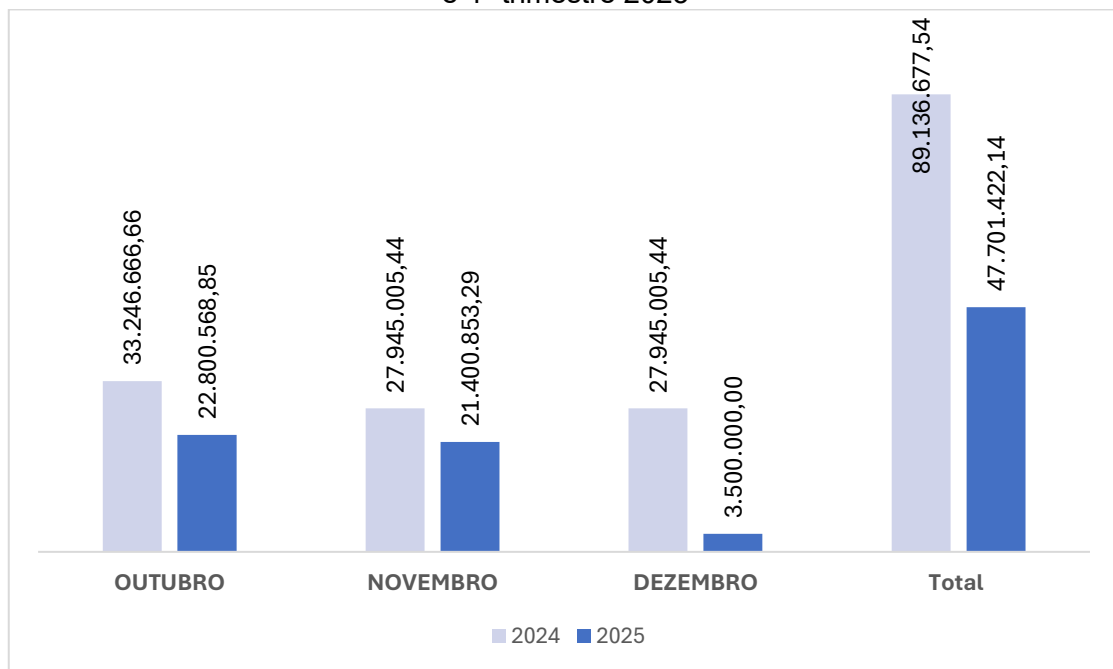
Fonte: COAF/Igepps

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 9 de janeiro de 2002, artigo 74, inciso IV, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.022, de 4 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 802 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual.

No 4º trimestre de 2025, a Taxa de Administração foi de 47.701.422,14 (quarenta e sete milhões, setecentos e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quatorze centavos), representando um aumento de 46% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3 — Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No 4º trimestre de 2025, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com significativa melhora na eficiência da arrecadação, através do sistema SISPREV. Foi criada uma rotina diária para acompanhar as conciliações bancárias do Igepps, atualizando os valores pendentes de pagamento. Essas cobranças são revistas toda semana e enviadas novamente aos representantes dos municípios.

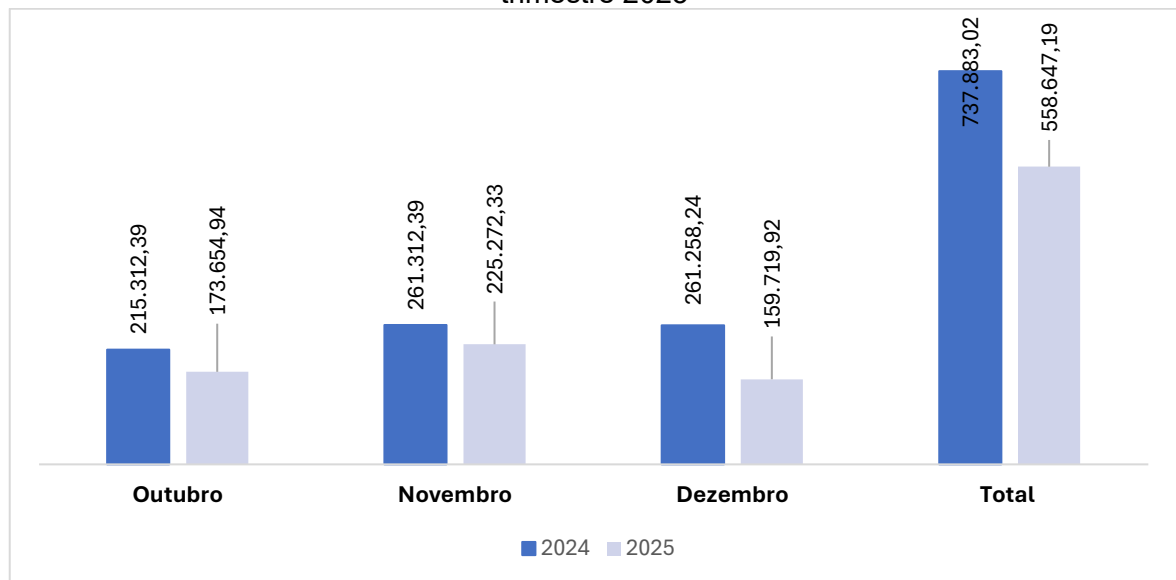
Tabela 16 — Quadro comparativo das dívidas das prefeituras – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025

4º Trimestre de 2024 R\$ 737.883,02			4º Trimestre de 2025 R\$ 558.647,19		
Outubro	Novembro	Dezembro	Outubro	Novembro	Dezembro
215.312,39	261.312,39	261.258,24	173.654,94	225.72,33	159.719,92

Fonte: COAF/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa do saldo das dívidas das prefeituras, apresentando um aumento de 24%. entre o 4º trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025.

Gráfico 4 — Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos fundos de investimento, apresenta-se o desempenho obtido no 4º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo.

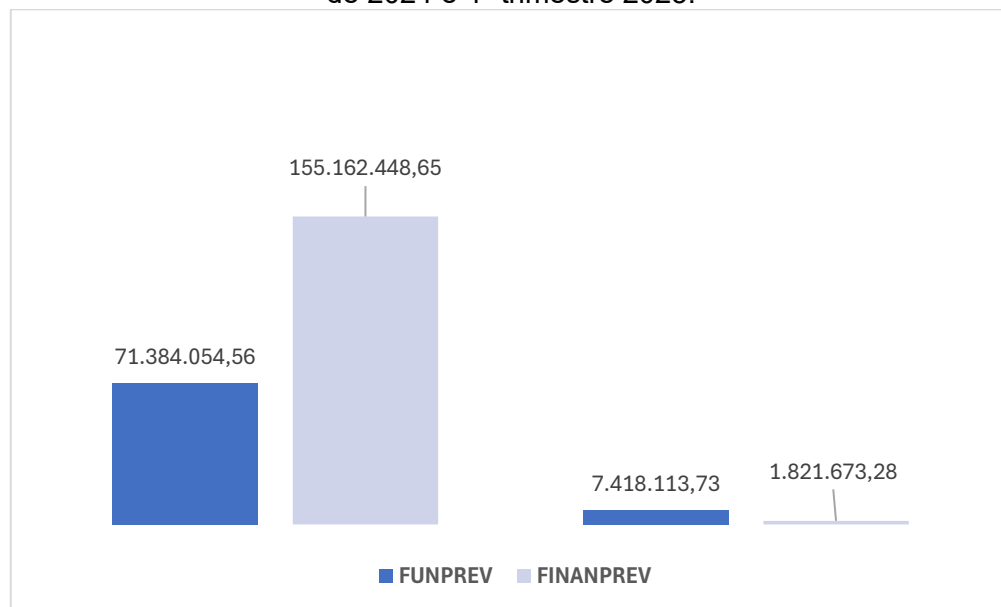
Tabela 17 — Rentabilidade dos Fundos – 4º trimestre de 2025

Mês	2025	
	FUNPREV	FINANPREV
Outubro	R\$ 56.258.964,28	R\$ 766.719,72
Novembro	R\$ 57.143.426,32	R\$ 910.066,87
Dezembro	R\$ 41.760.058,05	R\$ 144.886,69
Total	R\$ 155.162.448,65	R\$ 1.821.673,28

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa da rentabilidade dos fundos de investimento. No 4º trimestre de 2025, a rentabilidade do Funprev atingiu R\$ 155.162.448,65 (cento e cinquenta e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), representando um aumento de 17,36 % em comparação ao mesmo período de 2024. O fundo Finanprev atingiu R\$ 1.821.673,28 (um milhão, oitocentos e vinte um mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos), representando uma redução de 75,44% em comparação ao mesmo período de 2024.

Gráfico 5 — Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025.



Fonte: COAF/Igepps

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

Analisando especificamente o Finanprev no 4º trimestre de 2025, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

Após análise dos dados verificados na tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do Funprev no 4º trimestre de 2025, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Tabela 18 — Despesas folhas de inativos e pensionistas – 4º trimestre de 2025.

2025										
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FINANPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família	Total Folha Bruta Inativos	Total Folha Bruta Pensionistas	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação	Militar	Civil	Militar	Ativos			
Outubro	88.589.591,00	6.564.420,22	194.523.676,01	150.843.645,66	50.349.108,32	31.755.248,72		490.870.441,21	82.104.357,04	522.625.689,93
Novembro	88250.249,76	6.574.090,65	194.554.773,22	152.205.906,16	50.233.964,83	31.780.404,13		491.818.984,01	82.014.368,35	523.599.388,14
Dezembro	88.015.566,94	6.574.090,65	194.520.140,45	151.703.871,09	49.598.656,10	31.376.938,40		490.412.325,23	90.975.594,50	521.789.263,63
Total	264.855.407,70	19.712.601,52	583.598.589,68	454.753.422,91	150.181.728,64	94.912.591,25		1.568.014.341,70	245.094.319,89	1.568.014.341,70
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FUNPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família		Total das Despesas	
	Civil	Militar	Saúde	Educação	Militar	Civil	Ativos			
Outubro	4.475,35	-	-	-	-	86.770,92			91.246,27	
Novembro	4.475,35	-	-	-	-	95.064,89			99.540,24	
Dezembro	4.475,35	-	-	-	-	93.889,93			98.365,28	
Total	13.423,05	0,0	0,0	0,0	0,0	275.725,70	0,0		289.151,79	

Fonte: COAF/Igepps

3.7 RECEITAS E DESPESAS

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares criado em 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no 4º trimestre de 2025, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do Igepps de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares, conforme a tabela abaixo.

Tabela 19 — Receitas e Despesas SPSM – 4º trimestre de 2025.

2025			
Receitas (R\$) – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	13.978.659,54	2.875.507,33	16.854.166,87
Novembro	14.027.003,59	2.858.526,73	16.885.530,32
Dezembro	13.712.502,31	2.772.305,16	16.484.807,47
Total	41.718.165,44	8.506.339,22	50.224.504,66
Despesas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	150.843.645,66	31.755.248,72	182.598.894,38
Novembro	152.205.906,16	31.780.404,13	183.986.310,29
Dezembro	151.703.871,09	31.376.938,40	183.080.809,49
Total	454.753.422,91	94.912.591,25	549.666.014,16

Fonte: COAF/Igepps

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado - DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado - Alepa, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Tribunal de Justiça do Estado - TJE/PA e Justiça Militar - JME, Ministério Público do Estado - MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas a seguir.

3.8.1 Finanprev

Tabela 20 — Receitas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 4º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias DPE 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Outubro	551.925,55	1.776.264,28	-	-	2.328.189,83
Novembro	1.892.194,96	3.108.606,18	-	-	5.000.801,14
Dezembro	1.894.740,33	3.202.111,42	-	-	5.096.851,75
Total	4.338.860,84	8.086.981,88	0,00		0,00

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 21 — Despesas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 4º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias DPE			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	4.499.455,37	805.705,16	5.305.160,53
Novembro	4.499.455,37	805.705,16	5.305.160,53
Dezembro	4.499.455,37	805.705,16	5.305.160,53
Total	13.498.366,11	2.417.115,48	15.915.481,59

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 22 — Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 4º trimestre/25

Receitas Previdenciárias ALEPA 4º Trimestre 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Outubro	1.862.893,38	4.253.414,70		-	6.116.308,08
Novembro	2.588.138,59	4.243.727,69		-	6.831.866,28
Dezembro	2.581.823,95	4.241.567,93		-	6.823.391,88
Total	8.094.982,16	13.414.380,05	0,00	0,00	21.509.362,21

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 23 — Desp previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 4º trimestre/25

Despesas Previdenciárias ALEPA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	5.500.059,68	1.527.508,79	7.027.568,47
Novembro	5.196.424,68	1.599.439,86	6.795.864,54
Dezembro	5.478.470,84	1.579.544,19	7.058.015,03
Total	16.174.955,20	4.706.492,84	20.881.448,04

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 24 — Receitas Previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 4º Trimestre 2025.

Receitas Previdenciárias TCE/PA 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Outubro	1.685.010,53	2.768.231,58		-	4.453.242,11
Novembro	1.686.932,59	2.771.389,25		-	4.458.321,84
Dezembro	1.886.957,87	3.131.252,70		-	5.018.210,57
Total	5.258.900,99	8.670.873,53	-	-	13.929.774,52

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 25 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 4º trimestre/2025.

Despesas Previdenciárias TCE/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	4.787.244,70	1.478.243,89	6.265.488,59
Novembro	4.787.244,70	1.478.243,89	6.265.488,59
Dezembro	5.173.034,31	1.504.260,03	6.677.294,34
Total	14.747.523,71	4.460.747,81	19.208.271,52

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 26 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 4º trimestre 25

Receitas Previdenciárias TCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	875.244,77	1.442.482,23	2.317.727,00
Novembro	877.505,09	1.441.615,62	2.319.120,71
Dezembro	949.064,73	1.545.823,40	2.494.888,13
Total	2.701.814,59	4.429.921,25	7.131.735,84

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 27 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 4º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias TCM/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	2.279.942,31	517.440,17	2.797.382,48
Novembro	2.261.167,08	521.615,69	2.782.782,77
Dezembro	2.219.321,69	513.698,44	2.733.020,13
Total	6.760.431,08	1.552.754,30	8.313.185,38

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 28 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 4º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias TJ JME 2025			
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	TOTAL
Outubro	9.152.635,57	8.667.574,19	17.820.209,76
Novembro	10.557.516,43	17.340.687,49	27.898.203,92
Dezembro	10.492.117,22	17.237.049,46	27.729.166,68
Total	30.202.269,22	43.245.311,14	73.447.580,36

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 29 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 4º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias TJ JME			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	16.063.558,97	4.356.736,32	20.420.295,29
Novembro	16.087.778,85	4.383.177,11	20.470.955,96
Dezembro	16.101.850,96	4.365.228,27	20.467.079,23
Total	48.253.188,78	13.105.141,70	61.358.330,48

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 30 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 4º trimestre/25

Receitas Previdenciárias MPE 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	4.352.665,62	7.148.931,62	11.501.597,24
Novembro	4.108.325,49	6.749.391,89	10.857.717,38
Dezembro	4.123.597,06	6.775.109,04	10.898.706,10
Total	12.584.588,17	20.673.432,55	33.258.020,72

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 31 — Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 4º trimestre/25

Despesas Previdenciárias MPE			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	5.895.896,56	1.795.742,60	7.691.639,16
Novembro	6.049.517,67	1.791.736,92	7.841.254,59
Dezembro	5.901.329,59	1.790.519,94	7.691.849,53
Total	17.846.743,82	5.377.999,46	23.224.743,28

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 32 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 4º trimestre/25

Receitas Previdenciárias MPC/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	171.787,20	282.222,02	454.009,22
Novembro	212.466,75	349.052,55	561.519,30
Dezembro	212.466,75	349.052,55	561.519,30
Total	596.720,70	980.327,12	1.577.047,82

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 33 — Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 4º trimestre/25

Despesas Previdenciárias MPC/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	171.787,20	282.222,02	454.009,22
Novembro	212.466,75	349.052,55	561.519,30
Dezembro	212.466,75	349.052,55	561.519,30
Total	596.720,70	980.327,12	1.577.047,82

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 34 — Receitas prev-Ministério Público de Contas dos Municípios/MPCM – 4º trimestre/25.

Receitas Previdenciárias MPCM/PA 2025			
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Outubro	63.092,24	103.651,52	166.743,76
Novembro	68.566,01	136.140,19	204.706,20
Dezembro	68.566,01	136.140,19	204.706,20

Total	200.224,26	375.931,90	576.156,16
--------------	-------------------	-------------------	-------------------

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 35— Despesas previd - Minist Púb de Contas dos Municípios/MPCM - 4º Trimestre 25

Despesas Previdenciárias MPCM/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Outubro	158.859,42	36.244,19	195.103,61
Novembro	158.859,42	36.244,19	195.103,61
Dezembro	158.235,14	36.244,19	224.479,33
Total	505.953,98	108.732,57	614.686,55

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 36- Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE - FUNPREV– 4º Trimestre 2025.

Receitas Previdenciárias DPE FUNPREV 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Outubro	224.620,74	224.620,74	-	-	449.241,48
Novembro	220.495,73	220.495,73	-	-	440.991,46
Dezembro	214.709,54	214.709,54	-	-	429.419,08
Total	659.826,01	659.826,01	-	-	1.319.652,02

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 37 — Receitas previd – Tribunal de Contas do Estado/TCE FUNPREV– 4º trimestre/25

Receitas Previdenciárias TCE FUNPREV 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Outubro	359.009,72	359.009,72	-	-	718.019,44
Novembro	359.932,38	359.932,38	-	-	719.864,76
Dezembro	364.112,07	364.112,07	-	-	728.224,14
Total	1.083.054,17	1.083.054,17			2.166.108,34

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 38 — Receitas previd – Trib Justiça/Justiça Militar TJ/JME FUNPREV 4º trimestre 25

Receitas Previdenciárias TJ JME FUNPREV 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Outubro	1.697.056,99	1.697.056,99	-	-	3.394.113,98
Novembro	1.656.075,34	1.656.075,34	-	-	3.312.150,68
Dezembro	1.652.112,30	1.652.112,30	-	-	3.304.224,60
Total	5.005.244,63	5.005.244,63			10.010.489,26

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 39 — Receitas previd-Ministério Público do Estado/MPE FUNPREV–4º trimestre/2025.

Receitas Previdenciárias MPE FUNPREV 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	501.892,47	501.892,47	1.003.784,94

Novembro	520.617,85	520.617,85	1.041.235,70
Dezembro	541.206,22	541.206,22	1.082.412,44
Total	1.563.716,54	1.563.716,54	3.127.433,08

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 40 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA FUNPREV– 4º trimestre/25.

Receitas Previdenciárias MPC/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	98.784,05	98.784,05	197.568,10
Novembro	96.847,26	96.847,26	193.694,52
Dezembro	96.847,26	96.847,26	193.694,52
Total	292.478,57	292.478,57	584.957,14

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 41 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA/FUNPREV – 4º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias MPCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	2.284,06	2.284,06	4.568,12
Novembro	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Dezembro	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Total	9.136,24	9.136,24	18.272,48

Fonte: COAF/Igepps.

Tabela 42 — Receitas Previdenciárias – Ministério Público dos Municípios/TCM/PA FUNPREV– 4º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias TCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Outubro	82.547,07	82.547,07	165.094,14
Novembro	82.547,08	82.547,08	165.094,16
Dezembro	84.211,15	84.211,15	168.422,30
Total	249.305,30	249.305,30	498.610,60

Fonte: COAF/Igepps

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL - NUGIN

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei nº 9.717/98 e Portaria MTP nº 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de Segurados – Finanprev

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016, conforme a tabela abaixo.

Tabela 43 — Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	59.527	58.083	55.168
Inativos	31.209	31.684	33.228
Pensionistas	8.323	8.990	9.292
Total	99.059	98.757	97.688

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2023 a 2025, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de Segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017, conforme a tabela a seguir.

Tabela 44 — Quantitativo Funprev – 2023 a 2025

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	6.915	9.174	10.658
Inativos	2	2	6
Pensionistas	65	72	89
Total	6.982	9.248	10.753

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

4.1.3 Massa de segurados - SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev, conforme a tabela abaixo.

Tabela 45 — Quantitativo SPSM – 2023 a 2025

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	18.683	18.195	17.376
Inativos	9.645	10.192	10.809
Pensionistas	3.973	4.095	4.256
Total	32.301	32.482	32.441

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Esclarecemos que os valores referentes a receitas e despesas realizadas são capturadas no RREO disponibilizado, bimestralmente, pela Secretaria da Fazenda.

Tabela 46 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025

Finanprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	1.708.034	1.908.777	2.641.083
Receita Realizada	3.101.147	3.140.217	2.953.956
Variação %	81,56%	64,51%	11,85%

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025, referem-se ao acumulado de janeiro a dezembro

Em 2025, no acumulado de janeiro a dezembro, as receitas realizadas no Finanprev são superiores às receitas estimadas atuarialmente em 11,85%.

Tabela 47 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025

Funprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	539.001	587.488	505.275
Receita Realizada	221.003	245.249	260.826
Variação %	-59,00%	-58,25%	-48,38%

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de janeiro a dezembro.

Percebe-se que em 2025, no acumulado de janeiro a dezembro, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 48,38%.

Tabela 48 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025

SPSM	2023	2024	2025
Receita Estimada	840.784	963.685	1.036.482
Receita Realizada	881.311	931.031	938.735
Variação %	4,82%	-3,39%	-9,43

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de janeiro a dezembro.

Observa-se que em 2025, no acumulado de janeiro a dezembro, as receitas realizadas no SPSM estão menores que as receitas estimadas atuarialmente em 9,43%.

4.3 EVOLUÇÕES DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Tabela 49 — Comparativo Finanprev– 2023 a 2025

Finanprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	5.393.535	6.079.737	7.283.124
Despesa Realizada	4.416.837	4.892.260	5.144.092
Variação %	-18,11%	-19,53%	-29,37%

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de Janeiro a Dezembro.

Em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 29,37%.

Tabela 50 — Comparativo Funprev– 2023 a 2025

Funprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	7.162	7.870	28.151
Despesa Realizada	884	1.096	1.669
Variação %	-87,66%	-86,07%	-94,07%

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de Janeiro a Dezembro.

Em 2025, no acumulado de janeiro a dezembro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 94,07%.

Tabela 51 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025

SPSM	2023	2024	2025
Despesa Estimada	1.753.431	2.060.384	2.285.651
Despesa Realizada	1.941.545	2.201.135	2.322.113
Variação %	10,73%	6,83%	1,60%

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de Janeiro a Dezembro.

Em 2025, no acumulado de janeiro a dezembro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 1,60%.

4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.4.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 52 — Hipóteses biométricas – 2023 a 2025

Hipóteses Biométricas	2023	2024	2025
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	IPEA -NS
Mortalidade de inválidos	IBGE 2021	IBGE 2022	IPEA -NS
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/Igepps

4.4.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a tabela abaixo.

Tabela 53 — Hipóteses demográficas - 2023 a 2025

Hipóteses Demográficas	2023	2024	2025
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge Mulher 3 anos mais nova ou cônjuge homem 3 anos mais velho
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/Igepps

4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 54 — Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,82% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 55 — Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	6,51% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 56 — Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2025

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,93% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público, conforme a tabela abaixo.

Tabela 57 — Custeio Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	23%	23%	23%

Fonte: Nugin/Igepps

Tabela 58 — Custeio Previdenciário Funprev– 2023 a 2025

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	14%	14%	14%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 59 — Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2025

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	10,50%	10,50%	10,50%
Inativo	10,50%	10,50%	10,50%
Pensionista	10,50%	10,50%	10,50%
Ente Público	18,00%	18,00%	18,00%

Fonte: Nugin/Igepps

As avaliações atuariais de 2023, 2024 e 2025 indicam que as alíquotas de Custeios Previdenciários permaneçam constantes e que os déficits dos fundos Finanprev e SPSM sejam garantidos pelo tesouro estadual.

4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte:

Tabela 60 — Custos % por benefícios - Finanprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	28,76%	28,75%	34,06%
Aposentadoria por Invalidez	2,19%	2,17%	0,65%
Pensões	4,05%	4,08%	0,29%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	37,00%	37,00%	37,00%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 61 — Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	17,60%	17,93%	22,76%
Aposentadoria por Invalidez	4,36%	3,93%	2,26%
Pensões	3,47%	3,57%	0,98%
Despesas Administrativas*	2,57%	2,57%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,00%	28,00%	28,00%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 62 — Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	19,79%	19,92%	25,52%
Aposentadoria por Invalidez	2,39%	2,30%	0,71%
Pensões	4,32%	4,28%	0,27%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,50%	28,50%	28,50%

Fonte: Nugin/Igepps

As tabelas acima representam o histórico dos custeios calculados atuarialmente demonstrando os percentuais por fundos e benefícios.

4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente.
- **Prov. Matemática BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios.
- **Prov. Matemática BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- **Prov. Matemática Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemática BC com a Prov. Matemática BaC.
- **Superávit (+) / Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemática Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexos: das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de agosto de 2022, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 63 — Evolução Finanprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício: Finanprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	604.796.627,40	439.072.034,89	-
Prov. Matemát. BC	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36	49.647.728.490,75
Prov. Matemát. BaC	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20	41.337.989.165,08
Prov. Matemát. Total	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56	90.985.717.655,83
Superávit(+)/Déficit(-)	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67	-90.985.717.655,83

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 64 — Evolução Funprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14	4.342.922.859,38
Prov. Matemát. BC	49.076.908,86	52.034.404,83	66.206.900,11
Prov. Matemát. BaC	15.016.127,33	369.586.017,47	-404.667.064,54
Prov. Matemát. Total	64.093.036,19	421.620.422,30	-338.460.164,43
Superávit(+)/Déficit(-)	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84	4.681.383.023,81

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 65 — Evolução SPSM– 2023 a 2025

Tipo de Benefício SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	21.489.805,01	-	
Prov. Matemát. BC	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55	23.396.105.428,80
Prov. Matemát. BaC	-262.090.862,97	2.206.965.586,56	4.055.780.468,18
Prov. Matemát. Total	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11	27.451.885.896,98
Superávit(+)/Déficit(-)	-19.978.910.909,50	-25.863.673.127,11	-27.451.885.896,98

Fonte: Nugin/Igeprev

Os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – Igepps realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (Nugin), setor interno do Instituto responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando atingir a meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do terceiro trimestre do ano de 2025 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2025, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do Igepps Pará fechou o quarto trimestre de 2025 composta por 69 ativos, distribuídos entre 43 fundos de investimentos distribuídos entre 19 gestores, além das operações compromissadas (LFT) executadas pelo banco do Estado - Banpará, Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e 01 Letra Financeira emitida pelo banco BTG PACTUAL, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM).

O rendimento acumulado dos três fundos no período foi de R\$ 157.426.496,94 (cento e cinquenta e sete milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), o que representa um aumento de cerca de 50% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atribuído principalmente à manutenção da taxa SELIC em patamares elevados e à recuperação da bolsa brasileira em razão da entrada de capital estrangeiro.

Tabela 66 — Carteira Global do Igepps – 4º trimestre de 2025.

Carteira	Receita Acumulada			Rendimento Acumulado	Patrimônio Líquido (31/12/2025)
	Aplicação	Resgate	Amortização		
Funprev	416.796.915,76	468.652.811,22	42.360.271,19	155.162.448,78	4.643.337.397,24
Finanprev	513.096.130,18	422.573.892,19	-	1.821.675,89	93.849.834,18
SPSM	162.266.168,96	135.598.095,84	-	442.372,26	27.110.444,69
Disp. Financeira				-	138.339.650,93
Total 4º Trimestre	1.092.159.214,90	1.026.824.799,25	42.360.271,19	157.426.496,94	4.902.637.327,04

Fonte: Nugin/Igepps

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do Igepps.

Abaixo o resumo da movimentação da carteira global no ano. No total, os fundos registraram ganho financeiro da ordem de R\$ 616,2 milhões e encerramos o ano com PL de 4,9 Bi sob gestão.

Tabela 67 — Carteira Global do Igepps – 4º trimestre de 2025.

Carteira	Receita Acumulada			Rendimento Acumulado	Patrimônio Líquido (31/12/2025)
	Aplicação	Resgate	Amortização		
Funprev	827.526.509,98	1.004.839.834,81	126.805.729,10	603.875.949,90	4.643.337.397,24
Finanprev	2.266.802.441,02	2.231.866.268,19		9.831.839,89	93.849.834,18
SPSM	707.661.179,34	683.091.788,77	-	2.541.061,73	27.110.444,69
Disp. Financeira	-	-	-	-	138.339.650,93
Total 2025	3.801.990.130,34	3.919.797.891,77	126.805.729,10	616.248.851,52	4.902.637.327,04

Fonte: Nugin/Igepps

Os ativos e seus respectivos recursos estão distribuídos entre as classes de renda fixa, renda variável, exterior e investimentos estruturados, enquadrados de acordo com a política de investimentos/2025. Observa-se que a estratégia de alocação da carteira é majoritariamente em renda fixa (82,37%), caracterizando o perfil conservador para a carteira previdenciária.

Tabela 68 — Enquadramento do Igepps de acordo com a Política de Investimentos 2025 – 4º trimestre.

Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.924.218.418,92	82,37%		82,50%		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (SELIC)	2.130.633.462,59	44,72%	0,00%	55,00%	100,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	522.194.175,46	10,96%	0,00%	10,00%	55,00%	100,00%
Art. 7º, I, "c"	FI Índices RF (ETF) 100% Tít. Públicos (negociados em bolsa)		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	120.737.871,48	2,53%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.047.856.418,86	21,99%	0,00%	10,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, III "b"	ETF - Renda Fixa CVM		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	58.534.949,16	1,23%	0,00%	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Senior	2.472.151,15	0,05%	0,00%	0,00%	0,50%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	41.789.390,22	0,88%	0,00%	5,00%	5,00%	10,00%
Art. 7º, V "c"	Debêntures Incentivadas		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Renda Variável		339.788.804,93	7,13%		5,00%		40%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	339.788.804,93	7,13%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Art. 8º, I "b"	FI ETF RV CVM		0,00%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Exterior		220.457.645,55	4,63%		6,00%		10%
Art. 9º, I "a"	Fundos de Renda Fixa - Dívida Externa	-	0,00%	0,00%	1,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	121.438.787,27	2,55%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	99.018.858,28	2,08%	0,00%	2,00%	10,00%	10,00%
Estruturados		279.832.806,70	5,87%		6,50%		20%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	81.707.092,02	1,71%	0,0%	2,00%	10,00%	10,0%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	198.125.714,68	4,16%	0,0%	4,50%	5,00%	5,0%
Art. 10º, I, "c"	FI Ações - Mercado de Acesso		0,00%	0,0%	0,00%	5,00%	5,0%
Fundos Imobiliários		-	0,00%		0,0%		10,0%
Art. 11º	Fundos Imobiliários (FII)	-	0,00%	0,0%	0,0%	5,0%	10,0%
Empréstimos Consignados		-	0,00%		0,0%		10,0%
Art. 12º, II	Empréstimos Consignados	-	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%
Total da Carteira		4.764.297.676,10	100,00%		100,00%		
Disponibilidade Financeira		138.339.650,93					
Total Geral		4.902.637.327,03					

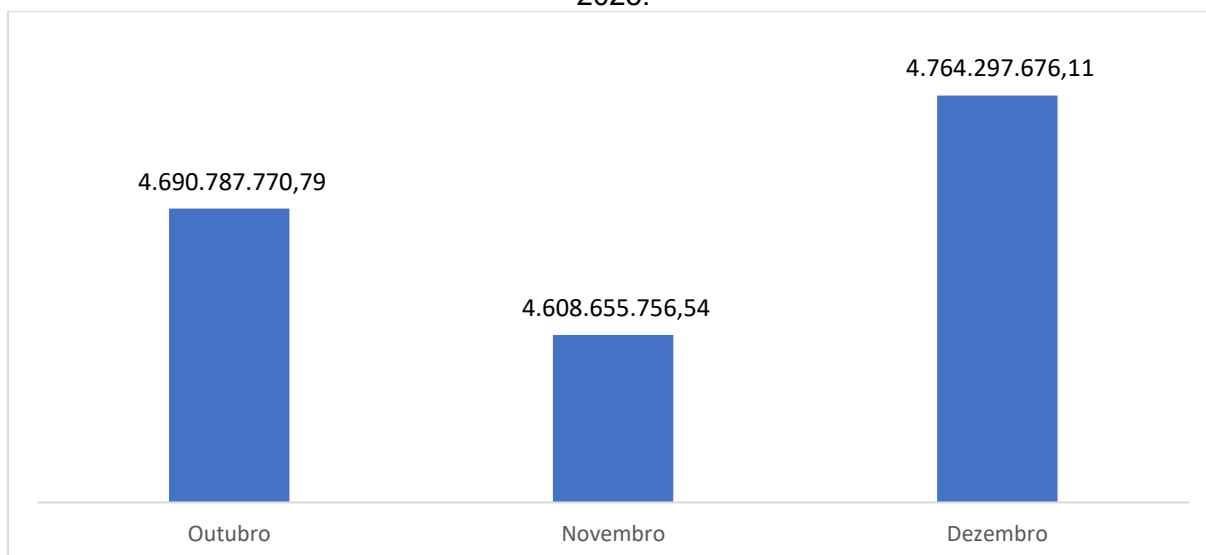
Fonte: NUGIN/IGEPPS

A equipe técnica do Nugin realiza o monitoramento da carteira visando atender aos limites da Resolução CMN 4.963/2021 e às estratégias definidas na Política de Investimentos.

5.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global

O patrimônio líquido global gerido pelo Igepps encerrou o terceiro trimestre de 2025 com um volume de R\$ 4.764.297.676,11 (quatro bilhões setecentos e sessenta e quatro milhões duzentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta e seis reais e onze centavos) sob gestão. Este número representa um incremento de 9% em relação ao fechamento do ano passado.

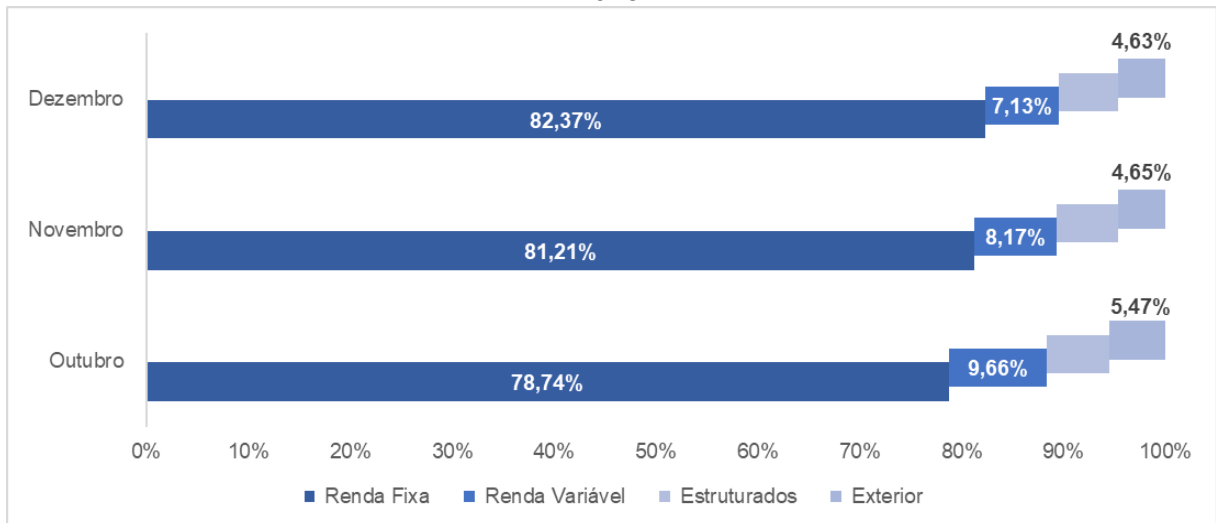
Gráfico 6 — Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) —4º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Quanto ao segmento, a renda fixa representa posição majoritária da carteira de investimentos, terminando o quarto trimestre com 82,37% da carteira, com o objetivo de alcançar até 82,5%, conforme política de investimentos 2025 aprovada. Em comparação com o mesmo trimestre do ano passado, houve aumento de 4% de exposição ao seguimento. Assim, a renda fixa continuará sendo a base do portfólio de RPPS, especialmente com o cenário de juros elevados no Brasil.

Gráfico 7 — Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 4º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Como forma de diversificação, os recursos são distribuídos entre diversas instituições financeiras, que passaram por um processo de credenciamento, o que demonstra que os recursos são aplicados em instituições idôneas e consolidadas no mercado. Quase a metade da carteira (44,72%) está aplicada em títulos do Tesouro Nacional, seguida de grandes bancos públicos ou privados como é o caso do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander.

Tabela 69 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 4º trimestre de 2025.

INSTITUIÇÕES	31/10/2025		28/11/2025		31/12/2025	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	2.133.722.340,04	45,49%	2.112.879.811,26	45,85%	2.130.633.462,59	44,72%
BB Asset Management	406.068.834,14	8,66%	386.645.883,85	8,39%	357.057.719,27	7,49%
Itaú	473.150.831,65	10,09%	544.976.622,29	11,83%	548.687.791,92	11,52%
Bradesco	461.807.291,77	9,84%	391.794.267,32	8,50%	396.386.063,03	8,32%
Santander	182.683.593,95	3,89%	334.317.250,72	7,25%	364.618.778,32	7,65%
BTG Pactual	302.050.116,22	6,44%	288.900.029,95	6,27%	290.373.036,80	6,09%
Caixa Econômico Asset	89.334.386,81	1,90%	47.823.178,02	1,04%	49.316.708,69	1,04%
Safra Asset Management	63.375.498,48	1,35%	20.307.210,26	0,44%	20.216.187,27	0,42%
Vinci Partners	116.910.272,23	2,49%	127.858.389,40	2,77%	130.629.824,42	2,74%
Kinea Investimentos	123.357.495,42	2,63%	123.916.193,07	2,69%	124.609.513,73	2,62%
Western Asset	50.352.659,36	1,07%	48.127.512,69	1,04%	49.702.149,59	1,04%
Bahia Asset	55.983.118,54	1,19%	39.340.838,73	0,85%	39.768.695,94	0,83%
XP Asset Management	39.845.366,05	0,85%	40.951.521,36	0,89%	42.827.657,00	0,90%
AZ Quest Investimentos	35.239.470,91	0,75%	38.286.837,35	0,83%	36.651.619,39	0,77%
Occam Brasil	26.591.098,17	0,57%	28.350.662,22	0,62%	28.381.697,26	0,60%
Pátria Investimentos	30.994.994,31	0,66%	30.984.062,57	0,67%	30.582.914,27	0,64%
BNP Paribas Asset	465.227,30	0,01%	511.246,37	0,01%	495.972,26	0,01%
Genial Banco	2.550.334,22	0,05%	2.537.495,69	0,06%	2.472.151,15	0,05%
Porto Seguro Investimentos	144.899,11	0,00%	146.743,44	0,00%	147.861,73	0,00%
Banpará (LFT)	96.159.942,12	2,05%	0,00	0,00%	120.737.871,48	2,53%
Total Aplicado	4.690.787.770,79	100%	4.608.655.756,54	100%	4.764.297.676,11	100%

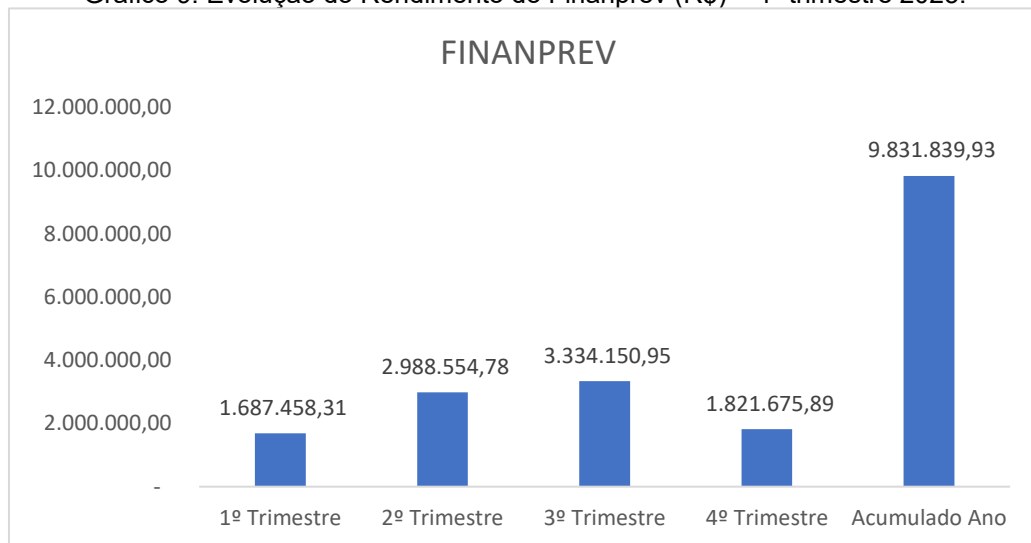
Fonte: Nugin/Igepps

5.3 CARTEIRA FINANPREV

5.3.1 Evolução do Rendimento - FINANPREV

Os recursos aplicados no FINANPREV, fundo financeiro, são oriundos da arrecadação previdenciária mensal. Tais recursos são aplicados majoritariamente em operações compromissadas, realizadas através do Banpará, como o objetivo de obter retorno no curto prazo, e uma pequena parte do patrimônio líquido (0,18%) está dividida em 4 fundos que não recebem mais aportes. No último trimestre do ano o rendimento do FINANPREV foi de R\$ 1.821.675,89. No ano de 2025, o rendimento dessas aplicações somou R\$ 9.831.839,93.

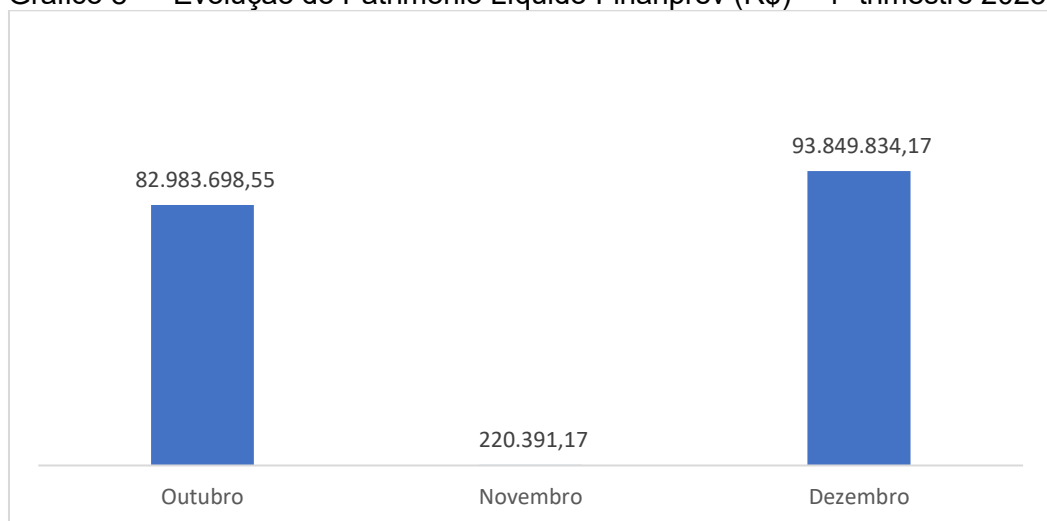
Gráfico 9: Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 4º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.3.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Finanprev

Gráfico 8 — Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 4º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

O resultado positivo do ganho financeiro contribuiu para o pagamento dos benefícios previdenciários vinculados ao fundo.

5.3.3 Movimentação do Finanprev

Tabela 70 — Movimentações Financeiras – Finanprev - 4º trimestre 2025.

Mês	Finanprev (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Outubro	294.634.127,72	213.923.071,72
Novembro	124.977.446,44	208.650.820,47
Dezembro	93.484.556,02	-
Total	513.096.130,18	422.573.892,19

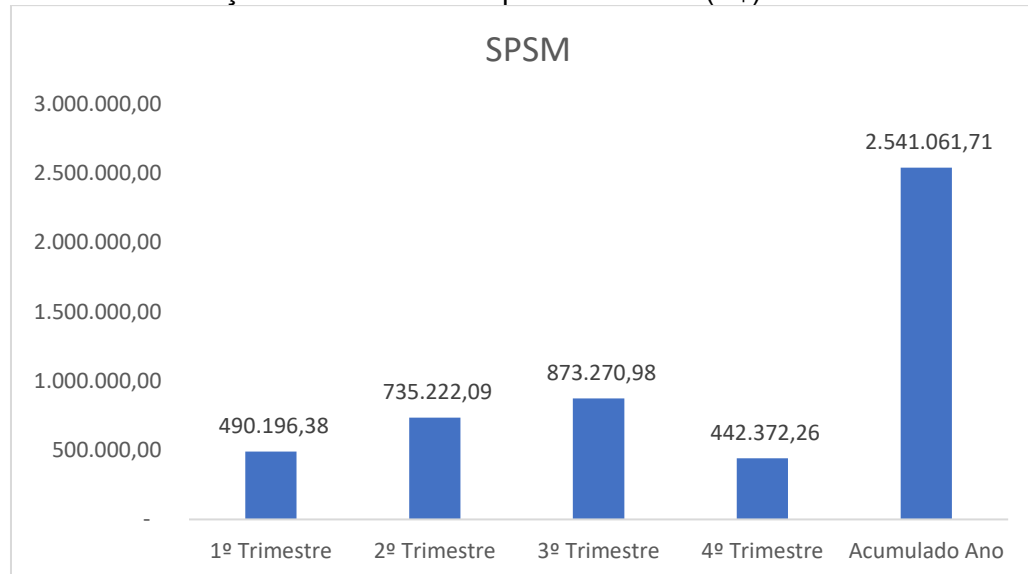
Fonte: Nugin/Igepps

5.4 CARTEIRA SPSM

5.3.1 Evolução do Rendimento do SPSM

Os recursos aplicados no SPSM são oriundos de arrecadação previdenciária mensal dos militares. Tais recursos são aplicados em operações compromissadas, realizadas através do Banpará, como o objetivo de obter retorno no curto prazo. O rendimento dessas aplicações somou R\$ 442.372,26 no 4º trimestre. No ano de 2025, o rendimento dessas aplicações somou R\$ 2.541.061,71.

Gráfico 9 — Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2025.

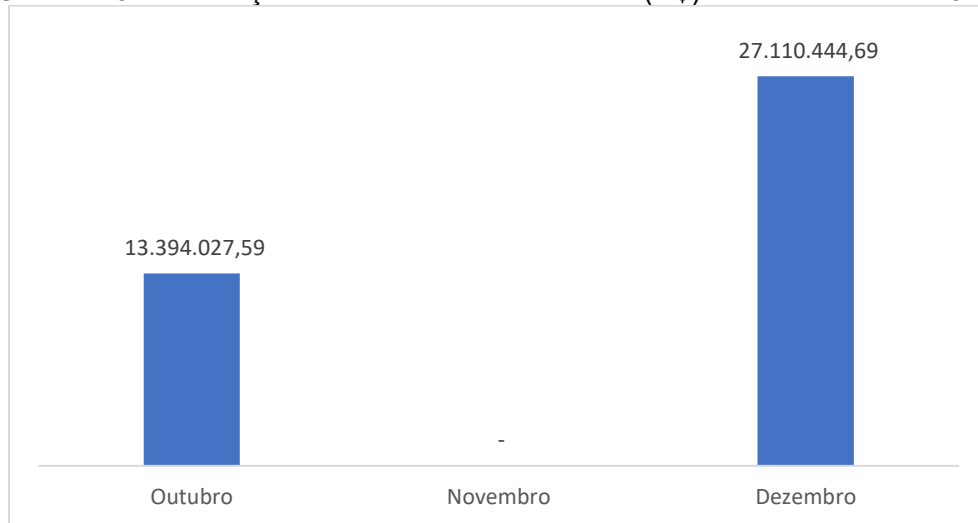


Fonte: Nugin/Igepps

5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

O resultado positivo do ganho financeiro contribuiu para o pagamento dos benefícios previdenciários vinculados ao fundo.

Gráfico 10 — Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.4.3 Movimentação do SPSM

Tabela 71 — Movimentações Financeiras – SPSM - 4º trimestre 2025.

Mês	SPSM (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Outubro	72.741.131,50	59.501.841,79
Novembro	62.452.011,55	76.096.254,05
Dezembro	27.073.025,91	-
Total	162.266.168,96	135.598.095,84

Fonte: Nugin/Igepps

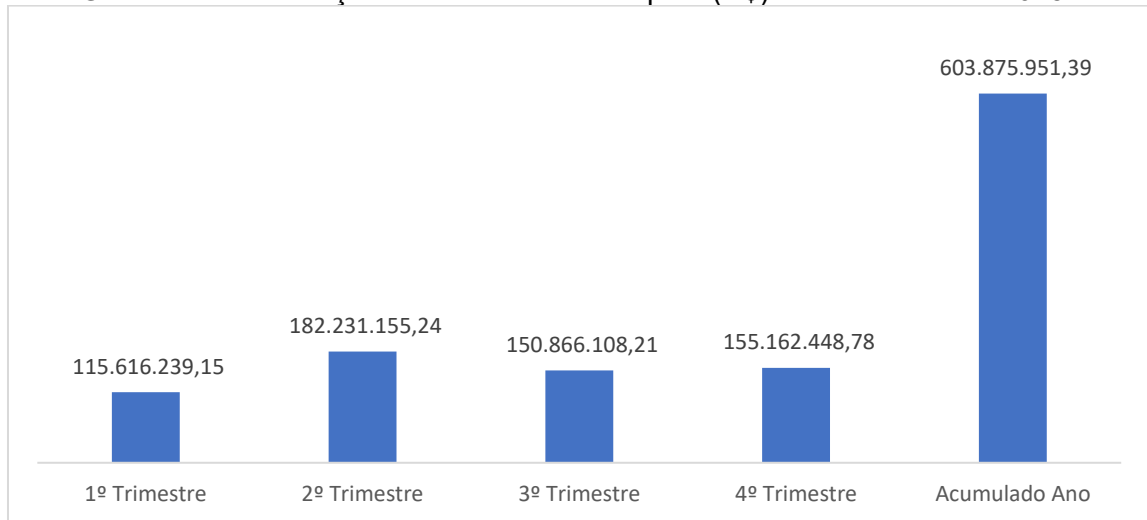
No 4º trimestre de 2025, operações de aplicação movimentaram cerca de R\$ 162 milhões, enquanto os resgates do referido fundo movimentaram cerca de 135,5 milhões de reais.

5.4 CARTEIRA DO FUNPREV

5.4.1 Evolução do Rendimento da Carteira – Funprev

No quarto trimestre de 2025, o rendimento do FUNPREV somou R\$ 155.162.448,78 milhões de reais, cerca de 56% maior quando comparado com o mesmo trimestre do ano passado, quando o rendimento foi de R\$ 67.826.543,15. No acumulado de 2025, os rendimentos do fundo capitalizado já somam R\$ 603.875.951,39.

Gráfico 11 — Evolução do Rendimento Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2025.



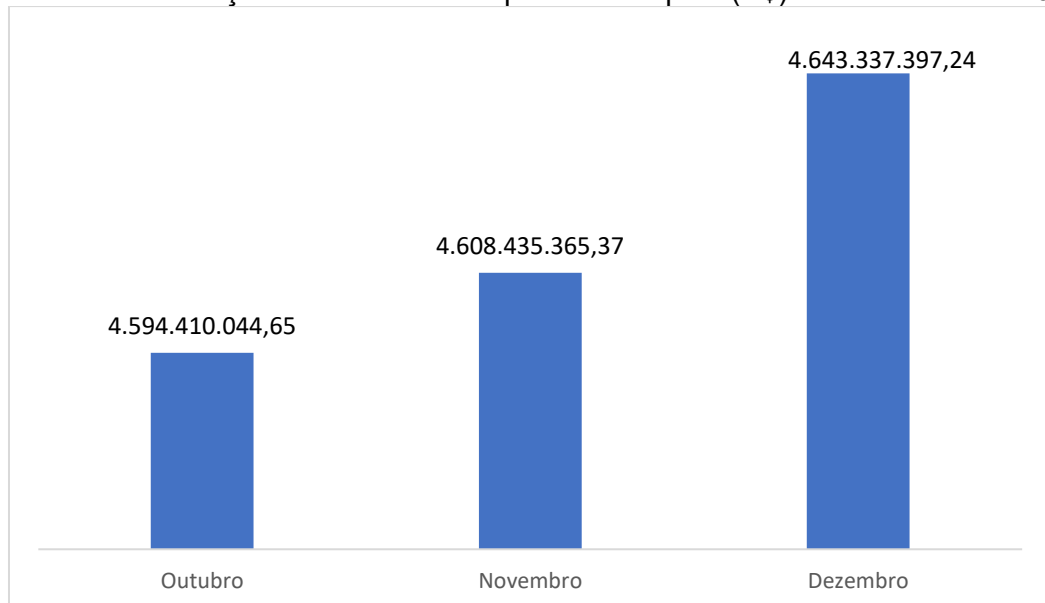
Fonte: Nugin/Igepps

5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido - Funprev

O resultado consistente de rendimento contribuiu para o crescimento do Patrimônio Líquido do fundo, que passou de R\$ 4,32 bilhões em dezembro de 2024 para R\$ 4,65 bilhões ao final de 2025, um incremento de 7%.

A evolução patrimonial positiva reflete o resultado financeiro das aplicações, a adequada gestão do fluxo de entradas e saídas e a compatibilidade entre liquidez da carteira e a necessidade do regime.

Gráfico 12 — Evolução do Patrimônio Líquido do Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.4.3 Movimentações do Funprev

Tabela 72 — Movimentações Financeiras Funprev – 4º trimestre de 2025.

Mês	Aplicação Arrecadação	Demais Aplicações	Resgate	Amortização
Outubro	20.515.090,10	25.788.259,26	83.535.695,89	7.007.688,36
Novembro	13.176.635,63	273.091.250,25	294.033.408,62	35.352.582,83
Dezembro	50.448.449,39	33.777.231,13	91.083.706,71	
Total	84.140.175,12	332.656.740,64	468.652.811,22	42.360.271,19
Total 2025	519.193.695,33	868.843.766,17	559.736.517,93	42.360.271,19

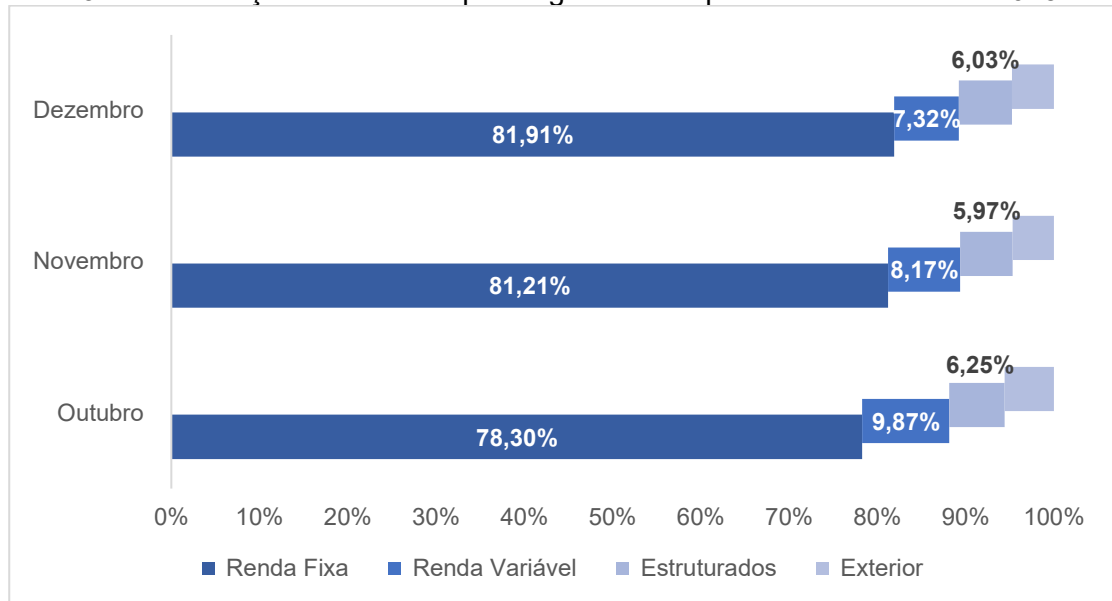
Fonte: Nugin/Igepps

No quarto trimestre de 2025, houve aplicação de cerca de R\$ 84 milhões no FUNPREV, incluindo valores provenientes de desbloqueios judiciais e arrecadação. Além disso, houve receita de amortização de aproximadamente R\$ 42 milhões proveniente de pagamento de cupons de títulos públicos. Os recursos resgatados somaram, aproximadamente, 332,6 milhões e foram utilizados para atendimento a Chamadas de Capital, transferência para atendimento à Lei 125/2019 ou realocação estratégica entre as classes de investimento.

5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento - Funprev

Desde o início de 2005, alinhado ao atendimento à Política de Investimentos vigente, a área técnica vem reduzindo exposição à classe de renda variável, por meio de realocação estratégica com a realização de lucro de fundos com boa performance e redirecionamento do montante para a classe de renda fixa. Dado o cenário macroeconômico, a redução gradativa da exposição a renda variável e consequente alocação em renda fixa é um dos objetivos a serem alcançados.

Gráfico 13 — Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 4º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps.

5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV

Os recursos oriundos de arrecadação previdenciária aplicados no FUNPREV no quarto trimestre de 2025 somaram R\$ 84.600.000,00 e foram aplicados em fundos com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa, com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019.

Tabela 73 — Arrecadação para aplicação Funprev – 4º trimestre de 2025

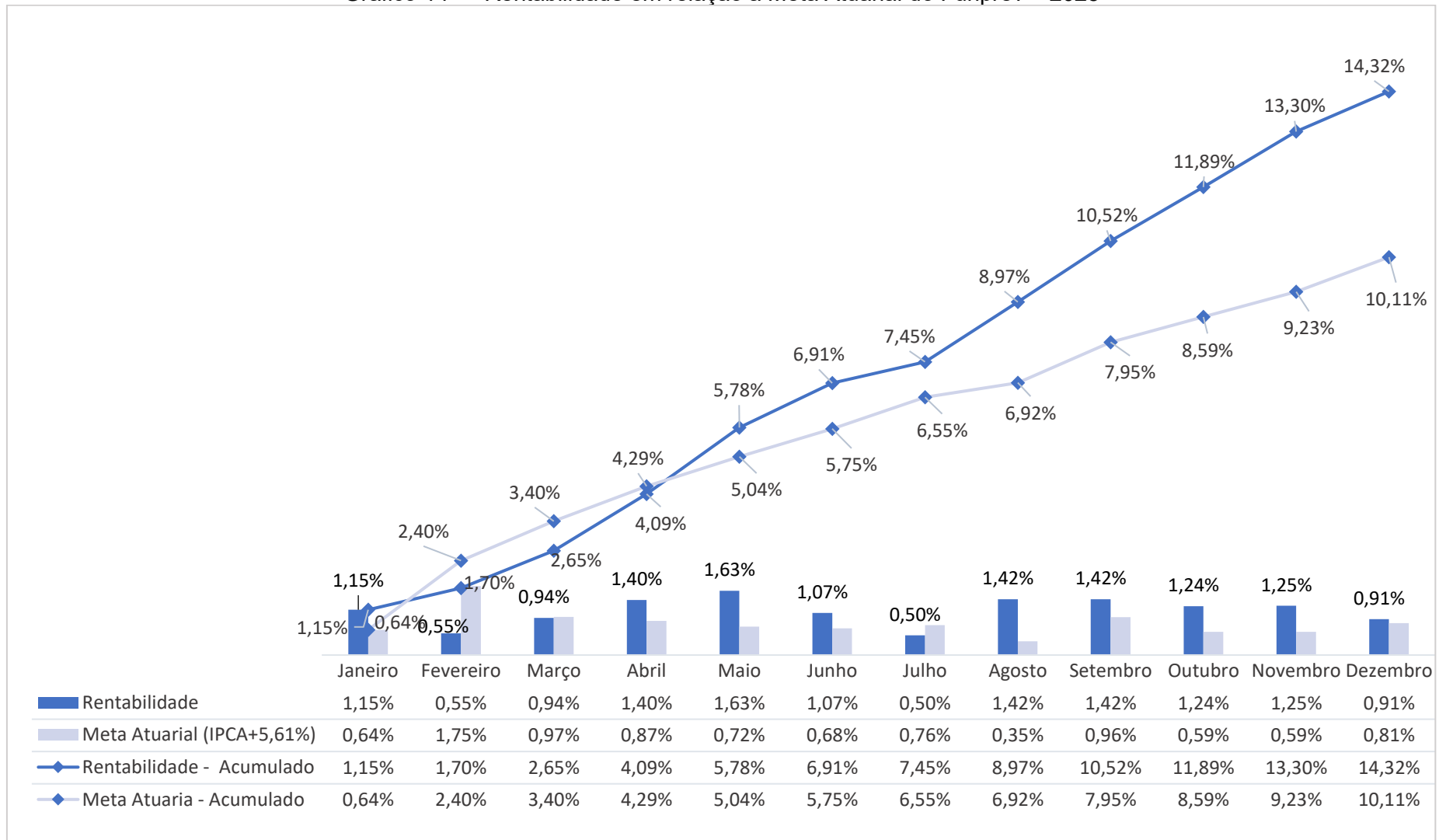
Mês	Arrecadação para aplicação - Funprev
Outubro	20.600.000,00
Novembro	13.500.000,00
Dezembro	50.500.000,00
4º Trimestre	84.600.000,00

Fonte: Nugin/Igepps

5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV

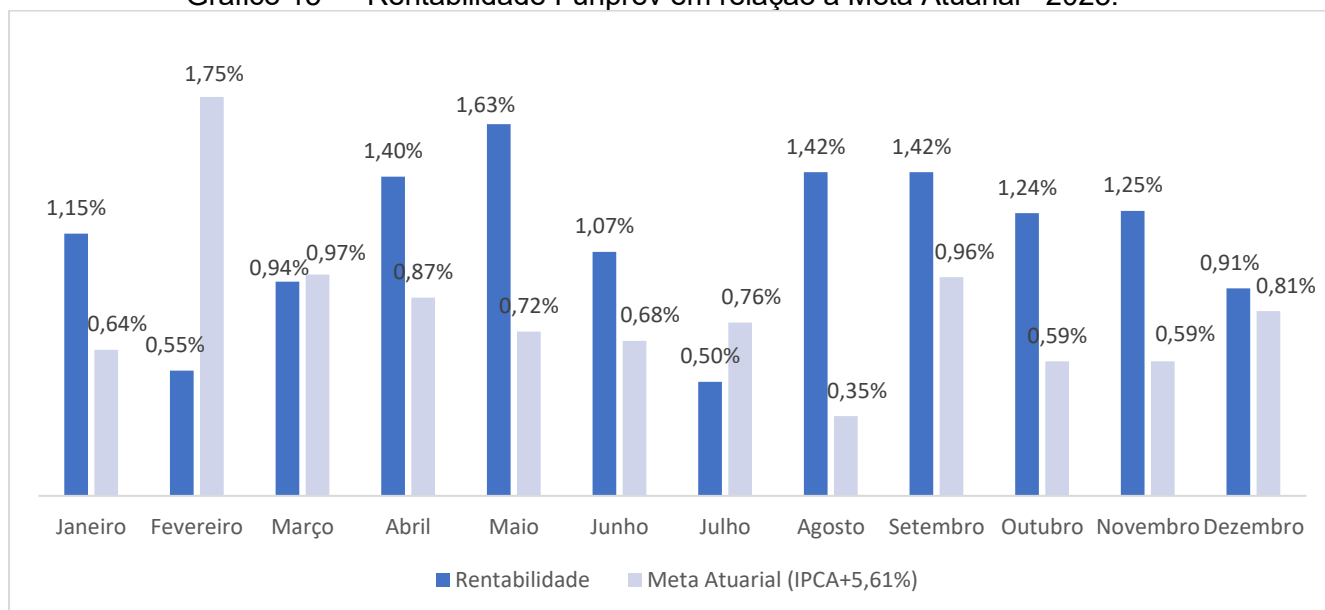
A meta atuarial do Funprev para 2025 é de IPCA+5,61%. No quarto trimestre de 2025, o desempenho da carteira FUNPREV foi de 3,44% para uma meta de 2,01%, portanto, 41% acima da meta para o período. No acumulado anual, o desempenho do FUNPREV fechou em 14,32% para uma meta de 10,11%, marcando, portanto, o atingimento de 141,64% da meta atuarial em 2025.

Gráfico 14 — Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 2025



Fonte: Nugin/Igepps

Gráfico 15 — Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial –2025.



Fonte: Nugin/Igepps

O desempenho da carteira Funprev está diretamente relacionado ao cenário econômico e político que se apresentou nos últimos meses e às decisões estratégicas tomadas pela área técnica em função deste cenário. Quanto ao cenário de atividade econômica, o ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico de crescimento moderado, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, sob a influência de políticas monetárias restritivas, adotadas com o objetivo de assegurar a convergência da inflação às metas estabelecidas. Esse contexto resultou em condições financeiras mais apertadas, impactando o desempenho da atividade econômica e dos mercados financeiros, e estabeleceu as bases para as perspectivas projetadas para 2026.

No âmbito doméstico, a economia brasileira apresentou expansão moderada em 2025, impulsionada principalmente pelo setor de serviços e pelo desempenho do setor agropecuário. A indústria mostrou recuperação limitada, refletindo o elevado custo do capital e a menor propensão ao investimento produtivo. A inflação, medida pelo IPCA, permaneceu acima do centro da meta de 3% ao longo do ano, embora tenha apresentado trajetória de desaceleração gradual, fechando o ano em 4,26%, abaixo do teto da meta de 4,5%.

Diante desse cenário, o Banco Central do Brasil manteve a taxa Selic em patamar elevado, fechando o ano em 15%, reforçando a condução prudente da política monetária e a ancoragem das expectativas inflacionárias.

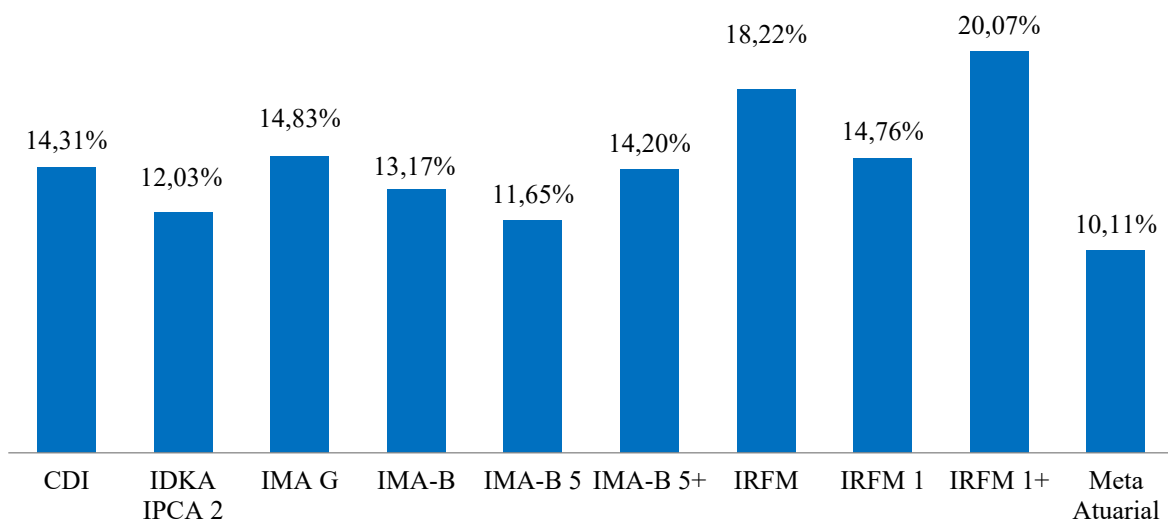
O mercado de trabalho manteve-se relativamente resiliente, com taxas de desemprego em níveis historicamente baixos, ainda que já se observassem sinais de acomodação no ritmo de criação de vagas e no crescimento real da renda, fechando o ano em 5,1%, o menor nível da série histórica iniciada em 2012.

No cenário internacional, o crescimento econômico global em 2025 foi moderado, com

desempenho mais contido nas economias avançadas, em função da manutenção de juros elevados, e resultados relativamente melhores nas economias emergentes. A inflação global continuou em processo de desaceleração, porém ainda exigiu postura cautelosa por parte dos principais bancos centrais.

Diante deste cenário econômico e político, o ano de 2025 foi positivo para estratégias conservadoras como a carteira FUNPREV, especialmente as concentradas em renda fixa doméstica curta e pós-fixada. Assim, o objetivo de atingimento da meta atuarial, IPCA+5,61%, foi cumprido. Segue a comparação da meta atuarial com os principais índices de mercado, tanto de renda fixa, renda variável e exterior.

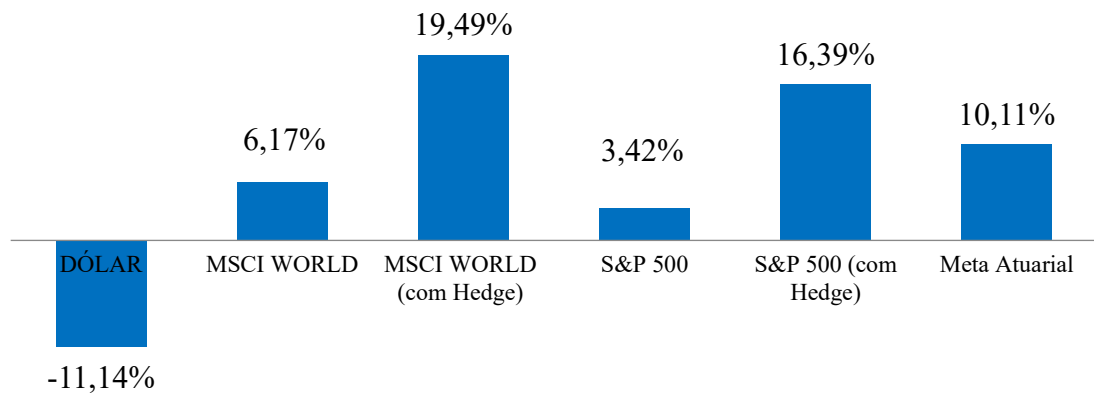
Gráfico 16 — Índices de mercado de Renda Fixa em relação a Meta Atuarial – 2025



Fonte: Nugin/Igepps

Observa-se que todos os índices de mercado de renda fixa fecharam acima da meta atuarial de 10,11% no acumulado no ano, inclusive o CDI, que é um dos principais benchmarks da carteira, o que contribuiu para o bom desempenho da carteira previdenciária no período.

Gráfico 17 — Índices de mercado do Exterior em relação a Meta Atuarial – 2025.

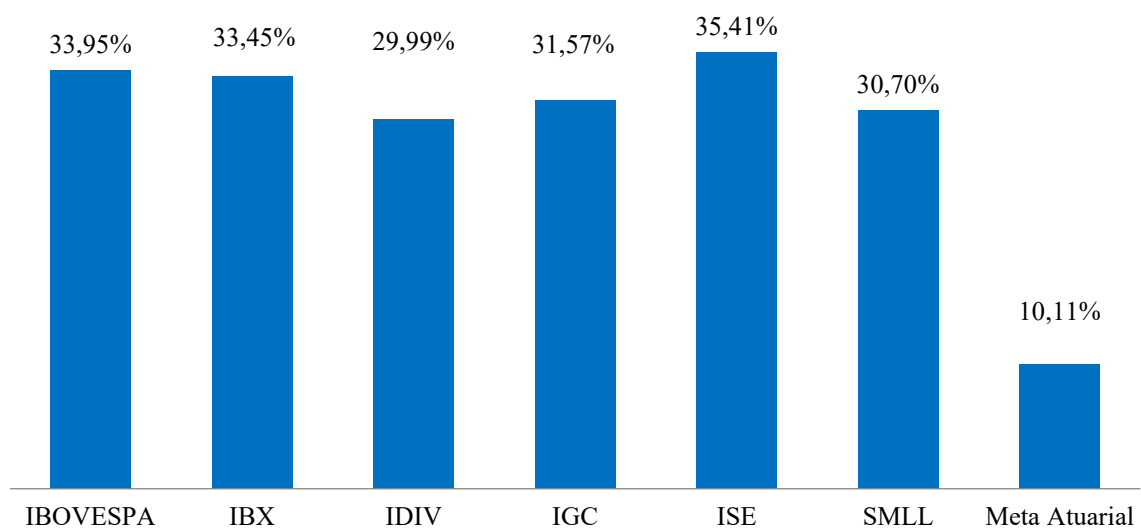


Fonte: Nugin/Igepps

Em relação aos indicadores de renda variável exterior, observa-se que são os índices “hedgeados” (que buscam proteção do patrimônio contra a variação cambial) os que estão acima da meta atuarial. As empresas de tecnologia foram as principais responsáveis pelo resultado.

Já os indicadores de renda variável tiveram bom desempenho, em função da recuperação dos ativos locais e forte valorização da bolsa brasileira, com o Ibovespa acumulando 33,95% no ano, desempenho significativamente acima da meta atuarial.

Gráfico 18 — Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Em resumo, podemos observar o desempenho de cada estratégia do FUNPREV e a sua contribuição ao retorno no 4º trimestre e ano, conforme tabela abaixo:

Tabela 74 — Contribuição ao retorno por estratégia – Funprev – 4º Trimestre de 2025.

FUNPREV	%		Alvo PI	Retorno 4T/25	Contribuição 4T/25	Retorno ANO/25	Contribuição ANO/25
Renda Fixa	81,91%	↑	82,50%	2,87%	2,32%	12,56%	10,06%
Alocação Dinâmica	10,57%	↑	10,00%	3,21%	0,31%	13,63%	1,15%
Crédito Privado	2,21%	↑	5,00%	2,98%	0,07%	13,31%	0,32%
Juro Pós-Fixado	28,19%	↓	25,00%	3,60%	0,98%	14,51%	3,94%
Juro Nominal	2,16%	↑	2,50%	3,58%	0,08%	14,83%	0,32%
Juro Real	38,73%	↑	40,00%	2,24%	0,88%	10,83%	4,33%
Renda Variável	7,32%	↓	5,00%	7,19%	0,69%	32,92%	3,02%
Bolsa Brasil	7,32%	↓	5,00%	7,19%	0,69%	32,92%	3,02%
Exterior	6,51%	↑	8,00%	5,59%	0,38%	11,75%	0,83%
Alocação Dólar	2,70%	↑	4,00%	4,84%	0,14%	2,48%	0,05%
Alocação Hedge	3,80%	↓	4,00%	6,23%	0,24%	20,90%	0,78%
Estruturado	4,27%	↑	4,50%	1,57%	0,07%	10,23%	0,41%
Economia Real	4,27%	↑	4,50%	1,57%	0,07%	10,23%	0,41%
FUNPREV	100,00%		100,00%	3,44%	3,44%	14,32%	14,32%

Fonte: Nugin/Igepps

Assim, diante do atual cenário econômico e político incerto, o NUGIN, visando à defesa da meta atuarial, vem priorizando a consolidação da renda fixa através de investimentos indexados ao CDI, dada a previsão de 15% da taxa SELIC ao final de 2025, o que oportuniza também investimentos indexados ao IPCA (juro real).

A Renda Fixa é a principal posição do fundo capitalizado, representando 81,91% da carteira, composto majoritariamente por títulos públicos atrelados à inflação e ao CDI. Neste quarto trimestre, a classe de renda fixa obteve retorno de 2,87%, contribuindo com 2,32% do resultado total de 3,44% no período, ou seja, contribuiu com mais de 65% do resultado da carteira.

A estratégia que mais contribuiu para este resultado foi a de Juro pós-fixado (0,98%), seguido de juro real (0,88%). No ano, a renda fixa obteve retorno de 12,56% respondendo, portanto, pela maior parte do resultado. Assim, títulos pós-fixados (SELIC/DI) e títulos

atrelados ao IPCA entregaram retornos reais positivos no trimestre. A atratividade das aplicações de curto prazo melhorou o rendimento do caixa e reduziu a necessidade de tomada de risco para atingir objetivos de retorno.

As demais estratégias de renda fixa são a Alocação Dinâmica (3,21%), com gestão ativa do CDI, que contribuiu com 0,31% para o resultado trimestral, o Crédito Privado (2,98%), com captura do prêmio de crédito privado, que contribuiu com 0,07% e o Juro Nominal (3,58%), com carregamento de taxas pré-fixadas atrativas para diversos ciclos de mercado, que também contribuiu com 0,08% para o resultado.

A Renda Variável, representada pela estratégia de Bolsa Brasil, fechou a posição trimestral em 7,19% do FUNPREV, com alvo em 5%, conforme previsão da PI 2025. A estratégia performou no positivo neste quarto trimestre do ano, em 7,19%, contribuindo com 0,69% para o resultado da carteira. O resultado positivo ocorreu em razão do forte fluxo de capital estrangeiro para países emergentes em busca de melhores diferenciais de juros e preços atrativos. Mesmo com peso reduzido na carteira, essa classe contribuiu de forma relevante para a diversificação e para a melhora do retorno agregado, sem comprometer o nível geral de risco.

Já a classe de Exterior, que representa 6,51% do FUNPREV, obteve retorno de 5,59%, contribuindo com 0,38% do resultado trimestral. A estratégia veio se recuperando ao longo do ano e conseguiu retomar o patamar positivo, apresentando retorno de 11,75% em 2025. A estratégia alocação *hedge* foi a que mais contribuiu para este resultado, em razão da apreciação do real frente ao dólar. Isto ocorreu em função dos resultados corporativos sólidos, especialmente empresas de tecnologia e corte de juros pelo Fed.

Em Estruturados, distribuídos em fundo em participação na Economia Real, fechou o quarto trimestre de 2025 com posição de 4,27%, para um alvo de 4,5% da PI 2025. Os ativos se recuperam neste 4º tri e obtiveram retorno de 1,57%. No acumulado do ano, a estratégia permaneceu no positivo com retorno de 10,23% e contribuição de 0,41% do resultado do FUNPREV. Isto decorre da performance positiva e qualidade das empresas investidas na economia real e diversificação em diversos mercados.

De forma geral, o desempenho da carteira em 2025 pode ser considerado satisfatório e coerente com os objetivos do FUNPREV, destacando-se:

- Resultado positivo e crescimento patrimonial;
- Rentabilidade acima da meta atuarial e alinhada ao principal benchmark de mercado;
- Forte contribuição da renda fixa em ambiente de juros elevados;
- Ganhos relevantes de diversificação por meio da renda variável e dos investimentos no exterior;
- Manutenção de perfil conservador e compatível com a natureza previdenciária dos recursos.

Assim, o objetivo de atingimento da meta atuarial, IPCA+5,61% em 2025, foi cumprido, conferindo uma gestão eficaz dos recursos. A estratégia adotada reforça o compromisso do FUNPREV com a segurança, sustentabilidade e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários, preservando o equilíbrio financeiro do regime no longo prazo.

Em síntese, o resultado da carteira pode ser atribuído, principalmente, aos seguintes eventos ocorridos no mercado financeiro em 2025:

Manutenção da taxa SELIC em patamares elevados, beneficiando ativos de renda fixa, posição majoritária na carteira do FUNPREV;

- 1) Recuperação da bolsa brasileira que se beneficiou da migração de capital estrangeiro em razão da perspectiva de corte de juros nos EUA, que se concretizou em setembro;
- 2) Recuperação da estratégia Exterior apoiado pelo desempenho sólido concentrado em empresas de tecnologia e inteligência artificial

Para 2026, o cenário deve continuar marcado por juros altos, inflação gradualmente convergindo e crescimento moderado. Uma eventual queda de juros em 2026 poderá abrir espaço para valorização de ativos de renda fixa no Brasil, mas o ambiente ainda favorece estratégias defensivas e pós-fixadas. Assim, o NUGIN avalia que o foco dos investimentos deve permanecer na preservação de liquidez e permanece atento a gestão dos investimentos visando ao cumprimento da meta atuarial.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do FUNPREV para o FINANPREV o valor de R\$ R\$ 4.235.817.705,53 (quatro bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e três centavos), no período de 2016 até dezembro de 2025.

Tabela 75 — Transferências do Funprev para o Finanzprev – 4º trimestre 2025.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90

2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.018.935,87
2025	Transferência Rendimento Ano de 2025	603.847.676,91
Total		4.235.793.948,38

Fonte: Nugin/Igepps.

Em 2025, até o fechamento do 4º trimestre, o FUNPREV transferiu ao Finanprev o montante de R\$ 603.847.676,91 (seiscentos e três milhões oitocentos e quarenta e sete mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos).

Tabela 76 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 4º trimestre 2025.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)
Janeiro	49.999.919,68	
Fevereiro	24.323.925,99	49.999.919,68
Março	41.292.393,48	24.323.925,99
Abril	61.965.586,33	41.292.393,48
Maio	72.511.924,10	61.965.586,33
Junho	47.725.370,34	72.511.924,10
Julho	22.417.082,18	47.725.370,34
Agosto	63.738.693,74	22.417.082,18
Setembro	64.710.332,29	63.738.693,74
Outubro	56.258.964,38	64.710.332,29
Novembro	57.143.426,35	56.258.964,38
Dezembro	41.760.058,05	57.143.426,35
Total	603.847.676,91	562.087.618,86

Fonte: Nugin/Igepps.

Nota: O saldo é transferido no mês subsequente

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é a taxa de manutenção para atender as despesas administrativas do Igepps/PA, sendo financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos FUNPREV, FINANPREV e SPSM.

O total utilizado para taxa de administração de 2025 foi de **R\$ 297.873.712,94**.

Tabela 77 — Utilização da taxa de administração – 2025.

Mês	Taxa de Administração			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	Total
Janeiro	5.200.000,00	12.000.000,00	8.000.000,00	25.200.000,00
Fevereiro	1.544.031,72	26.009.976,32	5.579.719,76	3.133.727,80
Março	2.000.000,00	19.169.556,62	3.532.505,12	24.702.061,74
1º Trimestre	8.744.031,72	57.179.532,94	17.112.224,88	83.035.789,54
Abril	-	18.790.354,78	5.224.024,52	24.014.379,30
Maio	-	21.289.386,15	4.567.047,93	25.856.434,08
Junho	1.238.408,91	18.861.609,41	4.475.280,28	24.575.298,60
2º Trimestre	1.238.408,91	58.941.350,34	14.266.352,73	74.446.111,98
Julho	1.210.605,69	20.393.250,38	4.374.806,83	25.978.662,90
Agosto	1.584.027,36	26.683.722,78	5.724.253,40	33.992.003,54
Setembro	1.883.812,43	25.627.460,27	6.807.596,85	34.318.869,55
3º Trimestre	4.678.445,48	72.704.433,43	16.906.657,08	94.289.535,99
Outubro	-	9.800.568,85	4.000.000,00	13.800.568,85
Novembro	1.966.626,04	3.728.217,36	3.106.863,18	28.801.706,58
Dezembro	-	3.500.000,00	-	3.500.000,00
4º Trimestre	1.966.626,04	37.028.786,21	7.106.863,18	46.102.275,43
Utilizado 2025	16.627.512,15	225.854.102,92	55.392.097,87	297.873.712,94
Limite por fundo	21.456.686,37	217.493.941,25	58.218.277,23	297.168.904,85
DIFERENÇA	4.829.174,22	- 8.360.161,67	2.826.179,36	- 704.808,09
% Utilizado	77%	104%	95%	100%

Fonte: COAF/Nugin/Igepps.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS – GAPRE

6.1 Certificações

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, senhor Washington Costa de Albuquerque, foi aprovado na certificação profissional de responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS da Secretaria da Previdência – SPREV, pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda.

Figura 00: Certificação Profissional



Fonte: Gapre/Igepps

Além do Presidente do Igepps e com o intuito de cumprir requisitos estabelecidos no parágrafo único do Art. 8º-B da Lei nº 9.717/1998, ressaltamos que todos os membros da diretoria, sendo eles os senhores Elton da Costa Ferreira (Procurador-Chefe); Arão Abrahão da Silva (Diretor de Administração e Finanças); Marcos Antônio de Souza (Diretor de Previdência) e Sérgio Túlio Gonçalves Estácio (Diretor de Proteção Social dos Militares), foram aprovados na Certificação Profissional dos Dirigentes do Órgão ou Entidade Gestora do RPPS, que estabelece que os membros do Diretoria, Conselhos Deliberativo e Fiscal devem possuir certificação emitida por meio de entidades certificadoras credenciadas e reconhecidas pela Comissão de Credenciamento e Avaliação estabelecido pelo manual do Pró-Gestão RPPS 3.6.

Na oportunidade, esclarecemos que mais de 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros titulares que compõem o Conselho Fiscal e Conselho Estadual de Previdência, também já se encontram com a Certificação de Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Além do Comitê de Investimento que se encontra com seus membros titulares com certificação profissional de investimentos na totalidade.

Essas certificações demonstram o empenho, a responsabilidade e a busca contínua por aprimoramento. Têm o objetivo de fazer com que a gestão seja mais técnica, com profissionais mais capacitados ao garantir a segurança e sustentabilidade dos recursos previdenciários a longo prazo, demonstrando a credibilidade e a eficiência da gestão previdenciária do Estado do Pará.

6.2 Reuniões Ordinárias

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Pará, o Conselho Estadual de Previdência – CEP, o Conselho Fiscal, o Conselho Estadual do Sistema de Proteção Social dos Militares - CEPSM e o Comitê de Investimentos exercem as atribuições atinentes aos órgãos colegiados, cada um deles em sua esfera de atribuição contribuindo para a consolidação do modelo de gestão pautado na transparência e eficiência de suas ações.

Vale enfatizar que através desses conselhos é exercido o controle social do regime, já que eles contam com a participação de grupo representativo da sociedade no âmbito da gestão e fiscalização da Instituição responsável por gerir do Fundo Estadual de Previdência.

6.2.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP

No quarto trimestre de 2025, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou uma reunião ordinária. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 2 — Reunião e principais decisões do CEP – 4º trimestre de 2025

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
17/12/2025	Ordinária	Relatório de Avaliação da Carteira de Investimentos do Igepps setembro, outubro e novembro/2025	Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular); Iris Alves Miranda Negrão – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente); Hugo Sanches da Silva Picanço – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente); Pedro Fernandes de Souza Filho – Representante dos Servidores Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).

Fonte: GAPRE/Igepps.

6.2.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA

No quarto trimestre de 2025, o Conselho Fiscal de Previdência (CF) realizou três reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 3 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 4º trimestre de 2025

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
29/10/2025	Ordinária	Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos Igepps setembro/2025	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Joselito Cardoso Carvalho Cruz – Representante dos Servidores públicos em atividade do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular).
26/11/2025	Ordinária	Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos Igepps outubro/2025.	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Joselito Cardoso Carvalho Cruz – Representante dos Servidores públicos em atividade do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular).
17/12/2025	Ordinária	Relatório Mensais de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS novembro/2025	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Joselito Cardoso Carvalho Cruz – Representante dos Servidores públicos em atividade do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular).

Fonte: GAPRE/Igepps.

6.2.3 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO - COINV

No quarto trimestre de 2025, o Comitê de Investimentos (COINV) realizou três reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 4 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 4º trimestre de 2025

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
29/10/2025	Ordinária	• Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos Igepps em setembro/2025	- Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Comitê de Investimentos; - Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; - Silvina Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos - Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; - Suhelem Cristina Pinto Vieira – Membro do Comitê de Investimentos.
26/11/2025	Ordinária	• Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos Igepps outubro/2025.	- Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Comitê de Investimentos; - Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; - Silvina Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos - Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; - Suhelem Cristina Pinto Vieira – Membro do Comitê de Investimentos.
17/12/2025	Ordinária	• Relatório Mensais de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS novembro/2025	- Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Comitê de Investimentos; - Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; - Silvina Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos - Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; - Suhelem Cristina Pinto Vieira – Membro do Comitê de Investimentos.

Fonte: GAPRE/Igepps.

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento contínuo na valorização do capital humano constitui um dos pilares fundamentais para uma gestão de pessoas eficaz. Para alcançar esse objetivo, é indispensável considerar alguns componentes essenciais que sustentam uma atuação estratégica e eficiente: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Esses cinco elementos orientam de forma estruturada as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP).

A CODP é responsável por planejar, gerenciar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento de pessoal, sempre em consonância com as diretrizes estratégicas da Instituição. Entre suas atribuições, destaca-se também a indicação de um representante institucional da área de Recursos Humanos, que atua como Agente de Desenvolvimento e Capacitação, tanto na execução de programas internos de treinamento quanto nas ações promovidas em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA.

Adicionalmente, a Coordenadoria colabora com projetos interinstitucionais de gestão de pessoas, contribuindo para o fortalecimento da atuação integrada com outros órgãos e entidades públicas.

Assim, no quarto trimestre de 2025, as atividades desenvolvidas pela CODP foram determinantes para o fortalecimento das competências técnicas e comportamentais dos servidores. Para fins organizacionais, a gestão de pessoal no âmbito do Igepps está estruturada em três eixos principais:

- Movimentação e Registro Funcional;
- Capacitação e Treinamento;
- Qualidade de Vida no Trabalho.

Cada um desses eixos contribui, de forma articulada, para a consolidação de uma política de gestão de pessoas voltada à excelência no serviço público e ao bem-estar dos servidores.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

No quarto trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 78 — Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 4º trimestre de 2025.

Servidores	Quarto Trimestre /2025			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Efetivo	81	81	80	242
Temporários	11	11	11	33
Cedidos	12	12	12	36
Comissionados	35	35	35	105
Disposição DPSM	3	3	3	9
Total	142	142	141	425

Fonte: CODP/Igepps

Observou-se uma pequena redução no número de servidores, em virtude do pedido de exoneração de mais um servidor efetivo.

Ao longo de 2025, observou-se redução gradual do quadro funcional, especialmente nos vínculos efetivo e temporário, conforme síntese abaixo:

- 1º trimestre: 225 servidores;
- 2º trimestre: 220 servidores;
- 3º trimestre: 143 servidores;
- 4º trimestre: 141 servidores.

Essa redução decorreu, principalmente em virtude de aprovações em outros concursos públicos; do encerramento de contratos temporários; de exonerações pontuais de servidores efetivos e de ajustes nas cessões entre órgãos.

Apesar da diminuição quantitativa, manteve-se a regularidade e a confiabilidade dos registros funcionais, assegurando transparência, controle administrativo e suporte à tomada de decisão gerencial.

7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores

Tabela 79 — Servidores Capacitados – 4º trimestre de 2025

Servidores Capacitados	Quarto Trimestre/2025			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Efetivo	9	12	6	27
Temporários	-	-	-	-
Cedidos	2	2	1	5
Comissionados	10	2	1	13
Disposição DPSM	-	-	-	-
Conselheiros	-	-	-	-
Total	21	16	8	45
Variação %	46,7%	35,6%	17,7%	100%

Fonte: CODP/Igepps

- Outubro/2025

O mês de outubro concentrou o maior número de participantes (21 servidores), em razão da realização do curso Gestão Patrimonial Efetiva, promovido na modalidade in company. Além dos servidores do Instituto, participaram servidores de outros órgãos que atuam na área de patrimônio, ampliando o alcance da capacitação. Contribuíram ainda os

curso Certificação em IA para Advogados e Atuação na Lei nº 14.133, previamente planejados e autorizados..

- Novembro/2025

Registraram-se redução no quantitativo de participantes (16 servidores), impactada pelo Memorando Circular nº 01/2025/DAFIN, que suspendeu novas autorizações para participação em capacitações no período. As ações realizadas restringiram-se às autorizações já formalizadas anteriormente, com destaque para o curso SPED, REINF & eSocial, mantido por não ser alcançado pela suspensão.

- Dezembro/2025

Observou-se nova diminuição no número de participantes (8 servidores), igualmente influenciada pelas restrições do Memorando Circular nº 01/2025/DAFIN. A capacitação realizada concentrou-se no Curso e-Social para Autarquias Estaduais com foco no Regime Próprio de Previdência, atividade já prevista no planejamento institucional e não contemplada pelas limitações impostas.

No quarto trimestre de 2025 foram capacitados 45 servidores, com concentração mais expressiva das participações no mês de outubro, em razão da realização de curso in company de Gestão Patrimonial, que ampliou o público atendido, inclusive com servidores de outros órgãos. Observa-se redução progressiva nos meses subsequentes, decorrente da edição do Memorando Circular nº 1/2025/DAFIN, que restringiu novas autorizações para capacitações no período. Ainda assim, o Instituto assegurou a execução de ações previamente autorizadas e planejadas, mantendo iniciativas estratégicas, como o curso de eSocial, alinhado às demandas do Regime Próprio de Previdência.

No exercício de 2025, foram capacitados 329 servidores, distribuídos da seguinte forma:

- 1º trimestre: 50 servidores;
- 2º trimestre: 155 servidores;
- 3º trimestre: 79 servidores;
- 4º trimestre: 45 servidores.

Com isso, observa-se que o 1º trimestre de 2025 foi impactado pela ausência de orçamento e transição de gestão, especialmente em janeiro. No que diz respeito ao 2º trimestre, este concentrou 47% das capacitações do ano, impulsionado por ações in company e participação em eventos nacionais. O 3º trimestre manteve bom nível de capacitação, com foco em eventos estratégicos e temas previdenciários. Já o 4º trimestre apresentou retração, influenciada por restrições administrativas (Memorando Circular nº 01/2025/DAFIN).

Destaca-se que os servidores efetivos foram o público prioritário, reforçando o investimento no desenvolvimento da força de trabalho permanente.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das atribuições da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP), em especial da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é planejar, coordenar e executar ações voltadas à promoção da saúde integral, bem-estar, segurança ocupacional, educação ambiental, responsabilidade social e à valorização das relações humanas no ambiente de trabalho. Tais iniciativas contribuem significativamente para o fortalecimento da integração entre os servidores, promovendo um clima organizacional mais saudável, participativo e humanizado.

No âmbito do Projeto Saúde e Bem-Estar, as ações desenvolvidas têm como propósito promover a atenção à saúde física e mental dos servidores, com foco na prevenção de doenças, estímulo ao autocuidado, fortalecimento dos vínculos sociais e melhoria das relações interpessoais, tanto no ambiente de trabalho quanto na esfera pessoal.

a) Ginástica Laboral e Meditação: É uma ação que visa aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-os melhor para suas tarefas diárias. Sua prática ajuda a prevenir lesões e desconfortos osteomusculares, a reduzir o estresse e a melhorar a disposição e o bem-estar geral no ambiente de trabalho.

Figura 1 — Ginástica Laboral - 4º trimestre de 2025



Fonte: CODP/Igepps/nov-2025

b) Feira do Produtor: A iniciativa tem como objetivo incentivar o empreendedorismo local, especialmente de pequenos produtores e empreendedoras autônomas, promovendo a geração de renda, a valorização da economia solidária e o fortalecimento dos pequenos negócios.

Figura 2 — Feira do Produtor— 4º trimestre 2025.



Fonte: CODP/Igepps/out-2025

c) Outubro Rosa - 2025: A programação do Outubro Rosa é uma das iniciativas mais significativas desenvolvidas no âmbito do Igepps, por seu papel essencial na promoção da conscientização, da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Mais do que uma campanha informativa, trata-se de um movimento que reafirma o compromisso institucional com o cuidado integral à saúde e à vida, especialmente das mulheres.

Como ilustrado na imagem, esse ato simbólico traduz, de forma concreta, o comprometimento do Igepps com a promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida de seus integrantes. Ao reforçar valores como empatia, cuidado mútuo e responsabilidade social, a campanha inspira atitudes conscientes e reafirma que prevenir é um ato de amor consigo e com o outro. Cuidar da saúde é um gesto de coragem e responsabilidade. Participar do outubro Rosa é transformar informação em ação, consciência em prevenção e cuidado em compromisso com a vida.

Figura 3 — Outubro Rosa - 4º trimestre 2025.



Fonte: CODP/Igepps/out-2025

d) Dia do Servidor – A celebração desempenha papel fundamental ao fortalecer a integração entre os servidores, promovendo a aproximação entre diferentes áreas e estimulando um ambiente de convivência mais colaborativo.

Um dos momentos mais simbólicos da programação foi a entrega de certificados aos servidores que completaram 20 anos de serviço no Instituto, em reconhecimento à dedicação, ao compromisso e à trajetória construída ao longo de duas décadas.

Celebrar o Dia do Servidor é, portanto, reafirmar o compromisso do Instituto com a valorização das pessoas, reconhecendo que o sucesso institucional é resultado direto do empenho, da competência e da dedicação de seus servidores.

Figura 4 — Dia do Servidor.



Fonte: CODP/Igepps/oub-2025

e) Diálogos de Saúde – Trata-se de uma iniciativa fundamental para ampliar a conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de próstata, tema que ainda enfrenta resistência e silêncio em razão de estigmas historicamente associados à saúde masculina. A realização dessa ação no âmbito do Igepps evidencia o compromisso institucional com o cuidado integral à saúde dos colaboradores, incentivando a quebra de tabus e a construção de um ambiente pautado no diálogo aberto e na adoção de práticas preventivas.

Figura 5 — Diálogos de Saúde.



Fonte: CODP/Igepps/out-2025

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP) ao longo do quarto trimestre de 2025 evidenciam uma atuação consistente, estratégica e alinhada às diretrizes institucionais de valorização do capital humano no âmbito do Igepps. Mesmo diante de restrições administrativas que impactaram diretamente o ritmo das capacitações, a Coordenadoria demonstrou capacidade de planejamento, adaptação e priorização, assegurando a continuidade de iniciativas essenciais ao desenvolvimento institucional.

A análise integrada das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP) ao longo dos quatro trimestres de 2025 evidencia uma atuação progressiva, estratégica e alinhada às diretrizes institucionais do Igepps.

No campo da Qualidade de Vida no Trabalho, as ações desenvolvidas ao longo dos quatro trimestres revelam uma abordagem integral, humanizada e preventiva da gestão de pessoas, contemplando saúde física, mental, social e emocional.

Destacam-se:

- ações permanentes, como Ginástica Laboral e Feira do Produtor;
- campanhas de saúde (janeiro Branco, Vacinação, setembro Amarelo, outubro Rosa e novembro Azul);
- eventos institucionais de valorização e reconhecimento (Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia do Servidor).

Ainda que algumas ações tenham sido temporariamente suspensas para reavaliação

de diretrizes, observa-se coerência entre planejamento, execução e foco no bem-estar do servidor, contribuindo para a melhoria do clima organizacional, fortalecimento dos vínculos institucionais e aumento do engajamento.

7.1.4. Avaliação Global do Exercício

De forma consolidada, a atuação da CODP em 2025 pode ser avaliada da seguinte maneira:

- Eficiência: manutenção das ações essenciais mesmo em cenários restritivos;
- Eficácia: alcance dos objetivos previstos nos três eixos da gestão de pessoas;
- Economicidade: priorização de capacitações in company e parcerias institucionais;
- Impacto Institucional: fortalecimento das competências técnicas, valorização dos servidores e consolidação de uma cultura organizacional orientada ao cuidado com as pessoas.

Conclui-se que, ao longo de 2025, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas exerceu papel estratégico na consolidação da política de gestão de pessoas do Igepps, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento institucional, a valorização do capital humano e a promoção do bem-estar dos servidores. As ações realizadas refletem o compromisso com uma gestão pública moderna, responsável e centrada nas pessoas, reconhecendo que o desempenho institucional está diretamente vinculado à qualificação, à motivação e à qualidade de vida de seus colaboradores.

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (Igepps), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

A fonte das Informações de todos esses Demonstrativos, tem origem no SIAFE - relativos à Despesa Realizada.

Na tabela abaixo, segue valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente aos dados do 4º trimestre de 2025.

Tabela 80 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 4º trimestre de 2025.

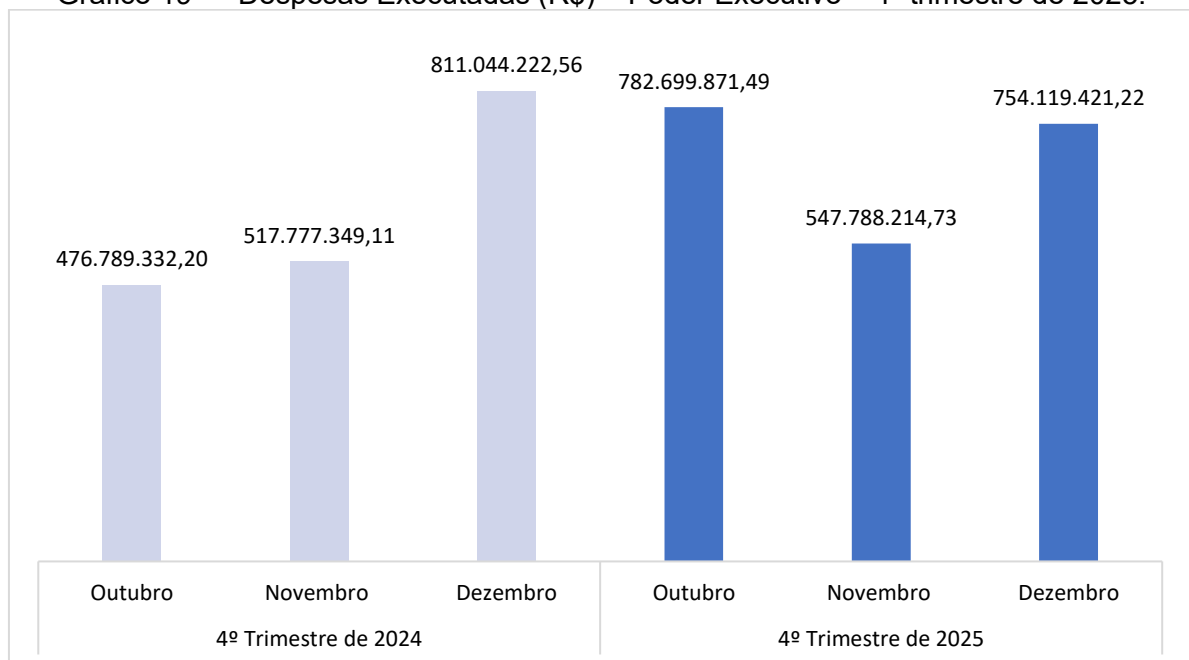
Comparativo Despesas Executadas - Poder Executivo – 4º trimestre de 2025					
UG	Descrição	outubro	novembro	dezembro	Total
840202	Igepps	17.872.432,64	23.873.078,44	10.128.319,84	51.873.830,92
840240	Finanprev	434.599.607,62	279.363.528,12	412.377.822,86	1.126.340.958,60
840203	Funprev	64.822.822,65	56.356.127,04	57.287.890,35	178.466.840,04
840201	SPSM	261.149.563,01	184.947.929,03	273.798.700,25	719.896.192,29
840250	Encargos Igepps	4.255.445,57	3.247.552,10	526.687,92	8.029.685,59
Total		782.699.871,49	547.788.214,73	754.119.421,22	2.084.607.507,44
Varição (%)		37,00%	-30,01%	37,67%	27,17%

Fonte: SIAFE/COFIN/Igepps.

Evidenciamos que a tabela acima se refere ao Poder Executivo. Os créditos referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário foram abatidos dos valores autorizados da UG 840202 (FINANPREV) e estão demonstrados adiante.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, o qual demonstra que houve um acréscimo de 15,45% em valores.

Gráfico 19 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas realizadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Executadas, relativamente aos dados do 4º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo.

Tabela 81 — Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 4º trimestre de 2025.

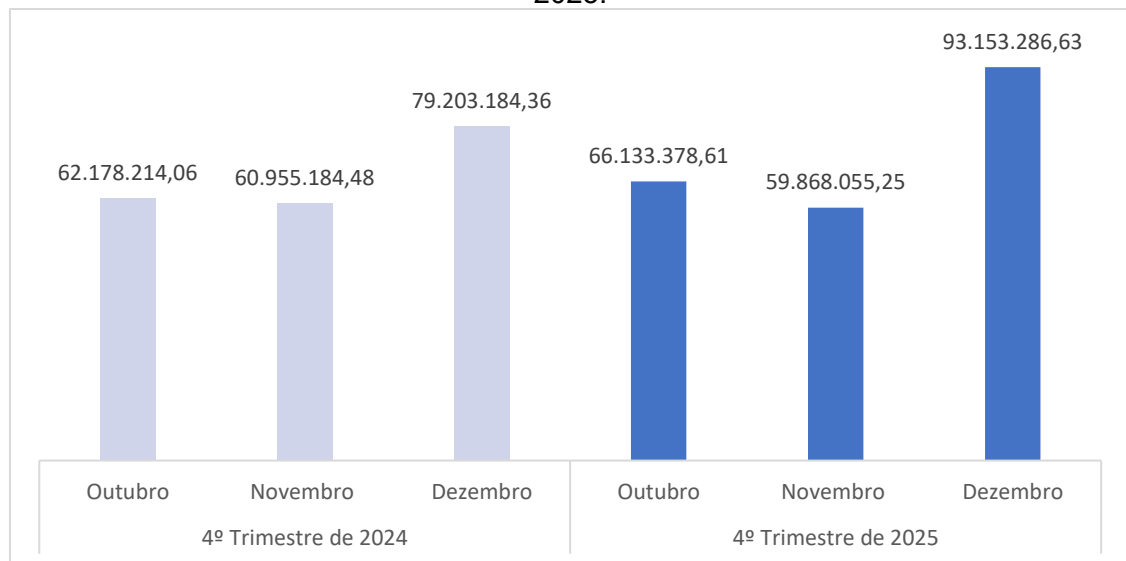
UG	Descrição	4º Trimestre de 2025			
		Outubro	Novembro	Dezembro	Total
840220	DEFENSORIA FUNDO FINANCEIRO	5.360.951,21	5.344.639,53	8.040.925,37	18.746.516,11
840230	DEFENSORIA FUNDO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
840221	ALEPA FUNDO FINANCEIRO	7.058.570,21	5.027.896,88	12.741.282,91	24.827.750,00
840222	TCE FUNDO FINANCEIRO	6.279.059,01	6.293.678,90	11.004.957,74	23.577.695,65
840232	TCE FUNDO PREVIDENCIÁRIO	4.966,24	4.966,24	7.494,05	17.426,53
840223	TCM FUNDO FINANCEIRO	2.797.382,48	2.782.782,77	5.184.843,67	10.765.008,92
840224	TJE FUNDO FINANCEIRO	33.390.954,56	24.011.930,92	37.146.936,99	94.549.822,47
840234	TJE FUNDO PREVIDENCIÁRIO	15.006,56	15.006,56	21.585,20	51.598,32
840226	M.P.FUNDO FINANCEIRO	10.207.958,52	15.711.435,90	17.624.774,69	43.544.169,11
840227	MPC FUNDO FINANCEIRO	1.014.730,42	671.918,15	1.374.786,91	3.061.435,48
840237	MPC FUNDO PREVIDENCIÁRIO	3.799,40	3.799,40	5.699,10	13.297,90
840228	MPTCM FUNDO FINANCEIRO	195.103,61	371.564,98	224.479,33	791.147,92
Total		66.133.378,61	59.868.055,25	93.153.286,63	219.154.720,49
Variação (%)		-16,50%	-9,47%	55,60%	8,31%

Fonte: SIAFE/Igepps

No período que compreende os meses de julho à setembro de 2025, o valor das despesas executadas pelos outros poderes, foi de R\$ 185.405.251,90 (cento e oitenta e cinco milhões quatrocentos e cinco mil duzentos e cinquenta e um reais e noventa centavos).

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 8,31% em valores.

Gráfico 20 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.3 Todos os Poderes

A Tabela abaixo, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao 4º trimestre de 2025; bem como o percentual de variação do período discriminado.

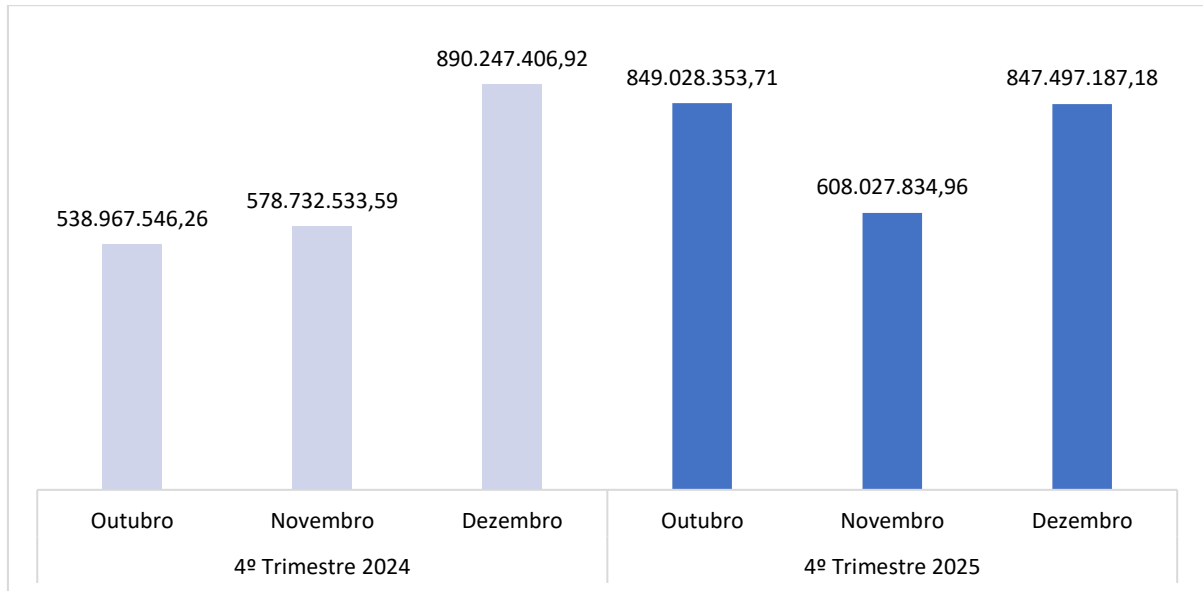
Tabela 82 — Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 4º trimestre de 2025.

4º Trimestre de 2025					
UG	Descrição	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Executivo	IGEPPS	782.699.871,49	547.788.214,73	754.119.421,22	2.084.607.507,44
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/TCM/TJE/MP/MPC/MPTCM	66.328.482,22	60.239.620,23	93.377.765,96	219.945.868,41
Total		849.028.353,71	608.027.834,96	847.497.187,18	2.304.553.375,85
Variações (%) – Despesa Realizada		-4,63%	-28,39%	39,38%	14,77%

Fonte: SIAFE - Despesa Realizada/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um decréscimo de 14,77% em valores.

Gráfico 21 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.4 Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário

Os valores executados descritos abaixo abrangem as Fontes das Despesas, das UG's 840202 (Finanprev - Poder Executivo), 840240 (SPSM), 840250 (Encargos Igepps) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 4º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo:

Tabela 83 — Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2025.

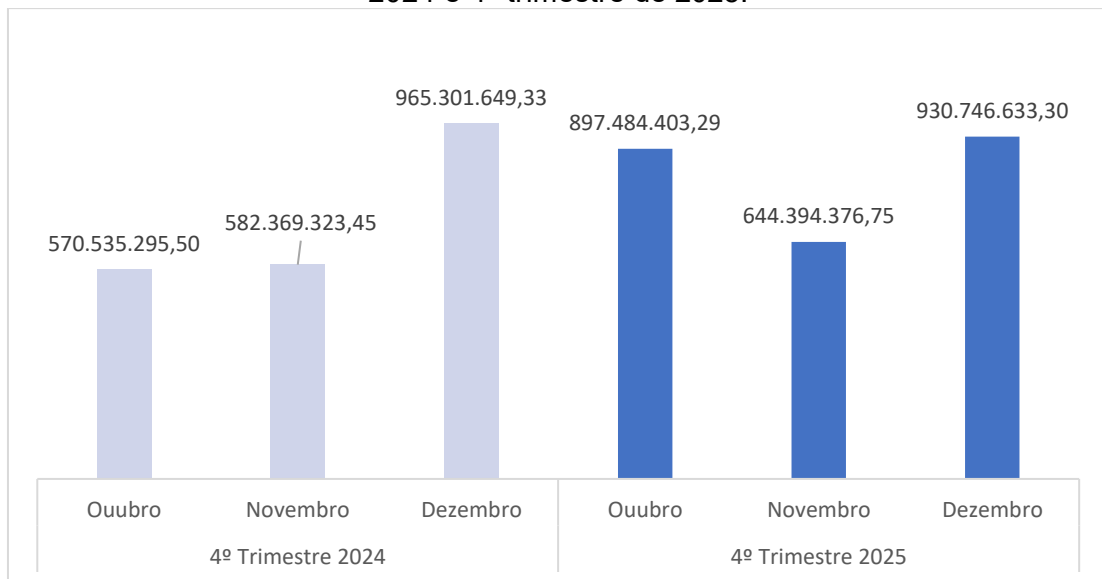
Fonte	Descrição	4º trimestre de 2025			Total
		Outubro	Novembro	Dezembro	
1500	RECURSOS ORDINARIOS	494.711.148,07	204.119.044,72	195.921.591,42	894.751.784,21
1800	REC VINC RPPS-FUNDO CAPITAL. (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	136.262,56	120.934,86	26.762.600,24	27.019.797,66
1801	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	280.956.623,57	308.558.712,39	526.040.626,26	1.115.555.962,22
1803	REC.DO SIST.PROT.SOC.MIL. - SPSM	56.970.036,80	75.336.720,40	151.469.832,53	283.776.589,73
2500	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2800	RECUR.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	64.710.332,29	56.258.964,38	30.560.068,46	151.529.365,13
2801	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	0,00	0,00	-8.085,61	-8.085,61
2803	REC.DO SIST.PROT.SOC.MIL. - SPSM	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		897.484.403,29	644.394.376,75	930.746.633,30	2.472.625.413,34
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		32,98%	-28,20%	44,44%	28,88%

Fonte: SIAFE/Igepps

No exercício 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, o qual demonstra que houve um acréscimo de 16,73% em valores.

Gráfico 22 — Despesas Executadas (R\$) – Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.5 Igepps

As tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas relativamente aos dados do 4º trimestre de 2025.

Tabela 84 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 4º trimestre de 2025.

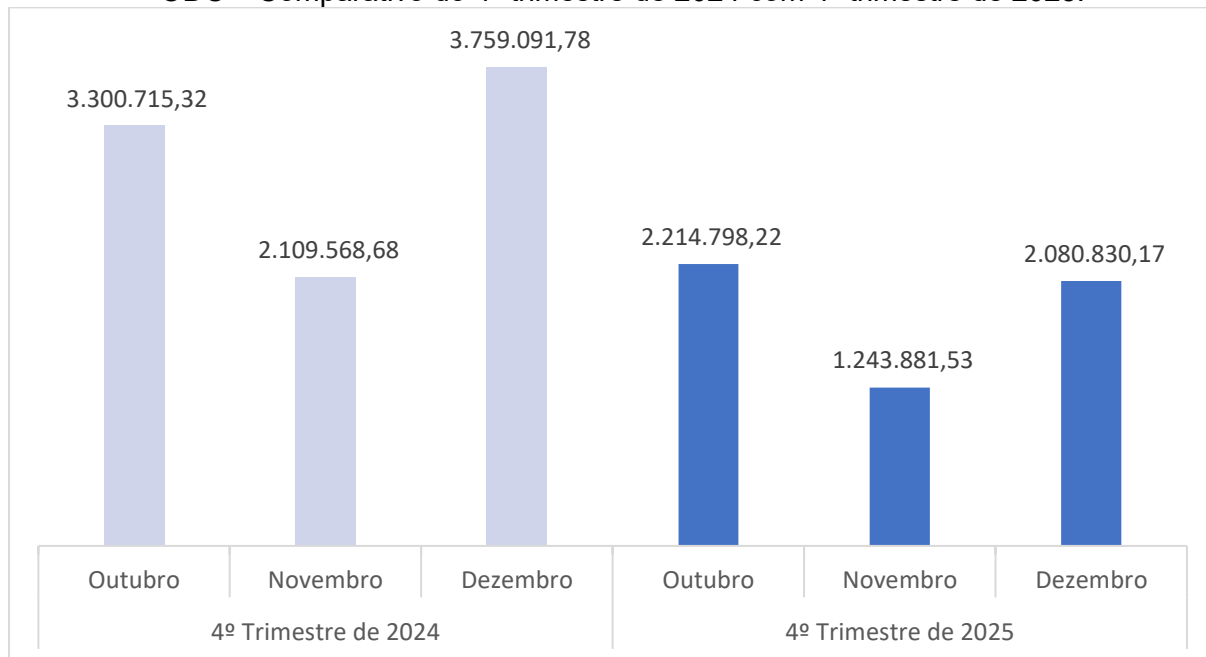
Despesa Pessoal		4º Trimestre de 2025			Total
		Outubro	Novembro	Dezembro	
319004	Contratação por tempo determinado	101.795,73	71.804,34	106.174,15	101.795,73
319007	Contribui a entidades fechadas de previdência	6.089,54	6.051,98	18.123,07	6.089,54
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.447.269,48	970.179,49	1.462.064,87	1.447.269,48
319012	Vencimentos e vantagens fixas - pes. militar	19.830,93	13.220,62	22.519,54	19.830,93
319013	Obrigações patronais	96.688,44	39.121,07	116.261,08	96.688,44
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.561,94	1.561,94	1.561,94	1.561,94
319091	Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
319092	Despesas de exercícios anteriores	404.472,64	23.760,20	0,00	404.472,64
319094	Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
319113	Obrigações patronais - op.intra - orçamentárias	118.307,44	118.181,89	354.125,52	118.307,44
319192	Desp Exer Anteriores - Oper Intra-orçamentárias	18.782,08	0,00	0,00	18.782,08
Total		2.214.798,22	1.243.881,53	2.080.830,17	5.539.509,92
Variações (%)		76,47%	-43,84%	67,29%	7,05%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um decréscimo de 39,59% em valores.

Gráfico 23 — Total de Despesas Executadas por Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - ODC – Comparativo do 4º trimestre de 2024 com 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

As Tabelas abaixo discriminadas, apresentam o demonstrativo de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Outras Despesas Correntes (ODC).

Tabela 85 — Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) no na UG 840201 (Igepps)- 4º trimestre de 2025.

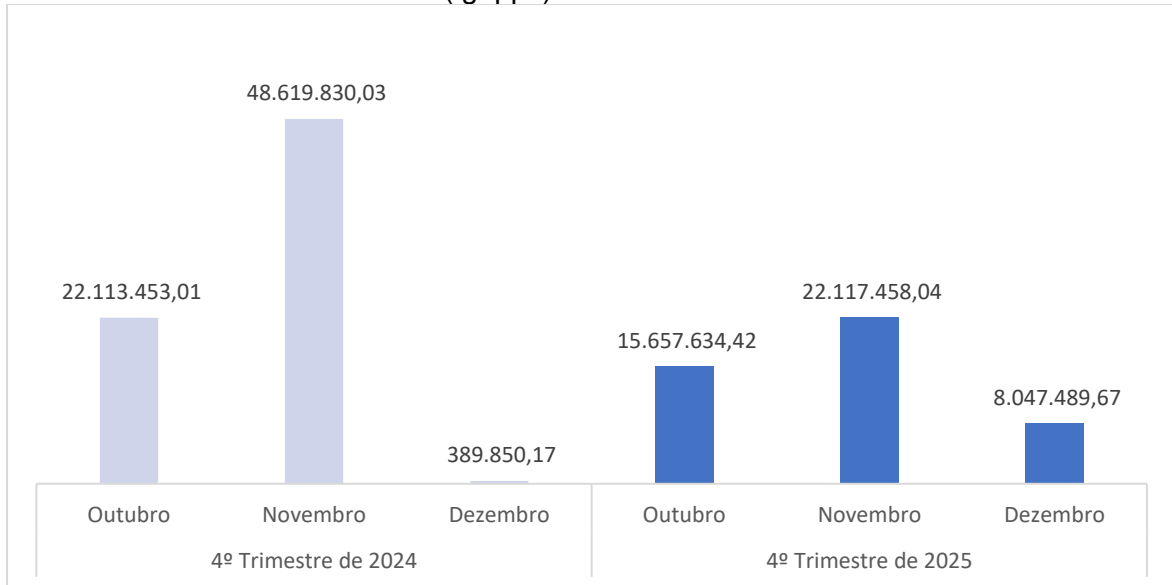
Outras Despesas Correntes		4º Trimestre de 2025			
		Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	130,00	130,00	130,00	390,00
339014	Diárias - civil	11.645,28	13.959,62	-3.017,43	22.587,47
339015	Diárias - militar	32.065,49	57.969,94	0,00	90.035,43
339030	Material de consumo	51.867,41	277.359,63	0,00	329.227,04
339031	Prem. cultural artist. Cientif. Desport. outras	0,00	0,00	0,00	0,00
339033	Passagens e despesas com locomoção	728.377,43	1.008.509,09	0,00	1.736.886,52
339035	Serviços de consultoria	222.861,45	316.000,00	316.000,00	854.861,45
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	25.954,27	28.081,22	37.008,13	91.043,62
339037	Locação de mão-de-obra	3.604.563,63	7.448.589,18	3.123.104,82	14.176.257,63
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.507.507,80	5.997.015,31	3.813.323,04	13.317.846,15
339040	Serv.de tec. da inf. e com.- pessoa jurídica	7.246.892,73	6.753.823,24	511.929,86	14.512.645,83
339046	Auxílio - alimentação	207.000,00	207.000,00	219.000,00	633.000,00
339047	Obrigações tributarias e contributivas	417,88	0,00	0,00	417,88
339049	Auxílio-transporte	6.358,42	6.839,01	5.979,75	19.177,18
339092	Despesas de exercícios anteriores	0,00	2.181,80	0,00	2.181,80
339093	Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
339139	Outros serv. terc. PJ - OP. intra orçamentaria	0,00	0,00	0,00	0,00
339140	Serv.de tecno.da infor.e comun.-pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
339147	Obrigações tributarias e contributivas	11.992,63	0,00	24.031,50	36.024,13
339192	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		15.657.634,42	22.117.458,04	8.047.489,67	45.822.582,13
Variação (%)		-45,21%	41,26%	-63,61%	-46,90

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um decréscimo de 35,57% em valores.

Gráfico 24 — Total de Despesas Realizadas por programas Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Já a Tabela abaixo discriminada, apresenta o demonstrativo de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminando os Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos do 4º trimestre de 2025, conforme abaixo:

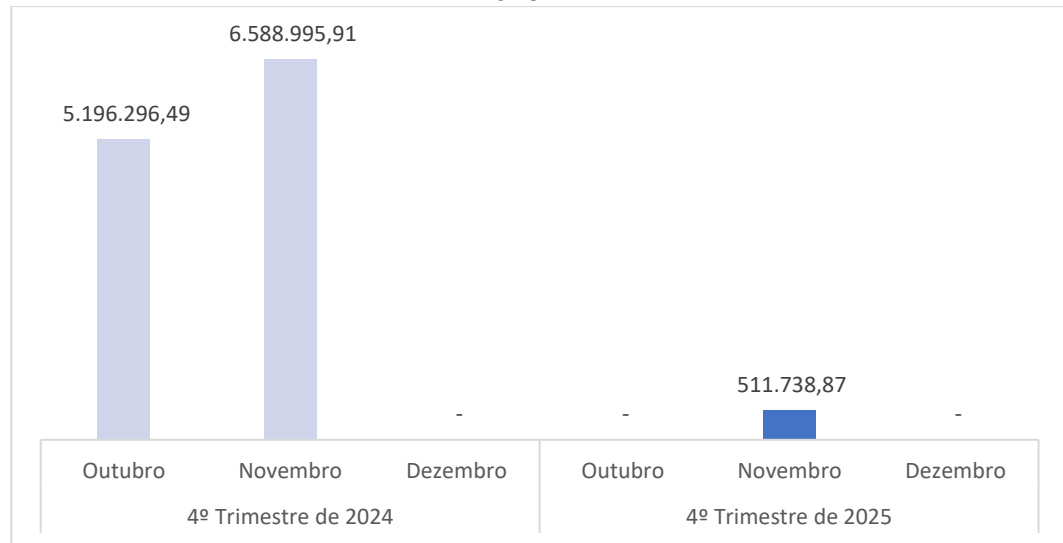
Tabela 86 — Demonstrativos de Despesas Realizadas Por Programa da Despesas com investimentos na UG 840201 (Igepps) – 4º Trimestre de 2025

Despesa	Descrição	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	268.101,07	0,00	268.101,07
449052	Equipamentos e Material Permanente	0,00	243.637,80	0,00	243.637,80
Total		17.872.432,64	23.873.078,44	10.128.319,84	511.738,87
Variações (%)		-40,09%	33,57%	-57,57%	

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um decréscimo de 95,66% em valores.

Gráfico 25 — Total de Despesas Realizadas por Programas e Elementos da Despesa com Investimento, na UG 840201 (Igepps) – comparativo do 4º trimestre de 2024 com o 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.6 Encargos Igepps - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família

Em 2025, foram registradas variações entre as competências do período em análise, no caso das Despesas com RPV's (requisição de pequeno valor), auxílio funeral e salário família deste Igepps (UG 840250 – encargo), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 87 — Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) de Encargos Igepps - 4º trimestre de 2025.

Projeto Atividade	Subelemento da Despesa	Nome	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
9010	31909109	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pensionistas civis	1.008.790,73	2.045.919,53	488.175,25	3.542.885,51
9010	31909110	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pens. militar	238.180,86	832.427,97	30.252,51	1.100.861,34
9010	31909291	Sentenças Judiciais (DEA)	2.676.955,78	259.953,30	0,00	2.936.909,08
8338	33900854	Auxílio Funeral	323.158,04	103.491,14	2.500,00	429.149,18
8338	33909208	Outros Benefícios Assistenciais - DEA	2.600,00	0,00	0,00	2.600,00
9026	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas – diversas áreas	5.215,28	5.215,28	5.215,28	15.645,84
9027	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área educação	77,84	77,84	77,84	233,52
9040	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área saúde	467,04	467,04	467,04	1.401,12
TOTAL			4.255.445,57	3.247.552,10	526.687,92	8.029.685,59

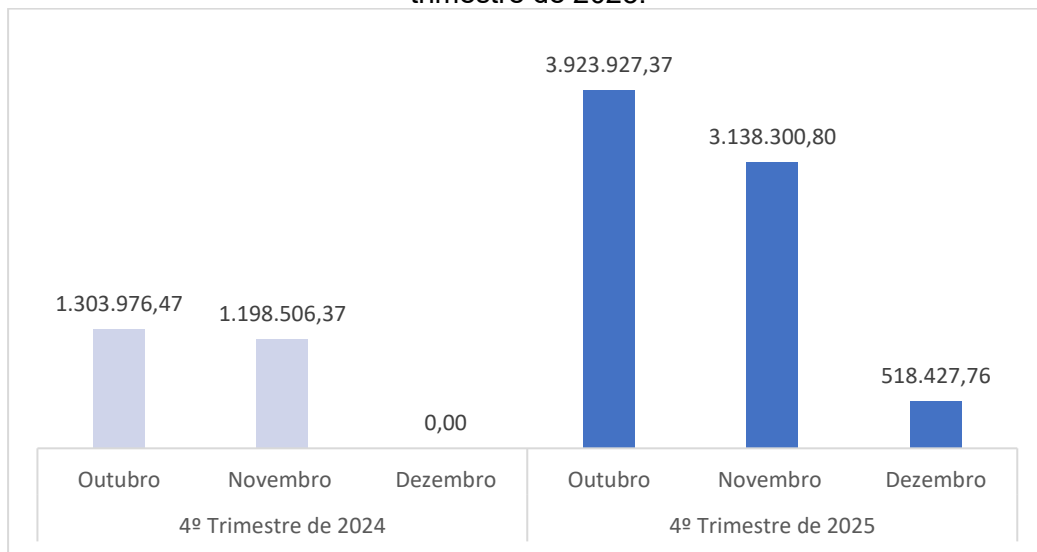
Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.6.2.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV'S)

Os valores realizados referem-se à Unidade Gestora 840250 – Encargo Igepps, abrangendo, inclusive, a variação percentual entre os montantes das despesas efetivamente executadas no 4º trimestre de 2025.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 202,93% em valores.

Gráfico 26 — Despesas Executadas com RPV's – comparativo 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.6.2.2 Auxílio Funeral

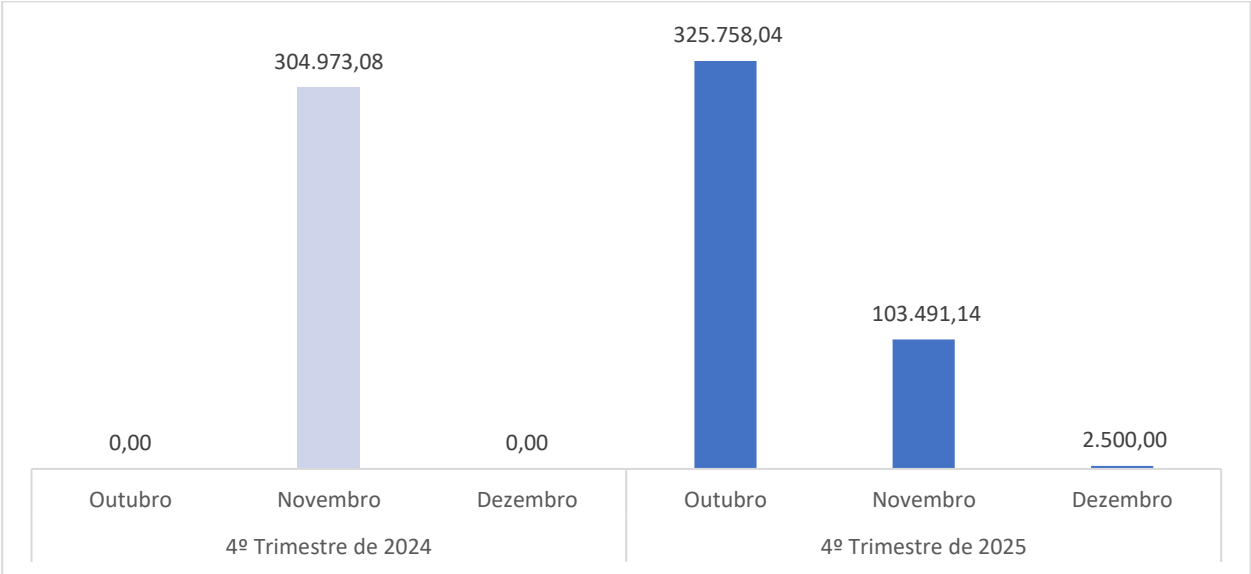
No exercício 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

Vale registrar que a origem dos recursos para o pagamento de auxílio funerais é oriunda do tesouro estadual - via SEFA; haja vista não se tratar de benefício de Caráter Previdenciário.

A partir de 02/2024, foi criada a UG 840250 e as Despesas com Aux. Funerais ficaram vinculadas a ela.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 285,56% em valores.

Gráfico 27 — Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

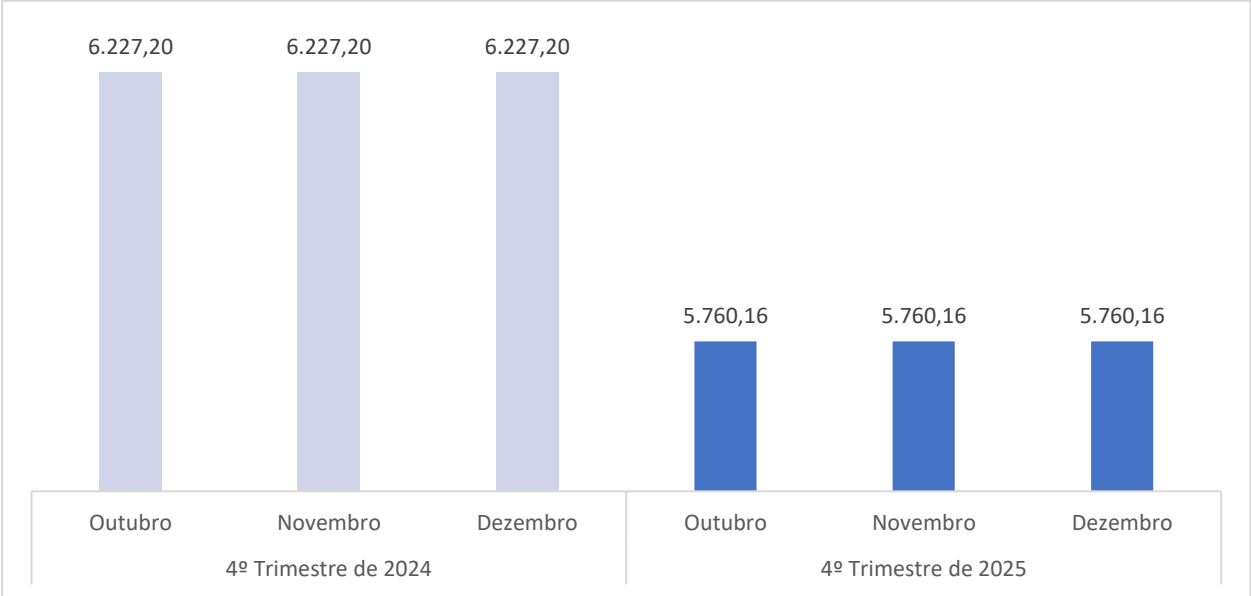
7.6.2.3 Salário Família

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

Vale frisar que os recursos para o pagamento de Salário Família são oriundos de recursos próprios do Igepps.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2025 e o 4º trimestre de 2024, onde demonstra que houve um decréscimo de 7,50% em valores.

Gráfico 28 — Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.7 Folhas de Pagamentos

7.2.2.1 Folhas de Pagamento – Igepps

No que tange à execução de valores referentes às folhas de pagamento do Igepps; bem como o percentual de variação entre o percentual de variação e o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses que compreendem o 4º trimestre de 2025, está descrito abaixo.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 3,78% em valores.

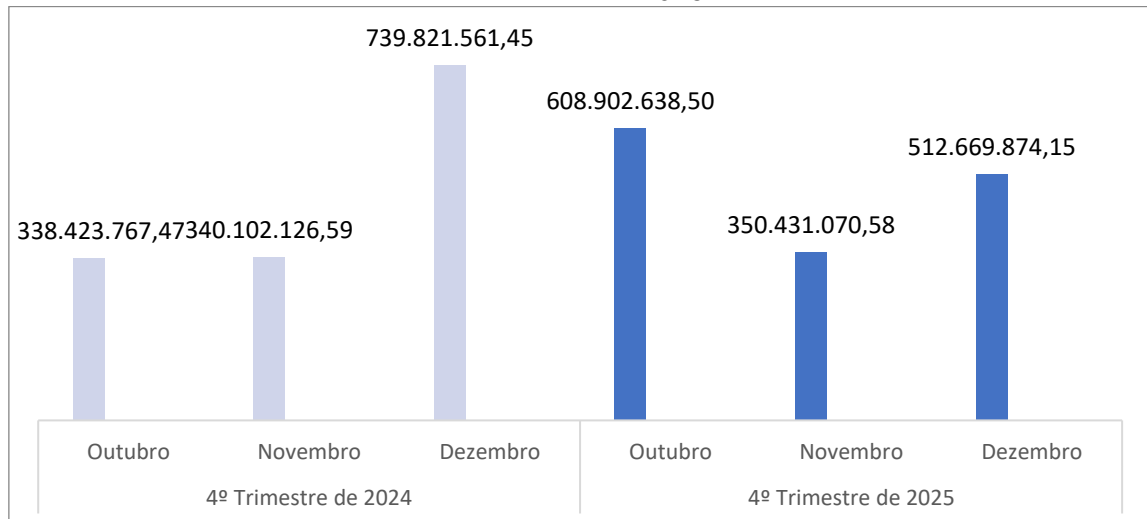
Tabela 88 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)
– 4º trimestre de 2025.

UG	Descrição	4º Trimestre de 2025			TOTAL
		Outubro	Novembro	Dezembro	
840240	Inativo Militar	159.001.065,16	87.961.113,77	126.984.448,29	373.946.627,22
840220	Inativo Defensoria	5.205.459,97	2.988.624,60	4.130.875,38	12.324.959,95
840202	Inativo Civil - Educação	225.024.508,54	128.746.368,22	191.893.244,01	545.664.120,77
840202	Inativo Civil - Saúde	8.537.285,55	5.358.907,80	8.214.533,35	22.110.726,70
840202	Inativo. Civil - Outros	104.628.636,08	61.883.892,64	89.979.460,10	256.491.988,82
840234	Pensão TJ-Pa -Funprev	21.414,28	14.835,62	21.243,32	57.493,22
840220	Pensão - Defensoria	966.459,39	542.848,31	749.241,45	2.258.549,15
840203	Pensão. Civil. - Funprev	143.668,96	86.857,13	132.710,60	363.236,69
840221	Pensão - ALEPA	1.849.383,78	1.170.634,69	1.658.691,42	4.678.709,89
840224	Pensão TJ-Pa - Finanprev	5.308.464,41	3.189.491,41	4.481.970,95	12.979.926,77
840202	Pensão Civil - Finanprev	61.473.573,20	37.080.690,53	54.037.192,71	152.591.456,44
840240	Pensão Militar	33.843.744,94	19.536.390,17	27.834.389,43	81.214.524,54
840240	Pensão Especial Militar	2.893.761,36	1.866.135,18	2.546.660,27	7.306.556,81
840203	Inativo Civiv outros - FUNPREV	5.212,88	4.280,51	5.212,87	14.706,26
Total		608.902.638,50	350.431.070,58	512.669.874,15	1.472.003.583,23
Variações (%)		74,48%	-42,45%	46,30%	40,55%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências no 4º trimestre de 2024 comparado com o 4º Trimestre de 2025, como demonstrado acima para Despesas com as Folhas deste Igepps e entre o montante realizado. Assim, tivemos um acréscimo de 3,78%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 29 — Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 89 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Igepps (R\$) – 4º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	4º Trimestre de 2025			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
SINTEP	129.962,41	129.474,81	129.472,96	388.910,18
ASFEP	176.109,44	175.955,38	175.955,38	528.020,20
ADPEP	18.245,09	18.245,09	18.245,09	54.735,27
SINDSAUDE	7.671,09	7.591,83	7.591,83	22.854,75
SINDPOL	259.919,92	253.630,49	252.323,05	765.873,46
SEUPB	12.208,02	12.020,06	11.976,71	36.204,79
SINDTRAN	1.296,80	1.296,80	1.296,80	3.890,40
FASUEPA	29.002,50	28.959,38	28.959,38	86.921,26
SINDELP/PA	26.908,92	26.908,92	26.908,92	80.726,76

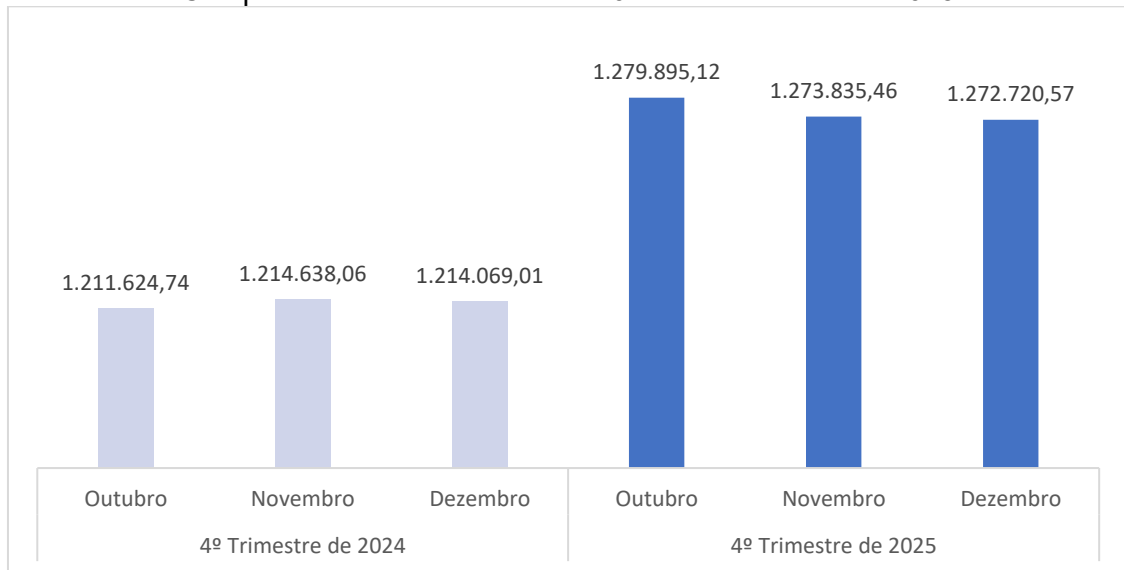
ADEPOL	307.152,33	307.152,33	307.152,33	921.456,99
FASPM	40,21	40,21	40,21	120,63
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60
SINDIFISCO	119.257,01	118.596,53	118.444,22	356.297,76
ASPA	16.373,88	18.788,57	18.788,57	53.951,02
UNIBRAS	6.502,85	6.478,35	6.478,35	19.459,55
CAPEMI	30.221,38	30.194,46	30.194,46	90.610,30
ASPBRAS	1.042,72	1.042,72	1.042,72	3.128,16
UPASP	80.253,89	79.766,83	80.156,87	240.177,59
PROASP	3.634,82	3.634,82	3.634,82	10.904,46
BANCLUB	15.654,67	15.654,67	15.654,67	46.964,01
ASCM/PA	56,84	56,84	56,85	170,53
ALIANÇA/FAP	4.556,12	4.556,12	4.556,12	13.668,36
INDESPCMEPA	9.408,00	9.525,60	9.525,60	28.459,20
ADECIMPA	294,00	294,00	294,00	882,00
ASMEOP	95,08	95,08	95,08	285,24
SINDSFEP	1.361,01	1.308,51	1.308,51	3.978,03
FEMPA	16.163,03	16.063,97	16.063,97	48.290,97
ASSOC. SERV. PUB..ADM DIR.	2.131,54	2.131,54	2.131,55	6.394,63
ASEMIPPA	788,90	788,90	788,90	2.366,70
ASSUBSAR	495,27	495,27	495,27	1.485,81
ACSPMBMPA	95,08	95,08	95,08	285,24
APPOMIBOMNP	92,71	92,71	92,71	278,13
FUNSAU	354,33	354,33	354,33	1.062,99
ASDAP	712,66	712,66	712,66	2.137,98
Total	1.279.865,72	1.273.806,06	1.272.691,17	3.826.362,95

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

(conclusão)

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste Igepps e entre o montante realizado no 4º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 5,11%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 30 — Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento / Igepps – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.3 Consignações – em Folhas de Pagamento - Inativos / SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos ao 4º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo:

Tabela 90 — Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	4º Trimestre de 2024			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
APPOMIBOMNP	47.743,25	47.743,24	47.557,83	143.044,32
FUNSAU	424.954,26	424.568,92	424.568,92	1.274.092,10
ASPOMIRE	32.507,66	32.408,60	32.408,60	97.324,86
FASPM	375.770,26	372.082,72	370.460,93	1.118.313,91
ASSUBSAR	78.261,81	78.179,26	78.014,14	234.455,21
ACSPMBMPA	180.556,16	180.936,48	180.936,48	542.429,12
COPM	26.460,00	26.460,00	26.460,00	79.380,00
SICOOB	460.193,84	464.192,19	460.155,95	1.384.541,98
ASPA	8.008,73	8.422,07	8.422,07	24.852,87
UNIBRAS	2.085,95	2.110,45	2.110,45	6.306,85
CAPEMI	10.654,28	10.545,28	10.545,28	31.744,84
ASPBRAS	290,57	290,57	290,57	871,71
UPASP	13.910,87	13.910,87	13.715,85	41.537,59
PROASP	877,10	877,10	877,10	2.631,30
BANCLUB	1.757,97	1.757,97	1.757,97	5.273,91

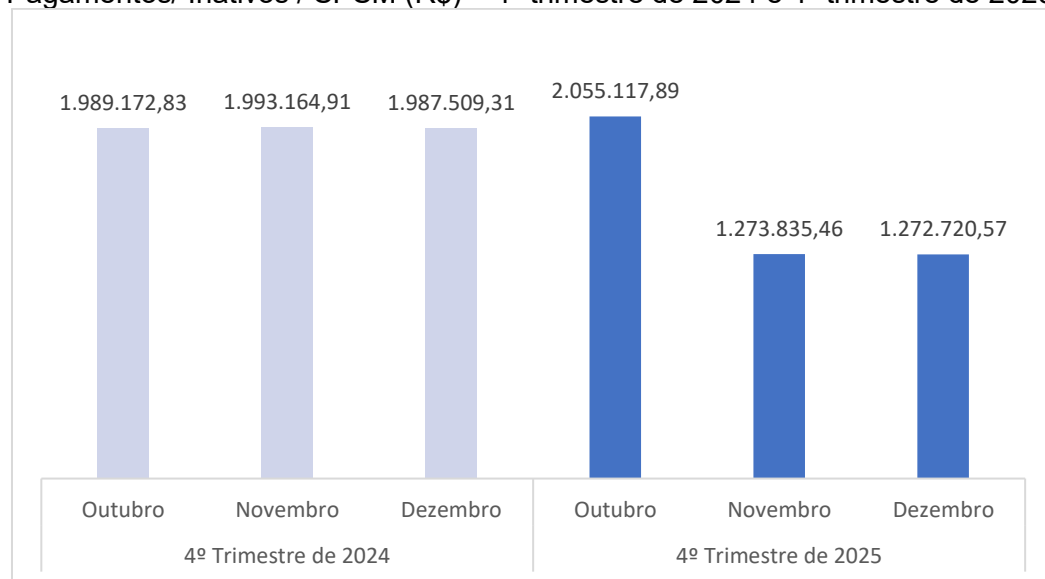
ASCM/PA	3.462,34	3.462,34	3.462,34	10.387,02
ALIANÇA/FAP	776,75	776,75	776,75	2.330,25
INDESPCMEPA	231.664,36	231.767,26	231.561,46	694.993,08
ADECIMPA	9.586,36	9.488,36	9.488,36	28.563,08
ADMSPEP	388,08	388,08	388,08	1.164,24
ASMEOP	9.983,36	9.983,36	9.983,36	29.950,08
ASMIL	0,00	0,00	0,00	0,00
IDC	119,01	119,01	119,01	357,03
FEMPA	128.974,04	128.082,51	128.181,57	385.238,12
ASEMIPPA	6.130,88	6.130,88	6.130,88	18.392,64
Total	2.055.117,89	2.054.684,27	2.048.373,95	6.158.176,11

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

(coclusão)

A Consignatária ASMIL tinha Valores Retidos por Decisões Adm./Judiciais. Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste Igepps e entre os montantes realizados no 4º trimestre de 2025. Assim, tivemos um acréscimo de 3,15%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 31 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.4 Consignações / Convênios em Folhas de Pagamento em Geral - BANPARÁ/IASEP

No que tange à execução de valores referentes ao Consignado BANPARÁ e ao Plano de Saúde IASEP – Governo do estado do Pará em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos dos meses do 4º trimestre de 2025, descrito abaixo.

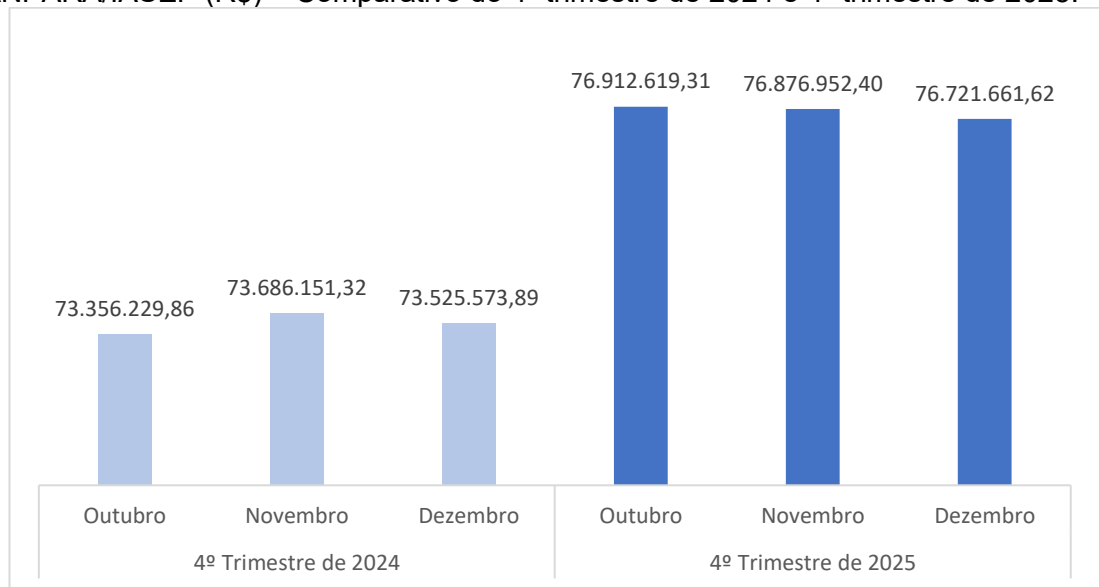
Tabela 91 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASSEP (R\$) – 4º trimestre de 2025.

Consignatárias	4º Trimestre			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
BANPARA	53.387.946,69	53.332.177,33	53.175.050,70	159.895.174,72
IASSEP/PAS	23.524.672,62	23.544.775,07	23.546.610,92	70.616.058,61
Total	76.544.459,22	76.876.952,40	76.721.661,62	230.511.233,33
Variações (%)		-0,05%	-0,20%	0,28%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações/Convênios deste Igepps e entre os montantes realizados no 4º Trimestre de 2025. Assim, tivemos um acréscimo de 0,28%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 32 — Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASSEP (R\$) – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.5 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que tange à execução de valores referentes às Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamentos no Igepps, bem como, o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos dos meses do 4º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo.

Tabela 92 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$)
– comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.

UG	Descrição	4º Trimestre de 2025		
		Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	Inativo-Militar	56.072.452,07	79.053.374,15	15.287.305,66
840220	Inativo-Defensoria	1.951.254,26	2.411.171,85	172.620,22
840202	Inativo Civil - Educação	35.260.148,87	99.526.455,49	890.365,19
840202	Inativo Civil - Saúde	179.124,52	1.224.325,70	28.623,42
840202	Inativo Civil - Outros	22.325.429,24	37.220.586,45	2.665.036,76
840234	Pensão TJ-Pa - Funprev	0,00	683,76	0,00
840220	Pensão-Defensoria	330.937,84	541.441,52	0,00
840203	Pensão Civil - Funprev	0,00	4.960,64	0,00
840221	Pensão - ALEPA	350.657,22	816.221,72	0,00
840224	Pensão. TJ-Pa -Finanprev	1.152.162,77	2.387.153,05	34.193,48
840202	Pensão Civil - Finanprev	8.731.305,68	20.083.105,99	152.301,25
840240	Pensão - Militar	11.332.901,45	12.863.455,71	25.949,60
840240	Pensão Especial - Militar	0,00	925.037,18	0,00
840203	Inati. Civ.Outros-FUNPREV	0,00	584,52	0,00
Total		137.686.373,92	257.058.557,73	19.256.395,58

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE

No que tange à execução de valores referentes ao Auxílio Morte/Auxílio Acidente no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 4º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 93 — Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 4º trimestre de 2025.

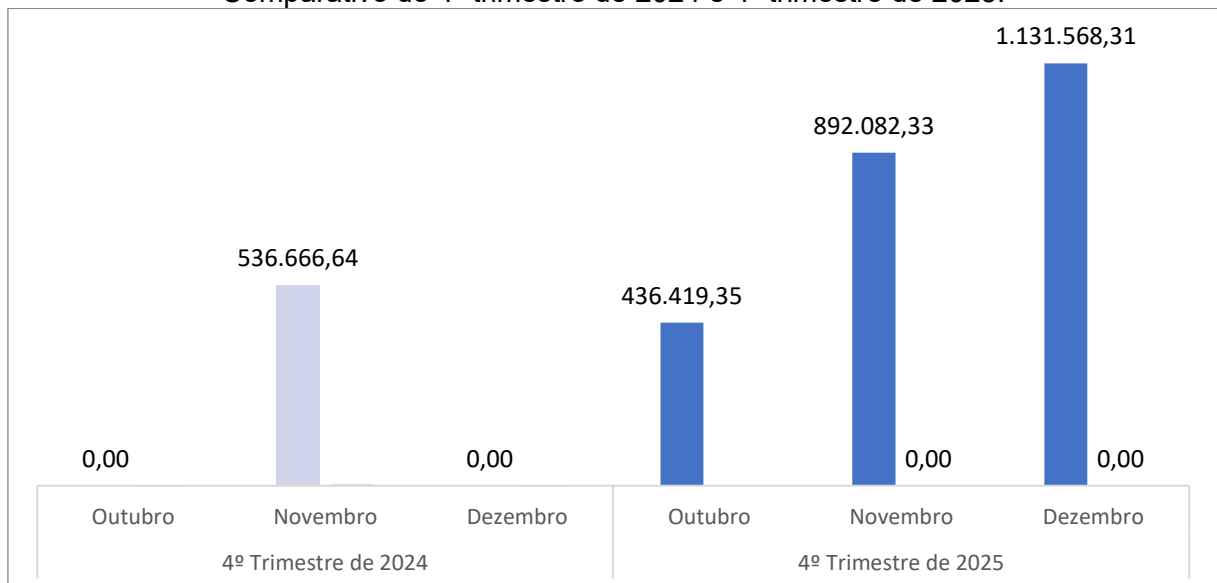
Auxílio Morte/Acidente - UG - 840240					
Sub-Elemento da Despesa		9028 - Projeto Atividade - Encargos - SPSM			
Código	Nome	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
33909301	Indenizações	323.158,04	103.491,14	2.500,00	429.149,18
33909302	Restituições	2600,00	0,00	0,00	2.600,00
Total		325.758,04	103.491,14	2.500,00	431.749,18
Variações (%)		393,78%	-68,23%	-97,58%	-55,71%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Agora em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 4º trimestre de 2024 e o 4º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 358,40% em valores.

Gráfico 33 — Total de Despesas Realizadas com Auxílio Morte/Auxílio Acidente – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O Igepps, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no 4º trimestre de 2025 em relação aos contratos realizados pelo Igepps.

Tabela 94 — Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo Igepps – 4º trimestre de 2025.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Outubro	2	1	105
Novembro	1	3	103
Dezembro	5	4	104
Total	8	8	312

Fonte: Coas/Igepps

Na tabela a seguir tem-se os contratos realizados por modalidade no período outubro à dezembro de 2025.

Tabela 95 — Modalidades dos Contratos Realizados pelo Igepps – 4º trimestre de 2025.

Modalidade	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Dispensa de Licitação	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Apostilamento	0	1	0	1
Ata de Registro de Preços	0	0	0	0
Termos Aditivos	1	0	0	1
Cooperação Técnica	0	0	0	0
Rescisão	1	3	4	8
Repactuação	1	0	0	1
Pregão Eletrônico	1	0	0	1
Dispensa Eletrônica	0	1	5	6
Termo de Convênio	0	0	0	0

Fonte: Coas/Igepps

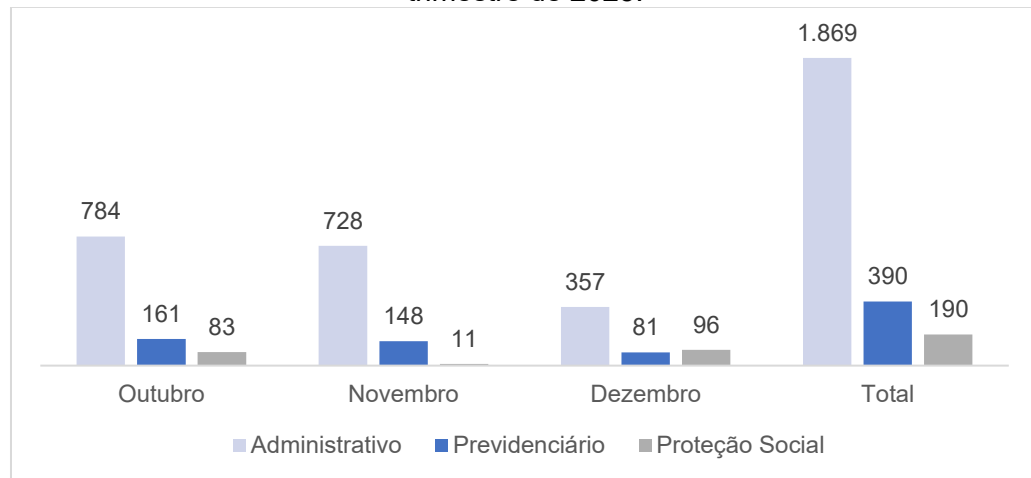
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno está dividido em três áreas de atuação: previdenciária, proteção social e administrativa. A área previdenciária é responsável pela análise dos processos de concessão de aposentadorias e pensões dos segurados civis - atividade finalística do Igepps. Já a área de proteção social realiza a análise das concessões de pensão por morte, reserva e reforma dos segurados militares. Por fim, à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folha de pagamento, diária, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte, acidente e funeral.

No 4º trimestre de 2025, em comparação ao 3º trimestre do mesmo exercício, verificou-se uma redução de 32% no total de processos encaminhados ao Núcleo de Controle Interno (NCI), decorrente, principalmente, da diminuição das análises de conformidade das demandas administrativas do IGEPPS, em razão do encerramento do exercício financeiro. Destaca-se que tal redução decorre de fator sazonal, próprio do último trimestre, não estando relacionada à perda de capacidade operacional do NCI. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social no período de outubro a dezembro de 2025, evidenciando a composição da demanda e a dinâmica das atividades

desenvolvidas pelo Núcleo.

Gráfico 34 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 4º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps

O Gráfico apresenta a distribuição dos processos analisados pelo NCI, nas categorias administrativa, previdenciária e de proteção social, no período de outubro a dezembro de 2025, evidenciando redução progressiva do volume de processos e predominância das demandas administrativas ao longo do trimestre. Em outubro de 2025, foram analisados 1.028 processos, sendo 76% administrativos, 16% previdenciários e 8% de proteção social. Em novembro, o total reduziu para 887 processos, mantendo perfil semelhante (82% administrativos, 17% previdenciários e 1% de proteção social). Já em dezembro de 2025, o volume caiu para 534 processos, dos quais 67% eram administrativos, 15% previdenciários e 18% de proteção social, indicando aumento relativo das análises de proteção social no último mês do exercício, mesmo diante da retração global da demanda.

No consolidado do 4º trimestre de 2025, o NCI analisou 2.449 processos, dos quais 76% (n = 1.869) eram de natureza administrativa, 16% (n = 390) previdenciária e 8% (n = 190) de proteção social. No período, observou-se redução de 37% nos processos administrativos e de 27% nos processos de proteção social, enquanto a demanda previdenciária apresentou crescimento de 5%, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 96 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 4º trimestre de 2025.

	Total		Administrativo		Previdenciário		Proteção Social	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Outubro	1.028	-8%	784	-11%	161	-1%	83	5%
Novembro	887	-14%	728	-7%	148	-8%	11	-87%
Dezembro	534	-40%	357	-51%	81	-45%	96	773%
Total	2.449	-32%	1.869	-37%	390	5%	190	-27%

Fonte: NCI/Igepps

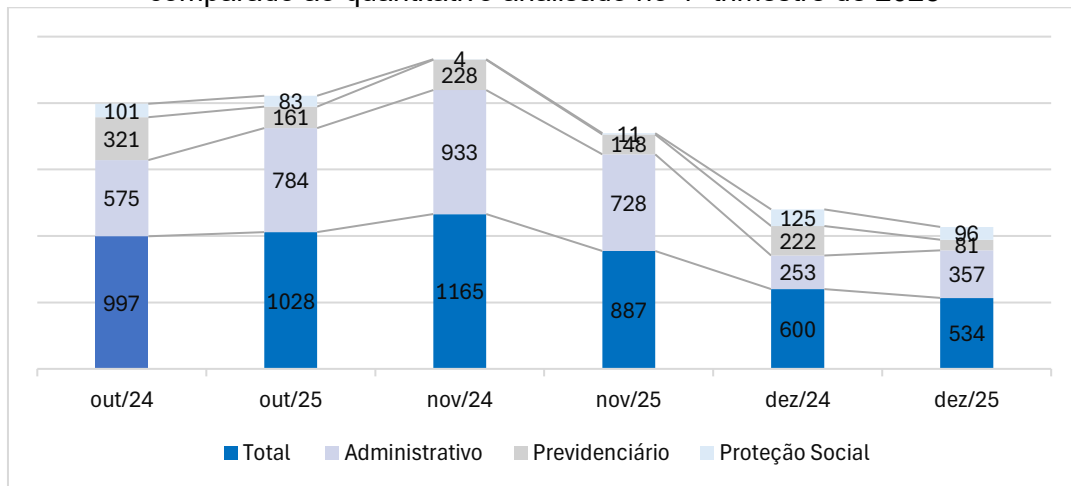
Em outubro de 2025, o NCI analisou 1.028 processos, registrando redução de 8% em relação ao mês anterior, decorrente, principalmente, da queda nas análises administrativas (-11%), parcialmente compensada pelo aumento nas análises de proteção social (+5%).

Em novembro de 2025, o volume de análises reduziu para 887 processos (-14%), com retração em todas as áreas: administrativa (-7%), previdenciária (-8%) e proteção social (-87%). Esse comportamento reflete a redução no fluxo de processos encaminhados ao NCI, evidenciando a correlação direta entre a demanda recebida e o quantitativo de análises realizadas.

Em dezembro de 2025, registrou-se uma redução de 40% no total de análises realizadas pelo NCI, totalizando 534 processos. No entanto, observou-se dinâmica diferenciada entre as áreas: enquanto as análises administrativas (-51%) e previdenciárias (-45%) apresentaram forte retração, as análises de proteção social cresceram de forma expressiva (+773%).

O Gráfico 24 apresenta o comparativo dos processos analisados pelo NCI no 4º trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, evidenciando reduções expressivas nas análises das áreas administrativa e previdenciária. Tal comportamento decorre, predominantemente, da diminuição no volume de processos administrativos e previdenciários encaminhados ao NCI no período analisado.

Gráfico 35 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 4º trimestre de 2024 comparado ao quantitativo analisado no 4º trimestre de 2025



Fonte: NCI/Igepps

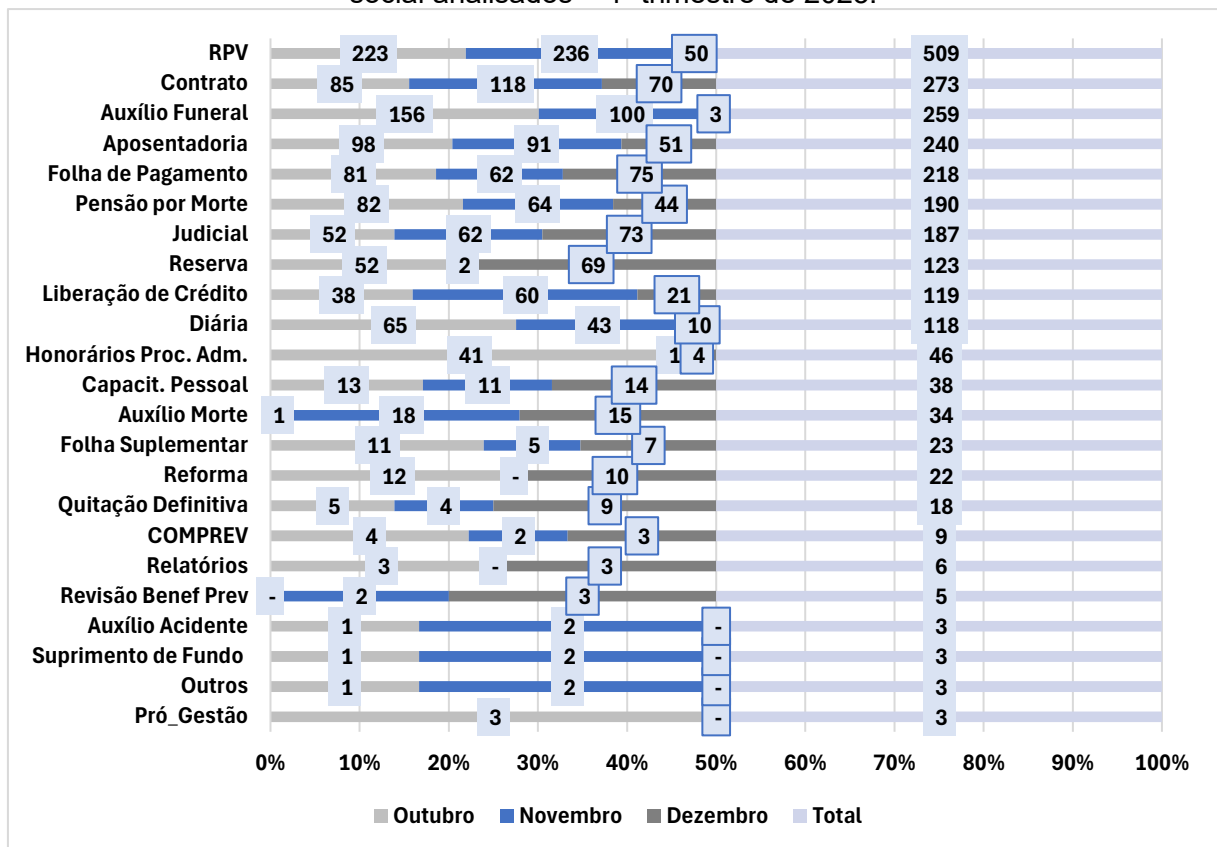
Em outubro de 2025, o total de processos analisados pelo NCI apresentou crescimento de 3% em relação a outubro de 2024, impulsionado, principalmente, pela área administrativa, que registrou aumento de 36%, indicando maior volume de demandas nesse segmento. Em contrapartida, as áreas previdenciárias (-50%) e de proteção social (-18%) apresentaram retração no período.

Em novembro de 2025, na comparação com novembro de 2024, observou-se redução de 24% no total de análises, decorrente, sobretudo, da queda nas áreas administrativa (-22%) e previdenciária (-35%). Ainda assim, a área de proteção social apresentou crescimento expressivo (+175%), evidenciando mudança pontual no perfil da demanda.

Em dezembro de 2025, registrou-se nova redução de 11% em relação a dezembro do ano anterior. Apesar da queda global, a área administrativa manteve crescimento (+ 41%), enquanto as áreas previdenciárias (- 64%) e de proteção social (- 23%) recuaram de forma significativa, refletindo a diminuição no encaminhamento de processos previdenciários e de proteção social ao NCI no 4º trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024.

O Gráfico 25 evidencia que, no 4º trimestre de 2025, os procedimentos de Requisição de Pequeno Valor (RPV), Contratos e Auxílio Funeral concentraram 43% do total de trâmites analisados pelo NCI, indicando elevado esforço operacional e maior exposição a riscos de conformidade nessas tipologias. Para o planejamento de 2026, recomenda-se priorizar essas áreas por meio do aperfeiçoamento dos fluxos processuais, padronização de checklists e orientações técnicas, bem como alocação direcionada de força de trabalho, de modo a mitigar riscos recorrentes, aumentar a eficiência das análises e reduzir retrabalho.

Gráfico 36 — Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 4º trimestre de 2025.

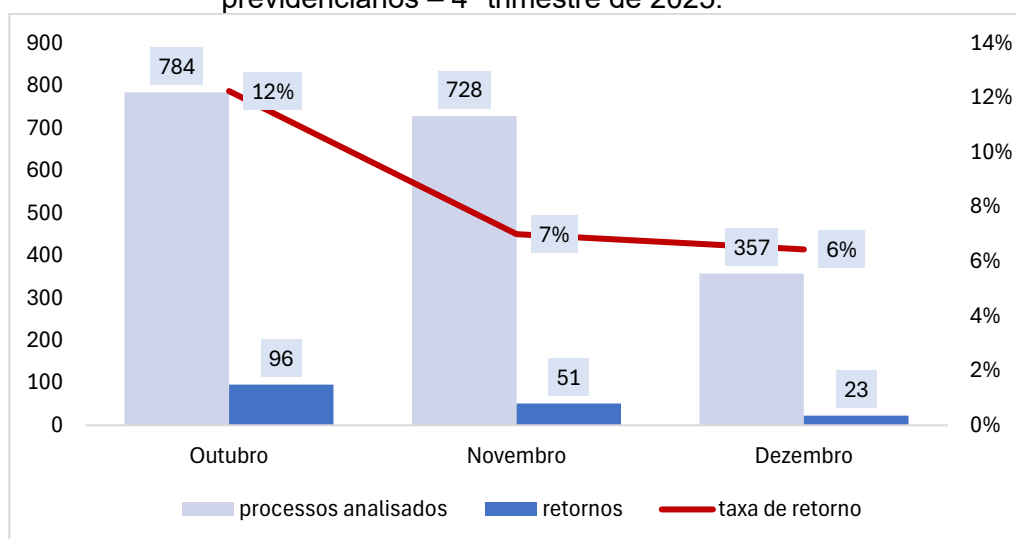


Fonte: NCI/Igepps

O Gráfico a seguir evidencia que a atuação do Núcleo de Controle Interno é contínua e abrangente, alcançando não apenas os processos relacionados à concessão de benefícios a civis e militares, mas todas as demandas submetidas à apreciação dos Agentes Públicos de Controle. Tal atuação contribui para o fortalecimento da governança, a observância dos parâmetros legais e a utilização adequada dos recursos públicos, além de subsidiar o controle externo e fomentar o controle social.

No âmbito administrativo, foram analisados 1.869 processos no 4º trimestre de 2025. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo mensal de análises realizadas e de processos devolvidos para regularização, no período de outubro a dezembro de 2025.

Gráfico 37 — Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 4º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps.

Quanto à esfera administrativa, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Diretoria de Administração e Finanças é de 8,33%. Esses retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

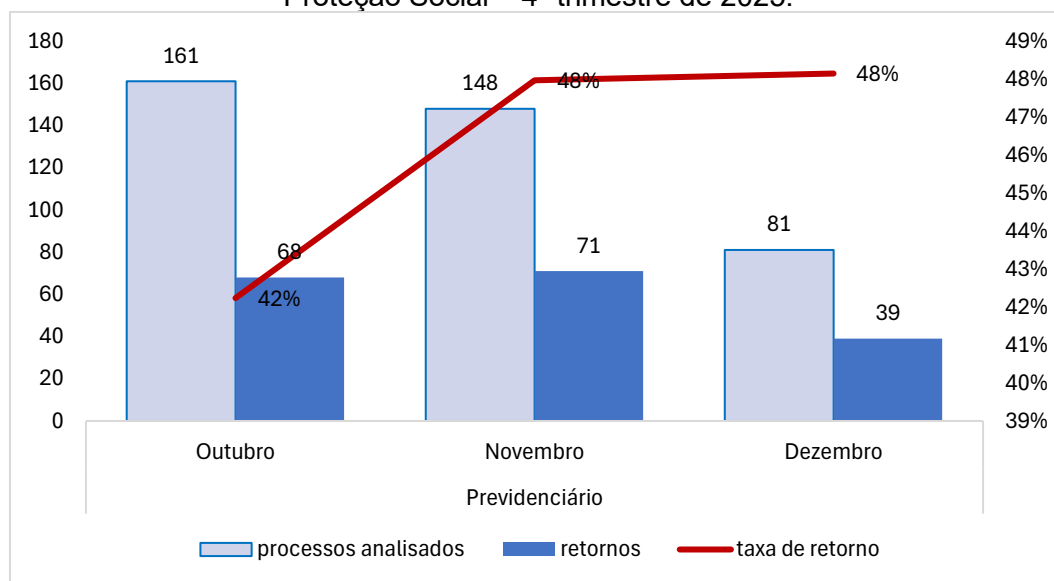
No campo previdenciário, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas. Enquanto, os processos de pensão por morte

dos civis passaram a vir para este NCI a partir da Ordem de Serviço Nº 001/2024¹ (PAE nº 2024/664654), que estabeleceu que a partir de junho de 2024 todos os processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários ou similares deviam ser enviados ao NCI para análise de conformidade.

Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidas como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The Comittee of Sponsoring Organizations*).

No 4º trimestre de 2025, foram examinados um total de 390 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários no período de outubro a dezembro de 2025.

Gráfico 38 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 4º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps

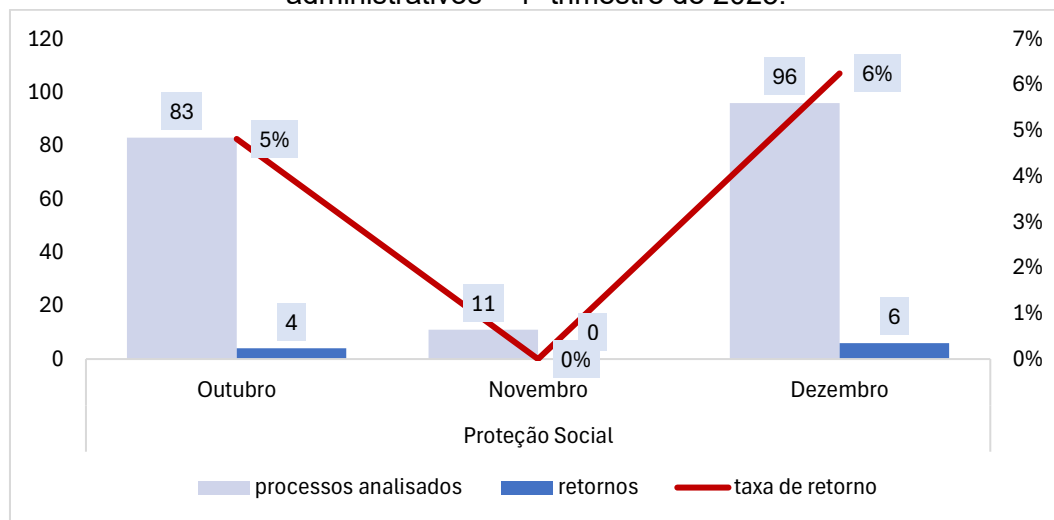
Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAHA) é de 46%. Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a razões, incluindo discrepâncias na

¹ A Ordem de Serviço nº 01/2024 - Memorando Circular nº 14/2024 (PAE nº 2024/664654), determinou que todos os processos de concessão e revisão, seja de benefícios previdenciários ou congêneres, seja encaminhado ao NCI para análise de conformidade. Sendo os processos de Reserva e Reforma da DPSM, só serão encaminhados a partir de julho de 2024.

fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

No 4º trimestre de 2025, foram examinados um total de 190 processos de reservas e reformas no âmbito da proteção social. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de proteção social no período de outubro a dezembro de 2025.

Gráfico 39 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 4º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps

Quanto à proteção social, a variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários. A variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares mostra uma demanda mais estável, com uma queda outubro para novembro, seguida de um aumento de 6% de novembro a dezembro de 2025.

Por fim, o 4º trimestre de 2025 marcou uma fase de consolidação das atividades do NCI que mantém o nível de eficiência operacional, frente ao aumento no volume de análises dos processos encaminhados ao setor. As demandas administrativas continuaram predominando, reforçando o papel central dessa área na estrutura de controle interno. Já a redução no número de processos previdenciários e de proteção social deve-se à menor quantidade de processos encaminhados ao NCI nesse período, o que refletiu diretamente no volume de análises realizadas. Ao final do trimestre, observou um cenário de estabilidade, com equilíbrio entre crescimento e regularidade dos fluxos de trabalho.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação – ASCOM é o setor responsável por promover, coordenar e controlar a comunicação interna e externa do Instituto, bem como, por propor e apoiar projetos que aperfeiçoem a gestão do relacionamento com servidores e segurados. Dentre suas funções está a interrelação com os diversos meios de comunicação e mídia, ante ao objetivo de se tornar fonte de informações de interesse público.

7.5.2 Produção de Notícias

A Assessoria de Comunicação (Ascom) gerencia a imagem institucional do IGEPPS por meio de duas frentes estratégicas, a comunicação externa e interna:

Na Comunicação Externa realiza a cobertura jornalística e publicidade das ações do Instituto, com veiculação no site oficial, Agência Pará e mídia local. É responsável pela criação de identidades visuais e campanhas que dão transparência e notoriedade aos projetos, com destaque para o Programa de Educação Previdenciária realizada pelo Instituto.

Quadro 5 — Quadro com Matérias Publicadas no site oficial ou “Agência Pará”.

4º trimestre de 2025	
Mês	Título da Matéria
Outubro	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza a Feira do Produtor.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realizou a 3ª Semana de Educação Financeira.
	Igepps realizou treinamento do sistema de ouvidoria
	Igepps realiza ação voltada para policiais e bombeiros militares - Papo Militar
	Igepps realiza Campanha ação especial de conscientização em alusão ao Outubro Rosa - "Vem te cuidar".
	Igepps realiza 8ª Gincana Solidária de Doação de Sangue
	Igepps realiza Curso SPED, REINF E E-SOCIAL.
	Igepps realiza o curso Gestão Patrimonial Efetiva – Excelência em Almoxarifado e Patrimônio, destinado aos servidores públicos do Estado
	Igepps realiza Campanha - Outubro Rosa - “Vem te Cuidar”
	Igepps disponibiliza edição do Igepps Notícias
Novembro	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza a Feira do Produtor.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) recebeu iluminação em verde em alusão à COP30
	Igepps realiza curso LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

	Igepps realiza Campanha ação especial de conscientização em alusão ao Novembro Azul
	Campanha de Doação de Sangue “Na COP30, sustente a vida. Doe sangue,”
	Igepps realiza Curso SPED, REINF E E-SOCIAL.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza “Rodas de Conversa: Bem Viver a Aposentadoria,”
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza Workshop Produtividade com Microsoft Copilot.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza solenidade do projeto “Valor em Cada História”.
	Igepps disponibiliza edição do Igepps Notícias
Dezembro	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza a Feira do Produtor.
	Igepps realiza Campanha Institucional Dezembro Vermelho
	Igepps realiza o primeiro Hackathon de Inteligência Artificial da administração pública estadual.
	Igepps realiza curso LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) lançou o projeto “Tirando Dúvidas com a Ouvidoria” - Mesa Redonda.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) recebeu mais uma edição do Papo Previdenciário - Mesa Redonda.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realizou mais uma edição do Rodas de Conversa: Bem Viver a Aposentadoria.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza Palestra de educação financeira, incentivando o planejamento consciente - Conversa de Valor.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza Ação de Natal.
	Igepps disponibiliza edição do Igepps Notícias.

Fonte: Ascom/Igepps

Na Comunicação Interna atua junto aos demais setores no desenvolvimento de campanhas e materiais voltados aos servidores, promovendo o engajamento e a disseminação de informações sobre processos internos e ações institucionais.

Quadro 6 — Quadro com as principais comunicações internas elaboradas pela Ascom

4º trimestre de 2025	
Mês	Matérias de Comunicação Interna
Outubro	3ª Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária
	Treinamento do Sistema de Ouvidoria

	Feira do Produtor
	Campanha Outubro Rosa
	8ª Gincana Solidária de Doação de Sangue
	Curso SPED, REINF e E-Social
	Gestão Patrimonial Efetiva – Excelência em Almoxarifado e Patrimônio
	Homenagem ao Dia do Servidor Público
	IGEPPS Notícias
Novembro	Curso LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
	Campanha Novembro Azul
	Workshop Produtividade com Microsoft Copilot
Dezembro	IGEPPS Notícias
	Campanha Dezembro Vermelho
	1º Hackathon de Inteligência Artificial da administração pública estadual

No âmbito na comunicação institucional interna destaca-se o IGEPPS Notícias que se consolida como meio de comunicação trazendo informações sobre ações institucionais, eventos, campanhas e iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão pública e ao bem-estar dos servidores.

Figura 6 — Igepps Notícias.

Figura 3 - Igepps Notícias

Edição novembro

IGEPPS NOTÍCIAS

clique aqui

NOTÍCIAS

Igepps aposta em IA para aprimorar formação de servidores públicos

Os cursos serão ministrados em modalidade híbrida, com aulas presenciais e online. O objetivo é melhorar a qualidade da formação dos servidores públicos, utilizando a inteligência artificial para personalizar o aprendizado e otimizar o tempo de estudo. A iniciativa é parte de um projeto maior de modernização da administração pública, visando a eficiência e a transparência dos serviços prestados ao cidadão.

Círculo de Inovação

O Círculo de Inovação é um espaço de diálogo entre gestores públicos e especialistas em inovação. O objetivo é identificar oportunidades de melhoria nos processos de trabalho e implementar soluções inovadoras para enfrentar os desafios da administração pública. A iniciativa promove a troca de experiências e a adoção de novas tecnologias para aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços.

Igepps conquista 3ª lugar em concurso municipal de deação de sangue do Hemopar

O Instituto de Gestão em Políticas Públicas (IGEPPS) conquistou o 3º lugar no concurso municipal de deação de sangue do Hemopar. A equipe de voluntários e colaboradores do IGEPPS se destacou pela dedicação e eficiência durante o processo de seleção. Este resultado reforça o compromisso do IGEPPS com a promoção de ações sociais e o fortalecimento da cidadania.

Igepps fortalece interação com seguradoras

A parceria entre o IGEPPS e as seguradoras foi fortalecida com o objetivo de melhorar a gestão dos riscos e a proteção financeira das instituições públicas. A iniciativa envolve a troca de informações e a implementação de medidas preventivas para evitar prejuízos e garantir a sustentabilidade das operações. Este acordo representa um avanço na gestão financeira e na transparência da administração pública.

Igepps em apoio à COVID

O IGEPPS está oferecendo suporte técnico e logístico para a implementação de medidas de prevenção e controle da COVID-19. A equipe do IGEPPS está trabalhando em conjunto com as autoridades locais para garantir a segurança e a saúde da população. Esta ação demonstra o compromisso do IGEPPS com a responsabilidade social e a proteção da comunidade.

Sistema de Ouidivida

O Sistema de Ouidivida é uma ferramenta desenvolvida pelo IGEPPS para facilitar a gestão de documentos e a comunicação com o cidadão. O sistema permite a criação, edição e compartilhamento de documentos de forma segura e eficiente. Além disso, oferece canais de atendimento ao usuário, melhorando a experiência e a agilidade dos serviços prestados.

Igepps integra proteção à primeira infância no COP30

A integração da proteção à primeira infância no COP30 é uma iniciativa liderada pelo IGEPPS em parceria com outras instituições. O objetivo é garantir que as crianças tenham acesso a serviços essenciais e estejam protegidas durante a realização da conferência. A medida demonstra o compromisso do IGEPPS com a defesa dos direitos das crianças e a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Igepps em apoio à COVID

O IGEPPS está oferecendo suporte técnico e logístico para a implementação de medidas de prevenção e controle da COVID-19. A equipe do IGEPPS está trabalhando em conjunto com as autoridades locais para garantir a segurança e a saúde da população. Esta ação demonstra o compromisso do IGEPPS com a responsabilidade social e a proteção da comunidade.

Capacitação

A capacitação dos servidores públicos é uma prioridade do IGEPPS, visando a melhoria da qualidade dos serviços e a atualização das habilidades profissionais. O IGEPPS oferece cursos, workshops e treinamentos em diversas áreas, incluindo gestão pública, tecnologia e habilidades interpessoais. Esta iniciativa é fundamental para o desenvolvimento profissional e a eficiência da administração pública.

PSS Igepps

O PSS Igepps (Plano de Segurança do Sistema) é uma iniciativa para garantir a segurança e a continuidade das operações do IGEPPS. A medida envolve a identificação de riscos, a implementação de controles e a realização de testes de segurança. Esta ação é essencial para proteger os dados, os sistemas e a infraestrutura do IGEPPS, garantindo a confiabilidade dos serviços prestados.

1 - Igepps Notícias 2 - Igepps Notícias 3 - Igepps Notícias 4 - Igepps Notícias

7.5.3 Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo e alimentação das redes sociais

Apresentamos os resultados de comunicação digital do IGEPPS referentes ao 4º trimestre de 2025. O documento avalia métricas de alcance e interação nas redes sociais para validar nossas estratégias de presença institucional.

Tabela 97 — Quantitativo de resultado - 4º trimestre de 2025

Métrica	Facebook	Instagram
Visualizações	11.300	189.400
Alcance	1.900	21.100
Visitas	1900	4600
Interações com o conteúdo	191	3.600
Seguidores	88	873

Nota: Indicadores gerais das redes sociais Facebook e Instagram
Fonte: Ascom/Igepps

No período analisado, o perfil apresentou desempenho orgânico consistente, com crescimento relevante em visualizações, interações e visitas ao perfil, mesmo diante de uma leve retração no alcance geral e no número de seguidores.

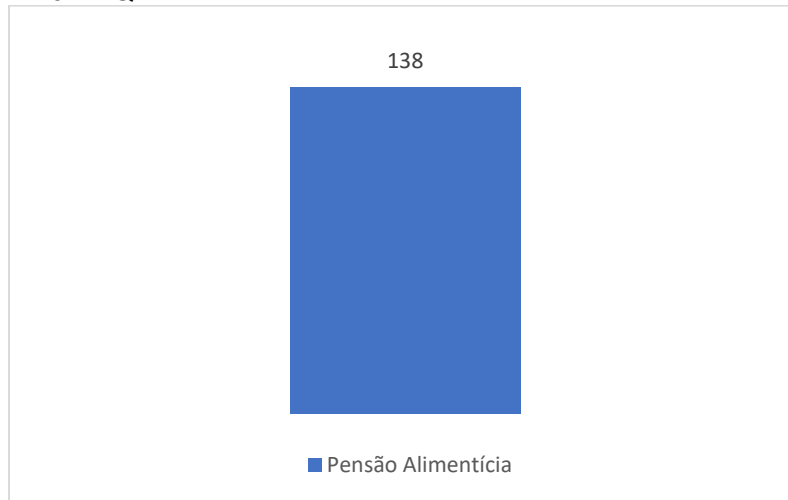
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O gabinete da Projur atualmente obedece ao manual da consultoria jurídica do Estado do Pará, em atenção ao Decreto Estadual nº 3.186, de 03/07/2023, obedecendo às instâncias de análise jurídica e mantendo processos referentes à alimentos, penhoras e alvarás como segue:

- Pensão Alimentícia: Os processos que envolvem pedido de inclusão da parcela de pensão alimentícia são encaminhados para o Gerente da Projur, que faz a análise do pleito e a operacionalização da ordem judicial. No 4º Trimestre de 2025, foram analisados 138 (Cento e trinta e oito) processos de pensão alimentícia, conforme abaixo:

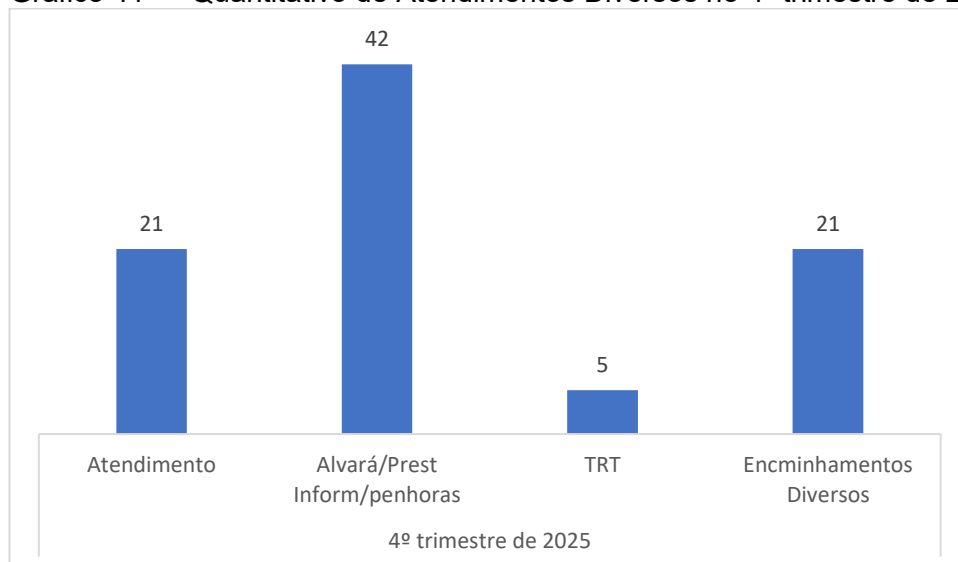
Gráfico 40 — Quantitativo de Pensão Alimentícia no 4º trimestre de 2025



Fonte: Projur/Igepps

- Atividade: Atendimento, alvará judicial e pedido de informação ao Juízo: Os processos que envolvem pedido de atendimento, alvará judicial e pedido de informação ao juízo são conduzidos ao Gerente da PROJUR, sendo analisados, despachados, respondidos e, ato contínuo, encaminhados à parte interessada (juiz, vara, TJPA). 4º Trimestre de 2025, foram analisados 89 (Oitenta e nove) processos, de acordo com o quadro abaixo: Redução de demanda em razão do recesso do judiciário.

Gráfico 41 — Quantitativo de Atendimento Diversos no 4º trimestre de 2025



Fonte: Projur/Igepps

A Procuradoria Jurídica do Igepps, encontra-se dividida em três Coordenadorias, quais sejam: Coordenação do Consultivo (CCON), Coordenadoria do Contencioso (CCOS), Recuperação de Crédito e Coordenadoria da Execução (CEEXEC).

7.6.1 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Consultivo

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-Igepps), tem atuação descentralizada, subordinada a procuradoria-chefe desta unidade (Igepps), é responsável pelo assessoramento e consultoria jurídica ampla do Igepps sobre diversos assuntos, aplicando e fazendo aplicar, em casos repetitivos e teses consolidadas, os entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado, orientando os titulares e os demais gestores a zelar pelo controle de legalidade dos atos a serem praticados, colaborando na elaboração de minutas de atos administrativos, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.186, de 3 de julho de 2023.

Importante registrar que mediante a edição da Lei nº 9.880/2023, a qual dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará houve a migração do quadro de referidos procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE.

Assim, toda atuação da procuradoria jurídica disposta na referida lei foi regulamentada através do citado Decreto estadual nº 3.186, de 3 de julho de 2023.

7.6.1.1. ATIVIDADES: Elaboração de Pareceres, Manifestações, Despachos, Nota Técnica e Memorando.

Os processos administrativos que contém dúvidas jurídicas são encaminhados para a Coordenadoria do Consultivo para elaboração de Parecer ou Manifestação, com o assessoramento dos Técnicos Previdenciários. Ao final, o processo é encaminhado à Procuradora-Chefe para aprovação e posterior devolução ao Consulente.

Neste quarto trimestre de 2025, algumas demandas se destacaram com a devida relevância tanto para o regime de proteção social dos militares quanto para o regime de previdência dos servidores civis.

O Parecer nº 090/2025 – PAE nº 2025/2930383 examinou a minuta de regulamento da Lei Complementar n.º 142, de 16 de dezembro de 2021, a qual disciplina a proteção social dos militares estaduais, enviada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social Polícia Militar do Pará, mediante comissão composta por Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.

Concluiu que a edição de decreto regulamentador de lei complementar não tem por finalidade criar direitos, mas, como o próprio nome indica, visa apenas detalhar e viabilizar a execução dos direitos e obrigações já previstos na norma regulamentada. Como já sinalizado, trata-se do exercício do poder regulamentar, previsto no art. 135, inciso V, da Constituição do Estado do Pará, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis. Para que a minuta seja eventualmente acatada, recomendou-

se que sejam observadas todas as correções e ajustes indicados ao longo da peça jurídica, incluindo a correção de vícios redacionais, a preservação da coerência normativa, a conformidade com a LC nº 142/2021, a consideração das especificidades do Sistema de Proteção Social dos Militares e a compatibilização administrativa com procedimentos do IGEPPS, garantindo assim segurança jurídica, consistência institucional e eficiência na gestão do regime militar.

O Parecer nº 095/2025 – PAE nº 2025/2750629 examinou a minuta de proposta de alteração da Lei Complementar nº 39/2002, apresentada pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará (SINDPOL-PA). A proposta pleiteia a modificação do referido dispositivo legal, visando à redução da idade mínima para a aposentadoria dos policiais civis do sexo masculino, em razão da decisão proferida na ADI nº 7727, que diminuiu em três anos a idade mínima para a aposentadoria das policiais federais e civis mulheres. Ademais, busca-se a instituição dos critérios de paridade e integralidade para todos os policiais civis.

Conclui-se que a proposta de alteração da LC nº 39/2002, ao garantir integralidade e paridade indiscriminadamente a todos os servidores, inclusive os ingressos após a EC nº 77/2019 ou já aposentados com cálculo proporcional, entra em conflito com a Constituição estadual e com o regime de transição por ela estabelecido, pois a EC nº 77/2019 do Pará instituiu regras de transição, fixando idade mínima de 55 anos e assegurando integralidade e paridade apenas para os policiais civis ingressos até 26/12/2019. Os ingressos posteriores têm aposentadoria calculada pela média aritmética das contribuições, com reajuste pelo INPC, sem direito a integralidade ou paridade.

O Parecer nº 111/2025 – PAE nº 2010/273670 examinou a possibilidade de restituição de valores ao erário, diante do falecimento do acusado responsável pelo saque indevido de benefício previdenciário de ex-segurada, bem como da circunstância de já existir condenação criminal, cuja pena restou fulminada pela prescrição da pretensão punitiva. Conclui-se que as esferas administrativa, cível e criminal são independentes, de acordo com o parecer nº 000300/2025-PGE, e considerando que a administração pode opcionalmente cobrar administrativamente ou ajuizar a correspondente ação cível de indenização/ressarcimento ou aguardar o desfecho da ação penal, nos casos de condenação criminal, a exemplo do estelionato previdenciário, a sentença penal não suspende nem dispensa o prosseguimento da cobrança administrativa, pois o efeito extrapenal previsto no art. 91, I, do Código Penal apenas torna certo o dever de indenizar, sem liquidar o montante devido.

O Parecer nº 113/2025 – Processo nº 2025/3187573 analisou consulta sobre a existência de direito adquirido à transferência para a reserva remunerada ex officio por militar

que, embora tenha cumprido o tempo mínimo de serviço, foi posteriormente excluída da corporação a bem da disciplina. Examinando a legislação constitucional e infraconstitucional aplicável ao Sistema de Proteção Social dos Militares, concluiu-se que a exclusão inviabiliza a passagem para a inatividade remunerada no âmbito do IGEPPS. O parecer afastou a possibilidade de manutenção da condição de segurada e reconheceu a perda do vínculo com o sistema previdenciário militar.

O Parecer nº 115/2025 – PAE nº 2025/3594689 analisou o caso hipotético envolvendo de um lado a ex-companheira que perceba pensão alimentícia do instituidor por força de decisão judicial em caráter liminar, já que o óbito do militar ocorreu no curso do processo judicial em trâmite, e de outro lado, atual cônjuge que comprova a convivência marital à época do óbito, pois são consideradas beneficiárias da pensão militar na primeira ordem de prioridade, nos termos do art.30, inc. I, alínea “a” e “b” da LC nº142/2021. Conclui-se que o critério determinante para o reconhecimento do direito à pensão por morte é a existência, na data do óbito, de obrigação alimentar vigente, ainda que fixada por decisão liminar provisória, desde que eficaz naquele momento. A legislação castrense estadual não distingue entre alimentos arbitrados provisória ou definitivamente (art. 30, §4º), razão pela qual a dependência econômica se considera comprovada enquanto durar a eficácia da ordem judicial.

Por outro lado, inexistindo obrigação alimentar válida e vigente na data do falecimento, seja por revogação anterior, seja por extinção processual sem eficácia naquele momento, não há formação do direito previdenciário.

Esclarece-se, ainda, que a lógica do art. 76, §3º, da Lei nº 8.213/91 não se aplica ao regime militar estadual, pois trata de hipóteses de alimentos temporários fixados por prazo determinado, situação distinta das liminares sem termo final, e porque há disciplina normativa específica na LC nº 142/2021.

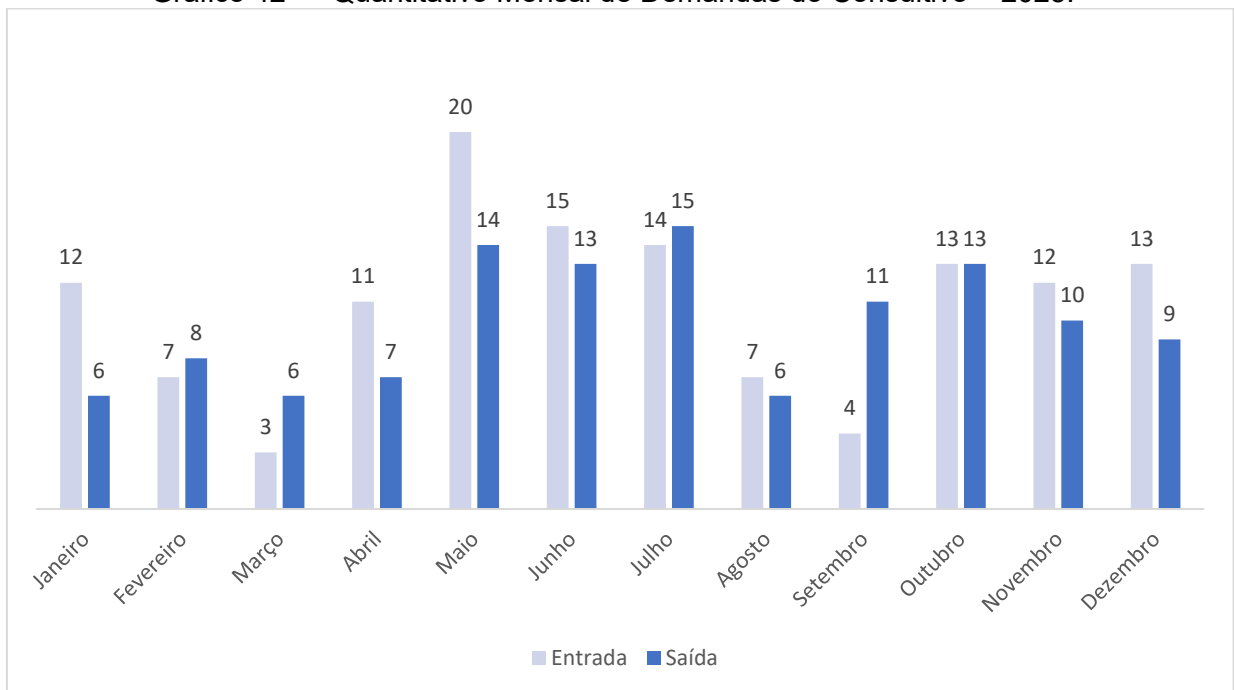
A Manifestação nº 40/2025 – PAE nº 2022/1410451 analisou pedido de militar reformado para aplicação da isenção ou redução da contribuição ao Sistema de Proteção Social dos Militares, prevista no art. 37, parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021. Considerando o entendimento da PGE/PA no Parecer nº 000813/2024, concluiu-se que a norma possui eficácia limitada e depende de regulamentação para produzir efeitos. Destacou-se a inexistência de critérios legais objetivos para caracterização da incapacidade definitiva e para concessão da denominada “imunidade do duplo teto”. Assim, manifestou-se pela inviabilidade jurídica da aplicação do benefício enquanto não editada norma regulamentadora específica.

Dito isso, essas análises e manifestações demonstram o compromisso deste Instituto com a efetiva proteção social de seus segurados, fornecendo fundamentos sólidos para a

resolução de demandas presentes e futuras, e contribuindo para a uniformização da jurisprudência administrativa no âmbito previdenciário estadual.

Reiteramos que há necessidade de se avaliar a atuação deste Setor Consultivo quanto à apresentação dos principais resultados obtidos por cada área, bem como a economia gerada ao Fundo e os benefícios trazidos aos segurados e/ou servidores, sob o aspecto relevantemente qualitativo e não só quantitativo, pois a forma de atuação na geração de resultados para o IGEPPS, principalmente para o efeito concreto da meta atingida está na análise de questões jurídicas complexas, o que demanda tempo e rigor cada vez maiores da equipe de trabalho.

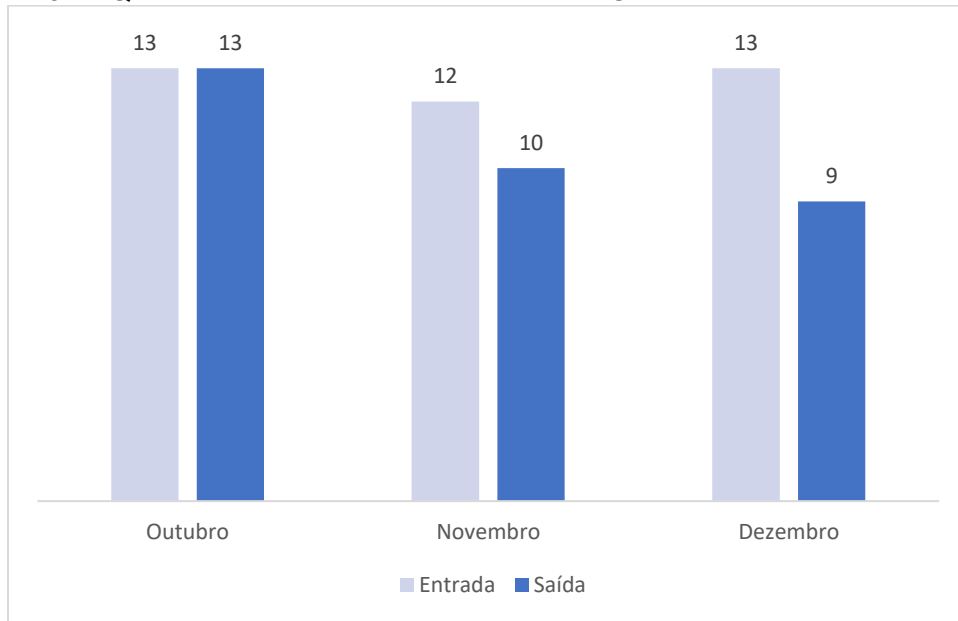
Gráfico 42 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 2025.



Fonte: CCON/Igepps

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes, no período compreendido entre outubro e dezembro de 2025, em gráficos, os quantitativos de 2025.

Gráfico 43 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 4º trimestre de 2025.



Fonte: CCON/Igepps

A maior parte das demandas submetidas ao consultivo são as previdenciárias, com expressiva quantidade relativa a contribuições previdenciárias, aposentadorias e pensões previdenciária e militar, incorporação de parcelas nos proventos de aposentadoria e pensão, acumulação de cargos públicos, e averbação de tempo de serviço.

7.6.2 – Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Contencioso

A Coordenação do Consultivo (CCOS/Projur) tem o objetivo apresentar a produtividade do setor no quarto trimestre de 2025, detalhando os processos recebidos, analisados e o total de processos pendentes. A análise visa demonstrar a eficiência no gerenciamento dos processos e identificar oportunidades de melhoria.

7.6.2.1 – Apoio Jurídico à PGE através do SISJUD

A partir de 03/09/2024, as solicitações de informações e documentos que visam instruir a elaboração da peça processual cabível pelo Estado, na fase de conhecimento, tal como os cumprimentos de decisões judiciais passaram a ocorrer por encaminhamento, via PAE, pela PGE.

Afim de garantir o controle, a distribuição igualitária entre a equipe, evitar a litispendência administrativa e ter transparência no fluxo do processo, a CCOS utiliza a ferramenta SISJUD para auxiliar na máxima efetividade do serviço público.

7.6.2.2 – Análise Jurídica dos processos administrativos

Os processos administrativos de competência da Coordenação do Contencioso (CCOS), especialmente os relacionados aos processos judiciais em curso, envolvem uma

série de atividades e providências necessárias para assegurar o cumprimento das decisões judiciais, bem como informações para subsidiar a defesa do Estado e o correto andamento dos processos.

Normalmente, esses processos podem ser formalizados e monitorados por meio do PAE (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema utilizado para a tramitação oficial do Estado do Pará, acompanhamento e gestão dos processos dentro da organização. É uma plataforma utilizada para formalizar e acompanhar a tramitação de processos administrativos, proporcionando mais eficiência e transparência nas atividades de gestão de processos dentro da administração pública.

Através dessa plataforma, a Coordenação do Contencioso (CCOS) autuou algumas etapas como, verificação de sentenças e decisões; emissão de orientações internas; solicitações de ações administrativas; contato com órgãos externos; identificação de riscos; verificação de conformidade; emissão de relatórios e pareceres e controle de prazos.

No quarto trimestre de 2025, foram recebidos 658 processos e analisados 519 processos, ficando atualmente a caixa com um total de 139 processos.

7.6.2.3 – Controle das decisões judiciais

A CCOS tem exercido o controle dos prazos judiciais pelo sistema SISJUD, que apresenta como principais vantagens dessa abordagem, a centralização das informações; agilidade no cumprimento e melhoria na gestão de fluxos.

No quarto trimestre de 2025, o SISJUD registrou um total de 655 prazos. Desses, 519 prazos foram concluídos dentro do prazo estabelecido, resultando em um índice de cumprimento de prazo de 79,24%.

7.6.2.1 Recuperação de Crédito

As principais ações, resultados, indicadores e desafios do Setor de Recuperação de Crédito serão apresentados ao longo do exercício de 2025, evidenciando a evolução dos processos de trabalho, o fortalecimento da governança, a ampliação da transparência institucional e os impactos financeiros e administrativos decorrentes das atividades desenvolvidas.

a) Contexto Operacional e Diretrizes de Gestão.

No exercício de 2025, a atuação do setor esteve orientada pelas seguintes diretrizes estratégicas:

- consolidação e padronização dos fluxos operacionais;
- redução do passivo processual acumulado;

- fortalecimento da governança, do controle e da rastreabilidade;
- implementação progressiva do sistema SISREC como ferramenta central de gestão;
- priorização da solução administrativa e da negociação direta;
- ampliação da transparência e do acesso à informação pelo usuário.

b) Governança, Transparência e Comunicação Institucional

Com foco na transparência ativa, foram adotadas as seguintes medidas:

- elaboração e divulgação de material informativo institucional (panfleto explicativo);
- disponibilização de informações detalhadas sobre os serviços prestados na aba específica do site institucional;
- criação e consolidação de canais diretos de comunicação com o usuário, com destaque para o WhatsApp institucional.

Essas ações ampliaram o acesso à informação, qualificaram o atendimento ao cidadão e conferiram maior previsibilidade e clareza às atividades do setor.

c) Gestão do Passivo Processual

- Análise de Processos:

Tabela: Gestão de Passivo Processual

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Processos analisados (2020–2021)	557	Redução do passivo histórico
Processos com potencial de recuperação	289	Aproveitamento qualificado do estoque
Taxa de aproveitamento do passivo	51,90%	Eficiência da análise técnica
Processos analisados preventivamente (22–24)	700	Atuação antecipada
Margem média até prescrição	≥ 2 anos	Redução de risco jurídico

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

Durante o exercício de 2025, foram analisados 557 processos remanescentes dos anos de 2020 e 2021, dos quais 289 apresentaram potencial de recuperação, estimado em R\$ 3.566.961,75; 700 processos ingressados nos anos de 2022, 2023 e 2024, analisados de forma preventiva, com potencial estimado de recuperação de R\$ 7.311.177,63. A análise antecipada desses processos, cuja prescrição está prevista a partir de 2027, permitiu maior segurança jurídica, melhor planejamento e ampliação das chances de êxito na recuperação dos créditos.

- Novos Processos em 2025:

No exercício, foram registrados 87 novos processos relacionados a pagamentos realizados após o óbito de beneficiários, com potencial de recuperação financeira estimado em R\$ 1.020.014,80.

d) Gestão da Informação e Uso do SISREC

Tabela: Gestão da Informação e Uso do SISREC

Gestão da Informação e Uso do SISREC		
Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Processos cadastrados no SISREC	693	Consolidação da base
Processos aptos ao prosseguimento	616	Base operacional válida
Taxa de aptidão da base	0,889	Alta confiabilidade
Processos excluídos por inconsistência	200	Qualificação da triagem
Processos pendentes de validação	16	Baixo índice residual

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

Ao longo de 2025, foram cadastrados 693 processos no sistema SISREC, resultando no seguinte consolidado: 616 processos confirmados e aptos ao prosseguimento; 16 processos pendentes de validações complementares; 200 processos excluídos, em razão de inconsistências ou não enquadramento nos critérios de cobrança. A utilização do SISREC representou avanço significativo na governança, assegurando maior controle, rastreabilidade, padronização e previsibilidade dos fluxos de trabalho.

e) Atualização de Valores

No exercício, foram realizados procedimentos sistemáticos de atualização monetária, alcançando: 387 processos com valores atualizados; 220 processos aguardando confirmação de atualização, com previsão de conclusão nas etapas subsequentes. A atualização contínua dos valores é essencial para garantir a consistência dos dados e a efetividade das ações de cobrança administrativa e judicial.

f) Investigação Social

Tabela: Investigação Social

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Investigações sociais concluídas	710	Capacidade de instrução
Investigações pendentes	64	Estoque controlado
Taxa de conclusão da investigação social	0,917	Alta eficiência operacional
Cartas de cobrança emitidas	~1.032	Ampla cobertura administrativa
Intimações pessoais realizadas	45	Ação direta qualificada
Processos encaminhados ao MP	81	Atuação responsável e legalista

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

A investigação social constituiu etapa estratégica para avaliação da viabilidade de cobrança. Em 2025, registrou-se: 710 processos com investigação social concluída; 22 processos pendentes de visita técnica; 42 processos pendentes de conclusão, aguardando complementação de informações.

g) Cobrança Administrativa e Encaminhamentos Externos

- Emissão de cobrança e Intimações

No âmbito da cobrança administrativa, foram emitidas cartas relativas a aproximadamente 400 processos, totalizando cerca de 1.032 cartas, considerando múltiplos destinatários e reemissões; e 45 intimações pessoais, reforçando a comunicação direta com os possíveis devedores.

- Encaminhamentos ao Ministério Público

No exercício de 2025, 81 processos foram formalmente encaminhados ao Ministério Público, em razão da identificação de indícios que demandaram apuração por órgão externo, evidenciando o compromisso institucional com a legalidade e a responsabilização.

h) Atendimento e Negociação

Tabela: Atendimento e Negociação

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Atendimentos realizados (total)	389	Ampliação do acesso
Atendimentos via WhatsApp	207	Canal prioritário
Percentual de atendimentos digitais	0,532	Modernização do atendimento
Acordos administrativos celebrados	119	Meta superada

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

As atividades de atendimento foram ampliadas, com integração entre os sistemas SIAAG e SISREC. O consolidado anual registra 154 atendimentos agendados; destes apenas 97 atendimentos realizados; também foram realizados 85 atendimentos não agendados; ainda, 207 atendimentos realizados via WhatsApp institucional. Os atendimentos foram fundamentais para a construção de soluções individualizadas e para a regularização dos créditos.

i) Acordos Administrativos e Resultados Financeiros

Tabela: Acordos Administrativos e Resultados Financeiros

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Potencial total de recuperação identificado	R\$ 11.898.154,18	Impacto econômico projetado
Valor estimado em acordos (2025)	R\$ 1.304.083,67	Efetividade da negociação
Pagamentos acumulados (todos os exercícios)	R\$ 2.286.105,95	Retorno financeiro real
Pagamentos realizados em 2025	R\$ 247.448,63	Início do controle financeiro

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

Em 2025, foram celebrados 119 acordos administrativos, superando a meta inicialmente estabelecida, com valor estimado de recuperação de R\$ 1.304.083,67. No mesmo exercício, foi implantado o controle financeiro sistemático dos pagamentos, atividade inédita no setor. Do total de 348 acordos registrados, verificou-se o pagamento acumulado

de R\$ 2.286.105,95; sendo R\$ 247.448,63 correspondentes a pagamentos realizados especificamente em 2025. Os resultados confirmam a negociação administrativa como instrumento eficiente de recomposição de créditos e redução da judicialização.

j) Semana da Conciliação

Tabela: Semana da Conciliação

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Participação da Semana da Conciliação	>50% dos acordos	Ação estratégica exitosa

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

Durante a Semana da Conciliação, foi realizada ação específica voltada à recuperação de créditos previdenciários pagos indevidamente após o óbito de ex segurados, com foco na solução administrativa. Essa iniciativa respondeu por mais de 50% dos acordos celebrados no exercício.

k) Processos com Pensão Ativa

Foram avaliados 90 processos de pensionistas com identificação ativa em folha de pagamento, dos quais: 75 processos (83,3%) foram concluídos e despachados; 15 processos (16,7%) permaneceram pendentes, em razão de maior complexidade ou entraves operacionais. A recuperação do crédito, nesses casos, se dá pelo desconto em folha de pagamento.

l) Avaliação Gerencial e Perspectivas

A implementação do SISREC e a adoção de fluxos automatizados proporcionaram desempenho significativamente superior aos procedimentos manuais anteriormente utilizados. As atividades foram impactadas por fatores como:

- interrupções no desenvolvimento dos sistemas;
- períodos de indisponibilidade operacional;
- transição entre empresas prestadoras de serviço;
- redução do quadro técnico.

Ainda assim, o setor apresentou resultados expressivos em recuperação financeira, gestão do passivo e fortalecimento da governança. Principais pontos de melhoria identificados:

- retomada e continuidade do desenvolvimento dos sistemas;
- recomposição e ampliação da equipe técnica;
- aperfeiçoamento das condições de negociação;
- redução dos riscos de prescrição;
- melhoria da qualidade da documentação recebida.

j) Desenvolvimento de novas melhorias para o exercício de 2026.

A equipe desenvolveu, em parceria com uma empresa de tecnologia, dois sistemas voltados ao apoio à análise processual. O Minuta AI realiza a leitura dos autos, elabora síntese técnica das principais informações do processo e avalia a viabilidade da cobrança. O Jus Compensa, por sua vez, efetua o cálculo das vantagens pecuniárias a serem deduzidas do valor final do acordo. A iniciativa foi reconhecida e premiada pelo Instituto em dezembro de 2025.

k) Encaminhamento de processo de cobrança nos demais temas.

Quanto ao tema Pagamentos Judiciais Indevidos (“RPVs Duplicadas”):

Existiam no acervo 30 processos, tendo sido todos analisados:

Houve, ainda, ação da equipe em relação à gestão de demandas específicas e do passivo histórico, consolidando a estratégia de saneamento e a busca pela segurança jurídica em temas diversos de recuperação de crédito.

- Pagamentos Judiciais Indevidos (“RPVs Duplicadas”)

A atuação focou no saneamento integral de processos relacionados a requisições de pequeno valor pagas em duplicidade, visando a recomposição do erário.

Tabela: Pagamentos judiciais indevidos

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Processos de RPVs analisados	30	Saneamento integral do acervo
Encaminhamentos para ajuizamento (PGE)	9	Recuperação judicial iniciada
Análise de cumprimento de acordos	9	Monitoramento de obrigações
Processos sem natureza de recuperação	8	Qualificação e depuração da base
Notificações com pendência de retorno	3	Resistência administrativa

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

No âmbito das RPVs Duplicadas, foram analisados todos os 30 (trinta) processos do acervo. Deste total, 09 (nove) casos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para ajuizamento e outros 09 (nove) direcionados para análise de cumprimento de acordos pré-existentes. Identificou-se que 08 (oito) processos não configuravam hipótese de recuperação (ausência de pagamento em dobro), enquanto os casos de notificações reiteradas (03) aguardam comparecimento dos interessados. Um processo permanece sob análise do setor consultivo.

l) Gestão do Acervo Histórico (2010 a 2019)

A análise do passivo acumulado no decênio 2010-2019 permitiu a triagem estratégica de 404 (quatrocentos e quatro) casos, diferenciando prescrições administrativas de potenciais ilícitos penais.

Tabela: Acervo Histórico

Indicador	Resultado 2025	Leitura Gerencial
Total de processos analisados (2010\$-2019)	404	Diagnóstico do passivo histórico
Arquivamentos por prescrição	232	Limitação de atuação temporal
Análise de providências criminais	152	Enfrentamento de possíveis ilícitos
Processos sem natureza de recuperação	3	Encaminhamento a setores competentes
Atuação interinstitucional CCOS/Prefeituras/Banpará	12	Articulação externa ativa
Pareceres e viabilidade técnica (STF/Consultivo)	5	Alinhamento à jurisprudência

Fonte: Recuperação de Crédito/PROJUR/Igepps

Dos 404 (quatrocentos e quatro) casos analisados, 232 (duzentos trinta e dois) foram arquivados por prescrição, fluxo ocorrido anteriormente à definição da atual estratégia de persecução penal. Ainda, 03 (três) processos não configuravam hipótese de recuperação, mas sim casos de reversão de cota e/ou pagamento de retroativos administrativos, sendo encaminhados às unidades administrativas competentes. Atualmente, 152 (cento e cinquenta e dois) casos estão em fase de avaliação para adoção de providências criminais. A frente externa incluiu o envio de 07 (sete) casos à Coordenadoria do Contencioso (CCOS), 04 (quatro) cobranças de dívidas previdenciárias de prefeituras e a análise de viabilidade de cobrança de adicional de interiorização (03 casos), em conformidade com as diretrizes do Supremo Tribunal Federal (STF).

O conjunto das ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2025 evidencia a evolução institucional do Setor de Recuperação de Crédito, consolidando bases sólidas para o aumento da eficiência, da transparência, da segurança jurídica e da efetividade da recuperação de créditos nos exercícios subsequentes.

7.6.3 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria de Execução

7.6.3.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

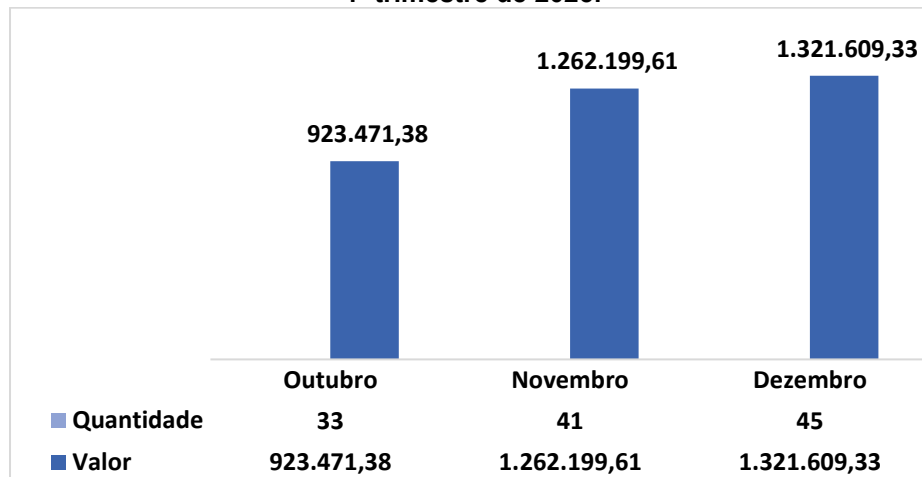
A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídica do Igepps, são realizadas às análises dos processos, bem como o

encaminhamento para a execução.

No 4º trimestre de 2025, foram analisados 119 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$3.507.280,32 (Três milhões quinhentos e sete mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), conforme apresentado no Gráfico abaixo.

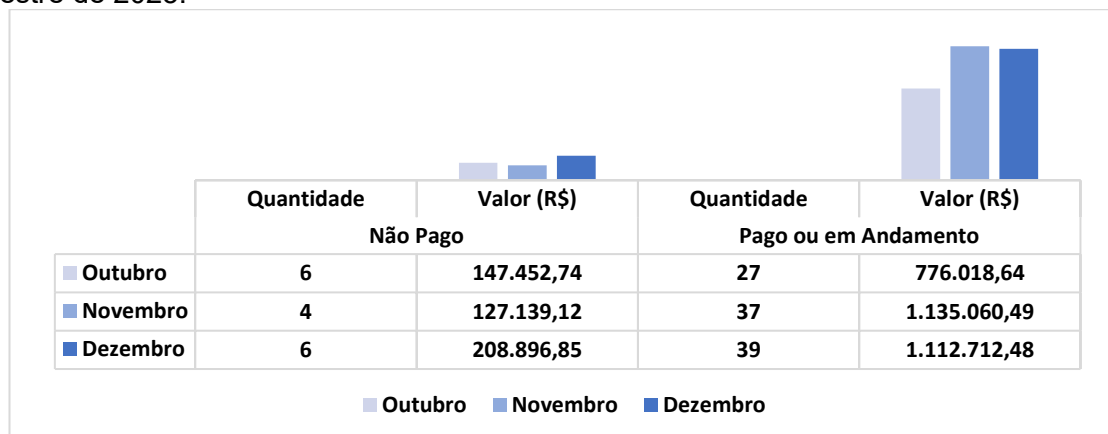
Gráfico 44 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 4º trimestre de 2025.



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

No 4º trimestre de 2025, o RPV quantificado no montante de R\$3.507.280,32 (Três milhões quinhentos e sete mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) já foram calculados e enviados para pagamento. Por outro lado, o RPV no montante de R\$483.488,71 (Quatrocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos) ainda não foram pagos, representando 16% em termos de valores do RPV. O valor pago ou em andamento atingiu R\$3.023.791,61 (três milhões, vinte e três mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta centavos) representando 87% em termos de valores do RPV.

Gráfico 45 — Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 4º trimestre de 2025.



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

7.6.2.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador, Progressão Salarial, Aposentadoria, Execução Honorários e “Outros”.

No total, para o 4º trimestre de 2025 foram realizados os cálculos de 207 processos, a maior parte referente ao tema outros que representou 32% da demanda do setor. A despeito do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

Tabela 98 — Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 4º trimestre de 2025

Modalidade	3º trimestre de 2025			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Lei nº 7.807	1		2	3
Cálculo contador	17	15	10	42
Danos Morais	1			1
Exec. Honorários	1	3		4
Outros	16	27	24	67
Pensão por morte	15	15	17	47
Piso Salarial	16	15	2	33
Progressão Funcional	2		1	3
PC	1			1
Acordo		4	1	5
Aposentadoria		1		1
Total	70	80	57	207

Fonte: CEEXEC/Projur/Igepps

Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o IGGEPS reconheceu a quantia devida de R\$ 19.646.241,90 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será considerado como Valor Devido (calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do IGEPPS compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

Para o 4º trimestre de 2025, em termos aproximados, registrou-se os seguintes valores: R\$21.869.008,42 (vinte e um milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, oito reais e quarenta e dois centavos) de valor executado; R\$ 19.646.241,90 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa centavos) de valor calculado e R\$7.136.533,46 (sete milhões, cento e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos) de Excesso. Na tabela a seguir estão apresentados em suma, esses valores foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do Igepps se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

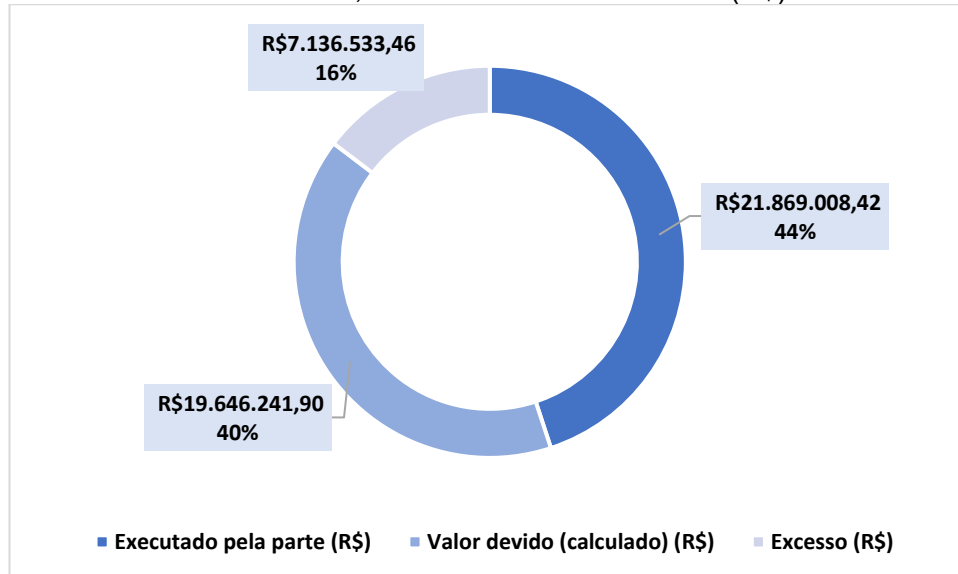
Tabela 99 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 4º trimestre de 2025

Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Outubro	Lei nº 7.807	R\$ 523.877,30	R\$ 518.327,29	R\$ 5.550,01
	Aposentadoria	-		
	Cálculo contador	R\$ 2.972.662,12	R\$ 2.981.366,83	R\$ 94.987,15
	Outros	R\$ 549.473,37	R\$ 826.794,82	R\$ 678.903,97
	Pensão por morte	R\$ 2.235.470,70	R\$ 1.428.385,73	R\$ 822.635,89
	Piso Salarial	R\$ 147.970,52	R\$ 348.842,29	R\$ 200.871,69
	Progre. Funcional	R\$ 99.092,52	R\$ 8.498,97	R\$ 90.593,55
	Total	R\$ 6.528.546,53	R\$ 6.112.215,93	R\$ 1.893.542,26
Novembro	Lei nº 7.807			
	Aposentadoria			
	Cálculo contador	R\$ 527.546,73	R\$ 556.741,14	R\$ 111.085,17
	Exe. Honorários	R\$ 769.859,20	R\$ 148.640,90	R\$ 623.177,08
	Outros	R\$ 942.232,46	R\$ 972.940,49	R\$ 340.233,51
	Pensão por morte	R\$ 6.136.974,82	R\$ 6.849.210,10	R\$ 1.170.478,06
	Piso salarial	R\$ 186.373,92	R\$ 311.179,23	R\$ 131.310,11
	Progre. Funcional			
	Total	R\$ 8.562.987,13	R\$ 8.838.711,86	R\$ 2.376.283,93
Dezembro	Lei nº 7.807	R\$ 170.241,75	R\$ 172.957,19	R\$ 2.715,44
	Aposentadoria			
	Cálculo contador	R\$ 707.184,30	R\$ 978.064,08	R\$ 271.603,72
	Exe. Honorários			
	Outros	R\$ 239.113,25	R\$ 268.213,69	R\$ 46.445,60
	Pensão por morte	R\$ 5.625.638,68	R\$ 3.270.978,36	R\$ 2.515.746,66
	Progre. Funcional	R\$ 31.313,89	R\$ 1.393,43	R\$ 29.920,46
	Piso salarial	R\$ 3.982,89	R\$ 3.707,36	R\$ 275,39
	Total	R\$ 6.777.474,76	R\$ 4.695.314,11	R\$ 2.866.707,27
Total Geral		R\$ 21.869.008,42	R\$ 19.646.241,90	R\$ 7.136.533,46

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar a diferença R\$ 7.136.533,46 (sete milhões, cento e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e três mil e quarenta e seis reais), 16% a menor do valor executado, encontrado por meio da comparação entre os valores apresentados pelo exequente e Valores calculados pelo IGEPPS. Esse montante será convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 46 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 4º trimestre de 2025



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Entretanto a economia possibilitada pelo subsector de impugnação, não se referem apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado, é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução, portanto temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 100 — Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 4º trimestre de 2025.

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
Outubro	R\$ 6.528.546,53	R\$ 6.112.215,93	R\$ 1.893.542,26
Novembro	R\$ 8.562.987,13	R\$ 8.838.711,86	R\$ 2.976.283,93
Dezembro	R\$ 6.777.474,76	R\$ 4.695.314,11	R\$ 2.866.707,27
Total	R\$ 21.869.008,42	R\$ 19.646.241,90	R\$ 7.736.533,46

Fonte: CEXEC/ Projur/Igepps

Portanto, no 4º trimestre de 2025 houve economia ao instituto no valor de R\$ 7.736.533,46 (sete milhões, setecentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta três mil e quarenta e seis centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso

apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

7.6.2.3 Precatórios

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento, no entanto a partir de janeiro de 2024 o pagamento de precatórios passou a ser responsabilidade do Igepps por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 02 de abril no ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte, já os precatórios inscritos após 02 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final de 2 exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto o novo subsetor está trabalhando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido a mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentaria. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer no final do exercício de 2025 em diante.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como, cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentaria para os respectivos pagamentos.

Até o 1º trimestre de 2025, foram cadastrados para fins de orçamento mais 141 processos até 02 de abril de 2024 para pagamento até o final do exercício de 2025, os já cadastrados totalizaram a estimativa de valor para pagamento em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 30.141.594,90 (trinta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) como descrito na tabela abaixo.

Tabela 101 — Detalhamento precatórios cadastrados - 4º trimestre de 2025.

Precatórios	Quantidade	Valor da Dívida (R\$)	Estimativa atualizado a pagar em 31/12/2025
Alimentar	135	20.945.851,51	28.483.240,86
Comum	2	181.131,95	290.394,25
Super preferência	4	1.326.840,13	1.367.959,79
Total	141	22.453.823,59	30.141.594,90

Fonte: CEEXEC/Projur/Igepps

7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenação de Tecnologia da Informação promoveu avanços estruturantes na modernização do ambiente tecnológico, com a evolução da plataforma OpenShift como pilar estratégico da infraestrutura institucional. A implantação de cluster dedicado em nuvem privada e a preparação para workloads de Inteligência Artificial consolidaram a base para expansão tecnológica e inovação. Essas ações reforçaram a governança digital e criaram condições para maior escalabilidade e alinhamento às melhores práticas de gestão pública.

7.7.1 Transformação Digital e Governança de Plataformas

A Coordenação de Tecnologia da Informação realizou avanços estruturantes na modernização do ambiente tecnológico, com a evolução da plataforma OpenShift como pilar estratégico da infraestrutura institucional. A implantação de cluster dedicado em nuvem privada e a preparação para workloads de Inteligência Artificial consolidaram a base para expansão tecnológica e inovação. Essas ações reforçaram a governança digital e criaram condições para maior escalabilidade e alinhamento às melhores práticas de gestão pública.

7.7.2 Segurança da Informação – Modelo Zero Trust e MDR

Em relação a segurança foi fortalecida com a adoção do modelo Zero Trust, que eliminou credenciais locais e aplicou o princípio do mínimo privilégio, além da implantação da operação de Managed Detection and Response (MDR). O monitoramento contínuo e a resposta rápida a ameaças elevaram a resiliência institucional, reduzindo riscos operacionais e garantindo conformidade. Essa postura consolidou a segurança como eixo central da governança corporativa.

7.7.3 Evolução de Sistemas Corporativos

Os sistemas corporativos receberam melhorias significativas, como automações no SICALC, ajustes no SISREC e SISJUD, modernização da Ouvidoria e reconstrução completa do aplicativo mobile. O desenvolvimento do Simulador de Licença Sem Vencimento trouxe benefícios diretos aos servidores, ampliando a transparência e a eficiência administrativa.

Essas iniciativas demonstram o compromisso da CTIN em oferecer serviços digitais de qualidade e acessíveis ao cidadão.

7.7.4 Inteligência Artificial e Automação Avançada

A inovação foi consolidada com iniciativas de Inteligência Artificial, como o Executa.AI e mecanismos de busca inteligente e sumarização automática de documentos. Essas soluções ampliaram a capacidade de análise e processamento de informações em larga escala, reforçando a eficiência operacional e abrindo caminho para novas formas de automação avançada.

7.7.5 Infraestrutura e Continuidade Operacional

A infraestrutura foi modernizada com a migração de servidores em fim de vida, implantação de alta disponibilidade no Active Directory e adoção de políticas de eficiência energética. A instalação de nobreaks de alta capacidade solucionou problemas históricos e garantiu maior estabilidade e continuidade dos serviços críticos. Essas medidas fortaleceram a previsibilidade operacional e a sustentabilidade tecnológica.

7.7.6 Governança em LGPD e Privacidade

A adequação à LGPD foi tratada como programa institucional contínuo, com a atuação formal do DPO, funcionamento do Comitê de Segurança da Informação e implantação do Portal do Titular dos Dados. Essa abordagem estruturada elevou a maturidade institucional e garantiu conformidade regulatória, reforçando a credibilidade e a transparência do Instituto.

7.7.7 Consultorias e Projetos Técnicos

Projetos técnicos como DevSecOps, Security Analytics e Disaster Recovery consolidaram práticas modernas de desenvolvimento seguro, avaliação de riscos e continuidade de negócios. Essas iniciativas demonstram a preocupação da CTIN em alinhar tecnologia, segurança e governança, criando um ambiente robusto e preparado para enfrentar desafios futuros.

7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referente à inatividade e pensão militar é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (Igepps).

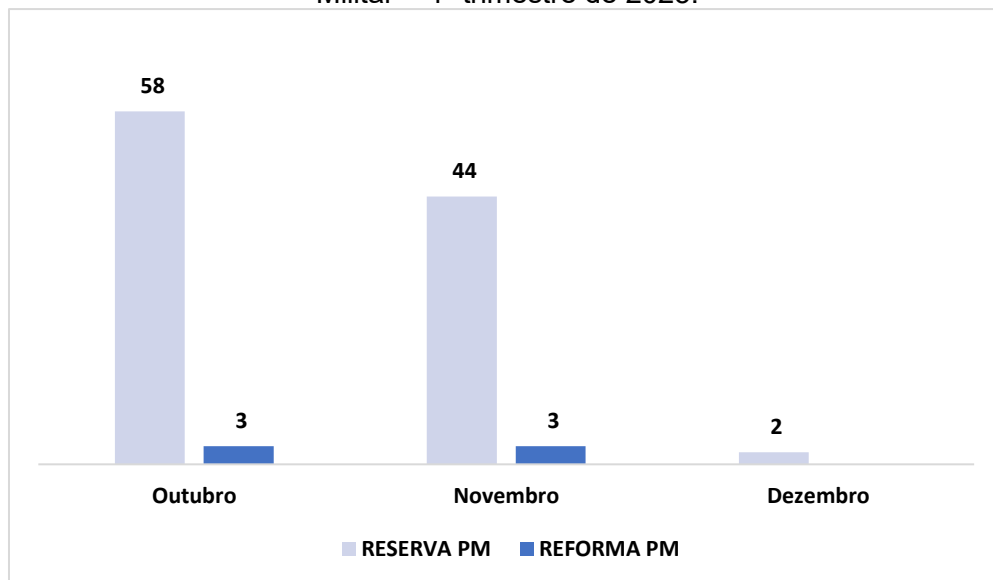
Compete ao Igepps a gestão dos seguintes benefícios militares: Reserva remunerada; Reforma “ex officio”; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

Todas as demandas relacionadas ao Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (CPSM/RESREF) responsáveis pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, reversão ao serviço ativo, revisões de benefícios, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (CPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

7.8.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma

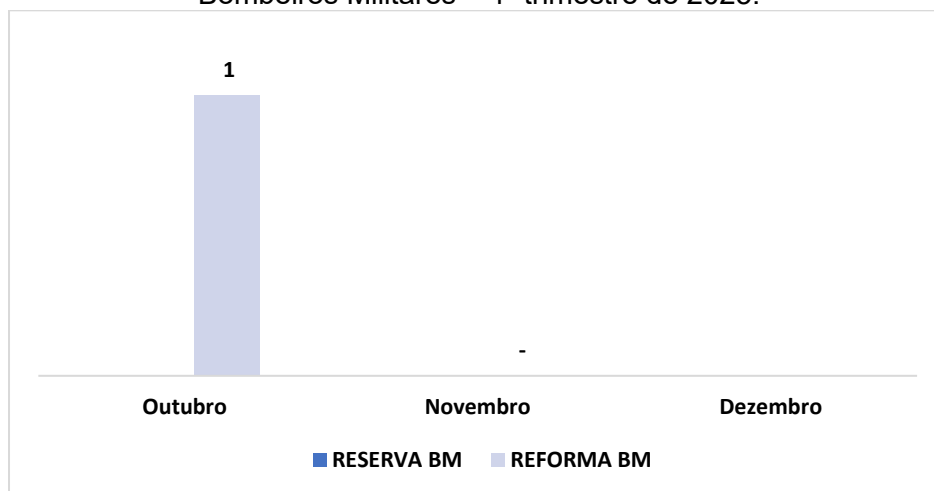
No quarto trimestre de 2025 foram analisados 217 (duzentos e dezessete) processos de inatividade militar subdivido da seguinte forma:

Gráfico 47 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma da Policial Militar – 4º trimestre de 2025.



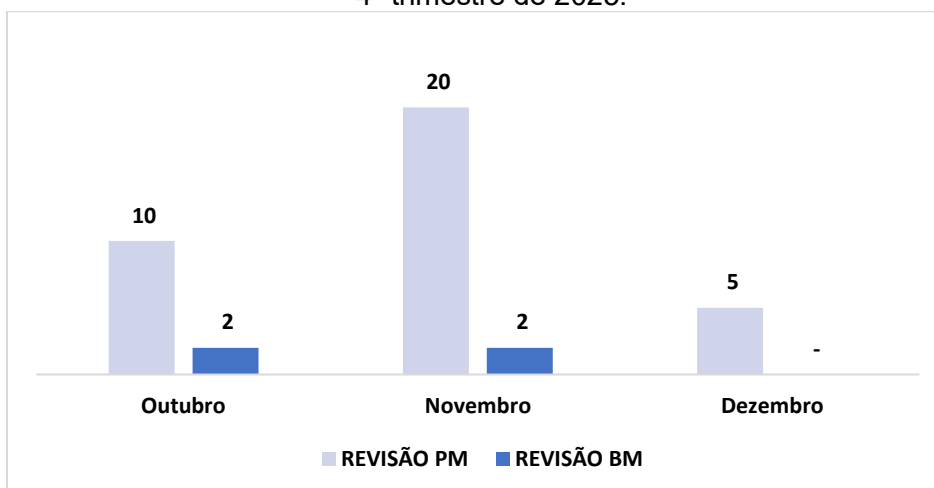
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 48 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma dos Bombeiros Militares – 4º trimestre de 2025.



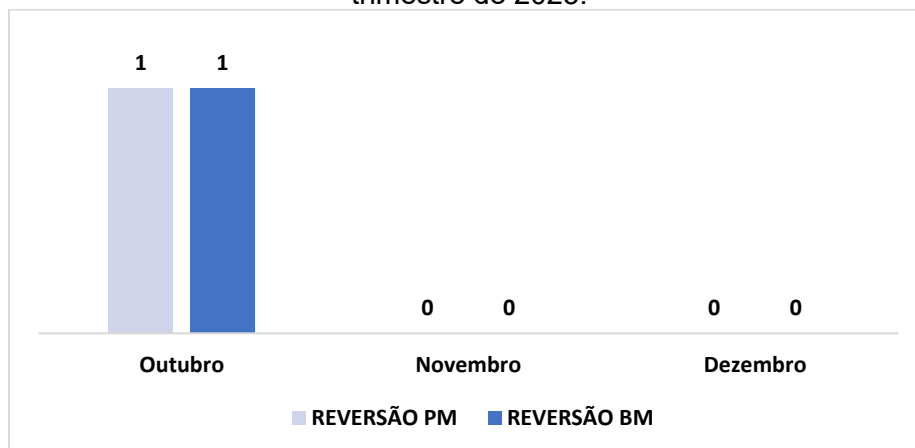
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 49 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Revisão de Reserva/Reforma – 4º trimestre de 2025.



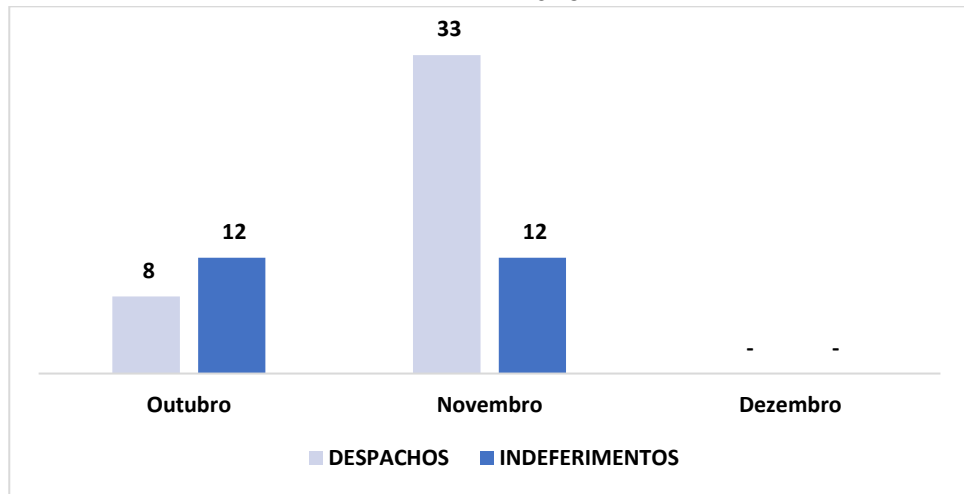
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 50 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reversão ao Serviço Ativo – 4º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 51 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social devolvido aos órgãos de origem – 4º trimestre de 2025.

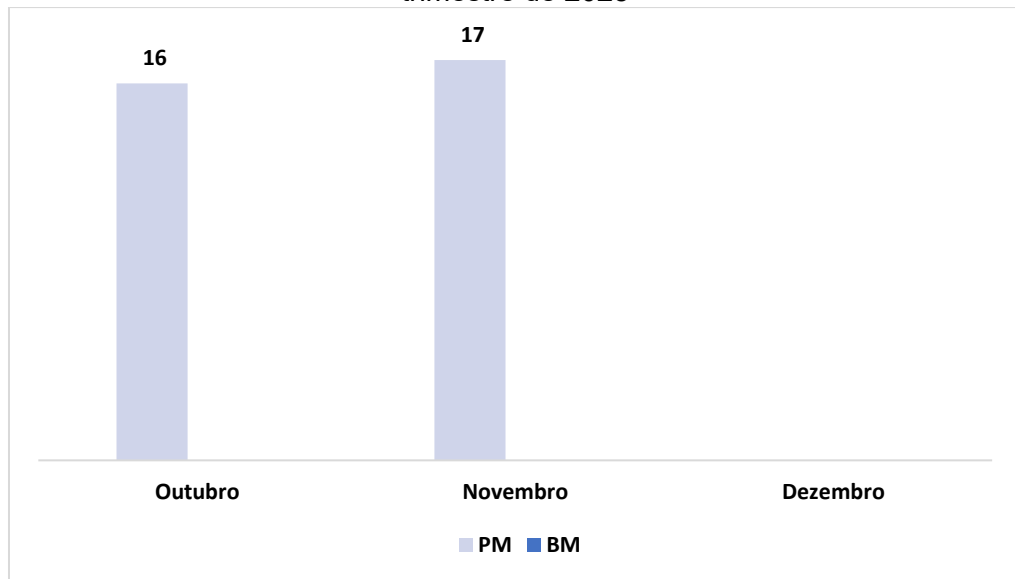


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte

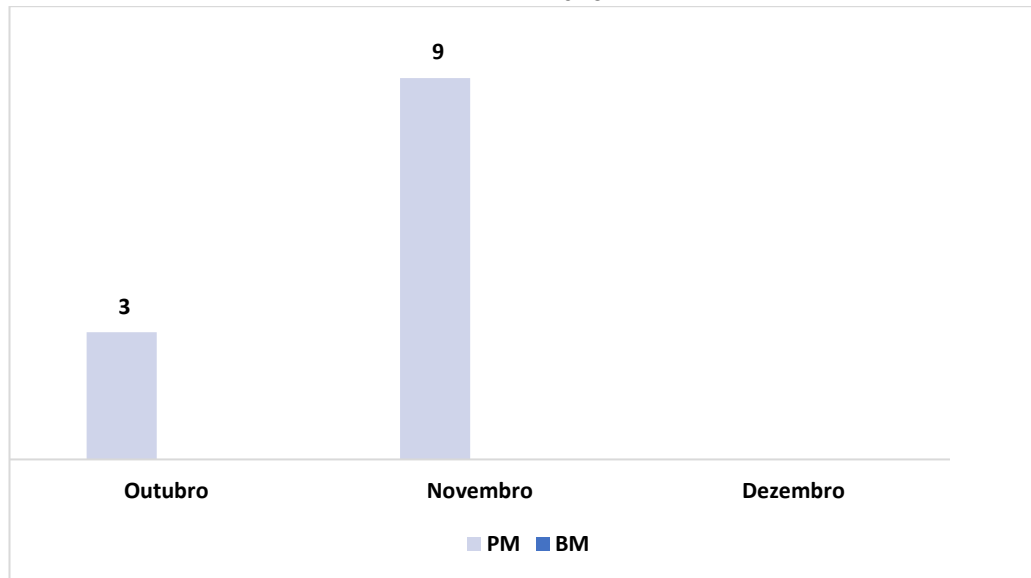
No quarto trimestre de 2025 foram analisados 45 (quarenta e cinco) processos de pensão por morte militar pela CPSM-Pensão, da seguinte forma:

Gráfico 52 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Pensão por Morte Militar – 4º trimestre de 2025



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 53 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Revisão Pensão por Morte Militar – 4º trimestre 2025

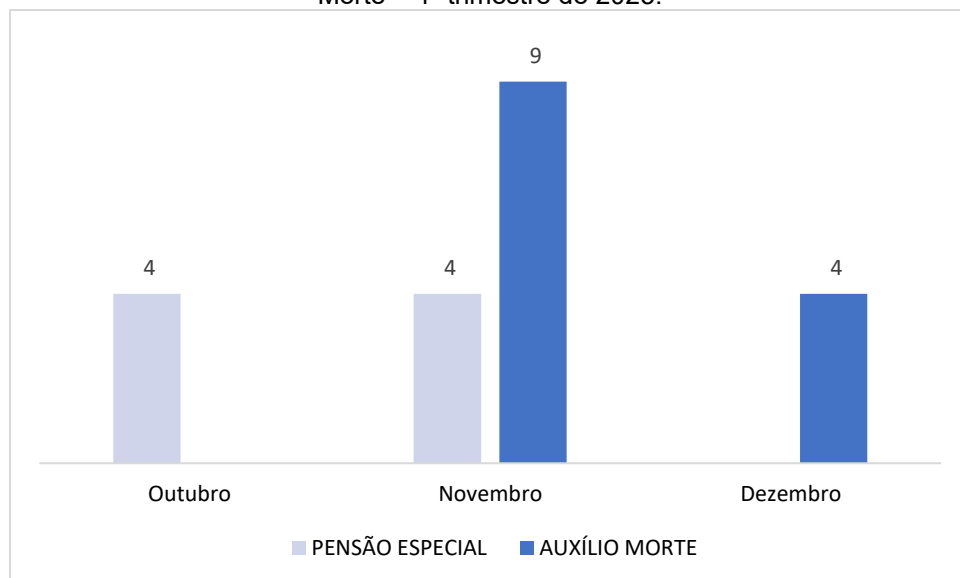


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Militar Especial e Auxílio Morte

No 4º trimestre de 2025 foram concedidos 08 (oito) pensões especiais militares e 13 (treze) auxílios-morte, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 54 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão Especial e Auxílio Morte – 4º trimestre de 2025.

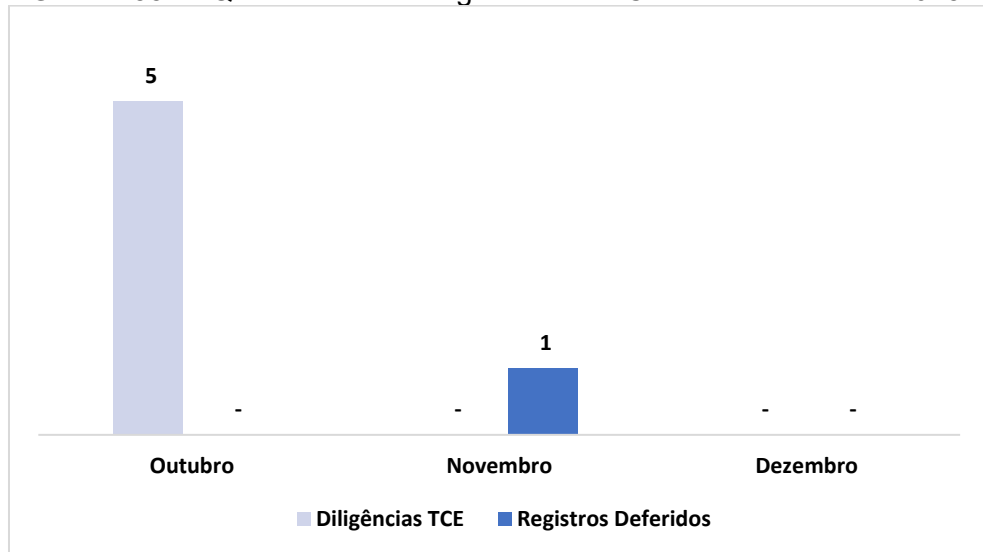


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA e Cumprimentos judiciais

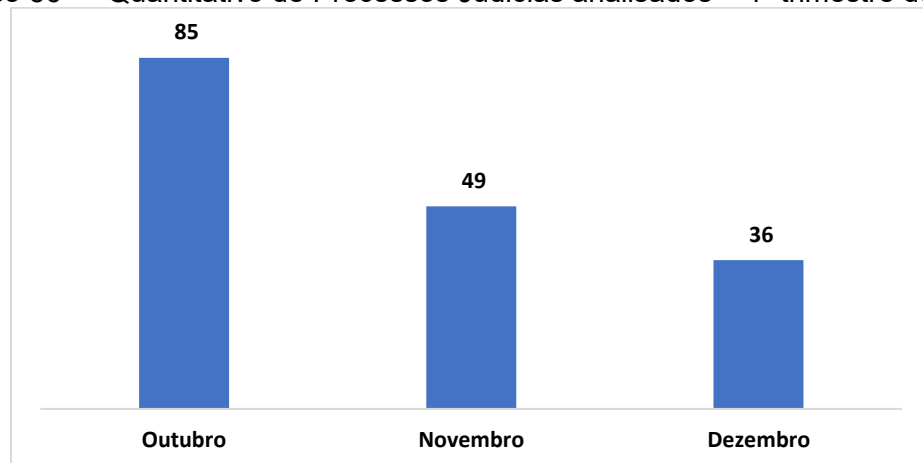
As diligências do TCE são solicitações feitas pelo Tribunal de Contas para corrigir ou ajustar benefícios que já foram concedidos. Já os cumprimentos judiciais envolvem análises e respostas a pedidos de informação provenientes do Poder Judiciário.

Gráfico 55 — Quantitativo de Diligências do TCE – 4º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREWWEB/Igepps

Gráfico 56 — Quantitativo de Processos Judiciais analisados – 4º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREWWEB/PJM/Igepps

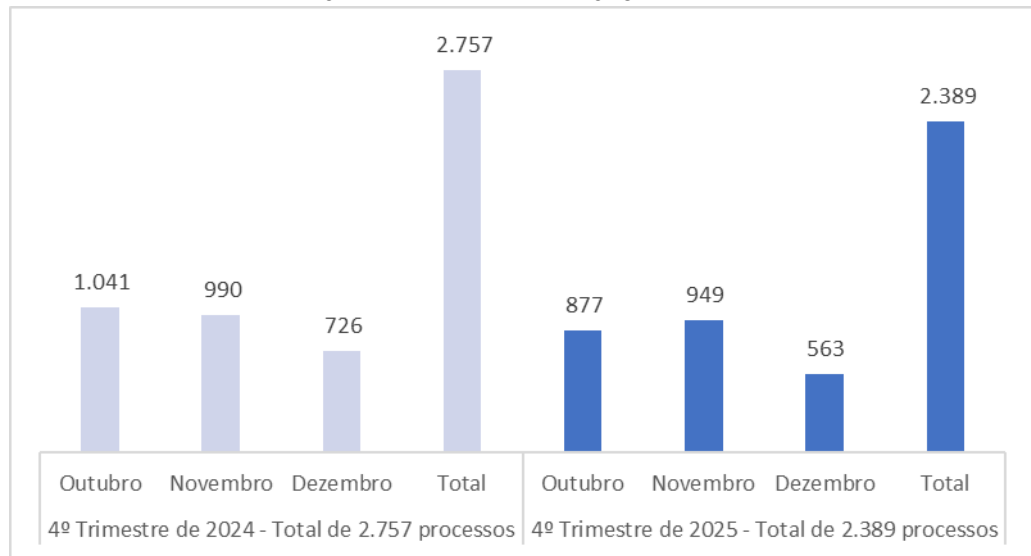
7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

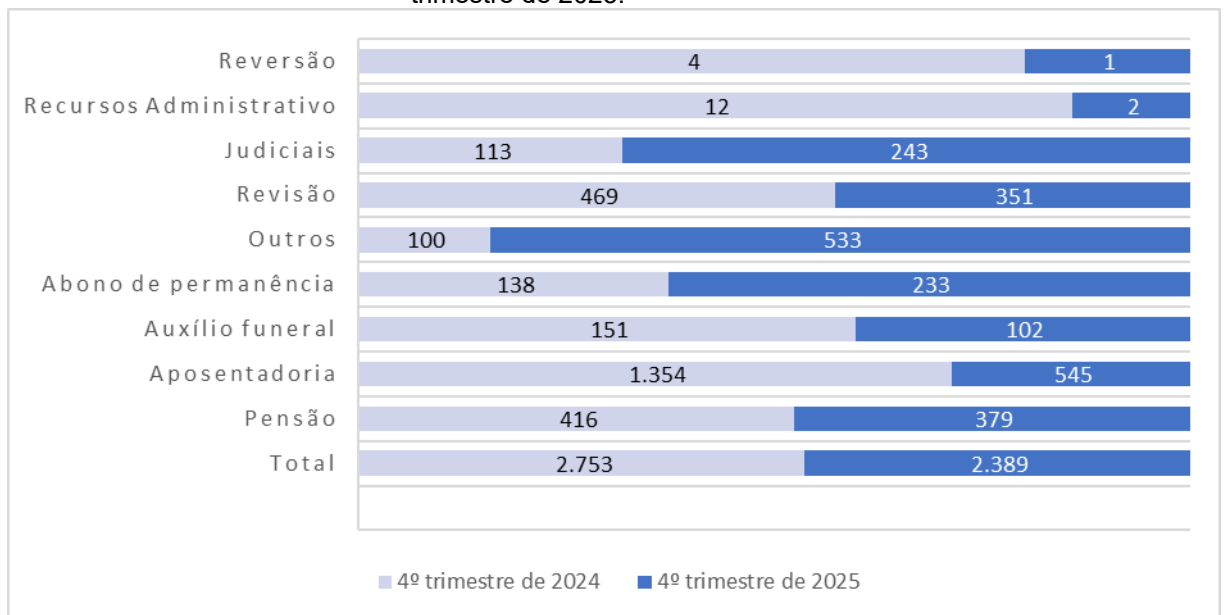
No quarto trimestre de 2025, foram analisados 2.389 (dois mil, trezentos e oitenta e nove) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, conforme o gráfico.

Gráfico 57 — Quantitativo dos processos analisados – comparativo entre o 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCA/H/Igepps

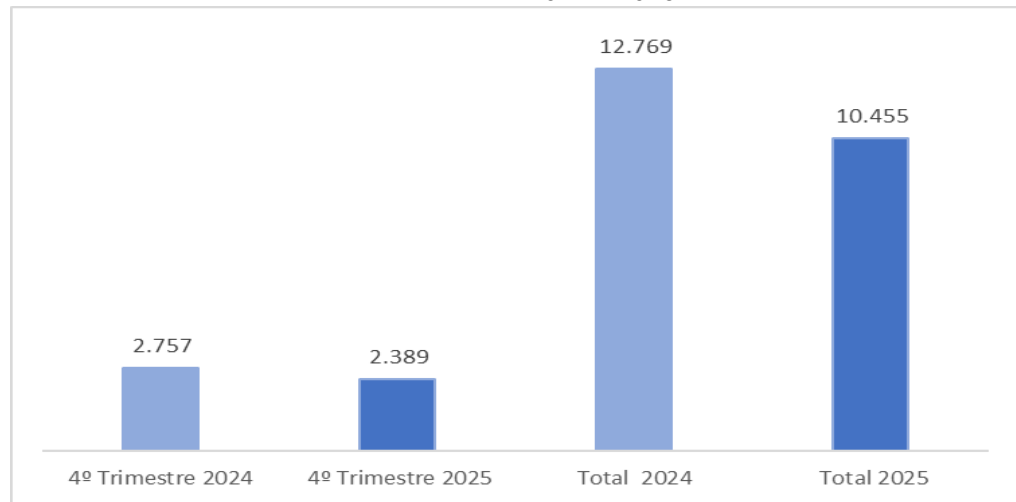
Gráfico 58 — Quantitativo por tipo de processos analisados – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Verifica-se que o número de análises do quarto trimestre de 2025 representa uma redução de aproximadamente 13% (treze por cento) em relação ao número total de análises do ano anterior no mesmo período. Assim, ao final de 2025, foram analisados 10.455 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) um decréscimo de 18% em relação ao número total de análises do ano anterior.

Gráfico 59 — Comparativo do Quantitativo de processos analisados – 4º trimestre de 2024 e 2025.



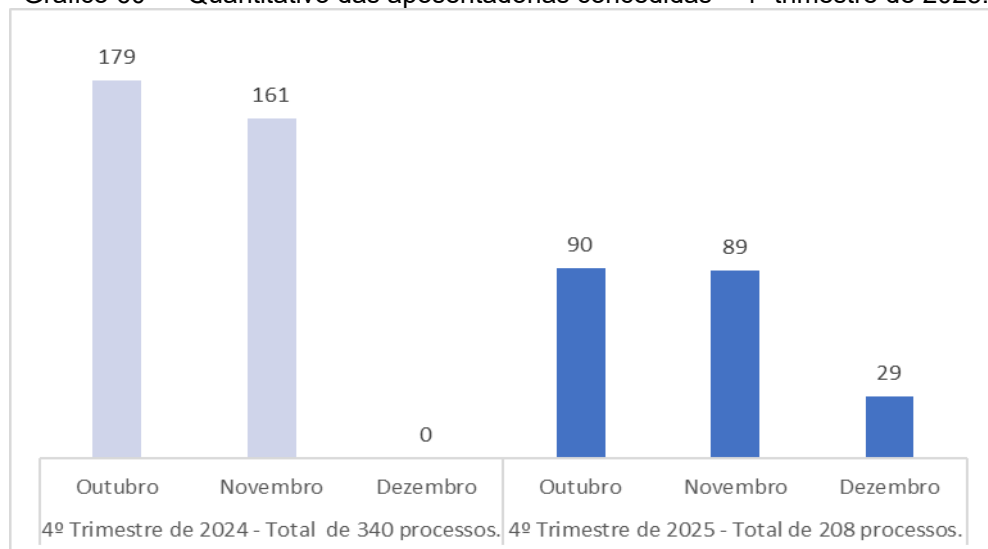
Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

No tipo de processo “Judiciais” estão demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte

No 4º trimestre de 2025, a CCAH concluiu 545 (quinhentos e quarenta e cinco) análises, das quais 208 (duzentos e oito) resultaram em concessões de aposentadoria. O gráfico a seguir apresenta o número de aposentadorias concedidas por folha de pagamento no período, permitindo a comparação entre o 4º trimestre de 2025 e o 4º trimestre de 2024.

Gráfico 60 — Quantitativo das aposentadorias concedidas – 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CAAH/Igepps

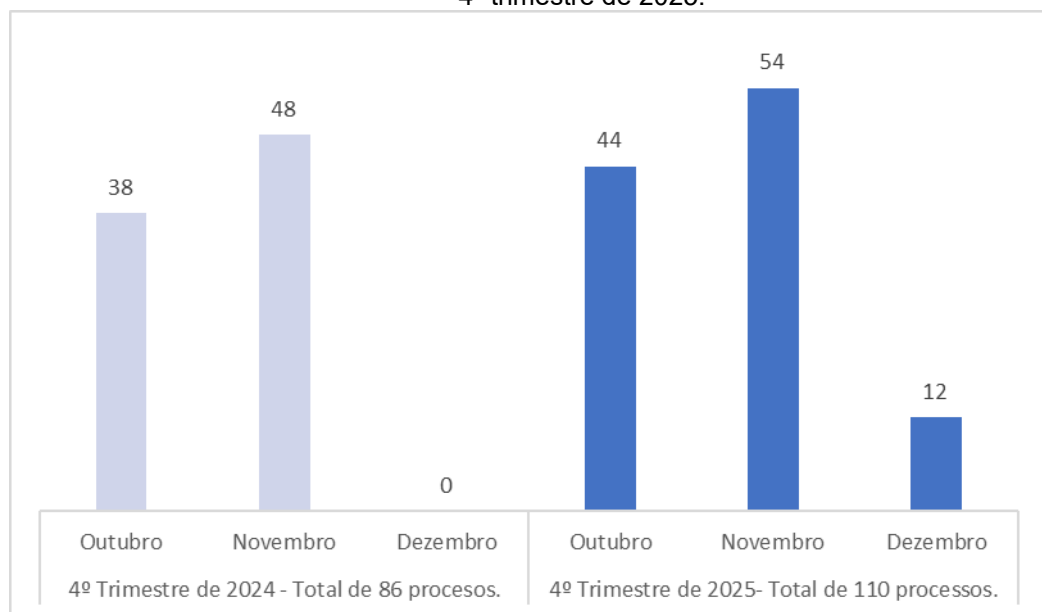
Em comparação ao mesmo período de 2024, observa-se que em 2025, o quantitativo de concessões foi reduzido em aproximadamente de 60%. Essa redução significativa está associada ao processo de reorganização administrativa e às mudanças de gestão no setor, que demandaram a implementação e consolidação de novas rotinas de trabalho, impactando temporariamente a capacidade de conclusão de processos.

No 4º trimestre de 2025, a CCAH concluiu 545 (quinhentos e quarenta e cinco) análises, das quais 208 (duzentos e oito) resultaram em concessões, evidenciando um cenário de maior volume de trabalho analisado, porém com menor proporção de deferimentos em relação ao ano anterior.

Ainda assim, as inconformidades na instrução processual permanecem como um dos principais gargalos para a elevação do número de concessões, uma vez que demandam retrabalho, diligências adicionais e maior tempo de análise, retardando o fluxo natural de conclusão dos processos.

No 4º trimestre de 2025, foram concedidas 110 (cento e dez) pensões por morte. Esse resultado representa um aumento de aproximadamente 27,9% em relação ao 4º trimestre de 2024, quando foram deferidas 86 (oitenta e seis) pensões de competência da CCAH.

Gráfico 61 — Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCA/H/Igepps

Apesar do aumento no número de concessões, o tempo médio de análise manteve-se estável em 4 dias a partir da chegada do processo à unidade, indicando eficiência operacional e tecnológica mesmo com a manutenção no número de servidores na pasta.

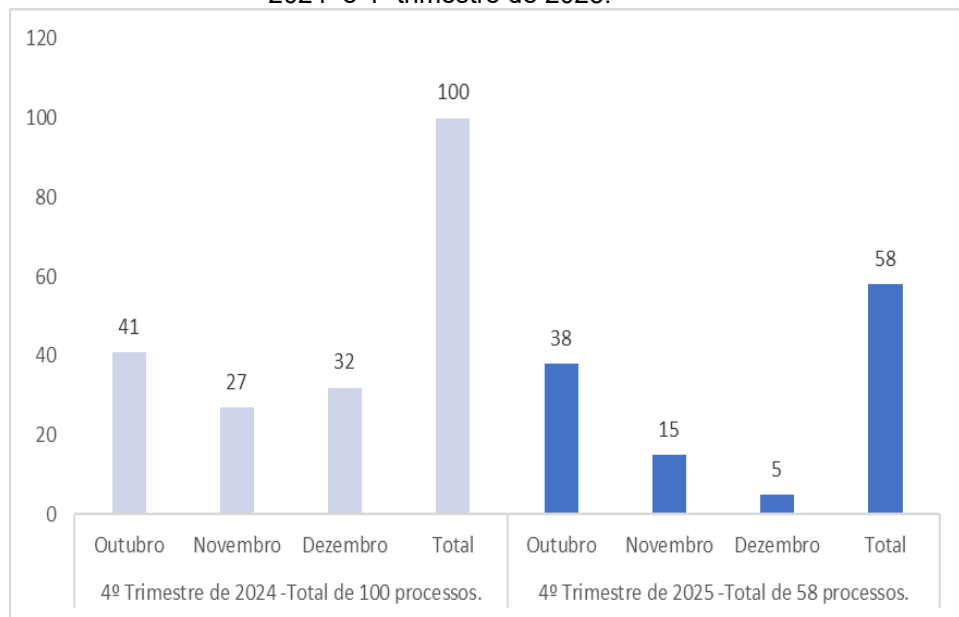
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No 4º trimestre de 2025, foram analisados 102 (cento e dois) processos de auxílio-funeral, dos quais 58 (cinquenta e oito) foram deferidos, conforme demonstrado no Gráfico a seguir.

Esse volume de concessões contribuiu de forma significativa para o controle do estoque dessa demanda, que atualmente conta com 61 (sessenta e um) processos já analisados e aguardando apenas a juntada de documentação pelo interessado.

Na comparação com o 4º trimestre de 2024, quando foram registrados 151 (cento e cinquenta e um) deferimentos, observa-se uma redução de aproximadamente 61,6% no número de auxílios-funerais concedidos. Essa queda expressiva reflete a própria variação natural da demanda ao longo dos períodos analisados.

Gráfico 62 — Comparativo do quantitativo dos auxílios funerários concedidas - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.

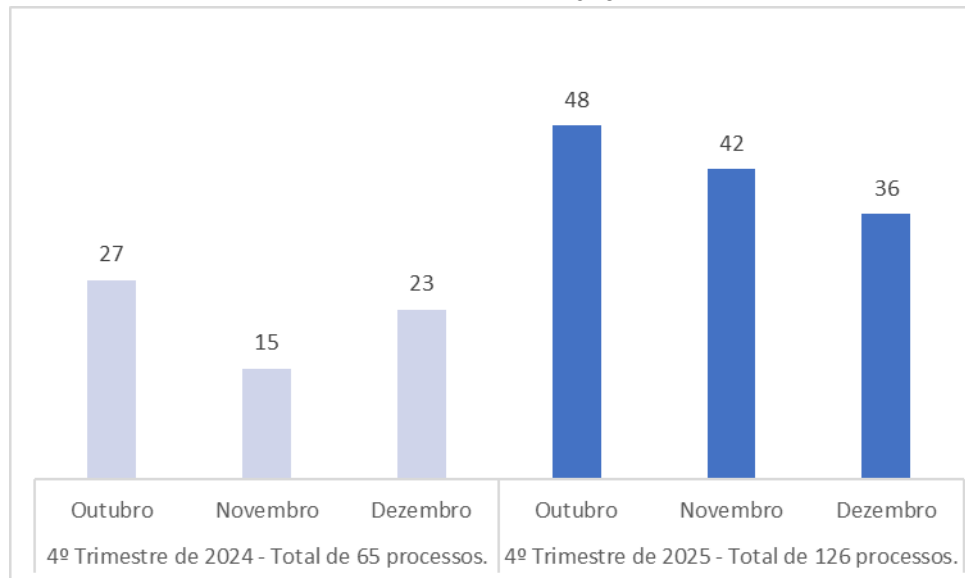


Fonte: SISPREV/CAAH/Igepps

7.9.4 Abono Permanência

No 4º trimestre de 2025, foram analisados 233 (duzentos e trinta e três) pedidos de abono de permanência, dos quais 126 (cento e vinte e seis) foram deferidos. A distribuição mensal desses deferimentos está apresentada no Gráfico a seguir.

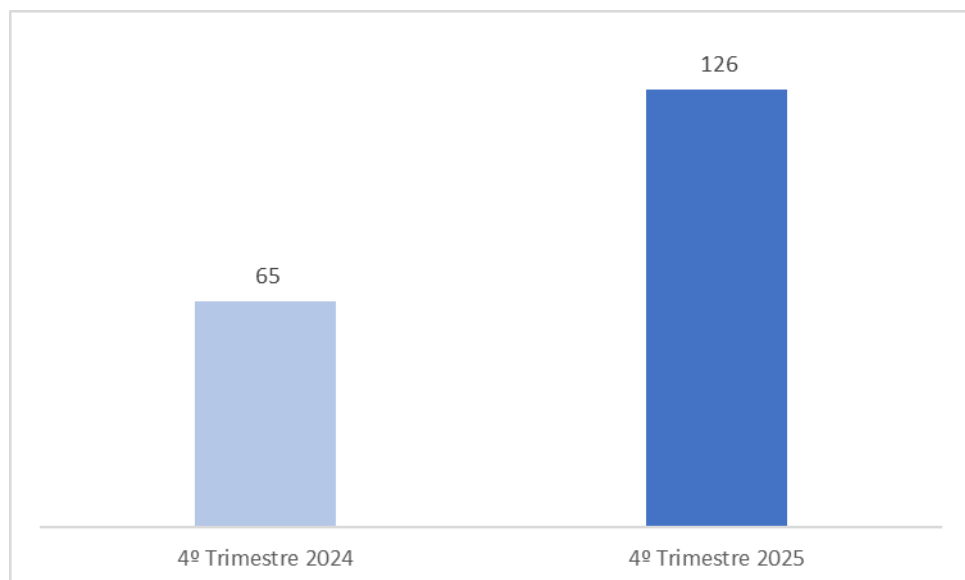
Gráfico 63 — Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Destaca-se que o quantitativo de deferimentos observados está em conformidade com o Parecer nº 626/2023 da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA), que estabelece que somente servidores efetivos têm direito ao abono de permanência, proporcionando maior segurança jurídica à análise desses processos.

Gráfico 64 — Comparativo do quantitativo de abonos de permanência concedidos – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará

A atividade de gestão de folha de pagamento abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

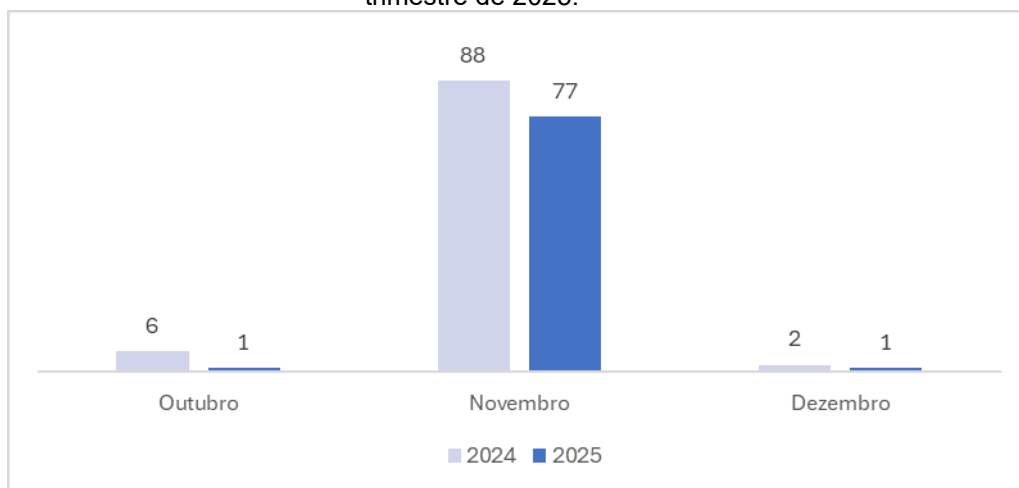
Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos via folha de pagamento.

7.9.6 Vacâncias de Beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância corresponde à finalização de um benefício na folha de pagamento em razão do óbito do beneficiário, da reversão ao serviço ativo ou da extinção do direito ao benefício por diversos outros motivos.

No 4º trimestre de 2025, entre os registros de vacância referentes aos inativos 91% (noventa e um por cento) decorreram de óbito, 4% (quatro por cento) resultaram de reversão ao serviço ativo e 5% (cinco por cento) permaneceram classificados como “outros”, por não apresentarem especificação no sistema SISPREV. Os quantitativos foram distribuídos da seguinte forma:

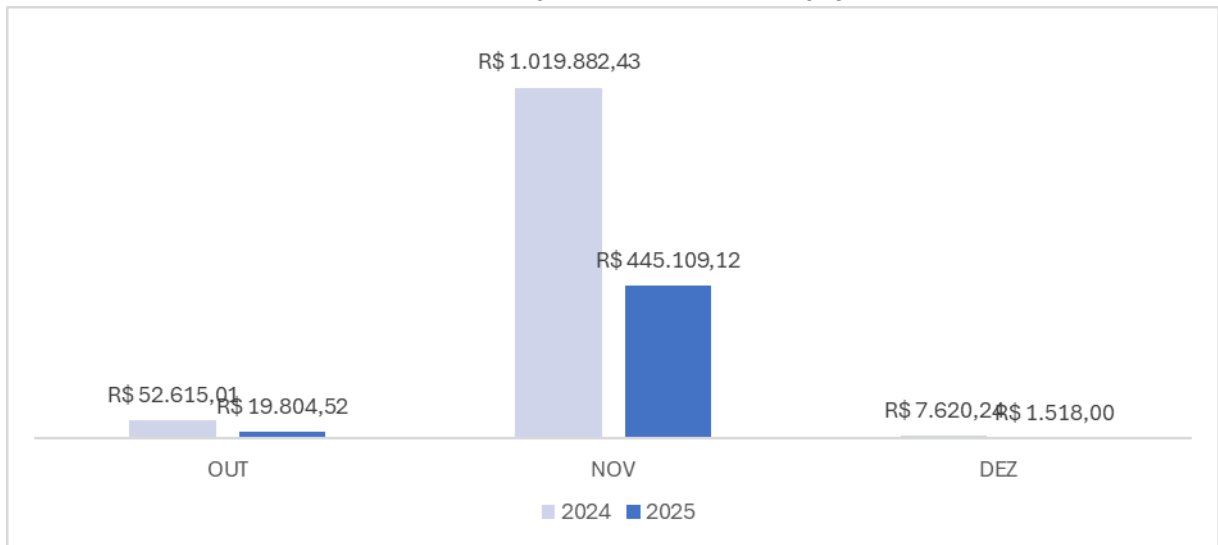
Gráfico 65 — Comparativo da Quantidade de Vacância – Inativos – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/Igepps

Em relação aos valores economizados em folha, no quarto trimestre de 2024 as vacâncias de beneficiários inativos totalizaram o montante de R\$ 1.080.117,68 (Um milhão, oitenta mil, cento e dezessete reais e sessenta e oito centavos), com 96 (noventa e seis) casos, enquanto no quarto trimestre de 2025 foi registrado o montante de R\$ R\$ 466.431,64 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), com quantitativo de 79 (setenta e nove) casos.

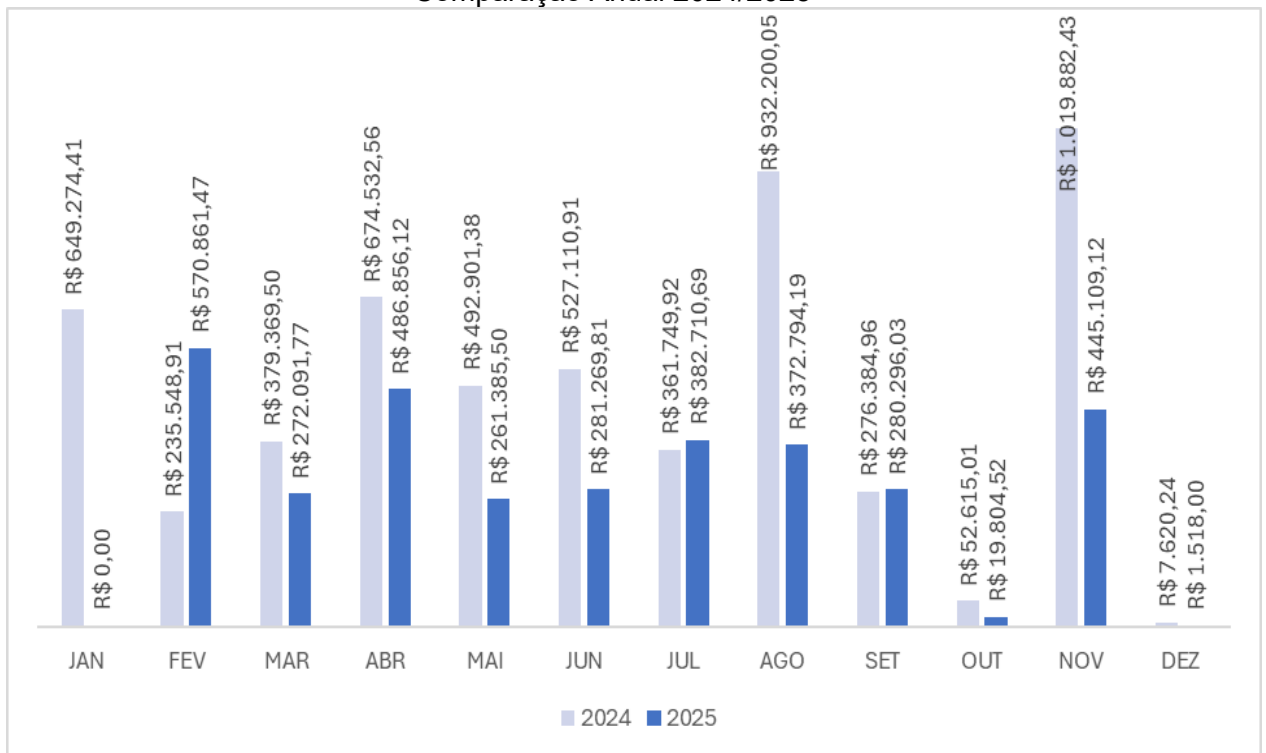
Gráfico 66 — Distribuição de Valores de Vacâncias em Valores monetários - Inativos – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/DIPRE/Igepps

Consolidando os dados anuais, em 2024 as vacâncias de inativos representaram um valor financeiro de R\$ 5.609.190,28 (cinco milhões seiscentos e nove mil cento e noventa reais e vinte e oito centavos) e em 2025 R\$ 2.908.265,58 (dois milhões novecentos e oito mil duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), uma redução de 48,15%.

Gráfico 67 — Distribuição de Valores de Vacâncias em Valores monetários – Inativos – Comparação Anual 2024/2025



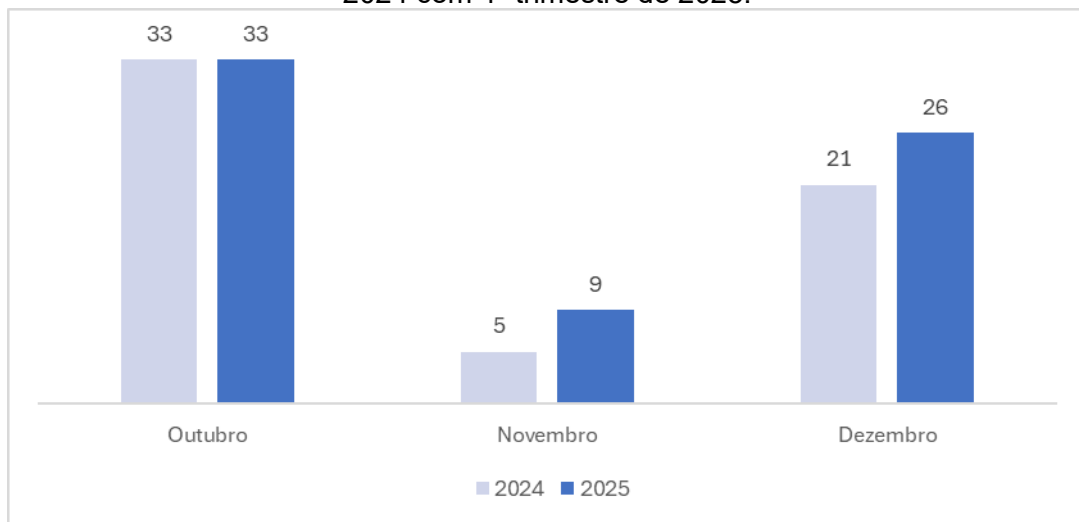
Fonte: SISPREV – CCOB/DIPRE/Igepps

Esses números referem-se, também, ao cruzamento mensal das informações da base de dados do sistema SISPREV com dados fornecidos pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI) que foi substituído pelo Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis (SIRD).

7.9.6.1 Vacâncias de Beneficiários – Pensão por Morte

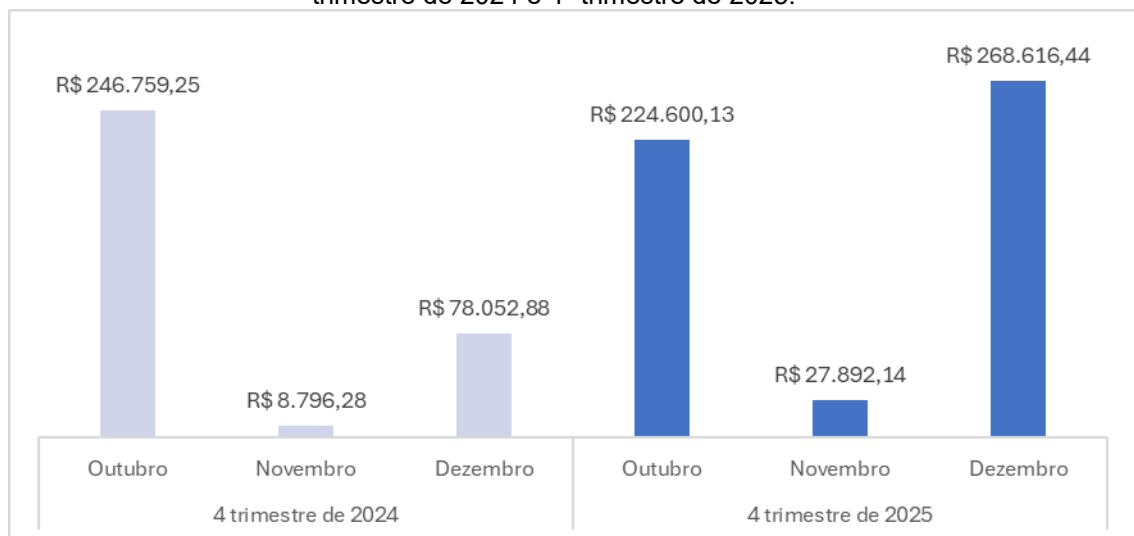
No tocante aos benefícios de pensão por morte no 4º trimestre de 2025, 51% (cinquenta e um por cento) versam sobre casos de óbito, 18% (dezoito por cento) de maioridade e 31% (trinta e um por cento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), sendo os quantitativos descritos a seguir:

Gráfico 68 — Comparativo da Quantidade de Vacância - Pensão por Morte - 4º trimestre de 2024 com 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

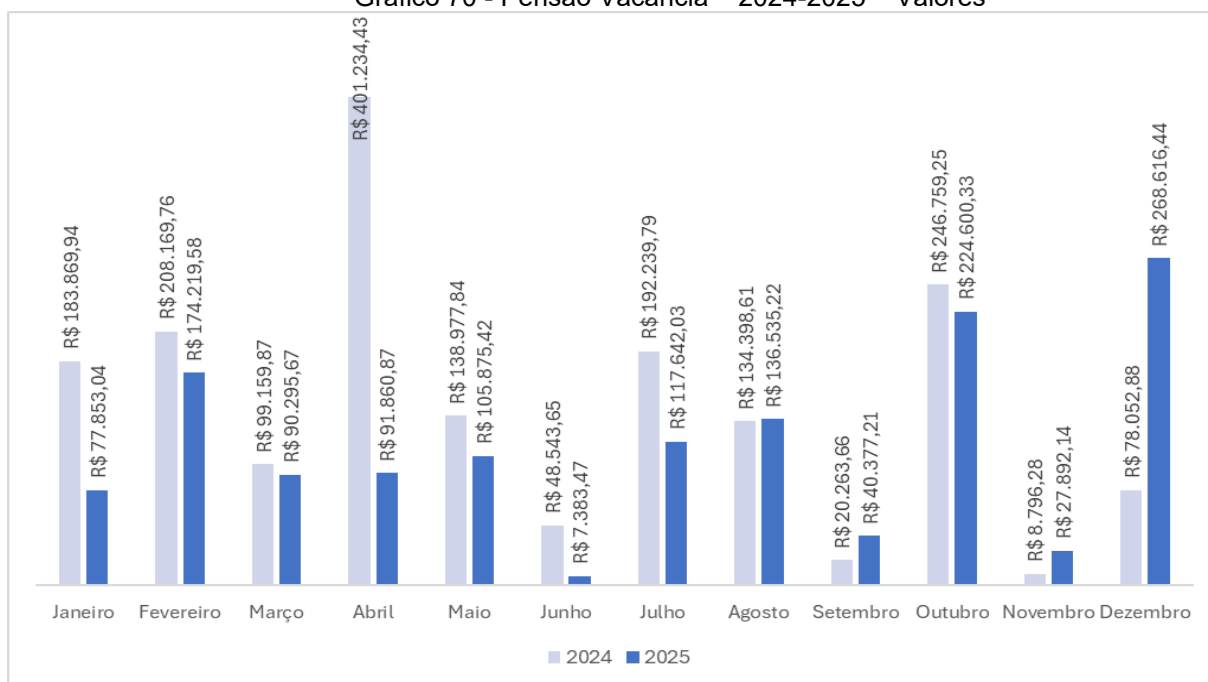
Gráfico 69 — Distribuição de Valores de Vacâncias - Pensão por Morte – Comparação do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No ano de 2024 as vacâncias representaram um valor financeiro de R\$1.760.465,96 (um milhão, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos), e em 2025 R\$ 1.363.151,42 (um milhão, trezentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos), uma redução de 23,57% (vinte e três virgula cinquenta e sete por cento).

Gráfico 70 - Pensão Vacância – 2024-2025 – Valores



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Cita-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

No que tange análise geral da evolução da folha de pagamento, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, indicamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de pagamentos de valores retroativos, com melhorias significativas e eficientes, como atualização de tabelas salariais, a criação de grupos de trabalho temporários para agilizar a análise e manutenções de processos administrativos e judiciais, propiciando pagamentos devidos e legais aos segurados em tempo hábil.

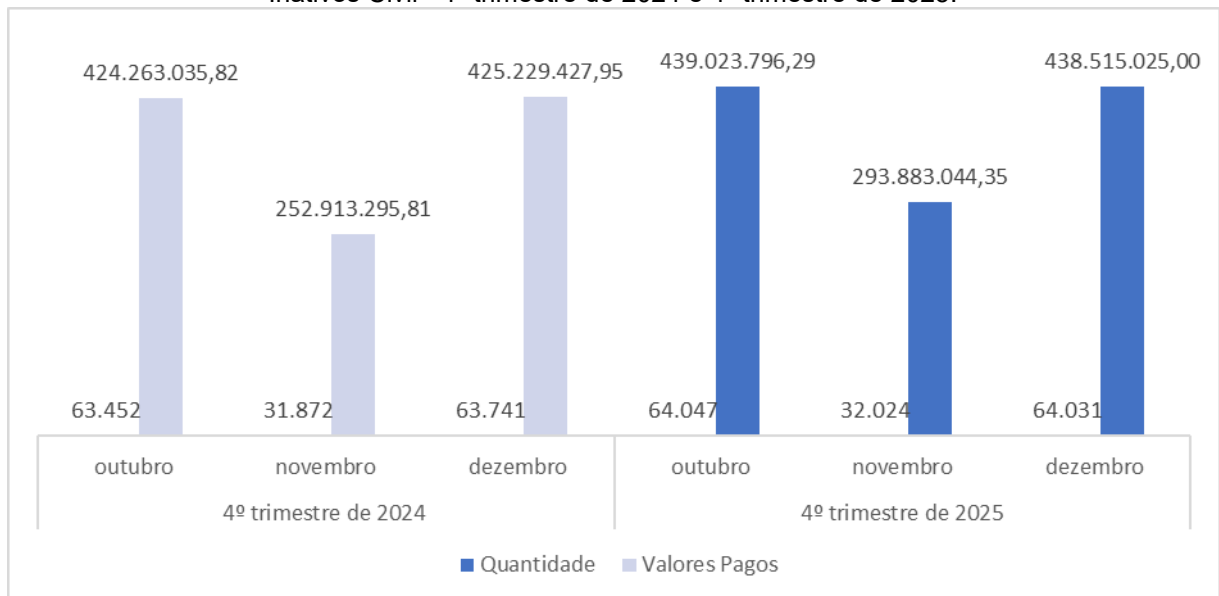
Para a demonstração dos valores realizados da folha de pagamento no ano de 2025, foram utilizados os “valores totais brutos”, excluindo os valores indicados como “outros descontos”, pois esses valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira

da folha, pois são referentes, por exemplo aos valores de redutores constitucionais.

7.9.7.1 Inativos Civis

No que concerne à evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos no quarto trimestre de 2025, foram pagos 1.171.421.865,64 (um bilhão, cento e setenta e um milhões, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), um crescimento de 6,26% (seis virgula vinte e seis por cento) em relação ao mesmo período do ano passado.

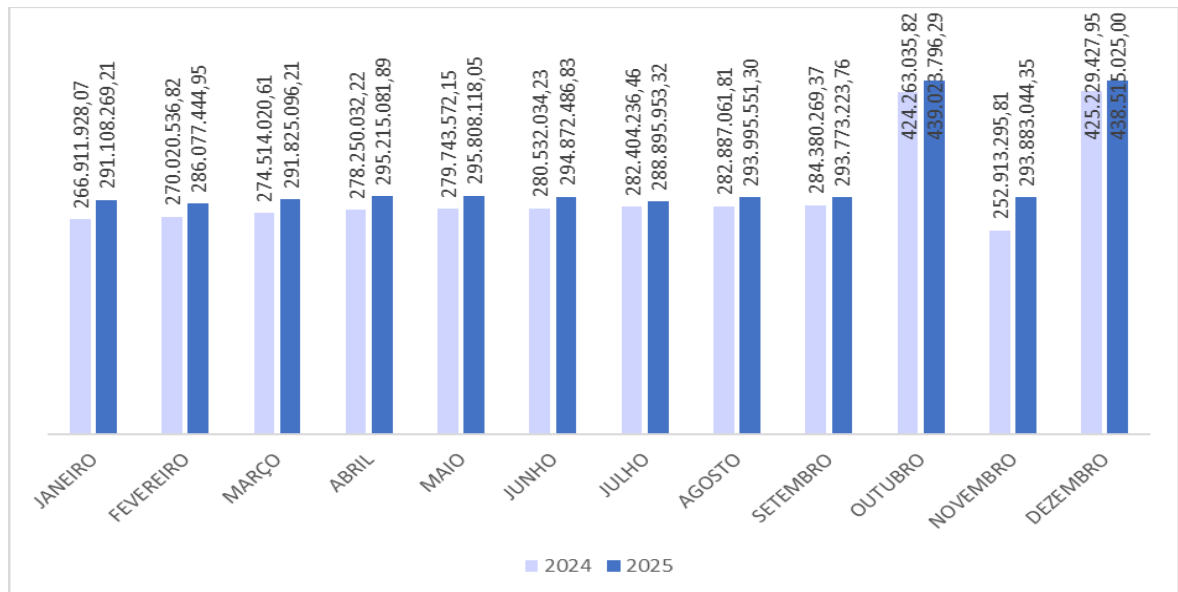
Gráfico 71 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valor (R\$) - Inativos Civil - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No ano de 2025, foi pago o valor de R\$ 3.802.993.091,16 (três bilhões oitocentos e dois milhões novecentos e noventa e três mil noventa e um reais e dezesseis centavos) em folha de pagamento, um crescimento de 6,26% em relação ao ano passado.

Gráfico 72 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valor (R\$) - Inativos Civil – Anual 2024/2025



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.2 Inativos Militares

A evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos militares no quarto trimestre de 2025, foram efetuados 57.339 (cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e nove) pagamentos, na monta de R\$ 602.696.209,98 (seiscentos e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e nove reais e noventa e oito centavos), com um acréscimo financeiro de 4,88% (quatro virgula oitenta e oito por cento) em relação ao mesmo período do ano passado.

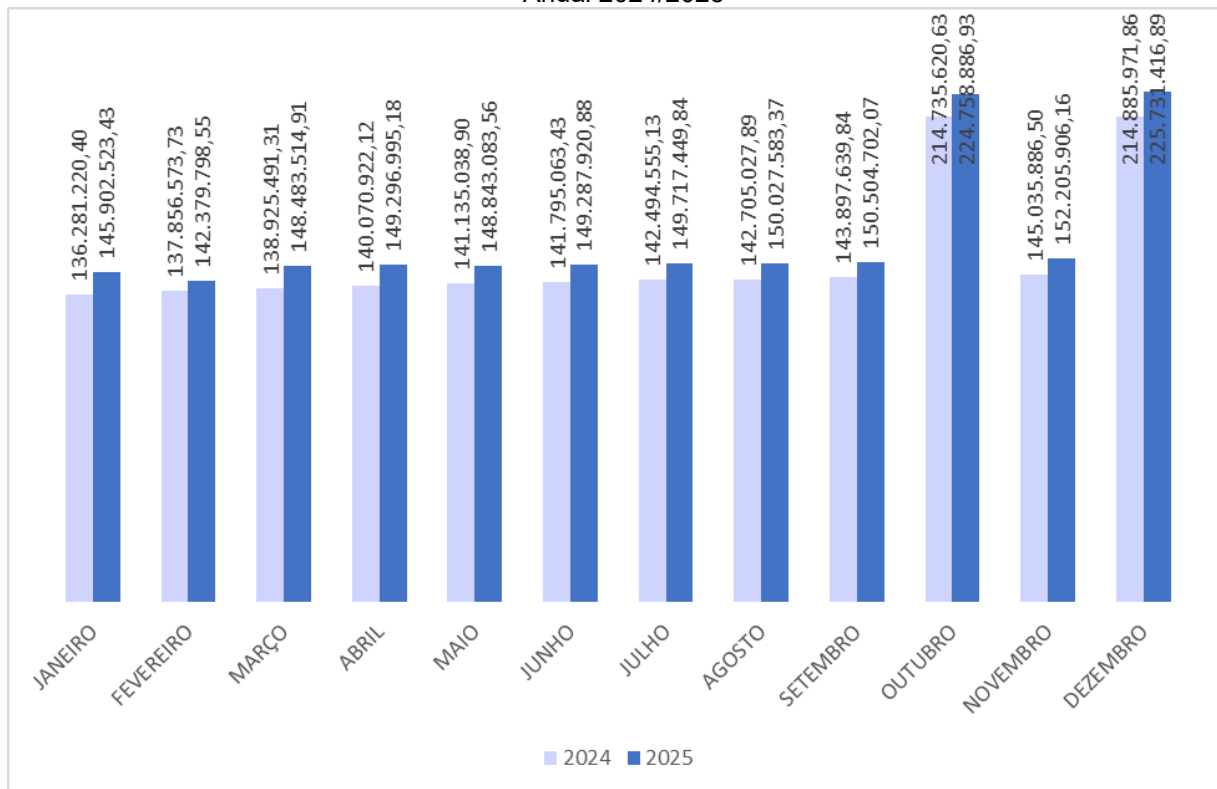
Gráfico 73 — Comparativo Folha de Pagamentos – Quantidade e valores – Inativos Militares - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Em 2025 foram pagos em benefícios militares o montante de R\$ 1.937.139.781,77 (um bilhão, novecentos e trinta e sete milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), um crescimento de 5,29% (cinco virgula vinte e nove por cento) em relação ao mesmo período do ano passado.

Gráfico 73 — Comparativo Folha de Pagamentos – Quantidade e valores – Inativos Militares – Anual 2024/2025

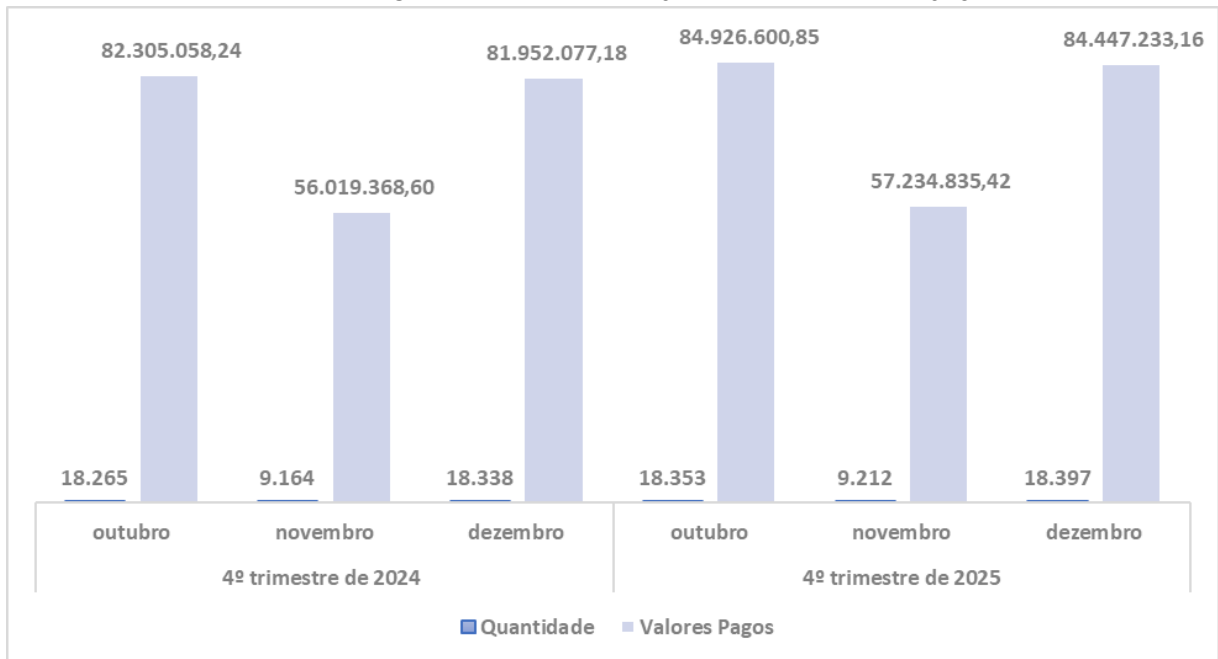


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.3 Pensionistas Civis

A evolução da folha de pagamento dos pensionistas civis no quarto trimestre de 2025 totalizou o pagamento de R\$ 226.608.669,43 (duzentos e vinte e seis milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), com 45.962 (quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e dois) pagamentos, um crescimento financeiro de 2,87% (dois virgula oitenta e sete por cento).

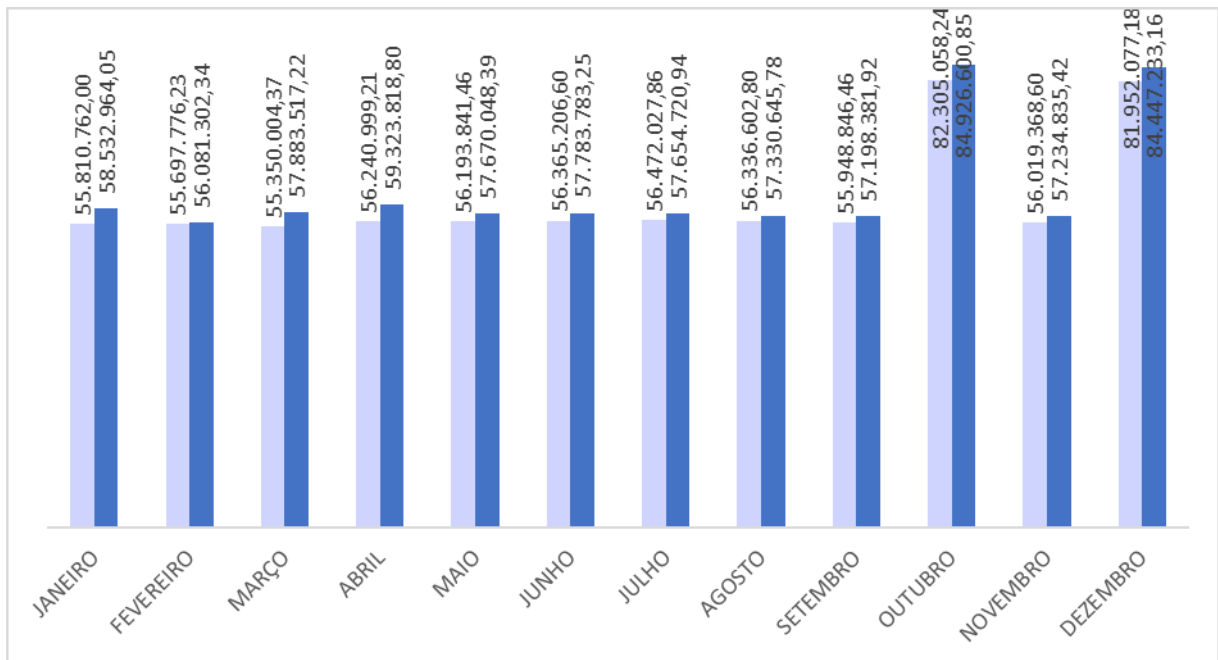
Gráfico 74 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valores – Pensionista Civil - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No ano de 2025, foram pagos o valor de R\$ 746.067.852,12 (setecentos e quarente e seis milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), um crescimento de 2,95% (dois virgula noventa e cinco por cento) em relação ao ano passado.

Gráfico 75: Evolução Civil - Valores de Pagamentos 2024/2025

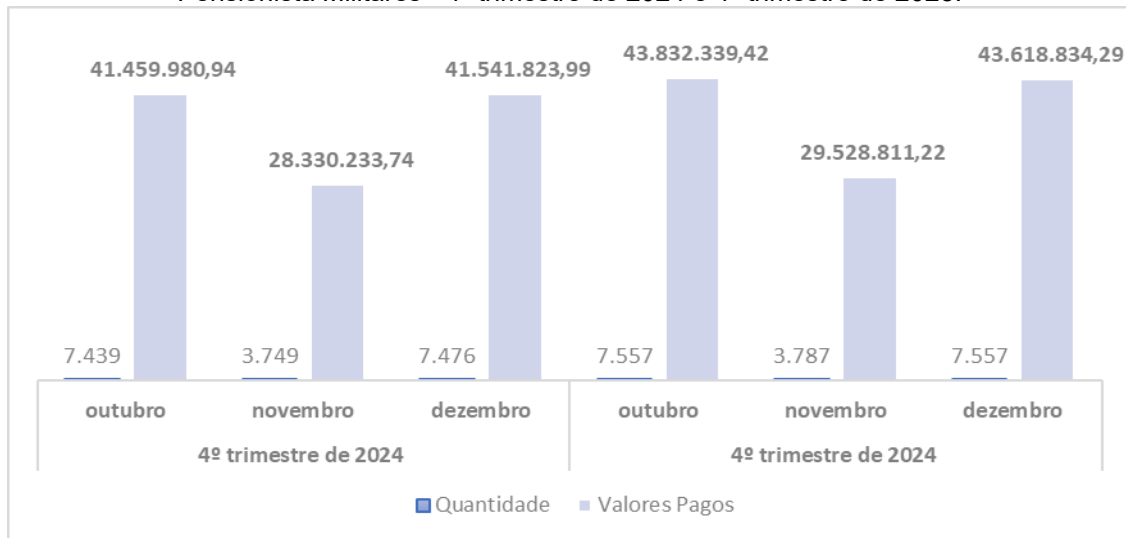


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.4 Pensionistas Militares

No quarto trimestre de 2025, foram efetuados 18.901 (dezoito mil, novecentos e um) pagamentos com valor total de R\$ 116.979.984,93 (cento e dezesseis milhões, novecentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos), um acréscimo financeiro de 4,99% (quatro virgula noventa e nove por cento) em relação ao mesmo período do ano passado.

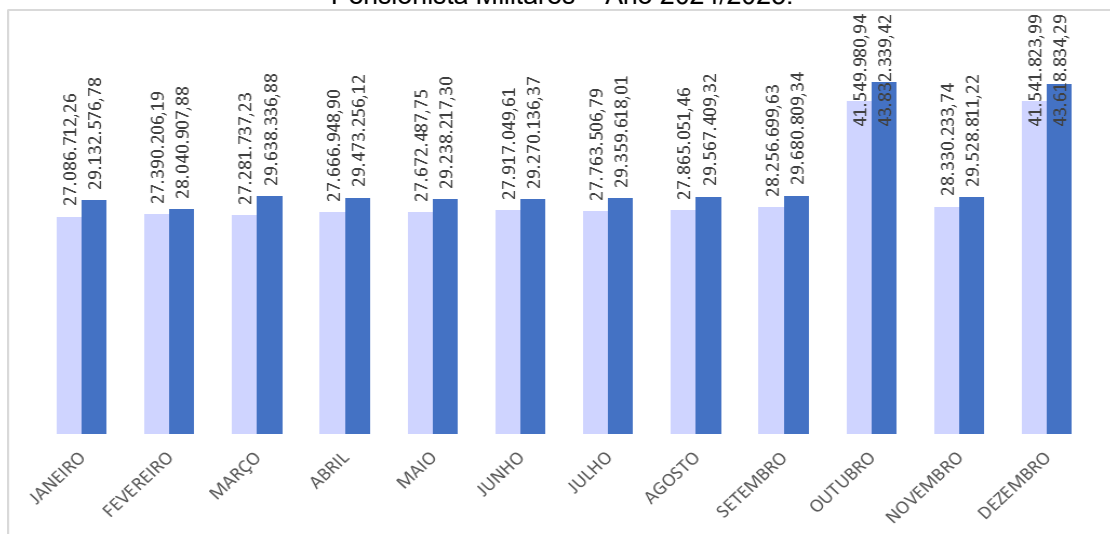
Gráfico 76 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valores - Pensionista Militares - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No ano de 2025, foram pagos o valor de R\$ 380.381.252,93 (trezentos e oitenta milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), um crescimento de 5,57% (cinco virgula cinquenta e sete por cento) em relação ao ano passado.

Gráfico 77 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valores - Pensionista Militares – Ano 2024/2025.

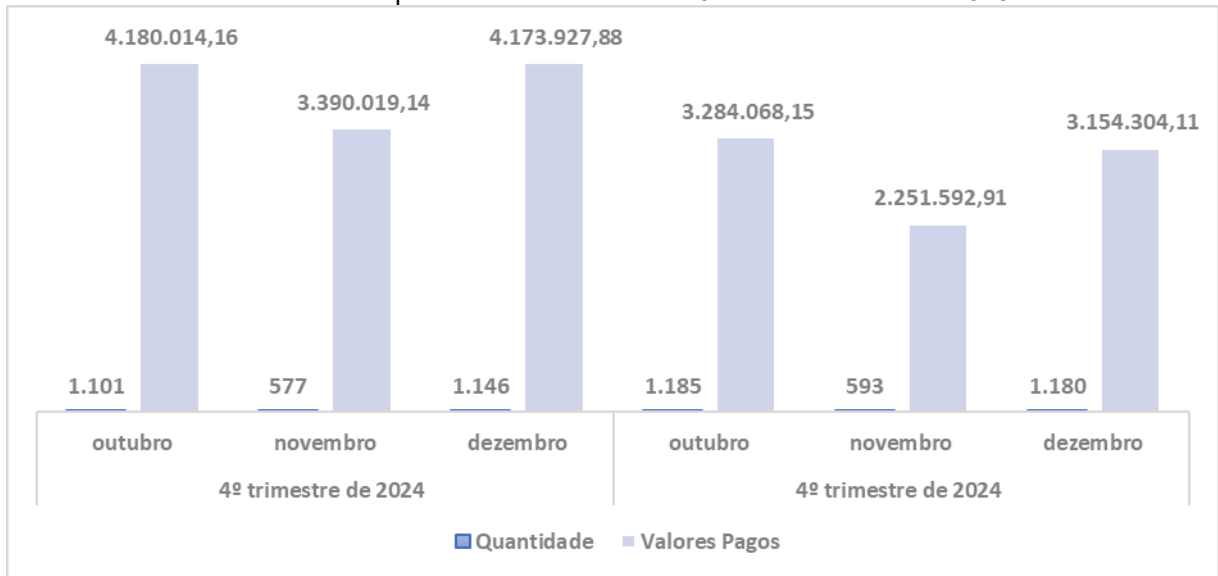


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.5 Pensão Especial

No quarto trimestre de 2025, foram efetuados 2.958 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito) pagamentos com valor total de R\$ 8.689.965,17 (oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos), uma redução financeira de 26% (vinte e seis por cento) em relação ao mesmo período do ano passado.

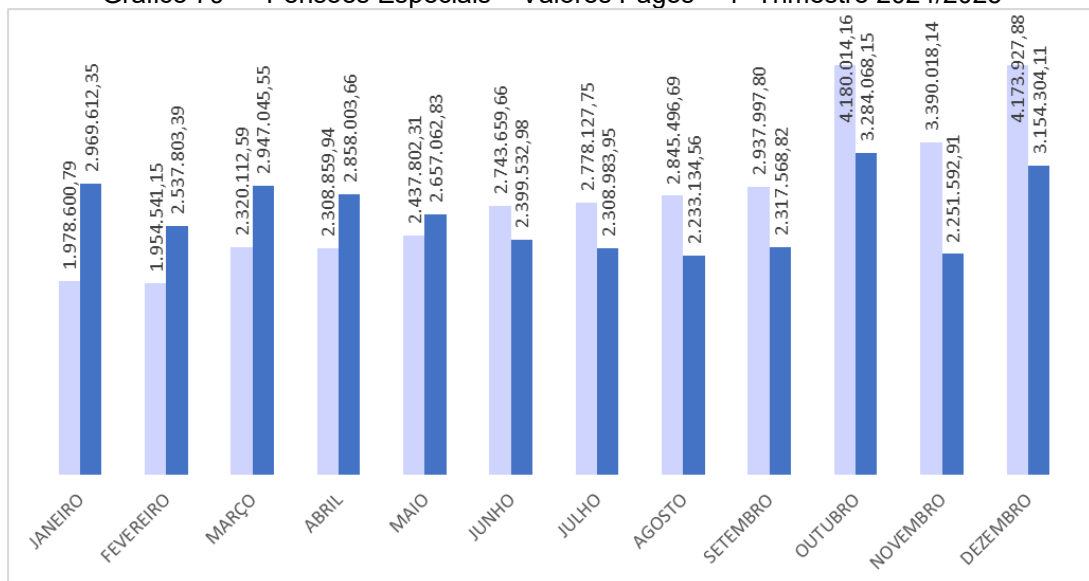
Gráfico 78 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – Quantidade e Valor (R\$) Pensionistas Especiais - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No ano de 2025, foram pagos o valor de R\$ 31.918.713,26 (trinta e um milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e treze reais e vinte e seis centavos), uma redução de 6,26% (seis virgula vinte e seis por cento), em relação ao ano passado.

Gráfico 79 — Pensões Especiais – Valores Pagos – 4º Trimestre 2024/2025



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

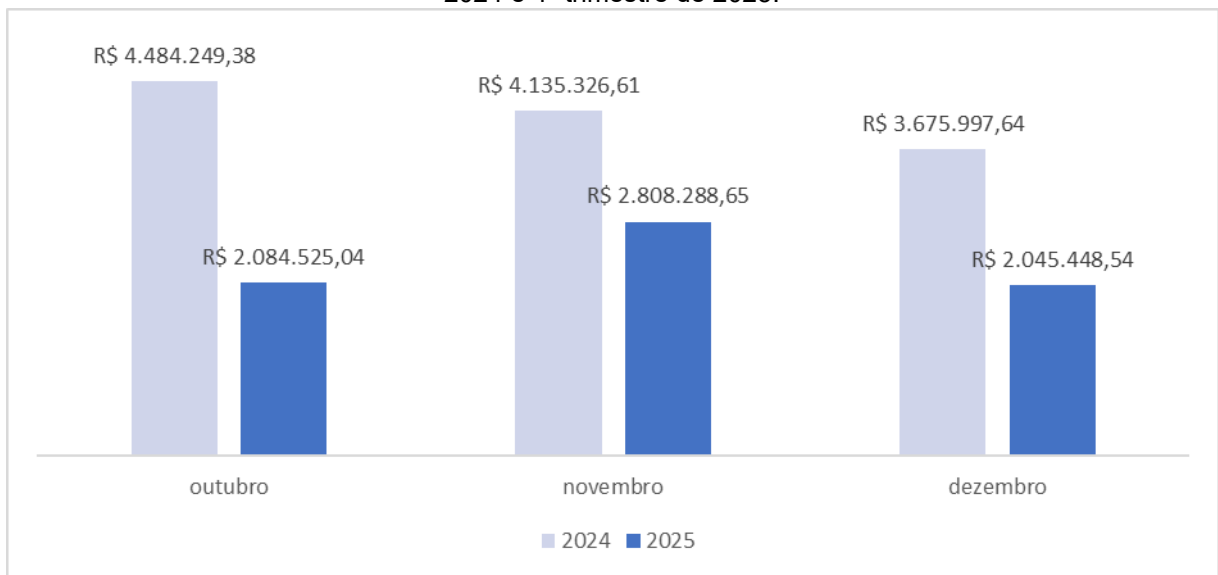
7.9.8 Pagamento de Retroativos

7.9.8.1 Inativos

Quanto ao pagamento de valores retroativos de benefícios previdenciários de inativos (aposentadoria, reserva remunerada e reforma) foram pagos R\$ 6.938.262,23 (seis milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e três centavos) com 1.052 (mil e cinquenta e dois) pagamentos.

Dessa forma, expomos todos os valores, mensalmente, no gráfico abaixo:

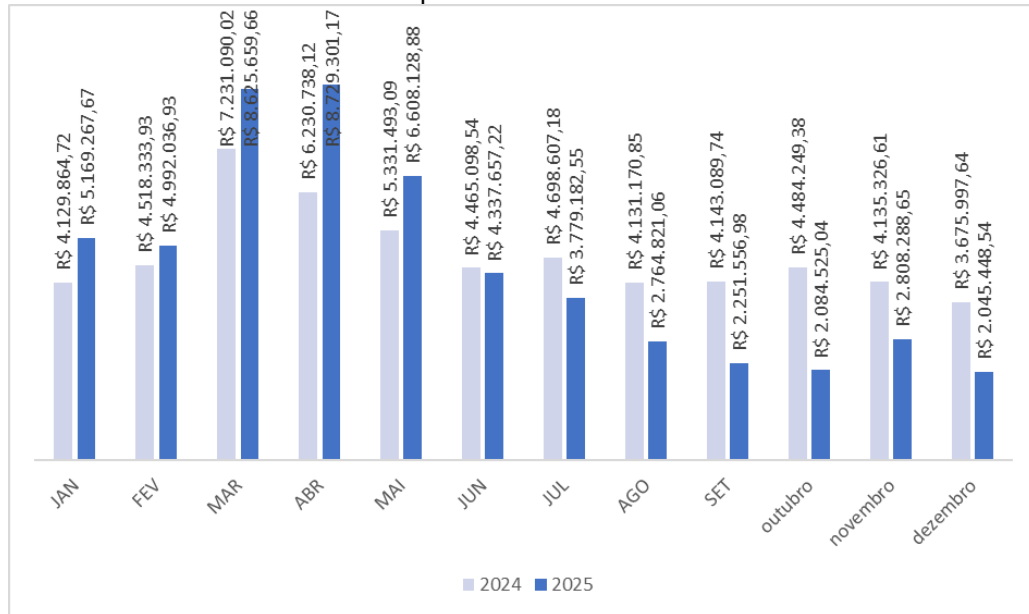
Gráfico 80 — Comparativo dos Retroativos de Aposentadorias – Valores - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No ano de 2024 foram pagos R\$57.175.059,82 (cinquenta e sete milhões, cento e setenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos) e em 2025 foram pagos R\$ 54.195.874,35 (cinquenta e quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), uma redução financeira de 5,21% (cinco virgula vinte e um por cento).

Gráfico 81 — Retroativo de Aposentadoria – Valores - 4º trimestre de 2024 de 2025.

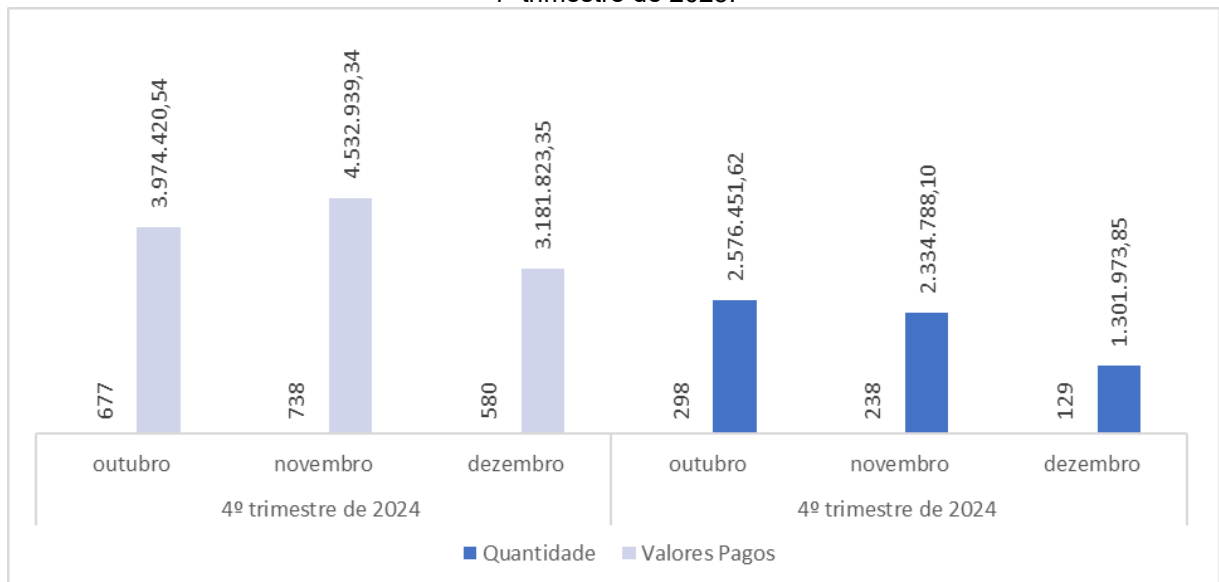


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.8.2 Pensão por Morte

Em 2025, no quarto trimestre, foram realizados R\$6.213.213,57 (seis milhões, duzentos e treze mil, duzentos e treze reais e cinquenta e sete centavos), por meio de 665 (seiscentos e sessenta e cinco) pagamentos.

Gráfico 86 — Comparativo dos Retroativos de Pensão - Valores (R\$) - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.

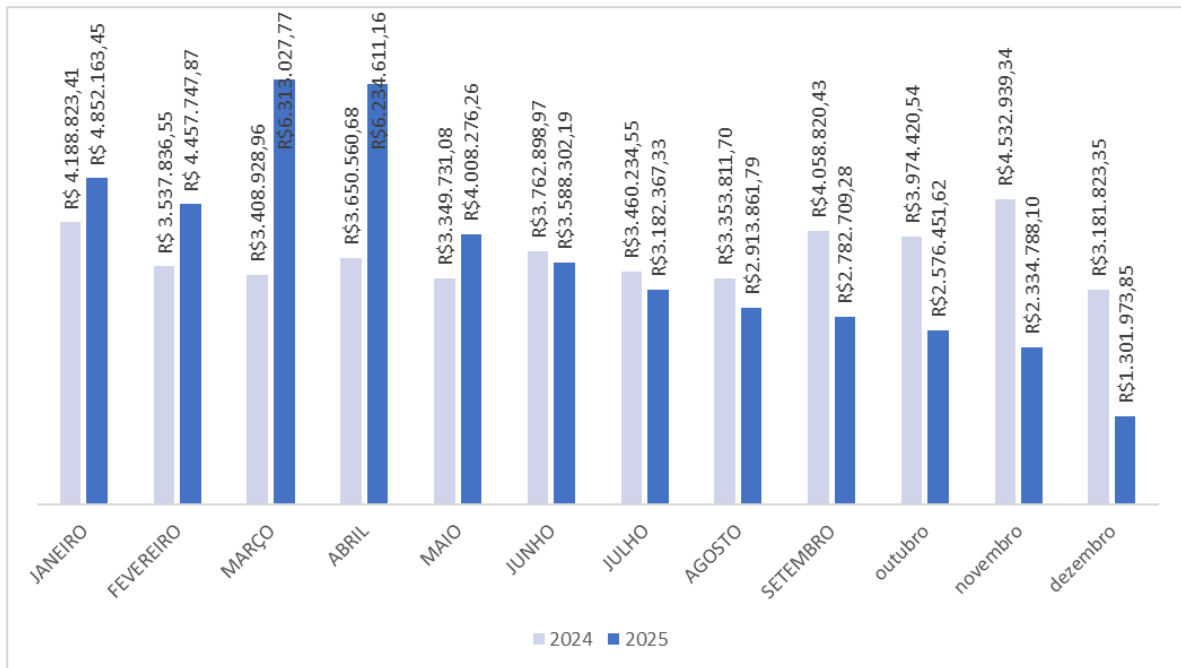


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Em 2025 foram pagos R\$ 44.546.280,67 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos), representando um

acréscimo financeiro de 0,19% (zero virgula dezenove por cento) em relação ao ano passado.

Gráfico 86 — Retroativos de Pensão - Valores – Ano 2024/2025



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

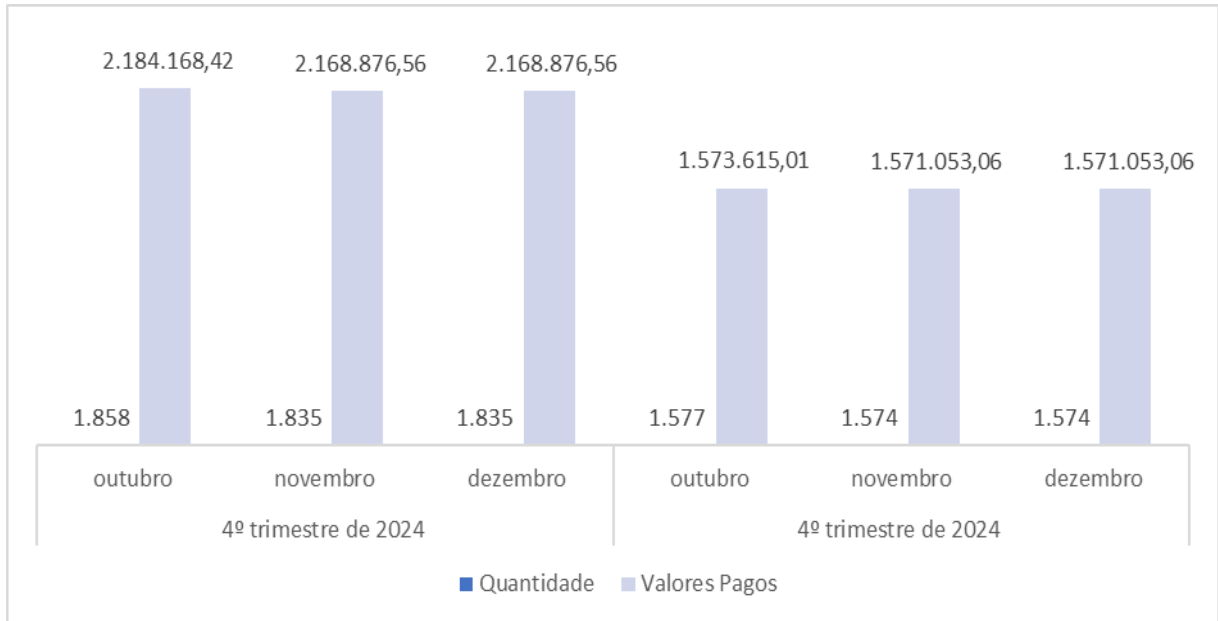
Os pagamentos de valores retroativos tanto para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 110.1 Retroativo Ano Vigente, 145.1 Retroativo de RRA/RFB.

7.9.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.9.9.1 Inativos Civis e Militares

No período de outubro a dezembro de 2025, os pagamentos referentes ao cumprimento de decisões judiciais de inativos totalizaram R\$ 4.715.721,13 (quatro milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e vinte e um reais e treze centavos), conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 87 — Comparativo de Decisões Judiciais de Aposentadoria: Valores (R\$) - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.

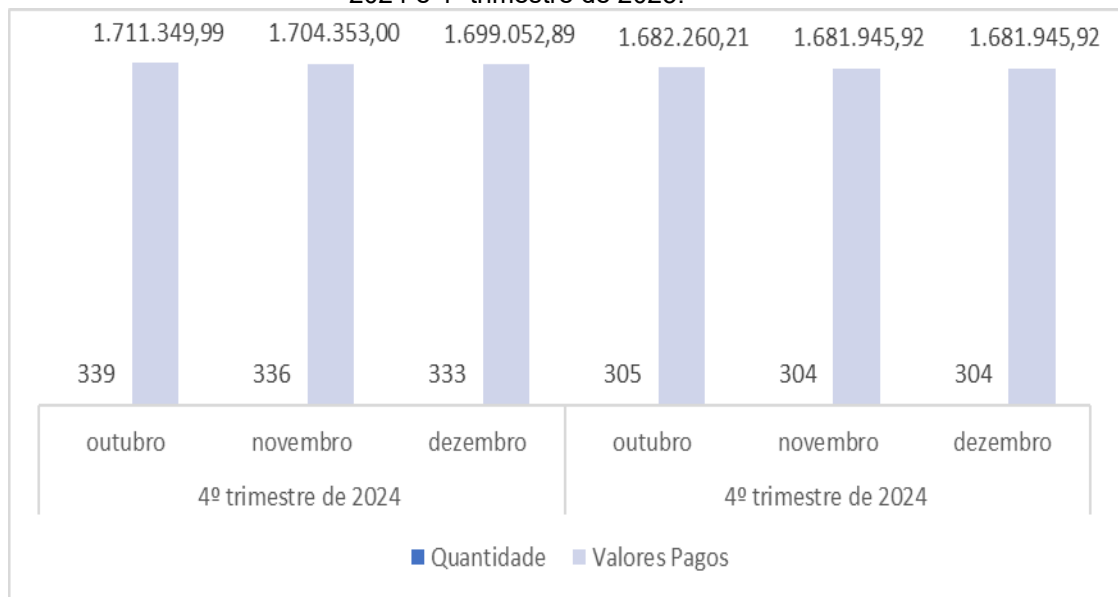


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.9.2 Pensionistas Civis e Militares

No 4º trimestre de 2025 o Instituto realizou pagamentos decorrentes de decisão judicial dos pensionistas no valor total de R\$ 5.046.152,05 (cinco milhões, quarenta e seis mil, cento e cinquenta e dois reais e cinco centavos), conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 88 — Comparativo de Decisões Judiciais de Pensão: Valores (R\$) - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

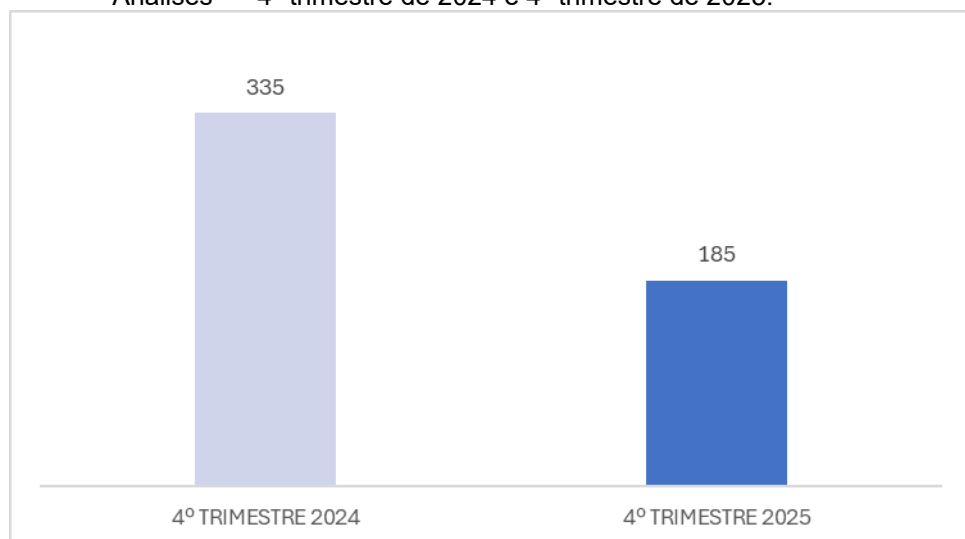
7.9.10 Recuperação de Crédito

Em relação ao 4º trimestre de 2025, foram analisados 185 (cento e oitenta e cinco processos) processos administrativos de recuperação de crédito. Desses:

- 51 foram instruídos e encaminhados à PROJUR, em razão da inexistência de herdeiros em folha de pagamento para viabilizar a cobrança;
- 59 processos foram arquivados, seja por apresentarem valores apurados inferiores a R\$ 1.000,00, por prescrição, ou por regularização integral do débito por meio de devolução bancária;
- 75 seguiram o trâmite regular para recuperação de crédito.

Em comparação com o quarto trimestre de 2024, que registrou 335 análises, houve uma diminuição de aproximadamente 45%, considerando que desde junho de 2025 apenas 1 técnica compunha a equipe de recuperação de crédito.

Gráfico 89 — Comparativo do Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito - Análises — 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.

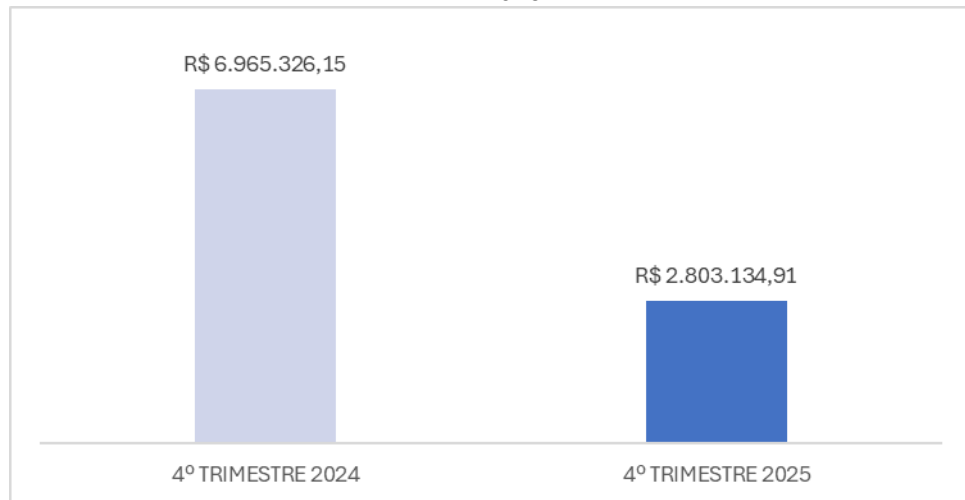


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No quarto trimestre de 2025, considerando 75 processos aptos à recuperação, houve devolução ao Fundo de um montante total de R\$ 2.803.134,91 (dois milhões, oitocentos e três mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e um centavos).

Em comparação com o valor recuperado no ano de 2024, para o mesmo período, que totalizou R\$ 6.965.326,91, observou-se uma diminuição de aproximadamente 60% no valor restituído aos cofres públicos, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 90 — Comparação dos Valores recuperados via folha (R\$) - 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Diante do exposto, mesmo com a redução do corpo técnico, foi possível recuperar, neste trimestre aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua no IGEPPS, prioritariamente, na promoção de qualidade de vida do público atendido pelo órgão. Entre as suas atribuições, realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e recebe e apura denúncias, além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

O NAPS ainda realiza atendimento psicossocial presencial e online, mediante agendamento prévio pelo SIAAG, garantindo, assim, que o público residente nas demais regiões de integração do Estado, possa ser contemplado em suas necessidades.

O NAPS possui o seguinte quadro funcional atualmente: um coordenador, de cargo exclusivamente comissionado; duas técnicas previdenciárias B efetivas, sendo uma assistente social e uma psicóloga; uma técnica previdenciária B – assistente social temporária, proveniente de processo seletivo; 01 (um) assistente administrativo, vinculada à empresa terceirizada; e uma estagiária de psicologia.

7.10.1 Atendimentos Psicossociais

Consiste no atendimento realizado por uma servidora técnica previdenciária do NAPS (assistente social ou psicóloga) aos interessados e/ou beneficiários, com o objetivo de garantir o acesso aos direitos previdenciários, viabilizando a resolução de possíveis entraves no andamento dos processos que tramitam neste Instituto. Este serviço ocorre ininterruptamente desde 2020, duas vezes na semana, sendo às terças-feiras atendimento presencial e às quartas-feiras atendimento online (realizado através de sala multimídia disponibilizada para este fim nas agências do Igepps).

No quarto trimestre de 2025, foram realizados 39 atendimentos psicossociais de forma presencial e online aos beneficiários/usuários.

7.10.2 Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar, institucional e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial em casos de processos de solicitação de pensão por morte, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam de óbito, de nova união ou de não convivência marital. No 4º trimestre foram realizadas 5 diligências na região metropolitana de Belém e 4 nas demais regiões de integração e nenhuma interestadual.

Cabe ressaltar que no 4º trimestre o NAPS dispunha de apenas uma técnica previdenciária B responsável pela realização de diligências, sendo que essa se encontrava em gozo de férias durante 15 dias do período supracitado.

Em comparação ao 4º trimestre de 2024, houve redução no quantitativo de diligências realizado, tendo sido executados naquele período 18 diligências na região metropolitana e 5 nas demais regiões de integração.

7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O NAPS é responsável por receber e verificar denúncias de nova união, de óbito, e de não convivência marital. A investigação de denúncia de nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que constituíram nova relação de união estável após o óbito do(a) instituidor(a). Já a apuração das denúncias de não convivência marital visa verificar se o beneficiário de pensão por morte estaria, de fato, enquadrado na condição de dependente previdenciário desde o início da percepção do benefício. A denúncia de óbito visa verificar a veracidade da informação sobre a possível morte de um segurado e a não comunicação ao Instituto por parte de familiares.

No quarto trimestre de 2025 foram apuradas 3 denúncias de nova união e nenhuma de óbito. A gestão prioriza a análise dos processos de pensão por morte, devido à sua alta

prioridade, conforme entendimento da Diretoria de Previdência. Em comparação ao mesmo período de 2024, quando foram apuradas 4 denúncias de nova união e 15 denúncias de óbito.

7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte

Os processos de pensão por morte direcionados ao NAPS são os que carecem de provas documentais para a comprovação da qualidade de dependente previdenciário, especialmente, no que se refere à confirmação de existência de relação marital entre as partes. Como se trata a conclusão da análise da concessão do benefício diferentemente dos outros processos destinados ao NAPS, os processos de pensão por morte têm caráter prioritário na análise do setor. No referido período foi totalizado um quantitativo de 04 estudos psicossociais em processos de pensão por morte concluídos.

No mesmo período do ano anterior, foram realizados 19 estudos psicossociais de pensão por morte.

7.10.5 Relatórios Técnicos

Os Relatórios Técnicos figuram como resultado dos estudos psicossociais realizados, produzidos por técnica previdenciária B. No quarto trimestre de 2025 foram produzidos 08 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais. No mesmo período foram concluídos 07 relatórios técnicos frutos de diligências psicossociais.

7.10.6 Educação Previdenciária

As ações, projetos e programas estão relacionados com vários temas referentes à promoção da cidadania previdenciária, à qualidade de vida, envelhecimento ativo e bem-estar dos segurados. Nesse sentido, essas atividades se inserem no escopo da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão.

No quarto trimestre foram realizadas as seguintes ações:

- **Projeto Valor em Cada História**

Atividade iniciada no trimestre anterior, consiste em um evento voltado à valorização do servidor público estadual em homenagem solene para entrega de portarias de aposentadorias. Foram realizadas duas cerimônias solenes de entrega de certificados de agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém-aposentados vinculados ao Igepps.

Figura 07 – Projeto Valor em cada História



- **Roda de conversa: bem viver a aposentadoria**

A roda de conversa Bem Viver a Aposentadoria promoveu um momento de diálogo e troca de experiências entre servidores aposentados, abordando temas como direitos da pessoa idosa, longevidade e meio ambiente. A atividade contribuiu para reflexões sobre qualidade de vida, envelhecimento ativo e fortalecimento dos vínculos sociais, com mediação da psicóloga do NAPS, 14 pessoas e servidores-aposentados civis e militares participaram das rodas.

Figura 08 – Projeto Bem Viver Aposentadoria



- **III Semana Estadual de Conscientização em Educação Financeira e Previdenciária**

Ação educativa realizada por meio de palestras com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre a importância do planejamento financeiro e previdenciário ao longo da vida. Foram abordados temas como finanças pessoais, investimentos, previdência pública, preparação para a aposentadoria, saúde mental, bem-estar e envelhecimento ativo, promovendo maior segurança e tranquilidade no futuro. participaram 62 pessoas e servidores ativos, segurados e sociedade em geral participaram.

Figura 09 – III Semana Estadual de Conscientização em Educação Financeira e Previdenciária



- **Papo Militar**

Ação voltada aos servidores militares ativos e da reserva, com foco na disseminação de informações sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. A atividade buscou esclarecer regras previdenciárias, direitos e deveres, além de preparar os participantes para a inatividade sob os aspectos profissionais, financeiros e psicossociais, contribuindo para uma transição mais consciente e planejada. participaram 74 pessoas e servidores militares ativos participaram.

Figura 10 – Papo Militar



- **Palestra: Aposentadoria no Regime Próprio e no Regime Geral**

Palestra informativa destinada a esclarecer os direitos previdenciários dos servidores, abordando as diferenças entre o Regime Próprio e o Regime Geral de Previdência Social. Foram apresentadas as regras de transição, critérios para aposentadoria e perspectivas futuras, auxiliando os participantes na compreensão do seu planejamento previdenciário. participaram 57 pessoas e servidores da secretaria estadual de administração penitenciária do Pará participaram das homenagens.

Figura 11 – Palestra sobre Regras do RPPS



- **XI Semana Estadual de Educação Financeira**

Ação realizada por meio de palestra com o objetivo de abordar a relação entre educação financeira, longevidade e sustentabilidade. Foram discutidos temas como organização financeira, planejamento de vida e uso consciente dos recursos, incentivando práticas financeiras responsáveis para a sociedade em geral, com a participação de 70 pessoas.

Figura 12 – XI Semana Estadual de Educação Financeira



- **Papo Previdenciário**

Ação educativa voltada aos servidores ativos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com foco na disseminação de informações sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A atividade abordou regras de aposentadoria, preparação psicossocial, educação financeira, envelhecimento ativo, abono de permanência e contribuição previdenciária, com espaço para esclarecimento de dúvidas. Participaram 11 pessoas e servidores ativos do Poderes participaram.

Figura 13 – Papo Previdenciário



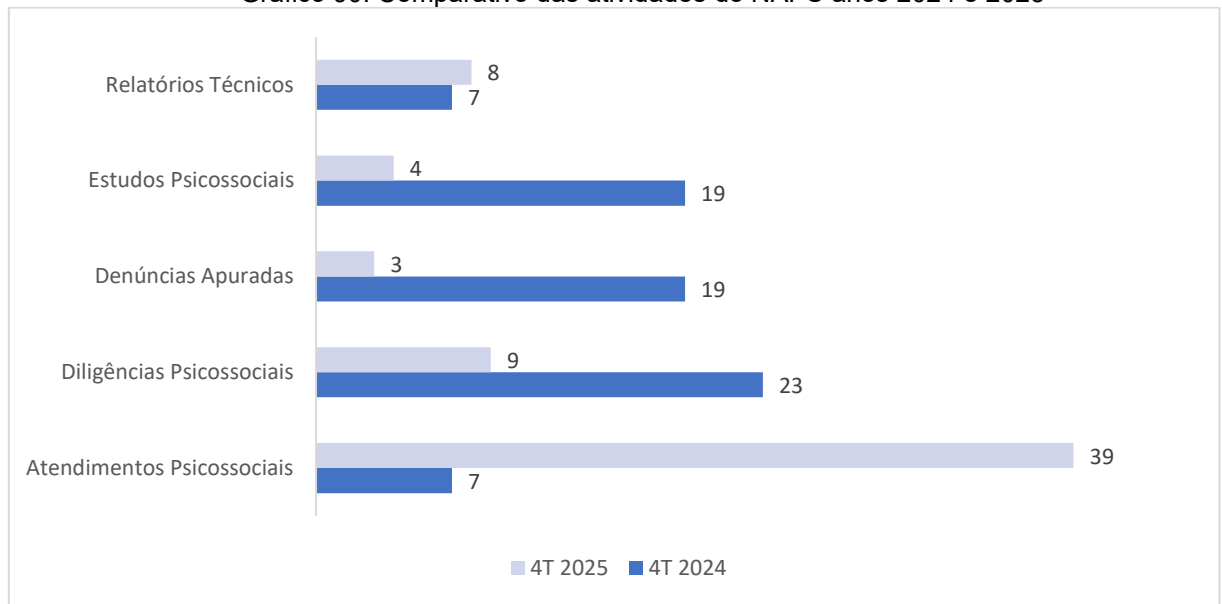
- **Conversa de Valor – Da organização ao investimento**

Ação realizada por meio de palestra educativa com foco na promoção da educação financeira, abordando a importância da organização financeira pessoal, planejamento e uso consciente dos recursos. Foram trabalhados temas como controle de gastos, definição de metas e noções básicas sobre investimentos, relacionando educação financeira, longevidade e sustentabilidade. Participaram 11 pessoas.

Figura 14 – Conversa de valor



Gráfico 90: Comparativo das atividades do NAPS anos 2024 e 2025



Fonte: Naps/Igepps

- Resumo dos dados e observações técnicas relevantes:
- Crescimento expressivo dos atendimentos psicossociais, com impacto direto na resolutividade administrativa;
- Reduções quantitativas devidamente contextualizadas por limitação de força de trabalho e priorização estratégica.
- Evidência de economia indireta ao Fundo pela prevenção de pagamentos indevidos e qualificação das análises.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do Igepps tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – Caten (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

Além disso, também está disponível aos segurados e sociedade os meios de atendimentos virtuais como a Central telefônica, a Ouvidoria, Chat, Requerimento Virtual e Call Center.

O Igepps por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

a) Atendimento Presencial:

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (Caten) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – Naps na sede; como também nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrôpole no município de Ananindeua), nas agências dos Núcleos Regionais - Nureg de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Nureg de Santarém (agência Santarém e Altamira) e Nureg de Marabá (agência Marabá e Paragominas).

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

b) Igepps Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

c) Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do

atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

d) Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria do Igepps criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Esta lei define padrões para garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos pelos órgãos e entidades do governo federal.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

e) E-SIC

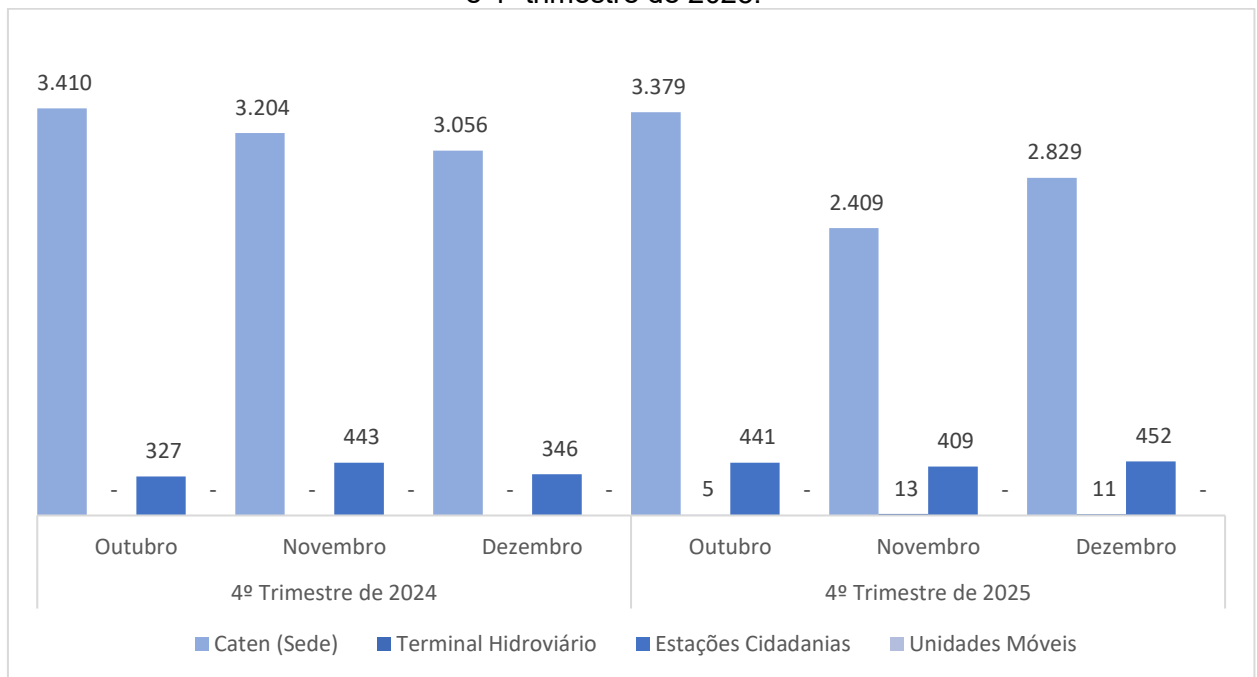
O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação – LAI. Portanto, O Igepps tem melhorado o atendimento ao público, tanto presencialmente quanto online, para facilitar o acesso aos serviços e aproximar a gestão das pessoas.

8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis

No 4º trimestre de 2025, o atendimento presencial composto pela Caten – Sede, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis totalizaram 9.948 (nove mil novecentos e quarenta e oito) atendimentos. Abaixo é possível observar o comparativo entre o 4º trimestre de 2025 comparado ao mesmo período de 2024, onde observa-se uma redução de 8% no quantitativo total dos atendimentos presenciais.

Gráfico 57 — Atendimentos realizados pela Caten– Sede, Estações Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

O caminhão itinerante (unidades móveis) não teve atividade no quarto trimestre de 2025, em virtude desse fato, não temos dados para apresentar.

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade, o Igepps possui três Núcleos Regionais, são eles:

- Núcleo Regional de Castanhal** composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).

- b) **Núcleo Regional de Santarém** composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
- c) **Núcleo Regional de Marabá** composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim).

Os Núcleos de Castanhal, Marabá e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do Igepps, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

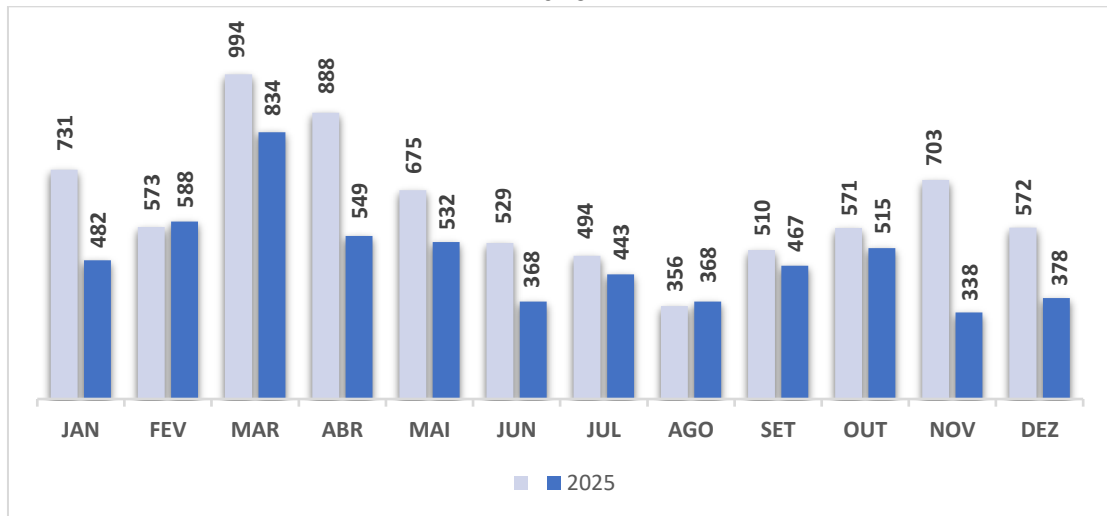
8.1.3 Núcleo Regional de Castanhal

8.1.3.1 Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange um total de 5.004 beneficiários. A unidade de Capanema também opera com 4 (quatro) guichês de atendimento presencial. O grupo é composto por civis, militares aposentados e pensionistas nas cidades: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

No quarto trimestre de 2025, a agência registrou 1.231 (um mil duzentos e trinta e um) atendimentos, conforme a seguir, sendo 515 (quinhentos e quinze) em outubro, 338 (trezentos e trinta e oito) em novembro e 378 (trezentos e setenta e oito) em dezembro. Contudo, no mesmo período de referência em 2024, foram realizados 1.846 (mil oitocentos e quarenta e seis) atendimentos, com isso percebe-se uma diminuição na procura por atendimento. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: emissão de contracheque, encaminhamento de perícia, consulta processual e prova de vida.

Gráfico 58 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 2024 e 2025.



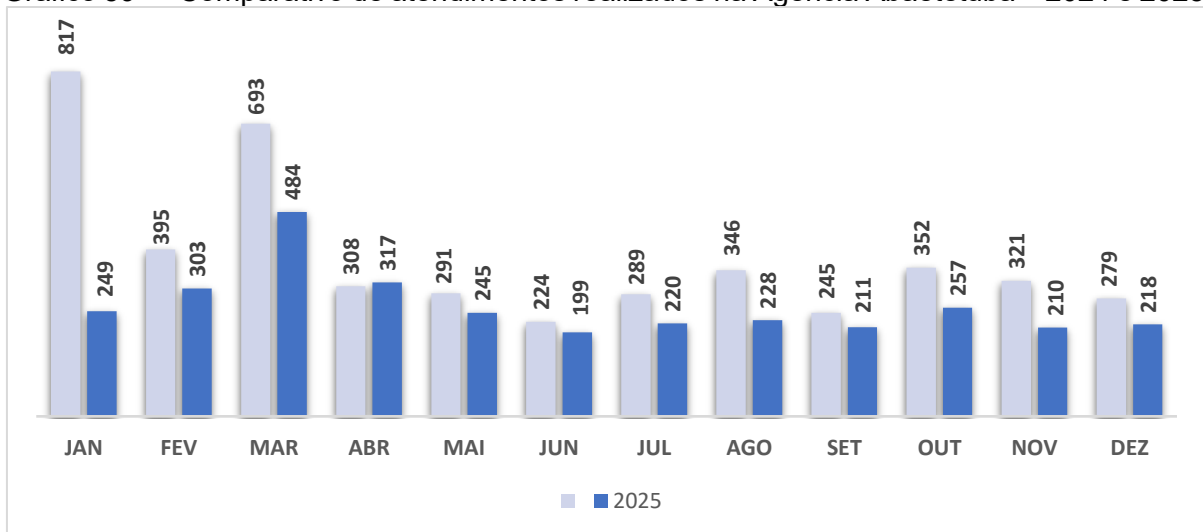
Fonte: SIAAG/Igepps

8.1.3.2 Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 (dois mil quatrocentos e dezenove) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

No 4º trimestre de 2025, a agência de Abaetetuba realizou 257 (duzentos e cinquenta e sete) em outubro; 210 (duzentos e dez) em novembro e 218 (duzentos e dezoito) em dezembro perfazendo um total de 685 (seiscentos e oitenta e cinco) atendimentos no total conforme gráfico abaixo. No mesmo período em 2024 foram realizados 952 (novecentos e cinquenta e dois) atendimentos.

Gráfico 59 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 2024 e 2025.



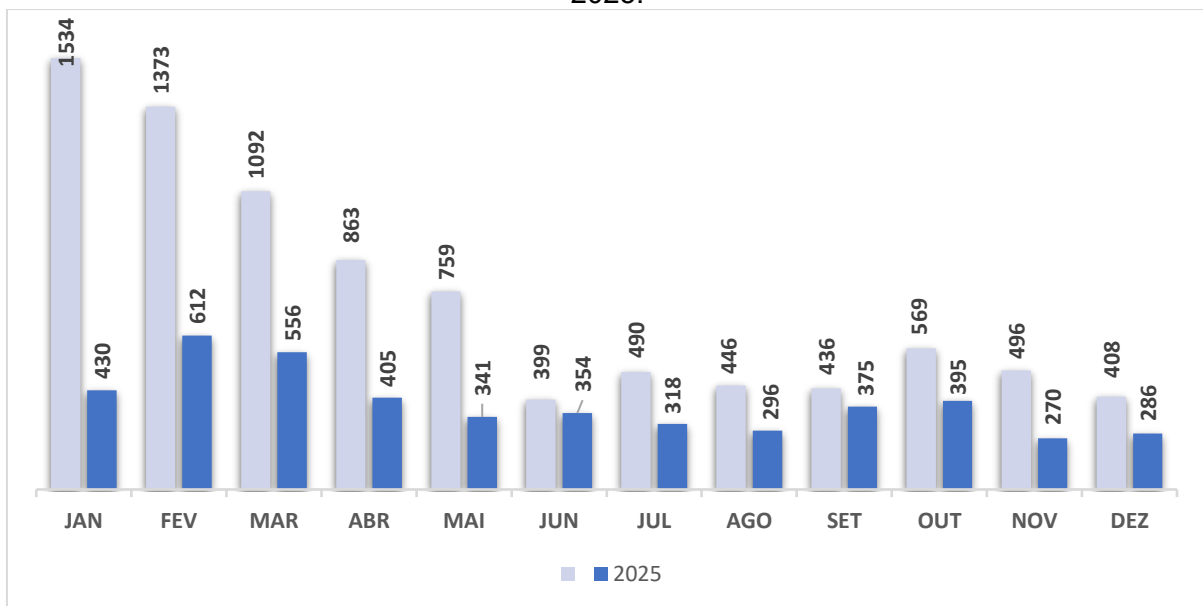
Fonte: SIAAG/Igepps

8.1.2.3 Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange atualmente 2.857 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete) beneficiários entre inativos e pensionistas distribuídos nos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

No 4º trimestre de 2025, a agência de Abaetetuba realizou 395 (trezentos e noventa e cinco) atendimentos em outubro; 270 (duzentos e setenta) em novembro e 286 (duzentos e oitenta e seis) em dezembro perfazendo um total de 951 (novecentos e cinquenta e um) atendimentos no total conforme gráfico abaixo. No mesmo período em 2024 foram realizados 1.473 (mil quatrocentos e setenta e três) atendimentos.

Gráfico 60 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – 2024 e 2025.



Fonte: SIAAG/Igepps

8.1.4 Núcleo Regional de Santarém

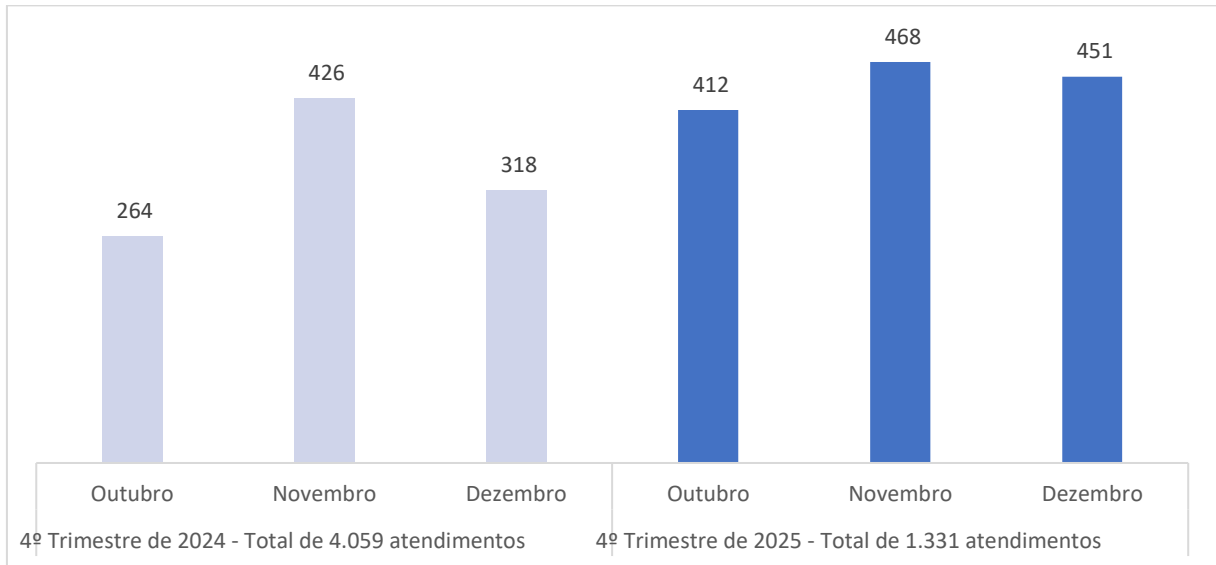
8.1.4.1 Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para suprir demandas de mais de 2.6 (dois mil e seiscentos) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

No 4º trimestre de 2025, a agência de Santarém realizou 412 (quatrocentos e doze)

atendimentos no mês de outubro, 468 (quatrocentos e sessenta e oito) em novembro e 451 (quatrocentos e cinquenta e um) em dezembro, perfazendo um total de 1.331 (um mil trezentos e trinta e um) atendimentos. As demandas mais solicitadas no referido período, foram emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento inicial e outros foram os mais demandados.

Gráfico 61 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siaag/Igepps

Ao comparar o quadro demonstrativo de atendimentos realizados, observamos que no 4º trimestre de 2024, houve 1.008 (mil e oito) atendimentos e no mesmo período de 2025, o quantitativo total foi de 1.331 (um mil trezentos e trinta e um). Com isso, observamos um aumento nos atendimentos realizados naquela agência.

Entre os atendimentos presenciais realizados pelos polos Igepps Altamira e Santarém, existem os previamente agendados através do Siaag, e os atendimentos avulsos, dos quais são disponibilizados sem agendamento prévio, são alguns deles: Emissão de contracheque, Emissão de Cédula C, Emissão de Declaração de Rendimentos (Pensão alimentícia) Recebimento de Portaria, Ciência de Carta/Decisão, Declarações Negativas/Positivas e Agendamento de Perícia Médica. Bem como abertura de protocolos administrativos referentes à Juntadas de documentos, Liberações de crédito e Atualizações de dados bancários, foram os mais demandados.

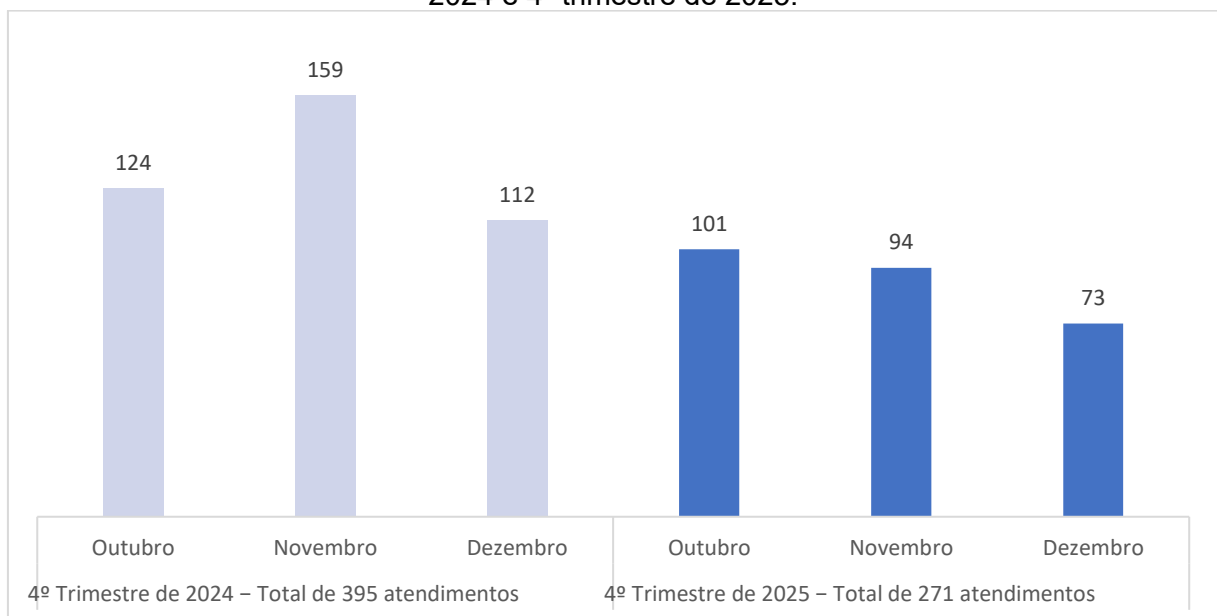
8.1.4.2 Agência Altamira

A agência de Altamira/Pá foi inaugurada em 27/04/2023, para suprir as demandas dos segurados do regime de previdência do Pará, residentes na Região de Integração do Xingu.

Além de Altamira, ela atende os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

No 4º trimestre de 2025, a agência de Santarém realizou 395 (trezentos e noventa e cinco) atendimentos, sendo 124 (cento e vinte e quatro) no mês de outubro, 159 (cinquenta e nove) em novembro e 112 (cento e doze) em dezembro. Os atendimentos mais demandados no referido período, foram emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento inicial e outros foram os mais demandados.

Gráfico 62 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: Siaag/Caten/Igepps

Entre os atendimentos presenciais realizados nos polos Igepps Altamira e Santarém, existem os previamente agendados através do SIAAG, e os atendimentos avulsos, os quais são disponibilizados sem agendamento prévio.

8.1.5 Núcleo Regional de Marabá

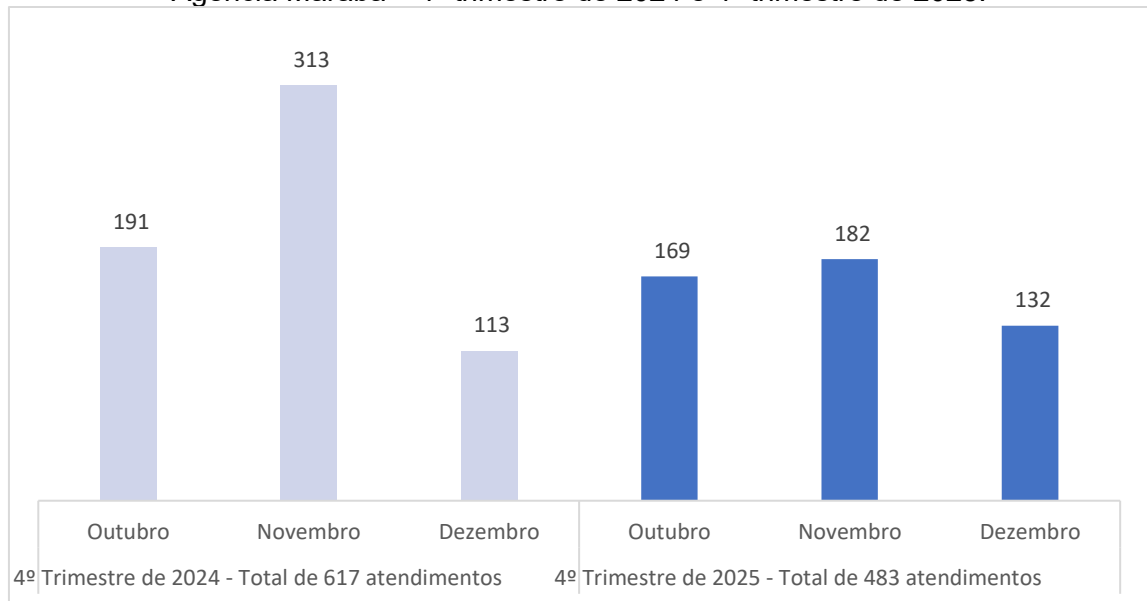
8.1.5.1 Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá localizada no município de Marabá abrange aproximadamente 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa

Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 4º trimestre de 2025, foram realizados 483 (quatrocentos e oitenta e três) atendimentos, sendo 169 (cento e sessenta e nove) em outubro, 182 (cento e oitenta e dois) em novembro e 132 (cento e trinta e dois) em dezembro, conforme o gráfico abaixo. Os assuntos mais demandados foram: outros, emissão de contracheque, consulta de processo e requerimento inicial.

Gráfico 63 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá— Agência Marabá – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

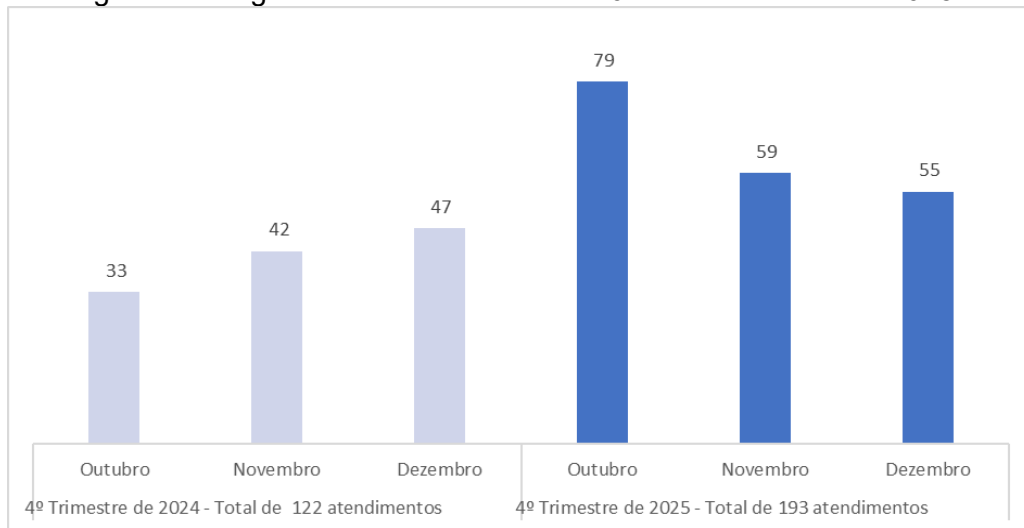
8.1.5.2 Agência Regional de Paragominas

Agência de Paragominas surgiu para suprir as demandas dos segurados do regime de previdência do Pará, residentes na Região de Integração Rio Capim, que abrange, além de Paragominas, os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açú e Ulianópolis.

No 4º trimestre de 2025, a agência realizou 193 (cento e noventa e três) atendimentos, sendo 79 (setenta e nove), no mês de outubro, 59 (cinquenta e nove) em novembro e 55 (cinquenta e cinco) em dezembro, conforme gráfico abaixo. No mesmo período em 2024 foram realizados 122 (cento e vinte e dois) atendimentos.

Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, outros e consulta de processo.

Gráfico 64 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá— Agência Paragominas – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.

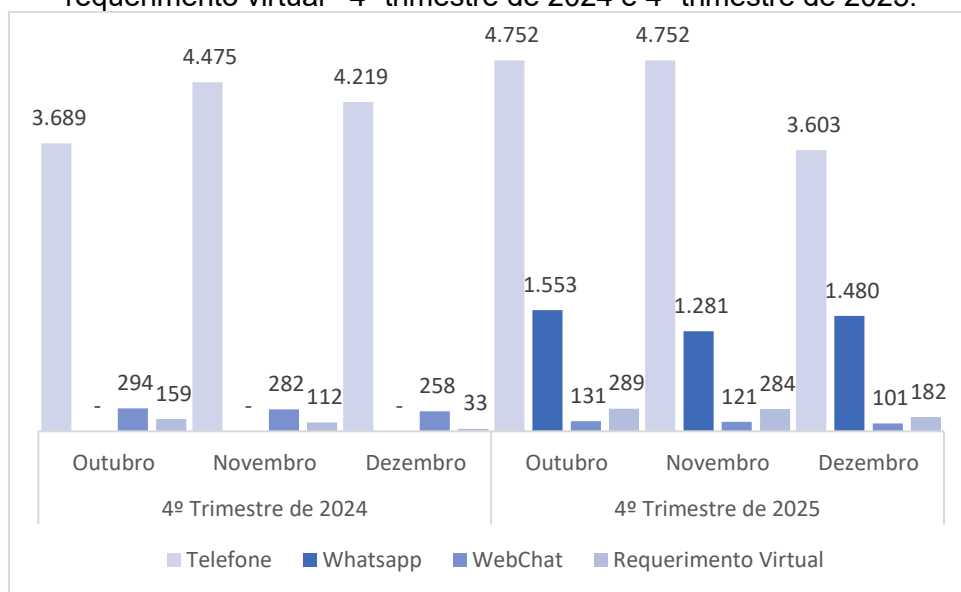


Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

8.2 ATENDIMENTO REMOTO

No 4º trimestre de 2025, o atendimento remoto composto pelo Call Center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp, webchat), e requerimento virtual totalizaram 18.529 (dezoito mil quinhentos e vinte e nove) atendimentos, representando um aumento de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior. No gráfico abaixo é possível observar o quantitativo de atendimentos realizados.

Gráfico 65 — Atendimentos realizados via Call Center (telefone, whatsapp e webchat) e requerimento virtual— 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

8.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria possui um papel fundamental, enquanto promotora dos direitos humanos, da boa governança e do Estado de direito, qual seja: Promoção da boa governança na administração pública e na melhoria das suas relações com os cidadãos, promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, reforço da prestação de serviços públicos, promovendo o Estado de direito, a boa governança, a transparência, a responsabilização e a equidade.

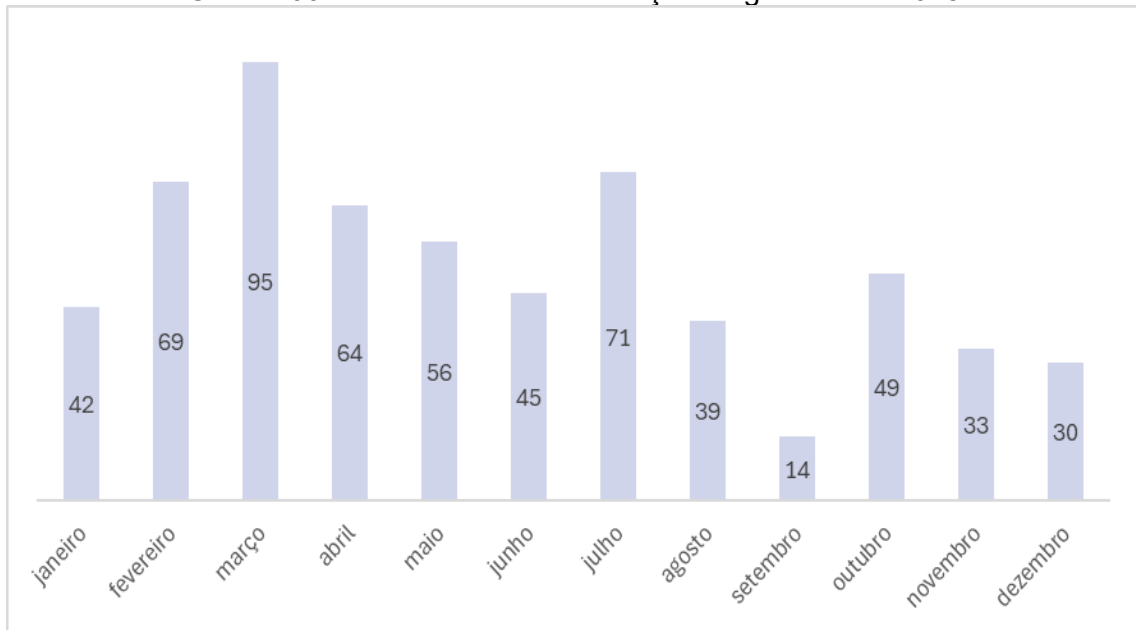
Os dados estatísticos aqui apresentados referem-se às manifestações de solicitações externas e internas feitas ao Instituto, recebidas no período supracitado, que foram encaminhadas, acompanhadas e respondidas, com base nas informações prestadas pelas unidades administrativas.

As Manifestações podem ser realizadas pelos seguintes canais de atendimento:

1. Eletrônicos (Site do Instituto/OUVIDORIA > E-OUVE);
2. E-mail da Ouvidoria – ouvidoria@igeprev.pa.gov.br;
3. Atendimento presencial – OUVIDORIA (08hs as 15hs);
4. Serviço de Informação ao cidadão – (SIC-PA);
5. Sistema Geral de Ouvidoria do Estado – SIGO.

No período de outubro a dezembro de 2025, foram recebidas um total de 112 (cento e doze) manifestações e no ano de 2025, foram recebidas pelos canais de atendimento da Ouvidoria um total de 607 (seiscentos e sete) manifestações, conforme demonstram a tabela conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 66 — Número de Manifestações registradas – 2025



Fonte: Ouvidoria/Igepps/SIGO/OGE

Do total das manifestações recebidas pela ouvidoria no ano de 2025, a maioria foi do tipo Reclamação, totalizando 297 (duzentos e noventa e sete) manifestações (49%); outras 224 (duzentos e vinte e quatro) foram do tipo Solicitação (37%); 70 (setenta) foram do tipo Denúncia (12%); 14 (catorze) foram do tipo Elogio (2%); e 2 (duas) do tipo Sugestão (0,3%), conforme tabela a seguir.

Gráfico 67 — Quantidade de tipo de manifestações em 2025

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE	%
Reclamação	297	49%
Denúncia	70	12%
Elogio	14	2%
Solicitação	224	37%
Sugestão	2	0,3%
TOTAL	607	100%

Fonte: Ouvidoria/Igepps/SIGO/OGE

No Ano de 2025, o tratamento das manifestações foi finalizado no tempo médio de 45 (quarenta e cinco) dias, assim, a maioria foi finalizada fora do prazo legal de 30 dias, 222 (duzentas e vinte e duas) ou 36,6%, frente a um total de 217 (duzentos e dezessete), 35,7% de manifestações finalizadas fora do prazo. Do total das 607 manifestações recebidas, 168 (cento e sessenta e oito), 27,7%, não foram finalizadas.

A Ouvidoria do Igepps consolida e analisa os dados referentes às manifestações registradas ao longo do exercício de 2025, evidenciando o papel estratégico da Ouvidoria

como instrumento de participação social, transparência administrativa e aprimoramento da gestão previdenciária.

No período analisado, foram recepcionadas 607 manifestações, com média mensal aproximada de 50 registros, demonstrando uma demanda contínua e relevante por parte dos segurados e da sociedade em geral. Observa-se que os meses de março (95 manifestações), julho (71) e fevereiro (69) concentraram os maiores volumes do ano, indicando picos sazonais de demanda que podem estar associados a períodos de maior fluxo de requerimentos previdenciários e atualização cadastral. Em contrapartida, os meses de setembro (14 manifestações) e dezembro (30) apresentaram redução significativa, revelando comportamento cíclico ao longo do exercício.

Quanto ao tipo de manifestação, verificou-se a predominância das Reclamações, que totalizaram 297 registros (49%), seguidas pelas Solicitações, com 224 manifestações (37%), o que reforça a Ouvidoria como principal canal de interlocução para resolução de demandas operacionais e prestação de esclarecimentos aos usuários do Igepps. As Denúncias corresponderam a 70 registros (12%), enquanto Elogios (2%) e Sugestões (0,3%) mantiveram participação residual, evidenciando a necessidade de estímulo à cultura de reconhecimento institucional e participação propositiva.

No que tange aos canais de atendimento, destacou-se o Fale Conosco do Igepps, responsável por 45% das manifestações, seguido do e-mail institucional da Ouvidoria, com 37% dos registros. Os sistemas E-Ouve, SIGO e SIC-PA, somados, representaram 18% das manifestações, demonstrando a importância dos meios eletrônicos, mas também a forte adesão aos canais diretos da Autarquia.

A análise por setor demandado revelou que a Coordenação de Cadastro e Habilitação (CAAH) concentrou o maior número de manifestações (173 – 28,5%), seguida pela Central de Atendimento (Caten), com 157 registros (20,4%), e pela Coordenadoria de Concessão de Benefícios (CCOB), com 93 manifestações (15,3%). Esses dados refletem áreas sensíveis da política previdenciária, diretamente relacionadas à concessão, manutenção e regularização de benefícios.

Quanto à resolutividade, observa-se desempenho heterogêneo entre os setores. Destacam-se positivamente a Caten, com índice de 80%, e a CCOB, com 70% de manifestações finalizadas. A CCAH, embora líder em volume de demandas, apresentou índice de 65%, indicando a necessidade de fortalecimento de fluxos internos e de gestão de processos para elevação da eficiência. No consolidado geral, foram 409 manifestações finalizadas, correspondendo a 67% do total, enquanto 33% foram arquivadas, indeferidas ou permaneceram pendentes.

No que concerne ao prazo de resposta, o tempo médio de tratamento das

manifestações foi de 45 dias, superior ao prazo legal de 30 dias. Do total, 222 manifestações (36,6%) foram finalizadas fora do prazo, 217 (35,7%) dentro do prazo e 168 (27,7%) não foram finalizadas até o encerramento do exercício. Esses indicadores evidenciam desafios estruturais e operacionais que demandam ações corretivas, como a ampliação da articulação intersetorial, revisão de fluxos internos e fortalecimento da cultura de resposta tempestiva.

Diante do exposto, conclui-se que a Ouvidoria do Igepps desempenhou papel fundamental no acolhimento, tratamento e encaminhamento das manifestações dos usuários ao longo de 2025, constituindo-se como importante instrumento de governança e controle social. Os resultados alcançados demonstram avanços, mas também apontam oportunidades de melhoria, especialmente no cumprimento de prazos legais, no aumento dos índices de resolutividade e no estímulo a manifestações de caráter propositivo. Assim, os dados aqui consolidados devem subsidiar o planejamento de ações estratégicas para o exercício subsequente, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados pelo Igepps à sociedade.

CONSIDERAÇÕES

O quarto trimestre de 2025 consolidou avanços significativos na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, aproximando o Igepps da excelência no cumprimento de sua missão de gerir o regime próprio do Pará com transparência e foco na dignidade humana. A implementação de políticas fiscais e salariais equilibradas priorizou a proteção social dos segurados e beneficiários, em harmonia com as diretrizes do Governo Estadual e o PPA 2024-2027, buscando sempre a redução das desigualdades regionais por meio de uma governança pública fortalecida.

Fechamos o ano de 2025 com aumento de 5,8% na folha de pagamento de inativos e pensionistas em relação a 2024. Este dado evidencia a tendência de ampliação dos gastos previdenciários decorrentes do envelhecimento populacional brasileiro, reforçando a necessidade de ações estratégicas eficientes e presentes para garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo.

No que tange à qualificação técnica, o Instituto reafirma seu compromisso com a visão de ser referência nacional. O senhor Washington Costa de Albuquerque, Presidente do Igepps, obteve a Certificação Profissional dos Dirigentes pelo Instituto Totum, somando-se ao fato de que 100% dos membros do Comitê de Investimentos também estão devidamente certificados. Esse cenário de alta especialização demonstra o rigor e a responsabilidade na condução da gestão previdenciária, pavimentando o caminho rumo à Certificação Pró-Gestão – Nível IV.

O Instituto promoveu a valorização do servidor por meio do projeto de educação previdenciária “Valor em cada história”, com a entrega de certificados e portarias aos novos aposentados, fortalecendo a cidadania e a cultura previdenciária no Pará.

O Igepps segue investindo em tecnologia da informação e segurança de dados, ampliando a oferta de serviços digitais e eliminando barreiras burocráticas, garantindo que a celeridade e a qualidade no atendimento sejam os pilares centrais do relacionamento com seus segurados.

Esse é o nosso Relatório.

Washington Costa de Albuquerque
Presidente do Igepps

ANEXO I

Figura 1 — Ginástica Laboral - 4º trimestre de 2025	76
Figura 2 — Feira do Produtor— 4º trimestre 2025.....	76
Figura 3 — Outubro Rosa - 4º trimestre 2025.....	77
Figura 4 — Dia do Servidor.	77
Figura 5 — Diálogos de Saúde.	78

ANEXO II

Tabela 1 — Execução orçamentária/financeira – por programa – 4º trimestre de 2025	11
Tabela 2—Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa– 4º trimestre de 2025	12
Tabela 3 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025	12
Tabela 4 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025	14
Tabela 5 — Execução orçamentária/financeira – 34º trimestre de 2025	17
Tabela 6 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025	19
Tabela 7 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025	21
Tabela 8 — Execução orçamentária/financeira – 4º trimestre de 2025	23
Tabela 9 — Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 4º trimestre de 2025	24
Tabela 10 — Quantitativo de militares no SPSM – 4º trimestre de 2025.....	24
Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev – 4º trimestre de 2025...	25
Tabela 12 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 4º trimestre de 2025	26
Tabela 13 — Requerimentos de COMPREV – 4º trimestre de 2025.....	27
Tabela 14 — Ranking da Compensação Financeira – 4º trimestre de 2025.....	28
Tabela 15 — Valores Recuperados de COMPREV – 4º trimestre de 2025.....	28
Tabela 16 — Quadro comparativo das dívidas das prefeituras – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	30
Tabela 17 — Rentabilidade dos Fundos – 4º trimestre de 2025.....	30
Tabela 18 — Despesas folhas de inativos e pensionistas – 4º trimestre de 2025.....	32
Tabela 19 — Receitas e Despesas SPSM – 4º trimestre de 2025.	33
Tabela 20 — Receitas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 4º trimestre de 2025.	34
Tabela 21 — Despesas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 4º trimestre de 2025. .	34
Tabela 22 — Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 4º trimestre/25	34
Tabela 23 — Desp previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 4º trimestre/25	34
Tabela 24 — Receitas Previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 4º Trimestre 2025.	34
Tabela 25 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 4º trimestre/2025.	35
Tabela 26 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 4º trimestre 25.....	35
Tabela 27 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 4º trimestre de 2025.	35
Tabela 28 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME	

– 4º trimestre de 2025.	35
Tabela 29 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 4º trimestre de 2025.	35
Tabela 30 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 4º trimestre/25	36
Tabela 31 — Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 4º trimestre/25	36
Tabela 32 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 4º trimestre/25	36
Tabela 33 — Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 4º trimestre/25	36
Tabela 34 — Receitas prev-Ministério Público de Contas dos Municípios/MPCM – 4º trimestre/25	36
Tabela 35— Despesas previd - Minist Púb de Contas dos Municípios/MPCM - 4º Trimestre 25	37
Tabela 36- Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE - FUNPREV– 4º Trimestre 2025.	37
Tabela 37 — Receitas previd – Tribunal de Contas do Estado/TCE FUNPREV– 4º trimestre/25	37
Tabela 38 — Receitas previd – Trib Justiça/Justiça Militar TJ/JME FUNPREV 4º trimestre 25	37
Tabela 39 — Receitas previd-Ministério Público do Estado/MPE FUNPREV–4º trimestre/2025.	37
Tabela 40 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA FUNPREV– 4º trimestre/25.....	38
Tabela 41 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA/FUNPREV – 4º trimestre de 2025.	38
Tabela 42 — Receitas Previdenciárias – Ministério Público dos Municípios/TCM/PA FUNPREV– 4º trimestre de 2025.....	38
Tabela 43 — Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025	39
Tabela 44 — Quantitativo Funprev – 2023 a 2025	40
Tabela 45 — Quantitativo SPSM – 2023 a 2025.....	40
Tabela 46 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025.....	40
Tabela 47 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025.....	41
Tabela 48 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025.....	41
Tabela 49 — Comparativo Finanprev– 2023 a 2025.....	41

Tabela 50 — Comparativo Funprev– 2023 a 2025.....	42
Tabela 51 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025.....	42
Tabela 52 — Hipóteses biométricas – 2023 a 2025.....	42
Tabela 53 — Hipóteses demográficas - 2023 a 2025.....	43
Tabela 54 — Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025.....	43
Tabela 55 — Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025.....	43
Tabela 56 — Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2025	43
Tabela 57 — Custeio Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025.....	44
Tabela 58 — Custeio Previdenciário Funprev– 2023 a 2025	44
Tabela 59 — Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2025	44
Tabela 60 — Custos % por benefícios - Finanprev– 2023 a 2025.....	44
Tabela 61 — Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025	45
Tabela 62 — Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025	45
Tabela 63 — Evolução Finanprev– 2023 a 2025	46
Tabela 64 — Evolução Funprev– 2023 a 2025	46
Tabela 65 — Evolução SPSM– 2023 a 2025	46
Tabela 66 — Carteira Global do Igepps – 4º trimestre de 2025.	47
Tabela 67 — Carteira Global do Igepps – 4º trimestre de 2025.	48
Tabela 68 — Enquadramento do Igepps de acordo com a Política de Investimentos 2025 – 4º trimestre.....	49
Tabela 69 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 4º trimestre de 2025.....	52
Tabela 70 — Movimentações Financeiras – Finanprev - 4º trimestre 2025.....	54
Tabela 71 — Movimentações Financeiras – SPSM - 4º trimestre 2025.	55
Tabela 72 — Movimentações Financeiras Funprev – 4º trimestre de 2025.....	57
Tabela 73 — Arrecadação para aplicação Funprev – 4º trimestre de 2025.....	58
Tabela 74 — Contribuição ao retorno por estratégia – Funprev – 4º Trimestre de 2025.	63
Tabela 75 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 4º trimestre 2025.....	65
Tabela 76 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 4º trimestre 2025.....	66
Tabela 77 — Utilização da taxa de administração – 2025.	67
Tabela 78 — Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 4º trimestre de 2025.	74
Tabela 79 — Servidores Capacitados – 4º trimestre de 2025	74
Tabela 80 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 4º trimestre de 2025.	80
Tabela 81 — Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 4º trimestre de 2025.	81
Tabela 82 — Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 4º trimestre de 2025.	82
Tabela 83 — Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2025.	84

Tabela 84 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 4º trimestre de 2025.....	86
Tabela 85 — Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) no na UG 840201 (Igepps)- 4º trimestre de 2025.....	88
Tabela 86 — Demonstrativos de Despesas Realizadas Por Programa da Despesas com investimentos na UG 840201 (Igepps) – 4º Trimestre de 2025	89
Tabela 87 — Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) de Encargos Igepps - 4º trimestre de 2025.	91
Tabela 88 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)	95
Tabela 89 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Igepps (R\$) – 4º trimestre de 2025.	96
Tabela 90 — Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	98
Tabela 91 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	100
Tabela 92 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	101
Tabela 93 — Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 4º trimestre de 2025.	101
Tabela 94 — Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo Igepps – 4º trimestre de 2025.....	103
Tabela 95 — Modalidades dos Contratos Realizados pelo Igepps – 4º trimestre de 2025. .	103
Tabela 96 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 4º trimestre de 2025.	104
Tabela 97 — Quantitativo de resultado - 4º trimestre de 2025	113
Tabela 104 — Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 4º trimestre de 2025.....	128
Tabela 105 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 4º trimestre de 2025.....	129
Tabela 106 — Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 4º trimestre de 2025.	130
Tabela 107 — Detalhamento precatórios cadastrados - 4º trimestre de 2025.....	132

ANEXO III

Gráfico 1 — Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025	26
Gráfico 2 — Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025	28
Gráfico 3 — Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025.....	29
Gráfico 4 — Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025	30
Gráfico 5 — Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre 2025.....	31
Gráfico 6 — Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) –4º trimestre 2025.	50
Gráfico 7 — Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 4º trimestre de 2025.	51
Gráfico 8 — Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 4º trimestre 2025.....	53
Gráfico 9 — Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	54
Gráfico 10 — Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	55
Gráfico 11 — Evolução do Rendimento Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	56
Gráfico 12 — Evolução do Patrimônio Líquido do Funprev (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	56
Gráfico 13 — Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 4º trimestre de 2025.	58
Gráfico 14 — Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 2025	59
Gráfico 15 — Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial –2025.	60
Gráfico 16 — Índices de mercado de Renda Fixa em relação a Meta Atuarial – 2025	61
Gráfico 17 — Índices de mercado do Exterior em relação a Meta Atuarial – 2025.....	62
Gráfico 18 — Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 2025..	62
Gráfico 19 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 4º trimestre de 2025.	80
Gráfico 20 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2025.	82
Gráfico 21 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 4º trimestre de 2025.	83
Gráfico 22 — Despesas Executadas (R\$) – Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	85
Gráfico 23 — Total de Despesas Executadas por Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - ODC – Comparativo do 4º trimestre de 2024 com 4º trimestre de 2025.....	87

Gráfico 24 — Total de Despesas Realizadas por programas Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - 4º trimestre de 2025.....	89
Gráfico 25 — Total de Despesas Realizadas por Programas e Elementos da Despesa com Investimento, na UG 840201 (Igepps) – comparativo do 4º trimestre de 2024 com o 4º trimestre de 2025.....	90
Gráfico 26 — Despesas Executadas com RPV's – comparativo 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	92
Gráfico 27 — Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	93
Gráfico 28 — Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	93
Gráfico 29 — Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	96
Gráfico 30 — Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento / Igepps – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025	98
Gráfico 31 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	99
Gráfico 32 — Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASSEP (R\$) – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	100
Gráfico 33 — Total de Despesas Realizadas com Auxílio Morte/Auxílio Acidente – Comparativo do 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	102
Gráfico 34 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 4º trimestre de 2025.....	104
Gráfico 35 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 4º trimestre de 2024 comparado ao quantitativo analisado no 4º trimestre de 2025.....	105
Gráfico 36 — Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 4º trimestre de 2025.....	106
Gráfico 37 — Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 4º trimestre de 2025.....	107
Gráfico 38 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 4º trimestre de 2025.....	108
Gráfico 39 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 4º trimestre de 2025.	109
Gráfico 40 — Quantitativo de Pensão Alimentícia no 4º trimestre de 2025	114
Gráfico 41 — Quantitativo de Atendimentos Diversos no 4º trimestre de 2025	114
Gráfico 43 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 2025.	118

Gráfico 42 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 4º trimestre de 2025. ...	119
Gráfico 44 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) –	127
Gráfico 45 — Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 4º trimestre de 2025.....	127
Gráfico 46 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 4º trimestre de 2025 ...	130
Gráfico 47 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma da Policial Militar – 4º trimestre de 2025.	134
Gráfico 48 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma dos Bombeiros Militares – 4º trimestre de 2025.....	135
Gráfico 49 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Revisão de Reserva/Reforma – 4º trimestre de 2025.....	135
Gráfico 50 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reversão ao Serviço Ativo – 4º trimestre de 2025.....	135
Gráfico 51 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social devolvido aos órgãos de origem – 4º trimestre de 2025.....	136
Gráfico 52 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Pensão por Morte Militar – 4º trimestre de 2025.....	136
Gráfico 53 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Revisão Pensão por Morte Militar – 4º trimestre 2025.....	137
Gráfico 54 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão Especial e Auxílio Morte – 4º trimestre de 2025.....	137
Gráfico 55 — Quantitativo de Diligências do TCE – 4º trimestre de 2025.	138
Gráfico 56 — Quantitativo de Processos Judiciais analisados – 4º trimestre de 2025.	138
Gráfico 85 — Atendimentos realizados pela Caten– Sede, Estações Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	169
Gráfico 87 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 2024 e 2025.	171
Gráfico 88 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 2024 e 2025.	171
Gráfico 89 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – 2024 e 2025.	172
Gráfico 90 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	173
Gráfico 91 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	174

Gráfico 92 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá— Agência Marabá – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.	175
Gráfico 93 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá— Agência Paragominas – 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	176
Gráfico 94 — Atendimentos realizados via Call Center (telefone, whatsapp e webchat) e requerimento virtual– 4º trimestre de 2024 e 4º trimestre de 2025.....	176
Gráfico 95 — Número de Manifestações registradas – 2025.....	178
Gráfico 96 — Quantidade de tipo de manifestações em 2025	178

ANEXO IV

Quadro 1 — Programas e ações do PPA 2024-2027 – 3º trimestre de 2025	10
Quadro 2 — Reunião e principais decisões do CEP – 4º trimestre de 2025	70
Quadro 3 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 4º trimestre de 2025	71
Quadro 4 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 4º trimestre de 2025	72
Quadro 5 — Quadro com Matérias Publicadas no site oficial ou “Agência Pará”.	110
Quadro 6 — Quadro com as principais comunicações internas elaboradas pela Ascom ...	111